



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

NATIVAL ALMEIDA SIMÕES NETO

**UM ENFOQUE CONSTRUCIONAL SOBRE AS FORMAÇÕES
X-EIR- : DA ORIGEM LATINA AO PORTUGUÊS ARCAICO**

TOMO I

Salvador
2016

NATIVAL ALMEIDA SIMÕES NETO

**UM ENFOQUE CONSTRUCIONAL SOBRE AS FORMAÇÕES
X-EIR- : DA ORIGEM LATINA AO PORTUGUÊS ARCAICO**

TOMO I

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística Histórica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Soledade Barbosa Coelho.

Salvador
2016

NATIVAL ALMEIDA SIMÕES NETO

**UM ENFOQUE CONSTRUCIONAL SOBRE AS FORMAÇÕES
X-EIR- : DA ORIGEM LATINA AO PORTUGUÊS ARCAICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Aprovada com distinção em 29 de Abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Juliana Soledade Barbosa Coelho (UFBA) - Orientadora
Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Antonia Vieira dos Santos (UFBA)
Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Carlos Alexandre Victório Gonçalves (UFRJ)
Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Salvador, 29 de Abril de 2016.

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Simões Neto, Nativel Almeida.

Um enfoque construcional sobre as formações X-EIR- : da origem latina ao português arcaico / Nativel Almeida Simões Neto. - 2016.
2 v.: il.

Inclui apêndices.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliana Soledade Barbosa Coelho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2016.

1. Língua portuguesa - Português arcaico - Até 1400. 2. Língua portuguesa - Português antigo - Séc. XIII e XVI. 3. Língua portuguesa - Morfologia. 4. Língua latina. I. Coelho, Juliana Soledade Barbosa. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469
CDU - 811.134.3

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Vera Lucia, por ter me apoiado nas minhas escolhas profissionais e por todo amor, compreensão, dedicação e cuidado que sempre me concedeu e que me torna uma pessoa melhor.

Ao meu pai Natival Junior, por toda a preocupação e por todo o apoio que me foi dado nesses anos.

Ao meu amado irmão Bruno, pela simples razão da sua existência que me tornou uma pessoa mais forte.

A todos os meus familiares, avós (Isabel e Janete), avôs (Braz e Natival), tias (Gracinha, Lêda, Tina, Núbia, Nádia), tios (Silvinho, Nilton, Leto, Beto, Roberto), primos (Carolina, Catarina, Camila, Luana, Gabriel, etc.), por terem sempre torcido por mim.

À minha querida orientadora Juliana Soledade, por toda a força, gentileza, generosidade e sabedoria e por ter sempre proporcionado um clima de amizade que tornou a “caminhadura” dessa pesquisa muito mais suave.

Ao meu amigo-irmão Ton Israel, pelo apoio, pelas risadas nas horas certas e incertas, pelos consolos e pelas conversas teóricas e não teóricas de horas e horas no telefone.

À minha amiga-irmã Carla Elisa, por todo o carinho e preocupação que sempre tem me dedicado.

Aos estimados amigos e colegas Ianna Scher, Lívia Barreto, Jaciara Nascimento, Carol Brito, Elias Machado, Larissa Xavier, Michele Sodré, Tamiles Souza, Priscila Grazielle, Taila Rocha, Deivid Borges, Emile Passos, Rafaela Santiago, Maísa Costa, Letícia Rodrigues, Alexandra Gomes, Ari Sacramento, Lisana Sampaio, Mailson Lopes, Gabriela Fernandes, Nelly Chagas, Lillyanne Lima, Elias Bonfim e Shelton Aragão, todos que me ajudaram de alguma forma.

Aos alunos da disciplina LETC27, por terem me permitido ser o profissional que sou e por toda a compreensão envolvida no processo.

À minha terapeuta Daniela Lemos, por ter me ajudado a manter a cabeça no lugar durante boa parte desse tempo.

À minha orientadora na graduação, a professora Edivalda Araújo, por ter me ensinado boa parte do caminho de como fazer uma pesquisa.

À professora Ariadne Almeida, por ter me proporcionado leituras e reflexões tão interessantes.

Às professoras Alba Silva, Cristina Figueiredo, Elisângela Santos e Silvana Ribeiro, por todas as trocas morfolexicais.

Aos professores Antonia Vieira dos Santos e Carlos Alexandre Gonçalves, por terem aceitado participar da banca de avaliação.

Ao Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, pelos seus funcionários sempre atenciosos. Meu muito obrigado a Ricardo, Cristiane e Thiago (do programa de Literatura).

À UFBA, por ter proporcionado a minha formação acadêmica em Letras Vernáculas.

À FAPESB, pela concessão de bolsa.

Sou hóspede do tempo
Da minha casa
Das minhas palavras
Das coisas que declaro minhas
Inquilino da vida que me foi dada
Portanto, nada
Ficou na minha bagagem
Do velho brinquedo
Que já não ilude, não me ilude

O que eu tenho é minha atitude
O que eu levo é minha atitude
O que pesa é minha atitude
Minha porção maior

(Letra: Zélia Duncan
Música: Fred Martins,
em dedicatória a Hilda Hilst)

RESUMO

Esta pesquisa faz uma interpretação de parte da trajetória da construção sufixal *X-eir-*, desde a língua latina, sob a forma *X-ariu*, até o português arcaico (PA), período da língua que vai do século XIII ao século XVI, destacando-se os aspectos relacionados à polissemia. Esse enfoque comunga com os interesses da Linguística Cognitiva, aqui vista por meio de teóricos, como Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987, 1994), Soares da Silva (1999, 2015), Fauconnier & Turner (2003), Croft & Cruse (2004), Geeraerts & Cuyckens (2007), e da Morfologia Construcional, como tem sido proposta por Booij (2010, 2012, 2013, 2015) e seguida e comentada por Gonçalves & Almeida (2013) e Soledade (2013, 2016a). Com esses modelos norteando a análise empreendida, duas contribuições importantes dadas por esses trabalhos são: (i) a difusão das ideias de Booij nos estudos morfológicos em língua portuguesa; e (ii) a aplicação do modelo da Morfologia Construcional e da Linguística Cognitiva a dados de sincronias mais recuadas da língua, considerando que a grande maioria dos trabalhos até então realizados tem se debruçado sobre o português contemporâneo. Quanto aos *corpora* analisados, a coleta envolveu dois processos: (i) nos dados da língua latina, fez-se uma varredura no Dicionário Escolar Latino Português, de Faria (1994), totalizando 246 palavras; e (ii) nos dados do português arcaico, optou-se por um levantamento exaustivo em todos os textos disponibilizados na plataforma digital *Corpus Informatizado do Português Medieval*, com 365 palavras. Para além de consultas lexicográficas que orientassem uma melhor compreensão do significado e da origem das palavras encontradas, foi necessária a consulta a textos de enquadramento não linguístico para interpretar o cenário social da Idade Antiga e da Idade Média, o que permite um diálogo interdisciplinar como se tem advogado nos princípios básicos da Linguística Cognitiva. Na análise, foram representados, conforme os postulados de Booij, os esquemas e os subesquemas atuantes no latim e no PA, fazendo sugestões a essas representações, a fim de que essas possam dar conta das relações semânticas existentes entre as categorias. Para além da Morfologia Construcional, faz-se, baseado nos trabalhos de Botelho (2004, 2009), Carmo (2009), Tavares dos Santos (2009) e Santos Lopes (2016), uma investigação das micronarrativas de algumas palavras dos *corpora*, a fim de sublinhar outros aspectos semânticos e sócio-históricos dos quais o modelo de Booij ainda não tem conseguido dar conta.

Palavras-chave: Sufixação. Morfologia Construcional. Linguística Cognitiva. Português Arcaico. Língua Latina.

RESUMEN

Esta pesquisa hace una interpretación de parte de la trayectoria de la construcción sufijal *X-eir-*, desde la lengua latina, bajo la forma *X-ariu*, hacia el portugués arcaico (PA), periodo de la lengua que va desde siglo XIII al siglo XVI, destacándose los aspectos relacionados a la polisemia. Ese enfoque comparte los intereses de la Lingüística Cognitiva, acá vista por medio de teóricos, como Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987, 1994), Soares da Silva (1999, 2015), Fauconnier & Turner (2003), Croft & Cruse (2004), Geeraerts & Cuyckens (2007), y de la Morfología Construccional, como ha sido propuesto por Booij (2010, 2012, 2013, 2015) y seguida y comentada por Gonçalves & Almeida (2013) y Soledade (2013, 2016a). Con esos modelos norteando el análisis emprendida, dos contribuciones importantes dadas por esos trabajos son: (i) la difusión de las ideas de Booij en los estudios morfológicos en lengua portuguesa; y (ii) la aplicación del modelo de la Morfología Construccional y de la Lingüística Cognitiva a dados de sincronías más reculadas de la lengua, considerándose que la gran mayoría de los trabajos hasta entonces realizados se han debruzado sobre el portugués contemporáneo. Cuanto a los *corpora* analizados, la colecta envolvió dos procesos: (i) en los dados de la lengua latina, se hizo una barredura en el Dicionário Escolar Latino Português, de Faria (1994), totalizando 246 palabras; y (ii) en los dados del portugués arcaico, se optó por un levantamiento exhaustivo en todos los textos disponibilizados en la plataforma digital *Corpus Informatizado do Português Medieval*, con 365 palabras. Para allá de las consultas lexicográficas que orientasen una mejor comprensión del significado y de los orígenes de las palabras encontradas, fue necesaria la consulta a textos de encuadramiento no lingüístico para interpretar la escena social de la Edad Antigua y de la Edad Media, lo que permite un diálogo interdisciplinar como se ha promovido en los principios básicos de la Lingüística Cognitiva. En el análisis, fueron representados, según los postulados de Booij, los esquemas y los sub-esquemas actuantes en latín y en el PA, haciéndose sugerencias a esas representaciones, a fin de que esas puedan dar cuenta de las relaciones semánticas existentes entre las categorías. Para allá de la Morfología Construccional, se hace, basado en los trabajos de Botelho (2004, 2009), Carmo (2009), Tavares dos Santos (2009) y Santos Lopes (2016), una investigación de las micronarrativas de algunas palabras de los *corpora*, a fin de subrayar otros aspectos semánticos y sociohistóricos de los cuales el modelo de Booij todavía no ha conseguido dar cuenta.

Palabras-clave: Sufijación. Morfología Construccional. Lingüística Cognitiva. Portugués Arcaico. Lengua Latina.

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E IMAGENS

QUADROS

Quadro 1	Exemplo de comutação mórfica	36
Quadro 2	Relações paradigmáticas entre nomes <i>X-ia</i> e adjetivos <i>X-ico</i> formados por radicais presos	51
Quadro 3	Categorias morfossintáticas das bases em construções <i>X-ismo</i>	74
Quadro 4	Relações paradigmáticas entre palavras <i>X-ism</i> e <i>X-ist</i> no inglês	75
Quadro 5	Categorias morfossintáticas das bases em construções <i>X-baar</i> do holandês	76
Quadro 6	Significados possíveis para o sufixo <i>-eiro</i>	98
Quadro 7	Condições de produtividade da regra $S \rightarrow S_{-eiro}$	99
Quadro 8	Grupos de afinidades semânticas para <i>X-eiro</i> em Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998)	101
Quadro 9	Grupos de afinidades semânticas para <i>X-eira</i> em Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998)	105
Quadro 10	Grupos de afinidades semânticas para <i>X-eiro</i> em Marinho (2004)...	107
Quadro 11	Comparação entre as formas agentivas nas línguas românicas	111
Quadro 12	Comparação entre as formas locativas nas línguas românicas	111
Quadro 13	Comparação entre as formas designadoras de árvores nas línguas românicas	111
Quadro 14	Englobamento semântico das formações <i>X-eiro</i>	113
Quadro 15	Grupos de afinidades semânticas de <i>X-eir-</i> contemporâneo conforme Simões Neto & Soledade (2014)	116
Quadro 16	Significados das construções <i>X-eiro</i> para Botelho (2004, 2009)	118
Quadro 17	Construção central (prototípica) agente-humano	120
Quadro 18	Objetos marcados pela agentividade	124
Quadro 19	Outras construções <i>X-eiro</i> marcadas pela agentividade	125
Quadro 20	Grupos de afinidades semânticas de <i>X-eiro</i> conforme Almeida & Gonçalves (2005)	125
Quadro 21	Organização das categorias constituídas pelas formações <i>X-eiro</i>	128
Quadro 22	Categorias semânticas propostas por Viaro para as formações <i>X-eiro</i>	148
Quadro 23	Periodização da língua latina	156
Quadro 24	Diferentes propostas de periodização da língua portuguesa	163
Quadro 25	Fatos linguísticos impactantes na delimitação do português arcaico.....	164
Quadro 26	Textos selecionados para a constituição de corpus do português arcaico	165
Quadro 27	Obras selecionadas para a consulta lexicográfica do <i>corpus</i> do português arcaico	167
Quadro 28	Especificação dos tipos de agentes	174
Quadro 29	Micronarrativas prefixais em algumas formações do PA	200
Quadro 30	Palavras <i>X-ārīu</i> selecionadas para análises de micronarrativas	201
Quadro 31	Palavras <i>X-eir-</i> selecionadas para análises de micronarrativas	206

TABELAS

Tabela 1	Resultado do teste de aceitabilidade sobre formações <i>X-eiro</i>	109
Tabela 2	Resultado do teste sobre formações <i>X-eiro</i> não dicionarizadas	110
Tabela 3	Categoria da base	114
Tabela 4	Tipos de substantivo	114
Tabela 5	Formas nominais do verbo	115
Tabela 6	Significados do <i>-eir-</i>	116
Tabela 7	Categorias morfossintáticas nas construções <i>X-ārīu</i> adjetivais	171
Tabela 8	Quantidade de instanciações nos subesquemas de agentes <i>X-eir-</i>	188
Tabela 9	Quantidade de instanciações nos subesquemas de objetos <i>X-eir-</i>	193

FIGURAS

Figura 1	Proposta de divisão dos estudos em Linguística Histórica	24
Figura 2	Relações associativas na teoria de Saussure	35
Figura 3	Estruturação do léxico proposta por Halle	42
Figura 4	Organização do componente lexical	55
Figura 5	Esquemas e subesquemas com as construções <i>X-dor</i>	67
Figura 6	Hierarquia das contrapartes formais nas construções <i>X-baar</i>	77
Figura 7	Esquema dominante e subesquemas principais das formações em <i>X-eir-</i> no português arcaico	87
Figura 8	Esquema e subesquemas de formações <i>X-eiro</i> com indicação de produtividade	88
Figura 9	Subesquemas de formações <i>X-eiro</i> sem esquema dominante	88
Figura 10	Polissemia dos esquemas <i>X-eir-</i> com relações metonímicas e metafóricas	89
Figura 11	Esquema e subesquemas de formações <i>X-udo</i>	91
Figura 12	Metonímia entre agentes habituais e profissionais	92
Figura 13	Metonímia entre agentes experienciadores e profissionais	93
Figura 14	Esquemas e subesquemas de formações <i>X-dor</i>	93
Figura 15	<i>Continuum</i> de abstratização das formações <i>X-eiro</i>	104
Figura 16	Relações entre <i>X-eiro</i> agentivo e <i>X-eira</i> instrumento/locativo	105
Figura 17	Formalização de <i>padeiro</i> nos termos de Goldberg	119
Figura 18	Formalização do processo cognitivo de integração conceptual (mesclagem) do item lexical <i>padeiro</i>	122
Figura 19	Formalização do processo cognitivo de mesclagem de <i>cinzeiro</i>	124
Figura 20	Variação da vogal temática o/a nas construções <i>X-eir-</i>	128
Figura 21	Rede polissêmica completa das construções <i>X-eir-</i>	132
Figura 22	Padrões metonímicos separados por domínios	133
Figura 23	Padrões metonímicos no domínio espacial	135
Figura 24	Padrões metonímicos no domínio temporal	136
Figura 25	Padrões metonímicos no domínio das ações/eventos/processos	137
Figura 26	Padrões metonímicos no domínio das assembleias e coleções	140

Figura 27	Formações <i>X-eiro(a)</i> : seus grupos semânticos, tipos de contiguidade e domínios envolvidos	141
Figura 28	Esquema construcional <i>X-eir-</i> adjetival	142
Figura 29	Subesquemas de agente das formações em <i>X-eir-</i> no português arcaico	142
Figura 30	Subesquemas de objetos das formações em <i>X-eir-</i> no português arcaico	143
Figura 31	Subesquemas de locativos das formações em <i>X-eir-</i> no português arcaico	143
Figura 32	Esquema construcional <i>X-eir-</i> anomalia	143
Figura 33	Transformações do sufixo <i>-eiro</i>	151
Figura 34	Subesquemas de qualidades das construções <i>X-ārīu</i>	170
Figura 35	Outra representação dos subesquemas de qualidade das construções <i>X-ārīu</i>	172
Figura 36	Subesquemas de agentes das construções <i>X-ārīu</i>	176
Figura 37	Relação entre os subesquemas de agentes profissionais e de agentes habituais nas construções <i>X-ārīu</i>	177
Figura 38	Relação entre os subesquemas de agentes circunstanciais e de agentes beneficiários nas construções <i>X-ārīu</i>	178
Figura 39	Relações entre quatro subesquemas de agentes nas construções <i>X-ārīu</i>	178
Figura 40	Relação metafórica entre os subesquemas de agentes profissionais e de agentes vegetais nas construções <i>X-ārīu</i>	179
Figura 41	Subesquemas de objetos das construções <i>X-ārīu</i>	179
Figura 42	Subesquemas de locativos das construções <i>X-ārīu</i>	181
Figura 43	Subesquemas de quantidade das construções <i>X-ārīu</i>	182
Figura 44	Esquema geral das construções <i>X-ārīu</i> substantivas	184
Figura 45	Esquema geral das construções <i>X-ário</i> no português arcaico	185
Figura 46	Subesquemas de qualidades das construções <i>X-eir-</i> no português arcaico	185
Figura 47	Outra representação dos subesquemas de qualidade das construções <i>X-eir-</i>	187
Figura 48	Subesquemas de agentes das construções <i>X-eir-</i>	187
Figura 49	Relação entre os subesquemas de agentes profissionais e de agentes habituais nas construções <i>X-eir-</i>	189
Figura 50	Relação entre os subesquemas de agentes circunstanciais e de agentes beneficiários nas construções <i>X-eir-</i>	190
Figura 51	Relações metafóricas e metonímicas entre os subesquemas de agentes profissionais e de agentes vegetais nas construções <i>X-eir-</i>	192
Figura 52	Subesquemas de objetos das construções <i>X-eir-</i> do PA	192
Figura 53	Relação entre os subesquemas de objetos utensílios e de objetos de uso pessoal nas construções <i>X-eir-</i>	194
Figura 54	Subesquemas de locativos das construções <i>X-eir-</i> do PA	196
Figura 55	Subesquemas de quantidade das construções <i>X-eir-</i> do PA	197
Figura 56	Esquema de anomalia das construções <i>X-eir-</i> do PA	198
Figura 57	Esquema geral das construções <i>X-eir-</i> substantivas	198
Figura 58	Teia sêmica do item lexical ‘cabeça’	208

IMAGENS

Imagem 1	Apresentação de verbetes em dicionários de língua latina	160
Imagem 2	Verbetes <i>X-ariu</i> no dicionário de Ernesto Faria	160
Imagem 3	Disposição dos dados coletados do dicionário de latim no Programa Microsoft Excel 2007	161
Imagem 4	Disposição dos dados coletados de textos do PA no Programa Microsoft Excel 2007	167

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS ÚTEIS PARA O TOMO I

A - Adjetivo

GC – Gramática das Construções

GMHP – Grupo de Morfologia Histórica do Português

HBP – Hipótese da Base Palavra

HBU – Hipótese da Base Unitária

LC – Linguística Cognitiva

LH – Linguística Histórica

LL – Língua Latina

LP – Língua Portuguesa

MC – Morfologia Construcional

N – Nome

NEMP – Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português

NP – Nominal phrase (sintagma nominal)

PA – Português Arcaico

PCU – Produto Categorial Único

PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa

RAE – Regra de Análise Estrutural

RFP – Regra de Formação de Palavras

RT – Regra de Truncamento

S - Substantivo

SC – Semântica Cognitiva

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

V – Verbo

LISTA DE ABREVIATURAS DOS TEXTOS INTEGRANTES DOS *CORPORA*

ÚTEIS NO TOMO II

AT – Arte de Trovar

CA - Chancelaria D. Afonso III

CAM – Cantigas de Amor

CAmi - Cantigas de Amigo

Cat - Catecismo

CAXL - Crónica de Afonso X (Ms L) in Crónica Geral de Espanha

CAXP - Crónica de Afonso X (Ms P) in Crónica Geral de Espanha

CDA1 - Chancelaria de Dom Afonso - Volume I

CDA2 - Chancelaria de Dom Afonso - Volume 2

CDA3 - Chancelaria de Dom Afonso - Volume 3

CDJI1 - Crónica de Dom João I Parte 1

CDJI2 - Crónica de Dom João I Parte 2

CDPI - Crónica de Dom Pedro I

CEM - Cantigas de Escárnio e Maldizer

CGE - Crónica Geral de Espanha

CHP - Textos notariais in Clíticos na História do Português

CP - Castelo Perigoso

CPVC - Carta de Pêro Vaz de Caminha

CRB - Crónica dos Reis de Bisnaga

CS - Dos Costumes de Santarém

CSM - Cantigas de Santa Maria

DN - Documentos Notariais

DSG - Demanda do Santo Graal

FG - Foros de Garvão

FR - Afonso X, Foro Real

HGP - Textos Notariais in História do Galego-Português

HRP - História dos Reis de Portugal in Crónica Geral de Espanha

LCo - Leal Conselheiro

LEBC - Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela

LM - Livro de Montaria

LTV - Livro das Tres Vertudes

OE - Orto do Esposo

PMP - Penitencial de Martim Perez

Sac - Sacramental

TC - Tratado de Confissom

TL – Testamento de D. Afonso II

TOX - Textos Notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo (Oxford)

TP – Tempo dos Preitos

VDT - Vida de D. Telo

VS - Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense

VST - Vida de S. Teotónio

ZPM - Crónica do Conde D. Pedro de Meneses

LISTA COMPLEMENTAR DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

* - Agramaticalidade

? - Hipótese

/ / - Fonema

> - Evolução (Passou a)

ant – antigo

cast – castelhano

FA – francês antigo

fr – francês

it – italiano

lat – latim

PA – português arcaico

SUMÁRIO

TOMO I

	APRESENTAÇÃO	19
1	CAMINHOS DA MORFOLOGIA HISTÓRICA	22
2	CONCEPÇÕES DE LÍNGUA, LÉXICO E MORFOLOGIA: DO ESTRUTURALISMO DE SAUSSURE À MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL DE BOOIJ	33
3	A MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL: UMA REVISÃO CRÍTICA NO ESTEIO DA MORFOLOGIA HISTÓRICA DE LÍNGUA PORTUGUESA	66
3.1	A HERANÇA TOTAL DO CORPO FÔNICO	68
3.2	AS CATEGORIAS MORFOSSINTÁTICAS DO <i>INPUT</i> E DO <i>OUTPUT</i>	74
3.3	AS PROPRIEDADES SEMÂNTICAS	85
4	A DESCRIÇÃO DE UM FENÔMENO: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS CONSTRUÇÕES <i>X-EIR-</i>	95
5	METODOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DOS CORPORA	153
5.1	A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE LÍNGUA LATINA	155
5.2	A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DO PORTUGUÊS ARCAICO	162
6	EXPERIMENTANDO ESQUEMAS, CONTANDO HISTÓRIAS: MAIS UM OLHAR SOBRE A POLISSEMIA NAS CONSTRUÇÕES <i>X-EIR-</i>	169
6.1	EXPERIMENTANDO ESQUEMAS	169
6.2	CONTANDO HISTÓRIAS	199
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
	REFERÊNCIAS	216
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
	REFERÊNCIAS LEXICOGRÁFICAS	228
	REFERÊNCIAS DOS CORPORA	230

TOMO II

	INTRODUÇÃO AOS APÊNDICES.....	242
	APÊNDICE I: APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i> COMPLETO DA CONSTRUÇÃO <i>X-ARIU</i> DE LÍNGUA LATINA	244
	AGENTES PROFISSIONAIS	320
	AGENTES HABITUAIS	340
	AGENTES BENEFICIÁRIOS.....	347
	AGENTES CIRCUNSTANCIAIS	349
	OBJETOS (MÁQUINAS)	351
	OBJETOS (UTENSÍLIOS)	352

OBJETOS (RECIPIENTES)	353
LOCATIVOS RELACIONAIS	355
LOCATIVOS RECIPIENTES	357
QUANTIDADE (NOÇÃO COLETIVA)	362
QUANTIDADE (UNIDADE DE MEDIDA/QUANTIA)	363
QUALIDADES RELATIVAS	366
QUALIDADES RESSALTADAS	400
OUTROS CASOS	402
APÊNDICE II: APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i> COMPLETO DA CONSTRUÇÃO X-EIR- DO PORTUGUÊS ARCAICO	404
AGENTES PROFISSIONAIS	524
AGENTES HABITUAIS	566
AGENTES VEGETAIS	581
AGENTES BENEFICIÁRIOS	594
AGENTES CIRCUNSTANCIAIS.....	597
AGENTES EXPERIENCIADORES	599
OBJETOS DE USO PESSOAL	600
OBJETOS (MÁQUINAS)	604
OBJETOS (UTENSÍLIOS)	605
OBJETOS (RECIPIENTES)	612
LOCATIVOS RECIPIENTES	615
LOCATIVOS RELACIONAIS	627
QUANTIDADE (NOÇÃO COLETIVA)	631
QUANTIDADE (EXCESSO/FENÔMENOS NATURAIS)	633
QUANTIDADE (UNIDADE DE MEDIDA/QUANTIA)	634
QUALIDADES RELATIVAS	636
QUALIDADES RESSALTADAS	642
OUTROS CASOS	654

APRESENTAÇÃO

Sim, esta é uma pesquisa de Morfologia. Mas não só isso: é também um trabalho de Linguística Histórica, da Semântica Cognitiva e da História, no seu sentido mais estrito. Durante muito tempo, a tradição dos estudos linguísticos optou por abordar a língua de maneira mais segmentada, pensando-a por meio de níveis de articulação e dicotomias que, de certa forma, estabeleceram limites para uma visão mais complexa dos fenômenos da linguagem. Tudo isso aconteceu sob a justificativa de um rigor teórico-metodológico e uma objetividade que talvez tenham sido necessários para garantir a transparência e qualidade de algumas descrições. Nesta dissertação, tenta-se pensar a língua de maneira mais integradora, não separando significado e significante, Semântica e Morfologia, sincronia e diacronia, e muito menos a língua daqueles que a usam em um tempo histórico datável e em um espaço geográfico localizável.

O interesse por esta pesquisa começou ainda na graduação em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia. Na ocasião, destaca-se o cumprimento das disciplinas optativas *O léxico da língua portuguesa* e *Tópicos em morfologia*, ministradas, respectivamente, pelas professoras doutoras Alba Silva e Juliana Soledade, ao longo do ano letivo de 2012. Na primeira disciplina, houve o contato inicial com alguns pressupostos básicos da morfologia gerativa, com o texto de Rocha (1998) sobre o-*eiro*¹. Na segunda, desenvolveu-se um trabalho monográfico que se intitulou *Sem eira, nem beira: uma abordagem morfossemântica do morfema -eiro no português brasileiro contemporâneo*. Esse trabalho monográfico, embora faça muitas discussões acerca da polissemia do sufixo e recorra a fatos históricos da língua, é de natureza sincrônica e gerativa, indo ao encontro do que, comumente, se faz nessa abordagem teórica. Mais tarde, essa monografia ganhou um formato de artigo que foi publicado na Revista *Linguística y Literatura* (Universidad de Antioquia), como uma parceria de Simões Neto & Soledade (2014).

Ainda com esse trabalho, observou-se que certos fenômenos que aconteciam com o sufixo *-eir-* no português contemporâneo aconteciam também no português de outras fases e

¹ Ao longo desta dissertação, na maioria das vezes, serão feitas referências ao sufixo *-eir-*, sem especificação da vogal átona final, pois, em alguns significados, como os agentivos e qualificadores, pode haver flexão de gênero, e em outras formações, como as que designam objeto, lugar, anomalia, noção coletiva, há também a flutuação dessa vogal, embora não relativa à informação de gênero. Chama-se a atenção, entretanto, para o fato de que, quando um autor específico tratar do sufixo como *-eiro*, com expressão dessa vogal átona final, como fez Rocha (1998), a tendência será a de manter a representação do sufixo como o autor o fez. No entanto, em se tratando das construções do latim, optou-se pelo uso de *ārīu*, pois, além de não terem sido encontrados estudos que usem *-ārī-*, por exemplo, não se viu, em se tratando de análises, uma produtividade semântica na oposição entre *ārīu* e *ārīa*.

alguns problemas que eventualmente apareceram na pesquisa só podiam ser resolvidos através de um traçar diacrônico desse sufixo. Tendo como norte essas constatações, esta pesquisa de mestrado, que se desenvolveu entre os anos de 2014 e 2016, investigou o funcionamento desse sufixo desde o latim, sob a forma *-arius*, até o período arcaico (séculos XIII-XVI).

Esta dissertação de mestrado se compõe de seis capítulos, além desta breve introdução, das considerações finais e das seções de referências e anexos. No primeiro capítulo, chamado *Caminhos da Morfologia Histórica*, discute-se o conceito de Morfologia Histórica e qual o seu escopo nos estudos linguísticos. Nas reflexões desenvolvidas, são úteis as proposições de Mattos e Silva (2008) sobre a Linguística Histórica e suas relações com a tradicionalmente chamada Linguística Teórica e, a partir disso, faz-se um panorama dos estudos morfológicos de Língua Portuguesa. Esse capítulo se justifica também pela necessidade de introduzir a Morfologia Construcional como uma alternativa teórico-metodológica para uma Morfologia Histórica, uma vez que se estabelece também um elo entre a Linguística Histórica e a Linguística Cognitiva.

O segundo capítulo, *Concepções de língua, léxico e morfologia: do estruturalismo de Saussure à Morfologia Construcional de Booij*, é um capítulo de viés também panorâmico e, nele, faz-se uma varredura das diferentes maneiras como a língua foi abordada nas teorias linguísticas modernas e as suas implicações para o estudo do léxico e da morfologia. Inicia-se com os estruturalismos de Ferdinand de Saussure e de Leonard Bloomfield, passa-se pelas várias proposições do gerativismo lexicalista, e chega-se ao modelo construcional de Geert Booij.

Depois de dois capítulos de natureza panorâmica, o terceiro capítulo, *A Morfologia Construcional: uma revisão crítica no esteio da Morfologia Histórica da Língua Portuguesa*, se mostra mais específico e aborda estritamente a Morfologia Construcional, destacando as suas principais formulações e os entraves que ainda têm se apresentado para a análise morfológica, sobretudo na perspectiva histórica *stricto sensu*.

No quarto capítulo, *A descrição de um fenômeno: múltiplos olhares sobre as construções X-eir-*, faz-se uma revisão de alguns estudos já realizados sobre o sufixo, com destaque para as análises de seus aspectos gramaticais e semânticos e para a forma como esses trabalhos se orientaram quanto ao arcabouço teórico-metodológico.

O quinto capítulo *Metodologia e Constituição dos corpora* é reservado a descrever o percurso metodológico e a constituição dos *corpora*, que inclui as palavras registradas no latim, extraídas de um dicionário latim-português, e as palavras registradas em textos do período arcaico da língua portuguesa. Ainda a respeito das palavras no português arcaico,

explica-se também a consulta lexicográfica em variados tipos de dicionários e vocabulários, as palavras descartadas e as motivações para esse descarte.

Feito isso, chega-se ao sexto capítulo *Experimentando esquemas, contando histórias: mais um olhar sobre a polissemia nas construções X-eir-*. Esse é destinado à análise dos dados, que segue o percurso histórico da língua, iniciando-se com as palavras do latim, para, depois, chegar às do português arcaico. A história social da língua portuguesa acompanha a análise desenvolvida e, dado o caráter historicista da pesquisa, a descrição do funcionamento do sufixo nesses períodos permite comparar as considerações acerca do seu comportamento com o que foi encontrado em outros estudos no decorrer da história da língua, sobretudo no português contemporâneo, possibilitando discutir se os significados que hoje se atestam na língua portuguesa já se encontravam no português arcaico e na língua latina. Além, propõe-se uma taxonomia semântica das construções vistas nos *corpora* e propõe-se a construção de uma rede polissêmica para o sufixo.

Para finalizar, são feitas as considerações finais acerca do comportamento morfossemântico do sufixo, avaliando sua realização ao longo dos séculos do português arcaico e a permanência dessas características no português contemporâneo, deixando claro que somente um estudo exaustivo dos outros períodos do português permite a construção efetiva da gênese semântica desse formativo na história da língua.

1 CAMINHOS DA MORFOLOGIA HISTÓRICA²

Usa-se, tradicionalmente, o termo Morfologia Histórica para tratar da vertente das pesquisas que descrevem a evolução das mais variadas estruturas morfológicas ou que descrevem a morfologia em períodos mais recuados das línguas. Não é errado pensar assim, pois, nessa concepção, intenta-se opor esses estudos a outros que, recorrentemente, investigam a língua em seu estado mais contemporâneo, não fazendo reporte a outro momento histórico. Sem querer aqui *reinventar a roda*, ainda mais em se tratando de uma visão amplamente difundida, apresenta-se aqui uma nova leitura para a área Morfologia Histórica, estendendo o seu conceito no esteio da reflexão crítica acerca do conceito de Linguística Histórica (LH), da maneira como foi empreendida pela linguista brasileira Rosa Virgínia Mattos e Silva.

Sempre atenta às questões epistemológicas acerca da LH, Mattos e Silva (1988, 1999, 2008a) observa que essa é, comumente, definida como o campo dos estudos linguísticos que se interessa pelas mudanças fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e lexicais nas línguas, ao longo de um tempo histórico em que essas são usadas por falantes em um dado espaço geográfico. Contudo, a autora problematiza essa definição, baseando-se em duas premissas:

- a. A primeira é a de Coseriu (1979), para quem a história e a descrição caminham juntas no fazer da LH, não havendo necessidade de opor sincronia e diacronia, pois mesmo o sistema linguístico, em um recorte sincrônico, está em permanente reorganização.
- b. A segunda é a aplicação das ideias de Michel Foucault, sobre a linearidade temporal da história dos homens, ao estudo histórico das línguas. A partir dessa leitura, Mattos e Silva assume que a trajetória de uma língua histórica, assim como da história dos homens, não é uma duração, e sim "uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros" (FOUCAULT, 2000[1972], p. 293, *apud* Mattos e Silva, 2008a).

Com base nessas formulações, Mattos e Silva alerta que é preciso rever as agendas da LH, propondo, então, no seu texto de 1988, duas vertentes para a LH: a *stricto sensu* e a *lato sensu*.

² O título desse capítulo é uma clara homenagem à obra *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível* (2008) da Prof.^a Dr.^a Rosa Virgínia Mattos e Silva (*in memoriam*).

A primeira vertente, a *stricto sensu*, se preocupa com o que muda e como muda. A partir de Mattos e Silva (1999), divide-se essa vertente em duas perspectivas: a *Linguística diacrônica associal* e a *Linguística histórica sócio-histórica*. Essa subdivisão, como relata a autora em livro de 2008, foi motivada por uma observação direta feita pelo Prof. Dr. Ian Roberts (Universidade de Cambridge), quando, nos anos 90, ele teve contato com o grupo de pesquisa Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenado então por Mattos e Silva. Na ocasião, Roberts afirmou que o que se fazia ali era LH, e não Linguística Diacrônica, pois os diacronistas buscam explicar as mudanças, preponderantemente sintáticas, sem considerar fatores externos ou sócio-históricos. Essa observação de Roberts se afina com a visão coseriana de que

As modificações na estrutura da sociedade não podem se refletir como tais na *estrutura interna* da língua, pois não se trata de estruturas paralelas. A estrutura da sociedade corresponde à *estrutura externa* da língua, à sua estratificação social. E esta é um fato *cultural*. O que é social é, sem dúvida, um importante fator indireto na “evolução” linguística, mas apenas na medida em que implica variedade e hierarquização do saber linguístico, ou seja, como fator cultural. (COSERIU, 1979, p. 102)

Nessa afirmação de Coseriu (1979), assume-se que os fatores socioculturais só podem atuar na mudança de forma coadjuvante, nunca como causa. No entanto, Mattos e Silva (1999) entende que há trabalhos que colocam esses fatores extralinguísticos como protagonistas da mudança e com esse argumento sustenta a subdivisão proposta.

Mattos e Silva (1988, 2008a) define ainda o que vem a ser a LH *lato sensu*: aquela que trabalha com dados datados e localizados, faz descrição de variados aspectos linguísticos e, ainda que não se trate de mudança, os dados obtidos por pesquisas nessa vertente fornecem subsídios para o entendimento de uma língua histórica. Assim, considera-se que uma descrição da língua contemporânea, desde que baseada em *corpora*, é também uma descrição histórica. Entre os trabalhos dessa natureza, estão os desenvolvidos pela Dialectologia, Sociolinguística variacionista, Etnolinguística, Análise do Discurso, Linguística Textual e todos os outros que fazem uso de *corpora*. Somam-se a esses, os trabalhos feitos sobre o português arcaico, como *Estruturas trecentistas* (1989), *O português arcaico: fonologia* (1991) e *O português arcaico: morfologia e sintaxe* (1994) e todos de Mattos e Silva.

Em 2008, toda essa discussão é apresentada em formato de diagrama, exposto na Figura 1. Nele, as duas vertentes, *stricto sensu* e *lato sensu*, não se apresentam como áreas rigidamente marcadas. Ambas contemplam objetos e métodos previamente evidenciados, mas passíveis de fluidez entre elas.

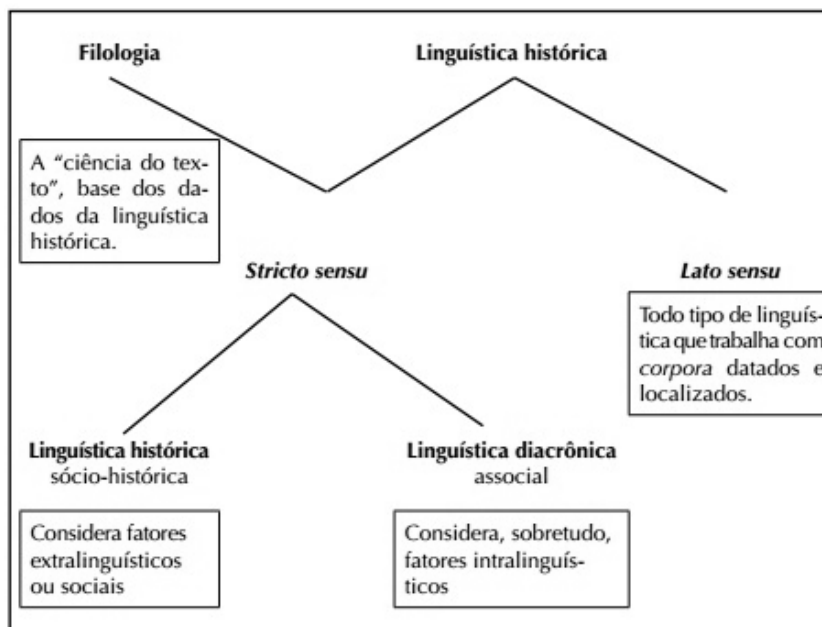


Figura 1: Proposta de divisão dos estudos em Linguística Histórica (MATTOS E SILVA, 2008a, p. 10).

Diante desse diagrama na Figura 1, cumpre retomar a maneira como a autora compreende o que é histórico e o que é diacrônico e como classifica que certas teorias estejam mais propensas a uma vertente e não à outra. Daí, na modalidade *linguística diacrônica associada*, em que se consideram apenas os fatos intralinguísticos, os trabalhos de cunho histórico-comparativo são os primeiros exemplos dessa vertente, destacando-se as leis fonéticas e a evolução semântica das palavras.

A tendência de generalizar sobre os sistemas linguísticos, muito comum nesses estudos histórico-comparativos, se manteve no chamado Estruturalismo Diacrônico, como observa Mattos e Silva (2008a). A fonologia diacrônica, com a explicação dos fenômenos de fonologização, desfonologização e transfonologização, é uma das contribuições dessa corrente para a investigação da mudança e é, por meio dela, que se vê o que Faraco (1991) destacou como sendo a principal contribuição do modelo: a constatação de que a mudança não ocorre de maneira isolada, estabelecendo relações comparativas com todo o restante do sistema, antes, durante e depois.

O gerativismo é o terceiro modelo a observar a mudança de maneira intrassistêmica e associada, abordando a linguagem numa perspectiva inatista e biológica e explicando os usos da língua com base no processo de aquisição. No princípio e por princípio, o gerativismo não tem como escopo a investigação da mudança, tal como acontecia no estruturalismo. Ainda assim, alguns trabalhos despontam no chamado Gerativismo Diacrônico, como os desenvolvidos por David Lightfoot e Ian Roberts.

Com o intuito de explicar a mudança na proposta de Lightfoot, Ribeiro (1994) retoma a compreensão de que o gerativismo é uma teoria sintático-centrista e pautada na aquisição da linguagem, portanto essa proposta se destina a explicar a mudança sintática, baseando-se no instante em que as crianças estão adquirindo uma língua. O modelo gerativista propõe que as línguas tenham propriedades universais (princípios) e outras de valor binário (parâmetros). A marcação dos parâmetros se dá por meio da exposição da criança a uma língua. Para que a mudança se concretize, é preciso que a criança marque um parâmetro diferente daquele marcado por pessoas da geração anterior à sua.

Diferentemente do que acontece na perspectiva intrassistêmica e associal, a vertente *LH sócio-histórica* se baseia no entendimento de que a história das línguas é feita por aqueles que fazem uso dela, portanto, despontam, nesse grupo, modelos centrados no uso e/ou nos agentes sociais, como os desenvolvidos no âmbito do Funcionalismo e da Teoria laboviana da variação e da mudança.

Na teoria funcionalista, não se excluem os aspectos estruturais da língua, mas esses não são privilegiados em relação aos aspectos funcionais. Na abordagem da mudança linguística, os funcionalistas defendem que “o uso da língua nas situações reais de comunicação motiva as transformações que sofrem os elementos linguísticos ao longo do tempo [...]” (MARTELOTTA, 2003, p. 59). A mais conhecida hipótese sobre a mudança nesse modelo talvez esteja na explicação do fenômeno da gramaticalização. Segundo Martelotta (2003), esse é um processo em que um item de valor lexical (verbo, adjetivo e substantivo) se transforma em um item de valor gramatical ou discursivo (preposição, afixos, marcadores conversacionais, etc.). Há, segundo o referido autor, um *continuum* de gramaticalização em que o elemento em um estado [+ lexical] passa para um estágio [- lexical; + gramatical], e esse elemento, agora [+ gramatical], passa para um estágio ainda [+ gramatical], podendo chegar a uma forma zero.

Exemplo do processo de gramaticalização na língua portuguesa (LP) é o uso do verbo *ir* [+ lexical] como auxiliar perifrástico [- lexical; + gramatical] na formação de futuro em língua portuguesa (*eu vou fazer*). Ainda sobre o futuro, observa-se que, na história da língua latina, esse era inicialmente realizado por uma forma sintética do tipo *amabo*, sendo mais substituída pela forma perifrástica *amare habeo*. No português, essa forma se tornará *amar hei*, que gerará *amarei*. Vê-se que, nesse caso, o verbo *haver* passou de uma condição extremamente lexical ao estágio máximo do *continuum*, pois se tornou um elemento gramatical, um afixo.

A Teoria Laboviana da Variação e da Mudança também se desfaz da concepção de língua estanque, homogênea e imutável, defendida no axioma da homogeneidade, que foi herdado dos neogramáticos e se mantém no Estruturalismo e no Gerativismo. Weinreich, Labov & Herzog (2006 [1968]) propõem o sistema linguístico dentro de um axioma de heterogeneidade e ordenação, destacando, para o processo da mudança, cinco problemas que caracterizam essa nova visão de língua. São eles:

- a. o problema dos fatores condicionantes: o que faz com que a língua mude;
- b. o problema da transição: o motivo da mudança e os caminhos pelos quais ela passa;
- c. o problema do encaixamento: como a mudança se encaixa nos planos linguísticos e sociais;
- d. o problema da avaliação: como os falantes veem, compreendem e avaliam a mudança;
- e. o problema da implementação: em que tempo, de que modo e por qual motivo a mudança ocorreu e o porquê de ter acontecido em um dado momento e não em outro.

Com esse detalhamento, Weinreich, Labov & Herzog (2006 [1968]) explicam como as mudanças acontecem no sistema sem que lhe causem qualquer prejuízo, e isso permite um diálogo com o trabalho de Coseriu (1979), que evitava valorar negativamente a mudança, ao falar de um estágio heterogêneo de variação. Um exemplo de trabalho nesse modelo teórico é a tese de doutoramento de Moreira de Oliveira (2006), intitulada *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*, em que a autora faz um estudo histórico da expressão de futuro na língua desde o século XIII e apresentando um estudo de tendência com dados orais e escritos das décadas de 70 e 90.

Ainda que Mattos e Silva (2008a) não faça menção, é imprescindível colocar, entre os exemplos de abordagem da LH *stricto sensu sócio-histórica*, os trabalhos que têm sido desenvolvidos no quadro da teoria cognitivista e que se interessam pelo fenômeno da mudança. Nesse enquadre teórico, Fauconnier & Turner (2003) destacam a centralidade de processos cognitivos, como as mesclagens conceptuais, as compressões, as metáforas, as analogias, as categorizações, para que a mudança ocorra. Exemplos de trabalhos na LP podem ser vistos em Soares da Silva (1999), sobre a trajetória semântica do verbo *deixar*, e Santana dos Santos (2011) sobre a polissemia histórica do verbo *tomar*.

Fora do escopo investigativo da mudança linguística, mas também dentro da proposta de Mattos e Silva (1988, 1999, 2008a), está á a abordagem *lato sensu*, que trabalha com os dados datados e localizados. Os estudos feitos nessa abordagem podem ser compreendidos

como recortes sincrônicos da língua, tendo em mente que, também são sincrônicos³, os recortes de períodos mais recuados⁴.

Um ponto importante sobre a vertente *lato sensu* é que, assim como a *stricto sensu*, essa vertente também pode lançar mão de um aporte teórico que ajude na análise dos dados e, como observa Mattos e Silva (2008a), todo trabalho em LH, investigando a mudança ou não, necessita de ter um método descritivo consistente e coerente com a realidade dos dados, sem a obrigatoriedade de se assumir uma teoria exclusiva e sem que um modelo teórico precise prescindir outro. Tudo depende do fenômeno observado. Nesse sentido, a autora se aproxima de Faraco (1991), ao entender que

a observação e a descrição sempre ocorrem mediadas por pressupostos teóricos gerais, ou seja, aproximamo-nos dos fatos orientados por uma teorização prévia. Nesse sentido, não deve causar estranheza que para um mesmo evento haja mais de uma descrição ou hipótese explicativa, já que o normal na atividade científica é justamente a existência – simultânea e/ou sucessiva – de diferentes quadros teóricos. [...] Quem se inicia numa disciplina científica precisa, portanto, buscar compreender as suas polêmicas, o que significa ter condições de explicitar os fundamentos de cada uma, bem como sua retórica específica, isto é, os processos de argumentação predominantes. (FARACO, 1991, pp. 58-59)

As reflexões de Mattos e Silva (2008a), em linhas gerais, contribuem para a compreensão da LH como um campo interdisciplinar na Linguística em que se associam a Linguística Teórico-Analítica, a Filologia e a História, permitindo trabalhar com dados datados e localizados que podem ou não refletir diretamente sobre a mudança linguística, mas sempre fornecendo diretrizes para esse tipo de investigação.

Sem perder de vista que a pesquisa que aqui se desenvolve trata de morfologia e considerando as questões levantadas, coloca-se, no âmbito da Morfologia Histórica, uma grande variedade de trabalhos que têm sido desenvolvidos na área, abrangendo não só os trabalhos que atravessam sincronias e/ou sobre épocas recuadas, mas também aqueles que recortam a língua contemporânea, desde que baseados em *corpora*. Dessa maneira,

³ Não raramente, usa-se esse termo *sincrônico* – recorte estático de um momento determinado da língua – como sinônimo de *contemporâneo*, o que, certamente, tem origem no já mencionado prevaletimento dos estudos sincrônicos e contemporâneos praticado pela corrente estruturalista e que se estendeu para outras teorias. Aqui, toma-se o termo como recorte estático, pois se entende que recortes de séculos antigos, sem se ater à mudança, configuram abordagem sincrônica.

⁴ Mattos e Silva (1989), no entanto, observa que uma investigação do passado das línguas é sincrônica, no momento em que se tenta descrever um momento histórico estático, como o período arcaico, e é também diacrônica, no instante em que se pode olhar para o passado, com a pretensão de observar a mudança, seja por comparação com o momento presente ou com um período ainda mais recuado.

permitindo que, com os estudos morfológicos, chegue-se a uma aproximação com o que Mattos e Silva (1988, 1999, 2008a) propôs para a LH.

Dentro da concepção mais usual de Morfologia Histórica, alguns autores destacaram a importância de se empreender esse tipo de pesquisa. Rio-Torto (1998, p. 18), por exemplo, comenta que “a análise e a morfologia das palavras não pode ignorar as vicissitudes da gênese e da história destas”, complementando ainda que, certamente por isso, é muito comum que nem toda palavra seja passível de uma análise estritamente sincrônico-contemporânea. Soledade (2005, p. 54) acrescenta que a abordagem histórica fornece “uma análise coerente, importa chamar a atenção para a inerente incorporação do passado no presente que todo sistema lexical atesta, e que nenhuma análise sincrônica pode subestimar.” Viaro (2012), por sua vez, vê a importância de a língua ser entendida diacronicamente, pois os falantes herdaram as estruturas da língua e raramente as alteram, para não correr o risco da incompreensibilidade que afetaria o propósito comunicativo da língua. Tendo em mente argumentos dessa natureza, Santos Lopes (2013, p. 50-52) elencou, pelo menos, sete situações nas quais a abordagem histórica da morfologia se torna indispensável. São elas:

- a. o julgamento de uma palavra ser primitiva ou derivada e a própria noção do que vem a ser primitivo ou derivado depende de uma compreensão evolutiva dos paradigmas dos vocábulos (SOLEDADE, 2005; VIARO, 2006);
- b. a análise de vocábulos formados com bases fossilizadas, tais como o *-duzir* em *produzir*, *conduzir* e *reduzir* e o *-ceber* em *conceber*, *receber* e *perceber* (SOLEDADE, 2005);
- c. a análise de alguns prefixos, como *-ab* e *-ob*, que se adjungem a bases fósseis e sofrem com muitas mudanças morfofonológicas, torna-se dificultosa, sobretudo para a identificação desses formativos prefixais;
- d. as alomorfas, variações fônicas distintas de um mesmo componente etimológico: no par *chuva* e *pluvial*, a variação entre os morfemas lexicais básicos *chuv-* e *pluvi-* remontam à forma latina etimológica *pluvia, -ae*;
- e. a análise de antroponemas, como *-el*, em *Gabriel* e *Miguel*, e *-es* em *Gomes* e *Fernandes*, feita por Soledade (2012), pautando-se num *continuum* semântico-histórico entre os nomes comuns e nomes próprios, considerando que os antropônimos tradicionais tenham nascido como nomes comuns e significados e, ao se tornarem nomes próprios, percam esse significado e se comportem como elementos referenciais⁵;

⁵ Esse significado, como observa Soledade (2012), pode ser recuperado em alguns momentos e isso pode ser observado em frases como *Uma rosa para a professora Rosa* ou *Apareceu a Aparecida*.

- f. as discussões em torno da *produtividade* e *vitalidade*, como quer Soledade (2005), ou da *produtividade* e *prolificidade*, como quer Viaro (2010a)⁶;
- g. o tratamento das vogais temáticas nominais no português, que se justifica pela herança do sistema latino⁷.

Diante dos comentários de Rio-Torto (1998), Soledade (2005) e Viaro (2012), das situações levantadas por Santos Lopes (2013) e das reflexões de Mattos e Silva (1988, 1999, 2008a) sobre a complexidade dos estudos da LH, é possível estabelecer, para a Morfologia Histórica, as mesmas duas vertentes propostas por Mattos e Silva (2008): a *stricto sensu* e a *lato sensu*.

A vertente *stricto sensu* seria aquela que investiga as mudanças que, a depender do enfoque e do aporte teórico-metodológico, poderão acontecer tanto no nível dos significantes e dos processos formativos como dos significados e suas relações. A vertente *lato sensu*, por outro lado, trataria de fazer descrições através de dados datados e localizados que também contribuem para a descrição histórica da morfologia das línguas. A distinção *sócio-histórica* e *diacrônica associal*, na vertente *stricto sensu*, também seria observável nos trabalhos de morfologia e, por isso, mantida, seguindo a proposta de Mattos e Silva. Assim, focando na mudança, diacrônicos são os trabalhos histórico-comparativos, estruturalistas e gerativistas. Sócio-históricos são os funcionalistas, sociolinguísticos e cognitivistas.

Na Morfologia Histórica da LP, seriam trabalhos de *Morfologia Histórica stricto sensu diacrônico associal*, os tratamentos das gramáticas históricas de Said Ali (1964) e Nunes (1969), pois esses dedicaram capítulos a reflexões acerca da formação de palavras. Essas obras são influenciadas pela vertente histórico-comparativa do século XIX e os autores apresentam as mudanças de natureza fônica, morfológica e semântica de alguns morfemas da língua, partindo-se da etimologia, e chegando às formas aportuguesadas, apresentando os processos fonológicos (metaplasmos) regidos pelas leis fonéticas e um quadro semântico-evolutivo dos significados.

No quadro estruturalista, destaca-se o trabalho *História e estrutura da língua portuguesa*, de Câmara Jr. (1975), um dos primeiros trabalhos de história do português em

⁶ Na Morfologia Histórica, não se fala em produtividade tal qual se fala na morfologia gerativa: a capacidade de uma dada regra formativa gerar novas palavras. Quando se lida com dados de outras épocas, não é possível falar em formação de novas palavras, pois as palavras são aquelas que ali estão. Por isso, o termo *produtividade* é usado, nesses casos, para tratar de elementos formativos que apresentem grande recorrência. Quando essa recorrência se mantém até o tempo atual e esses elementos continuam formando novas palavras, fala-se que ele tem *vitalidade* (SOLEDADE, 2005) ou *prolificidade* (VIARO, 2010a).

⁷ A isso se somam os constantes problemas nas abordagens sobre os morfemas de gênero.

perspectiva estrutural. Mattos e Silva (1988, p. 109, *apud* Valle, 2005, p. 73) considera esse trabalho “essencial para uma compreensão mais globalizante da história do português, não encontrando qualquer outro trabalho que sobre o tema se tenha feito no Brasil ou em Portugal.”.

No modelo gerativista aplicado à LP, embora não se encontre um trabalho que explique como a morfologia gerativa aborda aspectos diacrônicos, pode ser mencionada a pesquisa de Marinho (2009), que se orienta pelas propostas de Aronoff (1976) e Basílio (1980), para a descrição do léxico e da morfologia derivacional, e de Joseph (1998) para a morfologia diacrônica. O trabalho discutiu os percursos históricos dos sufixos *-dor* e *-nte*, teve como *corpus* entradas no Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa (2002) e se comprometeu a definir os agrupamentos semânticos dos sufixos no português contemporâneo, examinar os significados no latim escrito, pesquisar as datas das entradas das palavras encontradas, bem como das acepções atestadas na LP e fazer relações com outras línguas românicas, valendo-se, nesse sentido, de método histórico-comparativo.

De natureza *stricto sensu sócio-histórica*, são os trabalhos coordenados pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, no Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP), da Universidade de São Paulo (USP). As pesquisas desenvolvidas pelo GHMP não se baseiam em nenhuma das teorias linguísticas modernas e associam princípios metodológicos da Etimologia, ciência que estuda a origem e evolução das palavras, à análise do comportamento semântico de afixos da língua portuguesa, a fim de apresentar um quadro sistemático e evolutivo da afixação na língua portuguesa.

Justamente por se apoiarem na Etimologia, informações de relações históricas de contatos linguísticos e do pano de fundo social são levadas em conta nas análises do GMHP sobre as relações semântico-históricas dos afixos. Um exemplo disso está em Viaro (2010b), que trata sobre o sufixo latino *-ārīum*, investigando sua especialização semântica e considerando a proximidade fônica e semântica com o sufixo grego *-árion* e o contato maciço entre as línguas latina e grega. Também integrante do GHMP, Gianastacio (2014) associa o surgimento da imprensa à divulgação de palavras cultas, grupo em que se encaixam muitas palavras derivadas em *-ismo* na língua portuguesa. Esses trabalhos se diferenciam dos gramáticos históricos, no instante em que deixam evidentes como aspectos da sociedade foram importantes no desenvolvimento histórico desses sufixos.

De cunho funcionalista, destaca-se o trabalho de Santana (2007) intitulado *Prefixos derivados de preposição em textos de Língua Portuguesa do século XVII até a contemporaneidade*. Nesse trabalho, o autor procura identificar os processos de

gramaticalização pertinentes à mudança *preposição* > *prefixo*, considerando uma visão multissistêmica do fenômeno, como proposta por Ataliba de Castilho. Outro exemplo é *O desenvolvimento do prefixo não*, de Campos (2009), que, embora intente aplicar a perspectiva sistêmico-funcional ao processo de prefixação no português contemporâneo, procura observar como essa transição do advérbio *não* ao prefixo de negação se deu, na história da língua, usando textos do século XVI, onde já se observa o fenômeno, ainda que de maneira mais restrita.

No quadro cognitivista, foi encontrada a dissertação de mestrado *A parassíntese em português: as relações entre cultura, léxico, frequência e Linguística Cognitiva*, de Castro da Silva (2012), que, em uma parte do trabalho, observa as formações parassintéticas por meio de *corpus* extraído do Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, levando em conta as datações fornecidas por esse dicionário e, ocasionalmente, consultando dicionários etimológicos, a fim de corrigir eventuais equívocos nas informações.

Na *Morfologia Histórica lato sensu*, encaixam-se alguns dos trabalhos de morfologia desenvolvidos no PROHPOR, grupo que tem como tradição o estudo do período arcaico da língua. Destacam-se, pois, os trabalhos de Soledade (2001, 2005), Vieira dos Santos (2009) e Santos Lopes (2013), que se lançaram a descrever aspectos morfológicos do referido período (sufixação nominal, composição e prefixação, respectivamente).

São também de natureza *lato sensu*, os trabalhos sobre o português brasileiro contemporâneo, como alguns dos que se desenvolvem no Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português (NEMP), coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Alexandre Victório Gonçalves e pela Prof^a Dr^a Maria Lúcia Almeida, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O grupo, atualmente, tem se voltado, majoritariamente, para os pressupostos da Linguística Cognitiva e da Morfologia Construcional.

Pesquisas *lato sensu* são também as orientadas pela Prof^a Dr^a Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva (UFBA), dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída, hipótese antilexicalista da teoria gerativa, que usa o *corpus* do Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi.

No âmbito da Dialetoлогия e da Sociolinguística Variacional, também *lato sensu*, as discussões sobre a morfossintaxe do português têm sido muito mais produtivas do que as sobre a morfologia lexical. Registra-se aqui a dissertação de mestrado *A derivação sufixal em falantes cultos e não cultos de Salvador*, de Prudêncio (2001), que foca em aspectos da morfologia lexical, levando-se em conta as variáveis de gênero, idade e escolarização, e

medindo, em até que ponto, essas variáveis são impactantes para o uso e o domínio de certos sufixos pelos falantes da língua.

A flexibilidade com que Mattos e Silva (2008a) abordou as vertentes *lato* e *stricto sensu* em seu diagrama (Figura 1) é também considerável na Morfologia Histórica, pois, não raramente, são encontrados trabalhos como os desenvolvidos e orientados pela Prof^a Dr^a Graça Maria-Rio-Torto, da Universidade de Coimbra, que se encaixam numa abordagem que Soledade (2005) chamou de *perspectiva mista*, pois, em geral, descrevem um aspecto da língua sincrônica e contemporânea, nesse sentido *lato*, mas projetam dados de outras sincronias, nesse sentido *stricto*.

Diante do exposto, esta pesquisa procura alargar o escopo daquilo que se concebe como Morfologia Histórica. Baseado no que foi formulado, entende-se que esta dissertação é uma pesquisa da Morfologia Histórica *stricto sensu*, pois, embora atine para uma descrição no português arcaico, atravessa sincronias, indo até o fundo lexical latino e tendo a mudança e a herança como preocupações. Como todo trabalho em LH deve ter uma base teórico-descritiva condizente com os dados, elege-se, aqui, como aporte, a Morfologia Construcional, que tem sido empreendida por Geert Booij e alinha-se às agendas da Linguística Cognitiva, pois é semântico-cêntrica e pautada no uso. Assim, o trabalho envereda para a abordagem *stricto sensu sócio-histórica*.

Dentro dos estudos linguísticos, adotar um modelo relativamente recente e ainda em desenvolvimento, como a Morfologia Construcional de Booij, para descrever fenômenos morfológicos de períodos mais recuados da língua, é sempre um desafio. É preciso, então, assumir certas dificuldades, considerando que a maioria das teorizações é formulada com dados das línguas no estado contemporâneo.

Para uma melhor compreensão da proposta da Morfologia Construcional, é preciso situá-la na história dos estudos morfológicos desenvolvidos nas teorias linguísticas modernas. Nesse sentido, os próximos dois capítulos se encarregarão de tal tarefa. Com o capítulo 2, faz-se uma cronologia de abordagens léxico-morfológicas, desde o estruturalismo de Saussure ao construcionismo de Booij, passando pela Hipótese Lexicalista do modelo gerativista. O capítulo 3 detalha o modelo, revisando, criticamente, as propriedades consideradas essenciais na descrição morfológica proposta por Booij (2010, 2013, 2015).

2 CONCEPÇÕES DE LÍNGUA, LÉXICO E MORFOLOGIA: DO ESTRUTURALISMO DE SAUSSURE À MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL DE BOOIJ

O Estruturalismo é um divisor de águas nos estudos linguísticos. Não raramente, são encontradas menções às abordagens pré-estruturalistas ou pós-estruturalistas, o que mostra que essa teoria é considerada um marco de referência. A escola estruturalista inaugura a chamada Linguística Moderna, que desponta no século XX e tem no suíço Ferdinand de Saussure a figura paterna.

A formalização do Estruturalismo como uma escola dos estudos linguísticos se dá com o *Curso de Linguística Geral* (1916), livro publicado três anos após a morte de Ferdinand de Saussure, que reúne as ideias propostas entre 1907 e 1911 em cursos ministrados na Universidade de Genebra. Ao inaugurar uma nova fase na Linguística, Saussure (2012 [1916]) apresenta conceitos próprios para o que entende como língua, a fim de delimitar o seu objeto de investigação.

Saussure propõe a língua como uma estrutura autônoma e isolada de fatores externos, valendo-se somente de relações sintagmáticas e paradigmáticas que acontecem dentro do próprio sistema. Uma das dicotomias propostas por Saussure é a da *langue* (língua) e *parole* (fala). A *langue* é um sistema de signos convencionados, depositado nas mentes dos falantes e compartilhado por toda uma comunidade linguística, apresentando homogeneidade, ao passo que a *parole* é uma manifestação concreta da *langue* e tem caráter individual e heterogêneo. Em nome da objetividade, Saussure elege a *langue* como objeto da investigação linguística, por apresentar um conjunto de regras categóricas, obrigatórias e invariáveis.

Outra dicotomia apresentada por Saussure é a de *sincronia X diacronia*. O olhar sincrônico compreende um recorte estático e quase fotográfico da língua em um dado momento histórico. Já o olhar diacrônico aborda vários recortes estáticos, a fim de compreender a língua como produto de uma série de evoluções ao longo do tempo, dando-lhe um caráter mais dinâmico. A sincronia será privilegiada, pois se entende que o falante, em sua sincronia, não acessa, (socio)mentalmente, nem os dados de sincronias pretéritas, nem presencia a dinamicidade da língua nas sucessivas passagens de tempos. Ainda assim, os estudos saussurianos deram contribuições significativas para a pesquisa diacrônica.

A natureza do signo linguístico é uma discussão também marcante na obra de Saussure. O autor propõe que o signo linguístico apresente uma relação de inseparabilidade

entre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito), não permitindo desunir um do outro tal como as duas faces de uma folha de papel. Nessa visão, propõe-se que o signo seja arbitrário, baseado em convenções tacitamente acordadas entre os falantes. Daí, a palavra *rato*, por exemplo, não estabelece qualquer relação de semelhança entre a sua cadeia fonológica (significante) [‘hato] e o seu conteúdo (significado) *pequeno mamífero roedor*, configurando arbitrariedade. Porém, ao ouvir tal sequência fônica, o falante, mentalmente, a associa àquele conceito, caracterizando a inseparabilidade dos planos de significante e significado.

Essa arbitrariedade proposta por Saussure foi, no entanto, relativizada. Como exemplificado pelo próprio autor, se tomados os numerais *dez* e *nove*, assume-se, indubitavelmente, que esses sejam signos arbitrários. Porém, em *dezenove*, remonta-se a *dez* e a *nove*, e isso pode ajudar na associação entre significante e significado, dando um caráter parcialmente motivado a esse signo. Da mesma forma, em *sapateiro*, *doceiro* e *marinheiro*, as relações com *sapato*, *doce* e *marinha*, respectivamente, podem ser, de alguma maneira, pressupostas. Assim, pode-se estabelecer que palavras derivadas sejam, em parte, motivadas, visto que alguns elementos constituintes podem ser presumidos e lançar hipóteses sobre os seus significados.

Esses exemplos ajudam a compreender a maneira com que se deu a visão saussuriana do léxico, que, em parte, se estabeleceu no conceito de *relações associativas*, em que palavras podem formar grupos que se associam mentalmente e essa associação pode se dar no nível fonológico, morfológico ou semântico. No entendimento de Saussure (2012 [1916]),

[...] as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. (...). Vê-se que essas coordenações são de uma espécie bem diferente das primeiras. Elas não têm por base a extensão; sua sede está no cérebro; elas fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo. Chamá-las-emos relações associativas. (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 172)

Assim, segundo Saussure (2012 [1916], p. 174), palavras como *enseignement*, *enseigner*, *enseignons* etc. (*ensino*, *ensinar*, *ensinemos*) podem ser associadas por possuírem um elemento comum (o radical), ao mesmo tempo em que a palavra *enseignement* pode ser relacionada a outras, como *armement* (*armamento*) e *changement* (*desfiguramento*), por meio de outro elemento, o sufixo. A associação pode se dar também por analogia dos significados (*ensino*, *instrução*, *aprendizagem*, *educação* etc.) ou ainda pela semelhança de imagens

acústicas, como entre *ensinamento* e *lento*. Esse conjunto de relações está representado na Figura 2.



Figura 2: Relações associativas na teoria de Saussure (SAUSSURE, 1969 [1916], p. 146)

Nota-se que, nessa formulação, o léxico é tido por Saussure como um acervo mental e, uma vez que o estudo saussuriano se concentra na *langue*, e essa se orienta para um conhecimento compartilhado, esse acervo deve ser comum aos falantes, a fim de manter o princípio comunicativo da língua, o que faz desaguar na concepção de léxico como tesouro vocabular.

No que toca à morfologia, Saussure a compreende por meio das relações associativas que acontecem com morfemas, visto que, nessa concepção, são eles que permitem formar as palavras. Reconhecer essas relações no âmbito morfolexical é importante para discutir a recepção de novos itens, que, segundo o autor, ocorre quando há surgimento de uma nova palavra na fala (*parole*) e a sua compreensão “só é possível pela lembrança de um número suficiente de palavras semelhantes pertencentes à língua (*imperdoável, intolerável, infatigável* etc.).” (SAUSSURE, 2012 [1916], pp. 173-174).

Essa visão dos processos genolexicais estada em um princípio analógico permanecerá, de variadas formas, em teorias posteriores. Porém, no estruturalismo saussuriano, não houve grande interesse por esses processos tidos como acidentais, pois, envolvido pelo estudo da *langue*, a sua preocupação se centrou na análise de estruturas já existentes.

Embora os postulados do estruturalismo saussuriano para aspectos morfológicos sejam, de fato, importantes, é no âmbito da corrente estruturalista norte-americana, que tem como maior referencial Leonard Bloomfield, que aparecem as maiores contribuições para os estudos da Morfologia no século XX, dentro dessa teoria. Essa vertente surge de maneira independente, quando os postulados de Saussure começam a ganhar difusão na Europa. Se

Saussure observava a língua como um fato social e/ou um conhecimento compartilhado por seus falantes, entendendo-a por bases sociológicas, Bloomfield (1933) apoiava-se na psicologia behaviorista, acreditando que a língua podia ser estudada por situações de estímulo-resposta.

Em se tratando de estruturação linguística, Bloomfield (1933) propõe que cada língua tenha uma estrutura específica em que constam três níveis: o fonológico, o morfológico e o sintático. Esses níveis são vistos de maneira hierárquica e cada nível é composto de unidades do nível imediatamente inferior. Assim, sentenças são sequências de palavras, palavras são sequências de morfemas e morfemas são sequências de fonemas. Cada língua estabelece um conjunto de regras próprias para que as combinações dos níveis inferiores formem unidades do nível imediatamente superior.

No meio dessas muitas proposições bloomfieldianas, aparece o conceito clássico de morfema: “uma forma mínima recorrente (dotada de significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes menores, sem prejuízo da significação” (BLOOMFIELD, 1933, p. 120). Nos termos do autor, o morfema atrela uma dada combinação de fonemas (unidade imediatamente inferior) a um determinado significado, que deverá ter recorrência e valor opositivo/distintivo, não apresentando qualquer semelhança fonética ou semântica com outra forma no sistema linguístico.

A respeito desse conceito, Soledade & Santos Lopes (2015) entendem que essa é uma das maiores contribuições do Estruturalismo, visto que as teorias subsequentes que apresentaram um modelo de análise morfológica, como o Gerativismo e o Cognitivismo, não chegaram a propor um novo conceito. Outra contribuição destacável do modelo estruturalista para a prática de descrição linguística é o método de comutação mórfica, que segue não superado pelas teorias subsequentes. Uma aplicação está apresentada no Quadro 1⁸ abaixo.

pedr		a
pedr	eir	o
Cas		a
Cas	eir	o

Quadro 1: Exemplo de comutação mórfica

⁸ Nesse quadro, os vocábulos *pedra*, *pedreiro*, *casa* e *caseiro* aparecem morficamente esmiuçados. Tratando a estrutura da língua como um sistema de formas opositivas em que o valor de uma forma se dá pela oposição à outra, como em um jogo de xadrez, pode-se assumir que, com *casa* e *pedra*, *cas-* e *pedr-* ocupam a mesma posição no paradigma. Da mesma maneira, na oposição entre *casa* e *caseira*, e entre *pedra* e *pedreiro*, detecta-se a existência de um segmento medial *-eir-* de valor distintivo e aditivo. Na comparação entre *pedreiro* e *caseiro*, pode-se admitir que *-eir-* acontece sempre numa mesma posição e com um mesmo significado (nesses casos, agentivo), confirmando a sua recorrência, o que permitirá entendê-lo como um morfema da língua.

Ainda no âmbito do estruturalismo bloomfieldiano, merece destaque a concepção de léxico para esse modelo: “um apêndice da gramática, uma lista de irregularidades básicas” (BLOOMFIELD, 1933, p. 274). Ou seja, Bloomfield propõe que só sejam listadas no léxico as palavras que, quando analisadas, fujam à regularidade, não apresentando uma correspondência entre forma e significado.

Em linhas gerais, o modelo estruturalista, mesmo na vertente americana, embora apresente contribuições marcantes para a teoria morfológica, como o conceito de morfema e o método de comutação na análise mórfica, colocou o léxico em uma posição marginal, sem fazer a integração precisa entre a morfologia e o léxico.

Em oposição à visão behaviorista de Bloomfield, o Gerativismo surge nos Estados Unidos, com a publicação do livro *Syntactic structures*, de Noam Chomsky, em 1957 (visto aqui em tradução publicada em 2015). Nessa concepção teórica, Chomsky observa que a linguagem humana se caracteriza pela criatividade e esse é o principal aspecto para diferenciá-la dos sistemas de comunicação de outros animais. Além disso, observa o autor que a facilidade com que as crianças aprendem uma língua sugere que haja algo de biológico no desenvolvimento da linguagem. Por isso, o autor se norteia por uma concepção genético-biológica na abordagem linguística, propondo que o ser humano nasça com uma espécie de órgão que lhe permite adquirir uma língua.

Na hipótese gerativista apresentada em Chomsky (2015 [1957]), o conceito de gramática é dado como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, com cada sentença sendo finita em extensão e formada com base em um conjunto finito de elementos. Para o autor, um falante possui um conhecimento intuitivo para avaliar quais sentenças são gramaticais na sua língua (competência linguística) e isso advém de uma exposição finita e acidental a ela. Embora reconheça a importância dos estudos semânticos, Chomsky (2015 [1957]) acredita que esses não são relevantes para determinar ou caracterizar os enunciados de uma língua, concluindo que a gramática seja autônoma e independente.

O modelo gerativo se norteia por uma sobreposição da sintaxe em relação aos outros níveis, como a morfologia e a fonologia, sendo essa última de caráter ancilar, apenas dando forma fonológica aos traços computados pelo componente sintático. A morfologia é tomada como uma zona de interface entre a sintaxe e a fonologia; e o léxico, como menciona Basílio (1980, p. 26), é “uma lista não ordenada de entradas lexicais”, abarcando traços fonológicos, semânticos e sintáticos, onde se considera apenas a palavra inteira.

Os aspectos da derivação morfológica eram tratados como subjacentes à derivação sintática, com regras transformacionais atuando na estrutura profunda. Esse processo de derivação sintática sugere que sentenças como *João comeu o que?* e *O que João comeu?* sejam geradas em uma mesma estrutura profunda, derivando a segunda da primeira. Da mesma forma que, no par *João comeu o bolo* e *O bolo foi comido por João*, a sentença passiva é derivada da canônica (sujeito-verbo-objeto). Nesse entendimento, pares de palavras primitivas e derivadas como *deliberar e deliberação*, seriam explicados por derivações sintáticas do tipo *Estou aguardando que o juiz deliberar* e *Estou aguardando a deliberação do juiz*.

A partir do artigo *Remarks on nominalizations*, Chomsky (1970) considera que a gramática de uma língua compreenda um componente categorial, a que ele chama de *gramática livre de contexto*, e um léxico, que consiste de entradas lexicais, com um sistema de traços especificados. Desfazendo-se da hipótese transformacional, o autor propõe que alguns tipos de nominalizações não sejam processos derivacionais da sintaxe, mas sim do escopo do próprio léxico.

Assumir essa postura, segundo o autor, fortalece o léxico e o enriquecimento desse componente faz com que os outros se tornem mais simplificados. Comparando-se com a assunção do modelo transformacional de que a morfologia era uma interface entre sintaxe e fonologia, essa nova visão fornece diretrizes para o estudo da morfologia derivacional e retira desses outros níveis a responsabilidade de explicar fenômenos dessa natureza. A publicação desse artigo inaugura a chamada Hipótese Lexicalista e formaliza os processos de formação de palavras com base em regras que diferem das regras transformacionais que aconteciam na hipótese anterior.

Nesse trabalho, Chomsky (1970, p. 187) atenta para dois tipos de nominalizações: as *gerundive nominals* (nominalizações gerundivas) e as *derived nominals* (nominalizações derivadas). Sejam observados os exemplos de (01) a (03), extraídos do próprio texto:

(01) a. John is eager to please. (CHOMSKY, 1970)

John está pronto para agradar.

b. John has refused the offer. (CHOMSKY, 1970)

John recusou a oferta.

c. John criticized the book. (CHOMSKY, 1970)

John criticou o livro.

(02) a. John's being eager to please. (CHOMSKY, 1970)

- John está sendo ansioso para agradar.
- b. John's refusing the offer. (CHOMSKY, 1970)
John está recusando a oferta.
- c. John's criticizing the book. (CHOMSKY, 1970)
John está criticando o livro.
- (03) a. John's eagerness to please. (CHOMSKY, 1970)
A ansiedade de João em agradar.
- b. John's refusal of the offer. (CHOMSKY, 1970)
A recusa de João à oferta.
- c. John's criticism of the book. (CHOMSKY, 1970)
A crítica de João ao livro.

As nominalizações gerundivas são vistas nos exemplos em (02) e as nominalizações derivadas em (03). Elas se diferenciam por três aspectos principais, a saber: (i) produtividade⁹; (ii) relação entre produto nominalizado e sentença a que ela se associa; e (iii) a estrutura interna do sintagma nominal formado. Para Chomsky (1970), as nominalizações gerundivas são produtivas e podem ser formadas a partir de sentenças canônicas do tipo sujeito-predicado e a relação semântica entre a nominalização e a sentença-fonte é previsível. Logo, as nominalizações em (02) são derivadas sintaticamente das sentenças em (01). Por isso, o modelo transformacional é suficiente para explicá-las.

O mesmo, entretanto, não pode ser dito sobre as nominalizações derivadas, em (03), pois são mais restritas quanto à produtividade e, caso sejam abordadas sintaticamente, as relações semânticas entre elas e suas sentenças-fonte seriam menos previsíveis e mais idiossincráticas. Além disso, esse tipo de nominalização apresenta uma estrutura interna de sintagma nominal. A respeito do fator produtividade, Chomsky (1970) exemplifica com sentenças que apresentam restrições na formação de nominalizações derivadas, mas não na de nominalizações gerundivas:

- (04) John is easy (difficult) to please. (CHOMSKY, 1970)
João é fácil (difícil) de agradar.
- (05) *John's easiness (difficulty) to please. (CHOMSKY, 1970)
* A facilidade (dificuldade) de João agradar.

⁹ Nos termos de Chomsky (1970), produtividade diz respeito à capacidade de um falante entender ou dizer uma estrutura sem que nunca a tenha ouvido ou dito antes.

Os exemplos em (04) e (05) mostram que não há correspondência entre elas, pois (05) é agramatical, no instante em que estabelece uma relação genitiva entre *John* e *easiness*, pois a facilidade de agradar não é do agente ou experienciador *John*. *John*, na verdade, é o beneficiário ou alvo do ato de *agradar*. Isso é diferente do que acontece com os dados de (01) e (03), em que *John* é o agente dos verbos de ação e, portanto, pode estabelecer uma relação genitiva com a forma nominalizada. O que se observa, com esses casos, é que, em termos de computação sintática, enquanto as nominalizações gerundivas apresentam uma prontidão formativa, licenciando que todo verbo tenha sempre uma forma gerundiva correspondente sem nenhum acréscimo semântico, as nominalizações derivadas não são regidas pelos mesmos princípios.

Outra diferença entre os dois tipos de nominalizações é que só as derivadas têm a estrutura de sintagmas nominais. Por isso, Chomsky (1970) propõe que essas nominalizações derivadas sejam listadas como nomes no léxico e tratadas como substantivos na estrutura profunda. Acerca do caráter semântico-idiossincrático, Chomsky (1970) comenta que essa não é uma discussão profícua, pois o apelo para esse argumento, que reduz a hipótese de que as transformações não veiculam matizes semânticos, pode ser extenso. No modelo transformacional, aceitava-se que a regra podia capturar a relação regular e produtiva, logo a relação entre as nominalizações derivadas e os seus verbos precedentes poderia não ser captada, pois é irregular, visto que nem toda aparente estrutura de nominalização derivada tem um verbo precedente.

Chomsky (1970) propõe entradas neutras para dar conta de verbos e nominalizações, estabelecendo que entradas lexicais estejam relacionadas, de alguma forma, aos traços contextuais, mas que estejam livres no que se refere aos traços categoriais. Sendo assim, as formações nominalizadas e os verbos precedentes podem apresentar algumas propriedades semânticas e sintáticas iguais (traços contextuais), mas diferem-se em relação aos traços categoriais [+N] ou [+V]. Nesse sentido, itens lexicais como *deliberar* e *deliberação* apresentariam uma entrada lexical única, algo como um tema *delibera-*, e a diferenciação é feita por traços categoriais.

O texto de Chomsky (1970) avança em relação à proposta transformacional, pois estabelece que as nominalizações não aconteçam em uma interface entre sintaxe e fonologia, mas sim numa autonomia do componente léxico. Faltam a esse trabalho: (i) o detalhamento da estruturação do léxico e do seu escopo, ainda que o autor reconheça a sua função independente; (ii) a abordagem de outros processos de formação de palavras que podem ou

não se relacionar com as nominalizações; e (iii) o detalhamento do fator semântico, considerado menos proífico.

Com base nessas novas proposições de Chomsky (1970), Halle (1973), em *Prolegomena to a Theory of Word-formation*, se lança como um dos primeiros trabalhos produtivos a seguir a hipótese lexicalista, reforçando esse modelo gerativista em que o léxico e a morfologia aparecem ao lado da sintaxe e da fonologia, e não mais como zonas de interface. Para Halle (1973), a gramática de uma língua é uma representação formal do que um falante deve saber sobre essa, incluindo uma *lista de morfemas*, que deve fornecer informações gramaticais, e as *regras de formação de palavras* ou *morfologia*. O autor propõe que falantes de uma língua possuam um conhecimento tácito não só sobre o acervo de palavras da sua língua, mas também sobre a estruturação interna delas e como elas se arranjam.

- (06) a. dog think write love antidisestablishmentarianism (HALLE, 1973)
 b. *svan pensare katav mile donaudampfschiffahrtsgesellschaft (HALLE, 1973)
- (07) a. trans-form-at-ion-al (HALLE, 1973)
 b. *ion-trans-al-at-form / *al-form-at-ion-trans (HALLE, 1973)

Com os exemplos em (06) e (07), Halle (1973) argumenta que o falante do inglês é capaz de identificar que as palavras em (06a) pertencem ao léxico da língua, enquanto as em (06b) não pertencem. Essa é uma percepção que ele tem a partir do seu conhecimento sobre o acervo lexical da língua. Com (07), Halle explica o que propõe como sendo a *regra de formação de palavras*: a maneira como os morfemas devem estar organizados para formar palavras reais. O autor admite que o processo formativo em (07a) é possível no inglês, pois respeita a sequência do processo de adjunção dos morfemas. Essa mesma regra de formação faz com que os exemplos em (07b) sejam agramaticais na língua.

Dentro do seu modelo, Halle (1973) propõe que a lista de morfemas e as regras de formação definam o conjunto de palavras potenciais da língua e, depois de passar pelo *filtro*¹⁰,

¹⁰ A respeito da noção de filtro no modelo lexical proposto em Halle (1973), Marinho (2004) explica da seguinte maneira: “De forma simplificada, o componente lexical no modelo de Halle pode ser assim resumido: há um componente morfológico, que contém lista, RFPs e filtro, e um dicionário. A lista, como já foi aventado, possui os primitivos morfológicos, que serão usados nas RFPs para formar o conjunto possível de palavras da língua. O filtro atribuirá o traço [- inserção lexical] a todas as palavras agramaticais e/ou inaceitáveis. Os vocábulos que não recebem esse traço têm acesso ao dicionário. A palavra ‘dentista’, por exemplo, não recebe o traço e vai para o dicionário. O mesmo não ocorreria com ‘*denteiro’, que, sendo inaceitável, ficaria retida no filtro.” (MARINHO, 2004, p. 17).

esse conjunto maior se transforma em um conjunto menor de palavras reais, que estão no chamado de dicionário da língua. O modelo de Halle está representado na Figura 3.

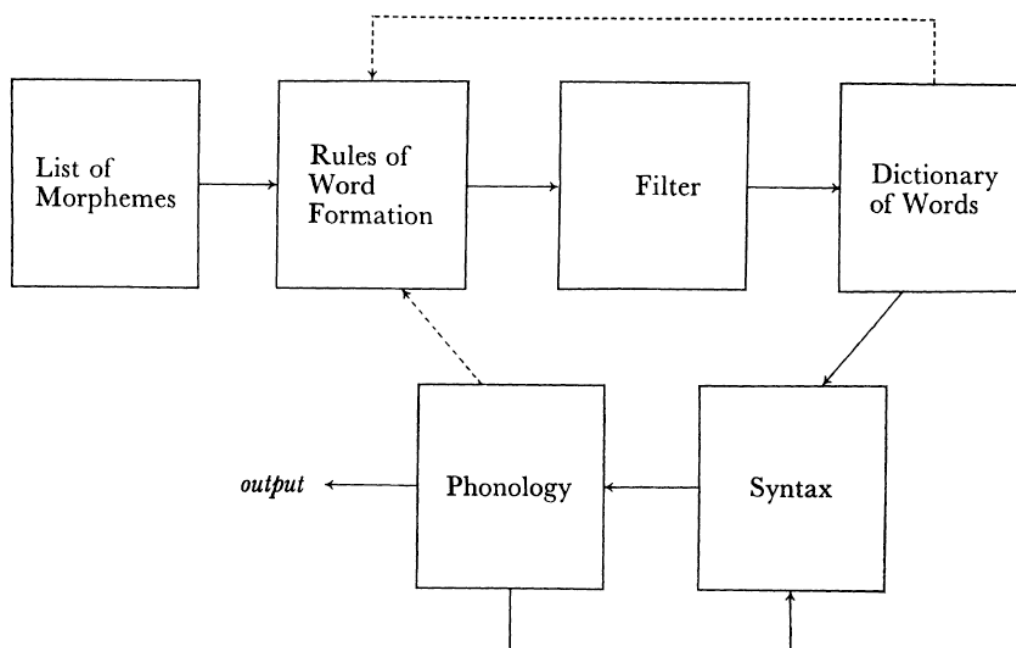


Figura 3: Estruturação do léxico proposta por Halle (HALLE, 1973, p. 8)

Esse modelo de Halle (1973) avança bastante por apresentar uma proposta concreta de estruturação do léxico (Figura 3), o que não aconteceu em Chomsky (1970). Um salto destacável é que Halle aborda todos os fenômenos morfológicos no âmbito do léxico, tornando indistintos, até certo ponto, os processos de flexão e derivação¹¹. Porém, um problema que ainda se mantém é a desconsideração dos fatores semânticos no estudo da língua, não havendo um componente próprio, mesmo o autor mencionando a existência de idiosincrasias dessa natureza.

Conforme o fluxo temporal do desenvolvimento da teoria lexicalista, o próximo trabalho é o de Jackendoff (1975): *Morphological and Semantic regularities in the Lexicon*. Seguindo percurso parecido com o de Halle (1973), o autor procura dar continuidade ao trabalho iniciado por Chomsky (1970), intentando uma mais articulada teoria do tratamento lexical de nominalizações para estender as análises para outros casos de derivação.

¹¹ Em relação à proposta de Chomsky (1970) de colocar apenas alguns processos morfológicos (derivacionais) no escopo do léxico, a proposta de Halle (1973) pode ser considerada radical. Mais tarde, Anderson (1982) irá considerar que há uma morfologia relevante para a sintaxe, a flexional, e outra que seria irrelevante, a derivacional. Numa leitura de Scalise & Guevara (2005), o trabalho de Halle (1973) caracteriza a Hipótese Lexicalista Forte, pois coloca todo tipo de morfologia sob responsabilidade do léxico, enquanto os que distinguem, como Anderson (1982), se encaixariam na Hipótese Lexicalista Fraca.

Jackendoff (1975, p. 639-640) propõe que uma teoria do léxico deva abordar questões basilares: (i) o fornecimento de informação suficiente para cada entrada lexical, a fim de descrever corretamente o seu uso na língua; (ii) a expressão de relações, sub-regularidades e generalizações entre itens lexicais da língua, que possam ser vinculados de maneira sistemática, tais como *decide* e *decision*; (iii) a descrição de como as relações particulares e sub-regularidades no léxico são escolhidas, explicando o porquê de certas relações, e não outras possíveis, fazerem parte da descrição desse léxico, além disso, é preciso explicar o motivo de *decide*, e não *decision*, ser escolhido como o mais básico dos itens relacionados.

Como discorda da postura de Chomsky (1970), que argumenta em prol de entrada lexical única para pares como *decide* e *decision*, Jackendoff (1975) propõe uma teoria alternativa para que *decide* e *decision* tenham entradas lexicais distintas, mas relacionadas, chamando atenção para o fato de como a competência do falante captura essas relações lexicais: dois itens lexicais são relacionáveis, quando o fato de conhecer um deles torna mais fácil interpretar o outro. Ou seja, eles contêm menos informações independentes do que dois itens lexicais não relacionados.

Diante da negativa da Hipótese Lexicalista em assumir uma regra sintático-transformacional entre *decide* e *decision*, tal como acontecia na teoria gerativista inicial, uma regra que dê conta dessa derivação precisaria ser expressa no interior do próprio componente lexical. Jackendoff (1975) diz que essa regra se chama *regra de redundância lexical* e contribui para reduzir a informação independente e mais custosa ao léxico. Como menciona o autor, esse já era um termo conhecido do modelo transformacional, mas, até ali, pouco trabalho tinha sido feito para a formalização dessas regras. Tendo isso em vista, Jackendoff (1975) discute duas teorias preliminares, a fim de explicar as relações lexicais e os seus níveis de adequação para uma contundente descrição do léxico. Essas duas teorias são: *Teoria da Entrada Lexical Empobrecida* e *Teoria da Entrada Lexical Plena*.

No modelo da Teoria da Entrada Lexical Empobrecida, recusada pelo autor, *decide* é uma entrada plenamente especificada, mas a entrada para *decision* é não existente ou não especificada plenamente. A regra de redundância, então, preenche a informação que falta da entrada de *decision*. O conteúdo da informação independente de *decide-decision* é, portanto, reduzido, porque a entrada para *decision* não tem de ser preenchida tal qual a de *decide*. O conteúdo da especificação de uma entrada está expresso em (08), em versão traduzida, e a maneira como *decide* seria representado está em (09).

$$(08) \left[\begin{array}{c} \text{número de entrada} \\ /representação fonológica/ \\ \text{características sintáticas} \\ \text{REPRESENTAÇÃO SEMÂNTICA} \end{array} \right] \text{ (Jackendoff, 1975)}$$

$$(09) \left[\begin{array}{c} 784 \\ /decid/ \\ +V \\ +[\text{NP1} \text{ ____ } \text{on NP2}] \\ \text{NP1 DECIDE ON NP2} \end{array} \right] \text{ (Jackendoff, 1975)}$$

Nessa representação em (09), o *número da entrada* é um índice que permitirá referência a uma entrada lexical independente e é de natureza arbitrária. A *representação fonológica* dispensa maiores explicações: é a forma fonológica que se materializa na realização da palavra. As *características sintáticas* dizem respeito aos traços morfossintáticos, nesse caso [+V], e a projeção argumental do verbo, representada pela correlação entre os índices dos NPs (*nominal phrases* - sintagmas nominais). À *representação semântica*, cabe determinar como esses argumentos sintáticos do verbo se comportam quanto aos papéis semânticos. Isso é dizer que, em termos sintáticos, o verbo *decide* seleciona dois argumentos NPs, um será sujeito (NP1), outro aparecerá como complemento (NP2). Em termos semânticos, o NP sujeito (NP1) será o agente da sentença, enquanto o NP complemento (NP2) será tema ou paciente.

Quanto à regra de redundância lexical, Jackendoff (1975) sugere que essa se represente por uma seta dupla, que pode ser interpretada como uma relação simétrica de ‘é lexicalmente relacionado a’, o que permite que a regra seja formulada da seguinte forma: “uma entrada lexical *x*, tendo tais e tais propriedades, está relacionada a uma entrada lexical *w* que tem tais e tais propriedades.”¹²(JACKENDOFF, 1975, p. 642, tradução nossa). Uma representação em colchetes está em (10).

$$(10) \left[\begin{array}{c} x \\ /y + ion/ \\ +N \\ +[\text{NP1}'s \text{ ____ } (P) \text{ NP2}] \\ \text{OF NP1}'s Z - \text{ING NP2} \end{array} \right] \leftrightarrow \left[\begin{array}{c} w \\ /y/ \\ +V \\ +[\text{NP1}'s \text{ ____ } (P) \text{ NP2}] \\ \text{NP1 Z NP2} \end{array} \right] \text{ (Jackendoff, 1975)}$$

¹²“A lexical entry *x* having such-and-such properties is related to a lexical entry *w*, having such-and-such properties.” (JACKENDOFF, 1975, p. 642)

Considerada a representação em (10), a entrada de *decision* no componente lexical seria representada como em (11):

$$(11) \left[\begin{array}{c} 375 \\ \text{derived from 784} \\ \text{by rule 10} \end{array} \right] \text{(Jackendoff, 1975)}^{13}$$

Na Teoria da Entrada Lexical Empobrecida, a entrada lexical de *decision* é reduzida a uma referência ao verbo com o qual se relaciona (*decide*) e à regra de redundância (10) que se aplica sobre ela. Assim, várias outras entradas são empobrecidas ou simplificadas, seguindo a mesma representação.

Por outro lado, na Teoria da Entrada Lexical Plena, defendida pelo autor, assume-se que *decide* e *decision* tenham entradas lexicais plenamente especificadas, e a regra de redundância não desempenha um papel central no processo de derivação. A regra de redundância atua na medida da informação para o léxico, designando como redundante toda a informação em uma entrada lexical que seja previsível pela existência de uma entrada relacionada. Essa informação redundante não é considerada independente.

Nesse segundo modelo, qualquer entrada lexical tem a forma apresentada em (08) e exemplificada em (09), excetuando-se o número da entrada que passa a ser visto como desnecessário. A entrada de *decide* tem a mesma forma de (09), sem a informação numérica. A entrada de *decision*, no entanto, não se parece com a de (11), e essa nova configuração se apresenta em (12):

$$(12) \left[\begin{array}{c} /decid + ion/ \\ +N \\ +[NP1's \text{ ____ } (P) NP2] \\ \text{ABSTRACT RESULT OF ACT OF} \\ \text{NP1'S DECIDING NP2} \end{array} \right] \text{(Jackendoff, 1975)}$$

A fim de avaliar o custo da informação nessa nova visão de léxico, Jackendoff (1975, p. 643), entende que, primeiro, é necessário determinar a quantidade de informação independente adicionada ao léxico pela introdução de uma nova entrada lexical. Daí, somente somando-se todas as entradas, seria possível determinar o conteúdo da informação do léxico

¹³ Em Jackendoff (1975), encontra-se “by rule 3”, pois está em conformidade com a sequência do texto. Aqui, optou-se por adaptar para “by rule 10”, pelo mesmo motivo.

inteiro. Para um detalhamento do que seria essa medida de informação de uma entrada, o autor sugere que seja tomada uma palavra nova a ser introduzida no léxico. As três informações que se adicionam são: (i) a informação de que essa entrada é um item existente no léxico, ou seja, uma palavra na língua; (ii) todo o conteúdo nesse item que não possa ser previsto por alguma regra de redundância, ou em termos de outra informação que já esteja no léxico; (iii) o custo mental para se retomar uma regra de redundância que dê conta da informação presumível por outra já existente no léxico.

Jackendoff (1975, p. 643-644) detalha como a medida da informação independente é feita na Teoria da Entrada Plena. Para isso, o autor retoma o par *decide/decision*, supondo que o léxico não contenha nenhuma dessas duas palavras e que elas estejam sendo adicionadas uma a uma. Conforme a explicação do autor, o custo de adicionar (09 - *decide*), considerando que seja uma palavra primitiva não relacionável com outra no léxico, é o custo da informação de que essa é uma palavra existente e do seu conteúdo semântico. Dada a entrada de (09) no léxico, seja adicionada (12 - *decision*). Sendo esse item, em parte, previsível por (09) e pela regra de redundância (10), o seu custo de informação envolve o conhecimento de que a palavra existe e o custo da referência à regra (10), o que é certamente menor do que todo o custo da informação em (12). Logo, o custo para adicionar o par *decide-decision* envolve: a informação de que as duas palavras existem, a informação total da entrada (09) e o custo para se referir a alguma regra de redundância (10).

Ainda nesse caso de *decide* e *decision*, Jackendoff (1975, p. 644) observa uma possível assimetria, para o caso de *decision* ser adicionada primeiro que *decide*. O custo da informação seria diferente, envolvendo a informação de que duas palavras existem, a informação total contida em (12) e o custo para se referir à regra de redundância (10), com essa operando em direção oposta. Ou seja, seria mais custoso se *decision* fosse introduzida primeiro, uma vez que, em (12), há mais elementos fonológicos (+*ion*) e mais informação semântica (ABSTRACT RESULT OF ACT OF - resultado abstrato do ato de). Diante disso, o autor opta pela noção de que as palavras complexas sejam introduzidas depois daquelas das quais elas se derivam.

O trabalho de Jackendoff (1975) avança por formalizar relações lexicais e por tentar criar um modelo que trate da morfologia, levando em consideração aspectos da semântica. Concorde-se com Basílio (1980), no entendimento de que, entre os problemas dessa proposta, estão: (i) o tratamento para as nominalizações que não têm base verbal livre ou disponível na língua, fazendo com que, novamente, se tenha de criar bases hipotéticas para esses casos; (ii)

a dificuldade de estender esse enquadre associativo, por meio de regras de redundância lexical, a outros fenômenos da derivação.

Na sequência das proposições, Aronoff (1976) apresenta *Word Formation in Generative Grammar*, em que fornece uma profícua contribuição ao modelo gerativista, pois atualiza ou postula conceitos, como *bloqueio*, *produtividade* e *regras de formação de palavras*, da forma como, prototipicamente, se aborda na morfologia gerativa. Assim, a noção de bloqueio se contrapõe à noção de filtro de inserção em lexical em Halle (1973), pois, nesse último, palavras potenciais ficavam retidas no filtro, não indo para o dicionário da língua e causando custos ao modelo, ao passo que, em Aronoff (1976, p. 43), o bloqueio, sumariamente, é a não existência de uma palavra em função da existência de outra.

A respeito do conceito de regras de formação, Aronoff (1976), novamente, se opõe a Halle (1973), visto que, no trabalho desse, as regras de formação davam conta da organização sintagmática dos morfemas. Aronoff (1976), no entanto, entende que palavras derivadas (*outputs*) são formadas a partir de outras palavras (*inputs*), propondo não só uma visão mais ativa e dinâmica do conceito de regra, mas também uma descrição morfológica baseada em palavras, e não em morfemas, como fazia Halle. A respeito disso, o autor menciona que

As regras regulares referidas acima serão denominadas de Regras de Formação de Palavra (RFP). Cada regra especifica um conjunto de palavras sobre o qual ela pode operar. Esse conjunto, ou qualquer membro desse conjunto, será chamado de *base* dessa regra. Toda RFP especifica uma operação fonológica única que opera sobre a base. Toda RFP especifica também o rótulo sintático e a subcategorização da palavra resultante, bem como a sua leitura semântica, que é uma função da interpretação da base. (ARONOFF, 1976, p. 22, tradução nossa)¹⁴

As RFPs aronoffianas são formalizadas como em (13).

$$(13) \quad [X]_a \rightarrow [[X]_a Y]_b$$

O último conceito atualizado por Aronoff é o de produtividade. A respeito desse, Basílio (1980) faz a seguinte leitura:

No livro *Word Formation in Generative Grammar*, Aronoff apresenta uma contribuição de alta relevância para o estudo da produtividade do léxico. Em particular, a especificação da produtividade de uma regra de acordo com

¹⁴ The regular rules referred to above will be termed *Word Formation Rules* (WFR). Such a rule specifies a set of words on which it can operate. This set, or any member of this set, we will term the *base* of that rule. Every WFR specifies a unique phonological operation which is performed on the base. Every WFR also specifies a syntactic label and subcategorization for the resulting word, as well as a semantic reading for it, which is a function of the reading of the base. (ARONOFF, 1976, p. 22).

características morfológicas da base e a noção de bloqueio constituem fatores de importância decisiva para o desenvolvimento de restrições à chamada classe potencial de palavras de uma língua. (BASÍLIO, 1980, p. 37)

Assim, dentro do modelo aronoffiano, a ideia de produtividade diz respeito à capacidade de uma RFP que opera sobre uma dada base gerar novas palavras. Assim, ainda em Basílio (1980), pode-se ilustrar o seguinte exemplo:

Tomemos como ilustração do primeiro ponto, o caso de um sufixo como *-idade* em português. A produtividade deste sufixo em português está fora de qualquer discussão. Entretanto, o grau de produtividade varia, dependendo das características morfológicas das possíveis bases. Assim, por exemplo, a produtividade de *-idade* em bases com a constituição morfológica X-vel é praticamente 100%; este nível é drasticamente reduzido em formas do tipo X-ico e totalmente inexistente em formas X-udo. Portanto, na medida em que estabelecermos restrições de produtividade em regras de adição de sufixos de acordo com as características morfológicas das bases, estaremos adequadamente restringindo a classe potencial das palavras de uma língua. (BASÍLIO, 1980, p. 37)

Ainda sobre o conceito de produtividade em Aronoff (1976), Marinho (2004) observa que

A produtividade, no trabalho do autor, está ligada aos fatores (a) coerência, (b) e inalterabilidade do radical. Uma vez preservados esses parâmetros, a regra tende a ser capaz de formar novos itens lexicais na língua. Aronoff trabalha o conceito confrontando, sobretudo, o potencial de regras concorrentes. Quanto maior a coerência (baixa ocorrência de desvios semânticos) e maior inalterabilidade do radical, mais produtiva será a regra. Em contrapartida, o contrário será indício de baixa produtividade. (MARINHO, 2004, p. 18)

Outros conceitos marcantes no modelo de Aronoff (1976) são: *Hipótese da Base Palavra* (HBP), *Hipótese da Base Unitária* (HBU), *Produto Categorical Único* (PCU) e a *Regra de Truncamento* (RT).

- a. A HBP diz respeito ao fato já mencionado de que Aronoff propõe uma morfologia baseada em palavras. Assim, uma palavra derivada só se origina de outra já existente na língua.
- b. A HBU determina que uma dada RFP deva apresentar bases com especificação categorial única.
- c. O PCU é uma hipótese análoga à HBU. Dessa forma, os produtos (palavras resultantes) devem ter categoria igualmente única.

d. A RT dá conta das palavras derivadas que não parecem ter sido formadas de palavras existentes na língua.

Sobre a RT, Marinho (2004, p. 19) exemplifica com as palavras *marcenaria* e *marceneiro*, considerando que a raiz *marcen-* não remete a uma palavra existente na língua, e sim a um radical preso. A representação geral de uma RT pode ser vista em (14) e uma aplicação extraída de Marinho (2004) está em (15).

$$(14) \quad \begin{array}{c} [[\text{raiz} + \text{A}]_x \text{B}]_y \rightarrow 1 \ 0 \ 3 \\ \quad \quad \quad 1 \quad \quad 2 \quad \quad 3 \end{array}$$

$$(15) \quad \begin{array}{c} [[\text{marcen} + \text{aria}]_s \text{eiro}]_s \rightarrow 1 \ 0 \ 3 \text{ marceneiro (cancelamento de "aria")} \\ \quad \quad \quad 1 \quad \quad \quad 2 \quad \quad \quad 3 \end{array}$$

A respeito desse exemplo formulado em (15), Marinho (2004) explica que

Podemos observar que a regra provê uma explicação para a formação de “marceneiro”, mas, em contrapartida, não há como estipular uma regra que dê conta da formação de “marcenaria”, visto que “marceneiro” já foi considerada como produto, não podendo, portanto, servir de *input*. Exemplo clássico é o das palavras “agression”, “agressive” e “agressor”. “Agressive” e “agressor” partem da base “agression”, que tem a seqüência “-ion” cancelada pela RT. No entanto, não teríamos como explicar a formação de “agression”, que também necessitaria do mecanismo. (MARINHO, 2004, pp. 19-20)

Na visão de Basílio (1980), a RT é um mecanismo muito poderoso utilizado por Aronoff (1976) para sustentar a hipótese de uma morfologia baseada em palavras. No entendimento da autora, essas regras não devem ser aceitas e as palavras cujas bases não são formas livres na língua continuam a ser um problema para a teoria do léxico gerativo. Acrescente-se a isso a dificuldade de o modelo gerativista lidar com questões morfológicas que só podem ser resolvidas com uma abordagem histórica, como no caso das bases que já não se mostram transparentes para os falantes da língua contemporânea, mas que existiram em outras sincronias.

De maneira geral, em relação aos propostos de Aronoff (1976), cumpre mencionar a observação do próprio autor sobre as contribuições dadas aos estudos da morfologia. O destaque foi extraído de entrevista realizada no ano de 2009.

Esse trabalho foi baseado na noção de que a Morfologia deveria ser tratada como um objeto de estudo em si mesma e não apenas como uma fonte de dados para teorias sobre outros aspectos da linguagem. Eu ainda acredito

nisso. A noção de bloqueio (blocking), que é muito antiga, mas que meu trabalho trouxe novamente à tona para os linguistas modernos, também continuou central, ainda que hoje mais nos estudos de **inflexão**¹⁵. O estudo da produtividade se beneficiou de novos métodos, tanto quantitativos como experimentais. A melhor evidência de que o livro continua influente é o fato de que ele segue sendo editado, passados mais de trinta anos. (ARONOFF, 2009, pp. 1-2)

Em discordância com algumas formulações anteriores da morfologia gerativista, Basílio (1980), no Brasil, lança *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Nessa obra, uma notável contribuição é a aplicação das teorias aos dados de LP, visto que, até aqui, todas as teorizações gerativistas foram desenvolvidas em inglês. É também importante destacar a proposição da chamada *competência lexical*, seguindo as bases da competência linguística, conceito básico do gerativismo. Embora Halle (1973) já mencionasse que os falantes tivessem um conhecimento tácito sobre as palavras da língua e as suas estruturações internas, é com Basílio (1980) que o conceito se formaliza. Nas palavras da autora, a competência lexical de um falante nativo de uma língua, inclui:

a) o conhecimento de uma lista de entradas lexicais; b) o conhecimento da estrutura interna dos itens lexicais, assim como relações entre os vários itens; e c) o conhecimento subjacente à capacidade de formar entradas lexicais gramaticais novas (e, naturalmente, rejeitar as agramaticais). (BASÍLIO, 1980, p. 9)

Aportada nesse conceito, Basílio (1980) reformata, por exemplo, a proposta de Aronoff (1976) das RFPs. Nessa nova visão, é proposto que haja dois tipos de regras formais, levando em consideração que o falante possa analisar a estrutura interna de certas palavras, depreender o seu contexto formativo e, ainda assim, não gerar novas palavras. Com base nisso, na visão de Basílio (1980), há, além da RFP, a chamada Regra de Análise Estrutural (RAE). Ambas as regras estão formalizadas em (16).

(16) RFP: $[X]_A \rightarrow [[X]_A Y]_B$ (BASÍLIO, 1980)
RAE: $[[X]_{(A)} Y_{(B)}]$ (BASÍLIO, 1980)

A RAE diz respeito ao reconhecimento que o falante tem de que uma palavra é derivada em sua língua, depreendendo dessa os seus aspectos formativos. Se ele conseguir formar novas palavras a partir dessa regra, ele ativa uma RFP. Assim, diante de uma palavra como *consideração*, o falante detecta uma RAE da qual deduz que as palavras derivadas em

¹⁵ Grifo nosso. Com base no texto original, entende-se que é melhor ler ‘flexão’, e não ‘inflexão’.

–ção são formadas a partir de verbos. Ao criar palavras, como *scaneirização*¹⁶, *camarotização*¹⁷ e *exotificação*¹⁸, o falante ativa uma RFP. Dessa forma, toda RFP pressupõe a existência de uma RAE, mas nem toda RAE se torna uma RFP, como pode ser visto com as formações adjetivais *X-diço*, como *agitadiço*, *movediço*, *irritadiço*, *pegadiço* e *zangadiço*, em que, embora seja possível detectar contexto formativo (formações deverbais) e regularidades morfossintáticas (classe-alvo: adjetivos) e semânticas (significado: que facilmente ou frequentemente faz algo expresso pela base), não parecem ser atestadas novas formações por essa regra.

Basílio (1980) revê também a questão do PCU, com agentivos formados com o sufixo *–dor* em português que flutuam categorialmente entre substantivos e adjetivos. Assim, Basílio (1980) propõe que, no caso dos agentivos em *–dor*, a categoria do *output* possa ser uma arquicategoria que englobe substantivos e adjetivos, como pode ser visto em (17).

(17) $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ dor}]_R$ em que R é uma arquicategoria. (BASÍLIO, 1980)

A última questão revista por Basílio (1980), acerca do modelo de Aronoff (1976), é sobre as RTs. Contrária a essa proposta, Basílio (1980) propõe que as RFPs possam atuar tanto sobre formas livres, tal qual se vê em Aronoff, quanto sobre radicais presos, diferenciando-se nesse sentido. A autora apresenta um conjunto de produtivas relações paradigmáticas entre palavras que não têm como base uma forma livre na língua. Alguns exemplos podem ser vistos no Quadro 2.

Nome	Adjetivo
Teoria	Teórico
Epidemia	Epidêmico
Economia	Econômico
Nostalgia	Nostálgico
Afasia	Afásico
Histeria	Histórico

¹⁶ “Nova técnica de scaneirização de livros”. Disponível em: < <http://infopdw.blogspot.com.br/2010/06/nova-tecnica-de-scannerizacao-de-livros.html> >. Acesso em: 23 jan 2016.

¹⁷ “Camarotização: por que o brasileiro gosta tanto de segregar o espaço?”. Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/17/politica/1421520137_687513.html >. Acesso em: 23 jan 2016.

¹⁸ “Você já ouviu falar sobre ‘exotificação de mulher negra?’”. Disponível em: < https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1427581770840082&id=1419373718327554 >. Acesso em: 23 jan 2016.

Sincronia	Sincrônico
Melancolia	Melancólico
Melodia	Melódico
X-logia	X-lógico
X-grafia	X-gráfico

Quadro 2: Relações paradigmáticas entre nomes *X-ia* e adjetivos *X-ico* formados por radicais presos (BASÍLIO, 1980, pp. 65-66)

Sobre as palavras derivadas expostas no Quadro 2, Basílio (1980) observa que não há formas livres correspondentes às bases. Ainda assim, nada impede que novos pares do mesmo tipo sejam formados na língua. Por razões de natureza fonológica, a autora mostra que não há como as palavras *X-ico* serem derivadas de *X-ia*, pois todas as palavras em *X-ico* são proparoxítonas, enquanto todas as *X-ia* são paroxítonas, o que requereria uma regra *ad hoc* para dar conta desse fator. Assim, Basílio (1980) sugere que as palavras *X-ico* e *X-ia* sejam derivadas de radicais presos. Relações paradigmáticas podem ser esquematizadas como em (18). Em (19), por fim, há aplicação dessa formulação geral com as formações *X-ico* e *X-ia*.

(18) $[XY]_A \leftrightarrow [XW]_B$ (BASÍLIO, 1980)

(19) $[Xico]_{Adj} \leftrightarrow [Xia]_N$ (BASÍLIO, 1980)

Na sequência das abordagens gerativistas, menciona-se *English Word-Formation*, de Bauer (1983). Uma contribuição desse trabalho é a explicitação do conceito de lexicalização, que importa não só à visão de léxico seguida pela teoria, mas também à abordagem histórica da morfologia, visto que Bauer (1983) entende a lexicalização como um fenômeno de caráter majoritariamente diacrônico, que ocorre quando,

[...] por alguma mudança no sistema linguístico, o lexema tem, ou assume, uma forma que não deveria ter caso surgisse pela aplicação de regras produtivas. Nesse estágio, o lexema é **lexicalizado**¹⁹. A lexicalização pode acontecer (ou ser rastreada) em todo nível de análise linguística [...]. Deve-se notar que, embora muitas formas lexicalizadas sejam opacas (i.e. elas não podem ser analisadas em termos de morfemas sincrônicos, e.g. como discutido acima), a opacidade não é um pré-requisito para a lexicalização. Algumas formas lexicalizadas, especialmente formas que são lexicalizadas por causa de uma mudança no sistema morfológico da língua, podem permanecer perfeitamente transparentes. Então, embora *warmth* possa ser analisado como *warm* – *th*, o sufixo *-th* não pode ser adicionado sincronicamente a um adjetivo para formar um nome; isso pode ser visto na impossibilidade de usar novos adjetivos para formar nomes desse tipo: **cameoth*, **funkyth*, **maxith*, **psychedelict*, **surrealth*. *Warmth* é

¹⁹ Grifo do autor.

analisável, mas lexicalizado. Similarmente, a sufixação em *-ment* não parece ser produtiva (novas palavras usando esse sufixo não parecem estar sendo cunhadas), de modo que uma palavra como *involvement* deva ser lexicalizada. (BAUER, 1983, pp. 48-49, tradução nossa)²⁰

Essa proposta de Bauer (1983) de lexicalização, em muito, dialoga com a proposta de Basílio (1980) sobre a relação entre RAEs e RFPs, visto que mostra a capacidade de o falante analisar estruturalmente uma palavra, sem que consiga formar novas pela mesma regra. Bauer propõe alguns tipos de lexicalização. Esses foram retomados por Rocha (1998, pp. 84-91), que destaca cinco especificações, com exemplos do próprio autor. As lexicalizações, portanto, são:

- a. Lexicalização categorial – A categoria da base foge ao previsto pela regra. Exemplo disso seria a palavra *aviador*, que é derivada do substantivo *avião*, o que rompe com a regra prevista para o sufixo *-dor*, que tende a atuar sobre verbos.
- b. Lexicalização prosódica – Há uma irregularidade na pronúncia da palavra derivada. Exemplo disso pode ser visto na comparação dos substantivos *venda*, *compra* e *fala* com *análise*, *estímulo* e *dúvida*. Nesse segundo grupo (o lexicalizado), há um recuo no acento tônico, que violaria o princípio da regra, que acontece no primeiro grupo.
- c. Lexicalização estrutural – Ocorre quando há alguma anomalia na estrutura interna do vocábulo derivado, como em *aflição*, e não **afligção*, a partir de *afligir*, ou *editor*, e não **editor*, a partir de *editar*.
- d. Lexicalização rizomórfica – Ocorre quando, ao ser aplicada uma dada RAE a uma forma da língua, é observada uma irregularidade com relação à base. Exemplo disso está na formação *capilar* que, embora analisável em termos de uma derivação em *-ar*, nota-se que o sufixo não se adjunge a *cabelo*, e sim a *capil*, raiz oriunda da forma latina *capillus*.
- e. Lexicalização semântica – Sendo talvez a mais produtiva, nesse tipo, o significado da palavra derivada foge ao que é previsto pela regra, como no caso de *acabamento*, que não significa *ato*, *resultado* ou *processo de acabar*, e sim *retoque* ou *toque final*.

²⁰ “[...] because of some change in the language system, the lexeme has, or takes on, a form which it could not have if it had arisen by the application of productive rules. At this stage the lexeme is lexicalized. Lexicalized can come about (and be traced) at every level of linguistic analysis [...]. It should be noted that although many lexicalized forms are opaque (i.e they cannot be analysed in terms of synchronic morphemes, e.g. *nest* discussed above), opacity is not a necessary pre-requisite for lexicalization. Some lexicalized forms, especially forms which are lexicalized because of a change in the morphological system of the language, may remain perfectly transparent. Thus although *warmth* can be analysed to give *warm-th*, the suffix *-th* cannot be added synchronically to an adjective to provide a noun; this can be seen from the impossibility of using new adjectives to provide nouns of this type: **cameoth*, **funkyth*, **maxith*, **psychedelict*, **surrealth*. *Warmth* is analysable but lexicalized. Similarly, suffixation in *-ment* does not appear to be productive (new words using this suffix do not appear to be being coined), so that a word like *involvement* must be lexicalized.” (BAUER, 1983, pp. 48-49)

Ao tratar do fenômeno da lexicalização, o trabalho de Bauer (1983) coloca, no âmbito da teoria morfológica gerativa, a importância da observação histórica das línguas. Além disso, ao especificar a lexicalização semântica, destaca a necessidade de o modelo dar conta das questões relacionadas ao significado. Seguindo esse fluxo, merecem menção as propostas de Booij (1986), Basílio (1987) e Corbin (1990).

Em *Form and meaning in morphology: the case of Dutch 'agent nouns'*, de Booij (1986), vê-se uma preocupação em discutir pontos da tradicional semântica lexical, como a sinonímia e a polissemia, e observar como isso acontece no contexto da morfologia derivacional, considerando que as propostas de morfologia, até esse momento, tendem a não apresentar diálogos muito profícuos entre morfologia e semântica. Após empreender um estudo da sinonímia de afixos e propor uma visão estrutural da polissemia do sufixo deverbais holandês *-er*, que se apresenta na formação de agentivos humanos, agentivos não humanos e instrumentos, o autor conclui que

[...] não há razão para ser pessimista sobre a possibilidade de manter a conexão entre forma e significado na morfologia derivacional. É claro que isso não significa que não haja sufixos homônimos, mas a morfologia não deveria ser vista como um subsistema da língua em que forma e significado não podem ser relacionados por uma questão de princípio. (BOOIJ, 1986, p. 515, tradução nossa)²¹

Basílio (1987), por sua vez, em *Teoria lexical*, acrescenta discussões sobre extensão de sentido, funções avaliativa, expressiva, emocional e discursiva, pejoratividade e neutralidade à abordagem do processo de formação de palavras, acreditando que essa seja a abordagem ideal para os estudos morfolexicais. Assim, a cunhagem de novas palavras na língua deve levar em conta não só os aspectos formais e gramaticais, mas também aspectos semântico-funcionais, pragmáticos e socioculturais.

Corbin (1990), em *Associativité et stratification dans la représentation des mots construits*, mantém-se fiel a sua proposta anterior, de 1987, e assume uma visão associativa e estratificada do componente do lexical, indo, segundo a autora, de encontro aos pressupostos da teoria gerativa, que abordam a sintaxe interna das palavras e a sua interpretação semântica em módulos diferentes. Assim, Corbin (1990, p. 43, tradução nossa) defende “a solidez de um

²¹ “there is no reason to be pessimistic about the possibility of maintaining the connection between form and meaning in derivational morphology. Of course, this does not mean that there are no homonymous affixes, but morphology should not be seen as a subsystem of language where form and meaning cannot be related as a matter of principle”. (BOOIJ, 1986, p. 515).

componente derivacional associativo no interior de um componente lexical autônomo e estratificado”²². Nessa proposta,

“Associativo” significa que a função atribuída no componente derivacional é de gerar conjuntamente, e de maneira associada, a estrutura morfológica e a interpretação semântica das palavras construídas. “Estratificado” significa que a organização interna do componente lexical e a hierarquia das operações tocantes às palavras construídas que ele comporta refletem a complexidade de associações forma/significado que caracterizam as palavras construídas e que não se reduziram a dicotomia regular/ irregular. (CORBIN, 1990, p. 43, tradução nossa)²³

No modelo assumido por Corbin (1990), a hipótese fundamental é de que as operações sejam aplicadas de maneira hierárquica, em função de seu caráter mais ou menos previsível e mais ou menos regular, estando as menos regulares sempre subordinadas às mais regulares. A autora entende que o modelo é ainda gerativo, visto que relata a competência lexical dos falantes. À guisa de conclusão, Corbin (1990) reconhece que

Quaisquer que sejam as suas imperfeições reais, sua originalidade é mudar as ordens de prioridades habituais, refinando a tipologia das associações forma/significado que caracterizam as palavras construídas. É por isso que não se pode realmente aceitar propostas dissociativas em um quadro gerativo, caso queiram se preocupar com a representação da interpretação semântica de palavras construídas [...]. (CORBIN, 1990, p. 56, tradução nossa)²⁴

O modelo pelo qual Corbin (1990) se orienta pode ser visto na Figura 4.

²²«le bien-fondé d’un composant dérivationnel associatif à l’intérieur d’un composant lexical autonome et stratifié. “ (CORBIN, 1990, p. 43)

²³ «Associatif» signifie que le rôle assigné au composant dérivationnel est d’engendrer conjointement et de façon associée la structure morphologique et l’interprétation sémantique des mots construits. «Stratifié» signifie que l’organisation interne du composant lexical et la hiérarchie des opérations touchant les mots construits qu’il comporte reflètent la complexité des associations forme/sens qui caractérise les mots construits, et qui ne saurait se réduire à la dichotomie régulier/irrégulier. (CORBIN, 1990, p. 43)

²⁴ Quelles que puissent être ses imperfections actuelles, son originalité consiste à déplacer les ordres de priorité habituels, en affinant la typologie des associations forme/sens qui caractérisent les mots construits. C’est pourquoi il ne pourra véritablement être confronté aux propositions dissociatives faites dans un cadre génératif que pour autant que celles-ci accepteront de se préoccuper de la représentation de l’interprétation sémantique des mots construits, ce qu’elles ne font pas encore, [...]. (CORBIN, 1990, p. 56)

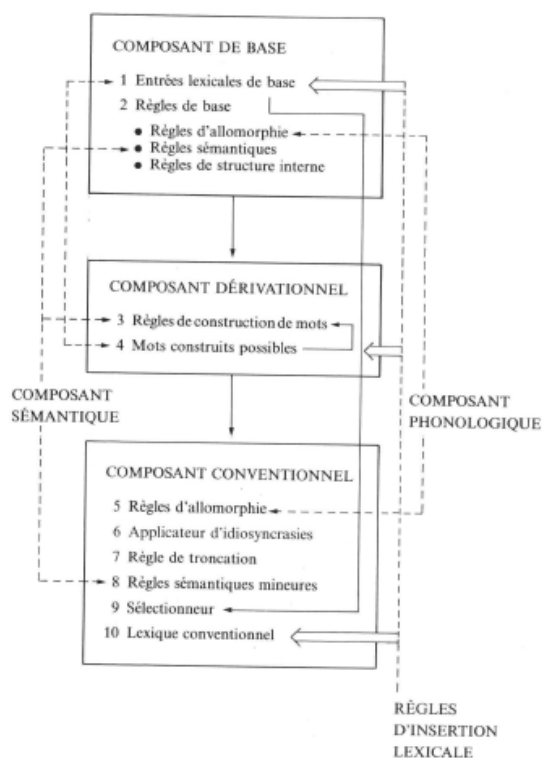


Figura 4: Organização do componente lexical (CORBIN, 1987, *apud* CORBIN, 1990, p. 53).

De maneira geral, pode-se dizer que, embora a lexicologia e a morfologia não tenham uma posição central no gerativismo, a teoria muito contribuiu para os estudos morfolexicais, pois abordou o léxico como um conhecimento, opondo-se à visão tradicional de léxico como vocabulário. Além disso, procurou descrever os processos de formação de novas palavras, o que não acontecia no estruturalismo. O léxico gerativo pode ser, de alguma maneira, sintetizado pelas palavras de Katamba (1993), para quem,

O léxico não é uma lista passiva de palavras e de seus significados. Não é simplesmente como um laboratório de anatomia, onde palavras já existentes são dissecadas em morfemas constituintes e examinadas num microscópio. Não, nessa teoria o léxico é muito mais do que isso. É também um lugar cheio de vitalidade, em que as regras são usadas ativamente para criar novas palavras. (KATAMBA, 1993, p. 99, *apud* ROCHA, 1998, p. 30)

As teorizações na hipótese lexicalista na gramática gerativa são bastante diversas. Alguns autores se concentram na competência dos falantes contemporâneos e nos aspectos formais do processo formativo, outros, por outro lado, tentam estreitar relações entre morfologia e semântica, e tentam reconhecer o caráter mutável das línguas. Apesar da existência dessas propostas, a explicitação desses fatores semânticos e históricos ainda é insuficiente no que tange à organização do léxico, fazendo com que o modelo lexicalista gerativista pouco difira das premissas seguidas pelo gerativismo em sua abordagem sintática,

na qual os aspectos formais de um estágio sincrônico-contemporâneo da língua sobressaem. Os fatores socioculturais também não ganham destaque entre as abordagens. Nesse sentido, um modelo linguístico semântico-cêntrico, que se pautar por analisar a língua em uso real e leve em consideração aspectos extralinguísticos, talvez possa amenizar essa sensação de marginalização do significado.

Assim, em oposição à visão gerativista dos estudos linguísticos, surge a Linguística Cognitiva (LC), entre as décadas de 1970 e 1980. Um dos marcos inaugurais dessa teoria acontece em 1980, com a publicação do livro *Metaphors We live by*, de George Lakoff, semanticista dissidente do gerativismo, e Mark Johnson, filósofo especialista em ciência cognitiva. Outras obras significativas nesse período são *Women, fire and dangerous things*, de Lakoff (1987), e *Foundations of cognitive grammar: Theoretical prerequisites*, de Langacker (1987).

A LC procura estreitar as relações da Linguística com outras áreas do saber humano, como a Filosofia, a Neurociência, a Psicologia. A concepção de linguagem para essa teoria aproveita, embora estenda de maneira significativa, o fator social, defendido pelo estruturalismo saussuriano, e o fator biológico, defendido pelo gerativismo chomskyano. Daí, a linguagem, na leitura de Soledade (2015), pode ser compreendida de maneira múltipla, como: (i) um sistema de comunicação e de categorização; (ii) um fenômeno de natureza cognitiva, visto que opera na mente humana; (iii) um fenômeno de ordem histórica, uma vez que os usos linguísticos são decorrentes de processos seculares de constituição e tradição; (iv) um fenômeno cultural, pois as línguas trazem consigo concepções de uma cultura em um dado momento histórico; e (v) um fenômeno da expressão.

Com o intuito de formalizar a compreensão de língua para a LC, Croft & Cruse (2004, p.1, tradução nossa) sinalizam três hipóteses norteadoras: (i) “a linguagem não é uma faculdade cognitiva autônoma”²⁵; (ii) “gramática é conceptualização”²⁶; (iii) “o conhecimento linguístico emerge do uso da língua”²⁷. Os autores explicam que

Essas três teorias são respostas de figuras pioneiras da Linguística Cognitiva para as abordagens dominantes para a sintaxe e para a semântica na época, a saber, a Gramática Gerativa e a Semântica Vericondicional. O primeiro princípio se opõe à muito conhecida hipótese da Gramática Gerativa de que a linguagem seja uma faculdade ou um módulo cognitivo autônomo (inato), separado das habilidades cognitivas não linguísticas. O segundo princípio se opõe à Semântica Vericondicional, em que a metalinguagem semântica é

²⁵ “language is not an autonomous cognitive faculty” (Croft & Cruse, 2004, p.1)

²⁶ “grammar is conceptualization” (Croft & Cruse, 2004, p.1)

²⁷ “knowledge of language emerges from language use” (Croft & Cruse, 2004, p.1)

avaliada em termos da verdade ou falsidade relativa ao mundo (ou, mais precisamente, um modelo do mundo). O terceiro princípio se opõe às tendências reducionistas tanto da Gramática Gerativa quanto da Semântica Vericondicional, em que representações da forma gramatical e do significado extremamente abstratas e genéricas são privilegiados e muitos fenômenos gramaticais e semânticos são colocados na ‘periferia’. (CROFT & CRUSE, 2004, p.1, tradução nossa)²⁸

O modelo da LC, portanto, se desfaz da concepção de que o desenvolvimento linguístico possa ser explicado por vias estritamente biológicas. Isso não é dizer que a principal discordância entre cognitivistas e gerativistas seja a hipótese do inatismo, defendida pelo modelo gerativo. Na LC, entende-se que deve haver realmente algo de natureza biológica na compreensão da linguagem, mas questiona-se a autonomia de uma região do cérebro responsável por todo o desenvolvimento linguístico. Assim, para os cognitivistas, as questões da linguagem devem ser abordadas de maneira mais integradora, sem fazer separação entre mente e corpo (hipótese da mente corporificada), visto que entendem que alguns usos linguísticos se relacionam diretamente com a experiência sensorial que os falantes têm por meio dos seus corpos, o que pode ser visto com as metáforas orientacionais FELIZ É PARA CIMA e TRISTE É PARA BAIXO, citadas por Lakoff & Johnson (2002 [1980], p. 60), e que tem como realizações sentenças do tipo *Meu astral está lá em cima* e *Estou me sentindo para baixo*.

Outro ponto de discordância é o fato de, na perspectiva gerativista, a chamada faculdade da linguagem se dividir em módulos (fonologia, semântica, sintaxe e léxico), que trabalham separadamente, com um módulo só tendo acesso ao outro por meio dos produtos finais concernentes a cada um. Além disso, no gerativismo, todos os módulos trabalham em prol da sintaxe. A respeito dessa questão, o modelo da LC tem dado maior evidência aos assuntos relacionados à semântica e, por isso, tem se baseado em pressupostos que contrariam a visão gerativista, pois entendem que a forma linguística é uma materialização de complexos processos cognitivos que demandam cooperação e interação.

²⁸ “These three hypotheses represent a response by the pioneering figures in cognitive linguistics to the dominant approaches to syntax and semantics at the time, namely generative grammar and truth-conditional (logical) semantics. The first principle is opposed to generative grammar’s well-known hypothesis that language is an autonomous (indeed, innate) cognitive faculty or module, separated from nonlinguistic cognitive abilities. The second principle is opposed to truth-conditional semantics, in which a semantic metalanguage is evaluated in terms of truth and falsity relative to the world (or, more precisely, a model of the world). The third principle is opposed to reductionist tendencies in both generative grammar and truth-conditional semantics, in which maximally abstract and general representations of grammatical form and meaning are sought and many grammatical and semantic phenomena are assigned to the ‘periphery.’” (CROFT & CRUISE, 2004, p.1)

A respeito da relevância do fator semântico na abordagem da LC, Soares da Silva (2015), apoiado em Geeraerts & Cuyckens (2007), sugere que o significado deva ser concebido como:

(1) dinâmico e flexível, graças à categorização por protótipos, pelo que se adapta ao contexto e se organiza em redes esquemáticas e multidimensionais. (2) enciclopédico, remetendo sempre para domínios conceptuais ou frames que vão para além da palavra, e; (3) perspectivista, revelando perspectivas alternativas de conceptualização e permitindo conceptualizar determinados conceitos em termos de outros, através da metáfora e da metonímia ou por extensão do protótipo. Para dar conta da multidimensionalidade e da multivariacionalidade das estruturas lexicais, são necessários métodos empíricos e quantitativos avançados, sejam métodos de *corpus* ou métodos experimentais. (SOARES DA SILVA, 2015, pp. 185-186)

Em se tratando de abordagem lexical, Castro da Silva (2012), orientando-se por um viés cognitivista, apresenta como mecanismos cognitivos de conceptualização (*ajuste focal*, *metáfora* e *metonímia*) podem se aplicar ao estudo do léxico na LC. No que toca à operação de ajuste focal, o autor se norteia pela definição de Langacker (1987) de que esse mecanismo se relaciona ao perspectivismo assumido na LC. Assim, diante de uma mesma cena, pode-se focar em qualquer uma das partes. Apoiando-se também no estudo de Sweetser (1999) sobre a modificação adjetival, Castro da Silva (2012) explica, por meio das construções ‘maçã vermelha’ (foco na parte externa da fruta), ‘goiaba vermelha’ (foco na parte interna da fruta) e ‘caneta vermelha’ (foco pode estar na cor plástica do objeto ou na cor da tinta), que a linguagem é fundamentalmente moldada por essas operações de ajuste focal.

No que toca às relações da operação de ajuste focal com os fenômenos do léxico, Castro da Silva (2012) exemplifica com um par de construções *X-eiro*.

Na formação de ‘carcereiro’ e ‘prisioneiro’, temos bases (cárcere e prisão, respectivamente) que, em princípio, ativam o mesmo conceito, um lugar de detenção. No entanto, as instanciações que resultam da unificação de ‘cárcere’ e ‘prisão’ no esquema $[[x]N_j \text{ eiro}]N_i$ evocam diferentes significados. Enquanto ‘carcereiro’ faz referência à pessoa responsável por vigiar o lugar, ‘prisioneiro’ corresponde ao indivíduo cuja liberdade foi cerceada. A diferença reside no modo como a mesma cena foi perfilada, ou seja, se o foco é em quem fica fora ou dentro do lugar. Com isso, percebemos que o mecanismo de ajuste focal opera no léxico através da seleção de que sentido será compatibilizado na construção. (CASTRO DA SILVA, 2012, p. 66)

A respeito da segunda operação de conceptualização destacada, a metáfora (o entendimento de um conceito em termos de outro), Castro da Silva (2012) observa que essa, assim como o ajuste focal, encontra correspondência no léxico, promovendo extensões de

sentido, que caracterizarão o fenômeno de polissemia. Como exemplos, o autor retoma os trabalhos de Batoréo & Casadinho (2009), sobre os vários usos do verbo *botar*, e de Álvaro (2009), sobre a polissemia da preposição *até*. Através do primeiro trabalho, com as construções *botar discurso* e *botar a alma para fora*, o autor retoma Batoréo & Casadinho (2009), que sinalizam que os significados de *botar* são estendidos por meio de metáfora e, no segundo trabalho, com as construções *Eliana viaja até Juiz de Fora, sempre; Seu pai volta até domingo; Edu ganha até R\$ 3.000,00 nesses trabalhos* e *Até juízes reconhecem que a demora é o principal fator de impunidade*, o autor retoma Álvaro (2009), que entende que essas construções relacionam metaforicamente os domínios de *espaço, tempo, quantidade e qualidade*.

Por fim, para a terceira operação sublinhada por Castro da Silva (2012), a metonímia (o entendimento de um conceito global por uma parte, ou vice-versa), o autor cita o trabalho de Gonçalves et al (2009) sobre o sufixo *-ão*, em que se observa a relação metonímica de continente/conteúdo. Com as construções *E o único copão de refrigerante está inacessível, Meteu a mão no bolso e tirou o carteirão de dinheiro* e *Bateu um pratão*, coletadas por Gonçalves et al (2009), verifica-se que o uso do aumentativo nada tem a ver com a dimensão dos objetos *copo, carteira e prato*, mas sim com os conteúdos *refrigerante, dinheiro e comida* em excesso.

Ainda que o enfoque de Castro da Silva (2012) seja lexical, note-se que há uma preponderância do fator semântico. A centralidade desse fator nos estudos da LC, faz com que a teoria seja, muitas vezes, chamada de Semântica Cognitiva (SC). Lenz (2013) chama a atenção para a diferença que, comumente, se faz entre a SC e a Gramática Cognitiva. A autora menciona que a SC está preocupada com a maneira como os significados se estruturam na mente humana, ao passo que a Gramática Cognitiva está preocupada em modelar o sistema da linguagem e faz isso a partir dos dados obtidos pela SC. Segundo Lenz (2013), é uma distinção irrelevante que apenas se dá por critério metodológico.

No âmbito dessa Gramática Cognitiva, surgem as primeiras propostas dos estudos de sintaxe, léxico e morfologia na LC. A prerrogativa, segundo Basílio (2010, p. 5) é de que “estruturas gramaticais são consideradas como estruturas simbólicas, de modo que o léxico, a morfologia e a sintaxe formam um contínuo de unidades simbólicas” que refletem padrões de pensamento. Uma importante contribuição é dada pela Gramática das Construções (GC). Segundo Almeida et al (2010), esse é um termo *guarda-chuva* sob o qual está um conjunto de abordagens afins, cujo traço comum é

a assunção de que a unidade básica da gramática são pareamentos convencionais de forma e significado, que têm sido chamados de **construções gramaticais**. Além disso, as vertentes compartilham a ideia de que a gramática de uma língua natural tem o formato de uma rede de construções interligadas. (ALMEIDA et al, 2010, p. 44)²⁹

Outro princípio que norteia os teóricos da GC é o da não composicionalidade da língua. Isso era inicialmente visto por meio dos chamados idiomatismos, que, em sua abordagem, o Gerativismo relegou ao léxico, pois eram vistos como irregularidades/particularidades, não sendo passíveis de uma análise dentro do modelo, que optava por análises composicionais das sentenças. No entendimento dos cognitivistas, todas as sentenças de uma língua devem ser analisadas. Assim, por se comportar como uma resposta imediata da LC às formulações gerativistas, a GC, ao longo da sua recente história, tendeu a concentrar suas investigações em questões de sintaxe, o que se torna claro com a obra *Constructions – a construction grammar approach to argument structure*, de Goldberg (1995), tomada como uma das principais referências dessa teoria. Sobre essa obra, Almeida et al (2010) comentam que,

a partir da Gramática das Construções, a relação entre forma e significado é mais integrada do que se tem considerado – entendendo o termo *forma* tanto no sentido saussureano de significante, abrangendo formas presas, itens lexicais, sentenças, quanto no sentido de padrão formal. Nesse sentido, a estrutura SN-V-SN, por exemplo, que é simplesmente um padrão morfossintático a ser instanciado pelo falante com itens lexicais, também é considerado *forma*, segundo os pressupostos da Gramática das Construções. (ALMEIDA et al, 2010, p. 47)³⁰

Ainda que o léxico e as suas propriedades genolexicais não tenham sido preocupações iniciais da GC, é no esteio dessa teoria que têm aparecido as principais teorizações da LC nesse tipo de estudo. O modelo que tem se consagrado na área é o proposto por Geert Booij, que lançou, em 2010, o livro *Constructional Morphology*, que muito se pauta nas formulações de Goldberg, mas aplicadas à morfologia. Apesar de algumas publicações anteriores a esse livro de 2010, os estudos de Booij podem ser interpretados como iniciais, uma vez que está em constante processo de reinterpretação e ainda não constitui uma tradição, se comparado às teorias estruturalistas e gerativistas. Justamente por isso, alguns aportes teóricos da morfologia gerativa têm sido aproveitados e reelaborados na morfologia construcional, porém há um distanciamento no instante em que se dedica maior interesse ao aspecto semântico.

²⁹ Grifos dos autores.

³⁰ Grifos dos autores

A visão de léxico assumida por Booij (2010, 2015) é a da Teoria da Entrada Plena, defendida por Jackendoff (1997). Assim, a ideia de que palavras derivadas são pobremente especificadas no léxico, remetendo custosamente a regras de vinculações lexicais e à própria base (palavra primitiva), como se propunha na Teoria da Entrada Empobrecida, é descartada pelo autor, visto que esse enfoque desconsidera que a memória lexical dos falantes é vasta, não havendo, portanto, razões para adotar um enfoque parcimonioso para o léxico.

A visão construcional do léxico e da morfologia propõe uma morfologia baseada em palavras, assemelhando-se, assim, à proposta de Aronoff (1976). Sobre os afixos, a partir de uma lista apresentada por Goldberg (2006), em que a autora considera o morfema como uma construção, Booij (2010) observa que

[...] a categoria ‘morfema’ não deveria aparecer nessa lista, porque morfemas não são signos linguísticos, i.e emparelhamentos independentes de forma e significado. O signo linguístico mínimo é a palavra, e a ocorrência da categoria ‘morfema’ nessa lista é para ser vista como um remanescente inapropriado da morfologia baseada em morfemas. Ao invés disso, morfemas presos formam parte dos esquemas morfológicos, e sua contribuição de significado só é acessada através do significado da construção morfológica da qual eles formam uma parte. (BOOIJ, 2010, p. 15, tradução nossa)³¹

Dentro dessas teorias baseadas em palavras, cabe destacar as oposições que se relacionam ao processo de aquisição morfológica. Se o modelo de Aronoff (1976) se concentrou na capacidade de os falantes depreenderem e aplicarem regras produtivas formadoras de palavras nas suas línguas e essas regras tinham caráter estritamente formal, preocupando-se com questões ligadas à categoria morfossintáticas e à inalterabilidade fonológica de bases e afixos, Booij (2010, 2015) não abre mão dessa ideia de conhecimento lexical do falante, mas não o toma como único fator. A compreensão do usuário acerca de palavras complexas e processos formativos é, nesse modelo, representado através de esquemas morfológicos, que apresentam, na sua formulação, uma contraparte semântica, o que não existia nas regras gerativistas.

Os esquemas morfológicos são adquiridos com base em um conjunto de palavras complexas memorizadas, i.e. palavras complexas plenamente especificadas. Por exemplo, o usuário do inglês primeiro adquire nomes

³¹ “[...] the category ‘morpheme’ should not appear on this list because morphemes are not linguistic signs, i.e. independent pairings of form and meaning. The minimal linguistic is the word, and the occurrence of the category ‘morpheme’ in this list is to be seen as an infelicitous remnant of morpheme-based morphology. Instead, bound morphemes form part of morphological schemas, and their meaning contribution is only accessible through the meaning of the morphological construction of which they form a part.” (BOOIJ, 2010, p. 15)

deverbais em *-er* particulares, tais como *baker* e *writer*, e depois de uma suficiente exposição a um conjunto de tais palavras, o esquema para nomes deverbais em *-er* será apreendido. Seria estranho assumir que, uma vez que os falantes descobrem o esquema, eles apagam a informação previsível que concerne às palavras complexas particulares que já estavam armazenadas na sua memória lexical (Jackendoff, 1997). (BOOIJ, 2015, p. 5, tradução nossa)³²

A partir dessa citação, destaca-se outra discrepância entre o modelo gerativista aronoffiano e o modelo construcional booiijano: o fato de que, em se tratando de palavras complexas, no primeiro, somente as palavras primitivas e as irregularidades (lexicalizações) eram listadas no léxico. Ou seja, mesmo que palavras como *carteiro*, *pedreiro* e *leiteiro* tenham servido para o falante depreender a RFP “[X]_S → [[X]_S eiro]_S” e formar e interpretar novas palavras a partir dela, nesse enfoque do léxico gerativo, propõe-se, em nome da economia linguística, que essas palavras sejam apagadas da memória do falante e não sejam listadas no léxico. Dessa forma, elas serão geradas/processadas *online* e, toda vez que o falante necessitar, ele ativará a RFP.

Booij (2014), apoiado em Jackendoff (1997) e Hudson (2007), entende que pensar dessa forma desconsidera a vastidão da memória (lexical) humana. No seu enfoque construcional, a partir do exemplo aqui dado, para as palavras complexas *carteiro*, *pedreiro* e *leiteiro*, que foram aprendidas pelo falante e serviram de base para a formulação do esquema construcional “<[X_{Si}-eiro]_{Sj} ↔ [AGENTE PROFISSIONAL envolvido em SEMi]_{Sj}>”, o autor sugere que essas palavras persistam armazenadas no léxico.

Não há pressão psicológica para apagar uma informação previsível uma vez adquirida, considerada a vastidão da memória humana. Em termos de processamento, é também vantajoso que não se necessite computar propriedade de palavras complexas memorizadas depois de usá-las, pois elas podem ser diretamente recuperadas do léxico mental que irá acelerar o processamento. (BOOIJ, 2015, p. 5, tradução nossa)³³

Sem se ater a uma teoria específica, mas apoiada na visão de léxico defendida por Jackendoff, Rodrigues (2013) também discute questões ligadas à memória e ao

³² “Morphological schemas are acquired on the basis of a set of memorized complex words, i.e. fully specified complex words. For instance, the user of English first acquires individual deverbals in *-er*, such as *baker* and *writer*, and after sufficient exposure to a set of such words, the schema for deverbals in *-er* will be grasped. It would be odd to assume that once speakers have discovered the schema, they will delete the predictable information concerning individual complex words that they have already stored in their lexical memory (Jackendoff 1997).” (BOOIJ, 2015, p.6)

³³ “There is no psychological pressure to delete predictable information, once acquired, given the vastness of human memory. In terms of processing it is also advantageous that one does not need to compute properties of memorized complex words before using them, as they can be retrieved directly from the mental lexicon which will speed up processing.” (BOOIJ, 2014, p.5)

processamento e destaca o papel da frequência de uso na estocagem de palavras no componente lexical e como isso interfere no conhecimento morfológico. A autora sugere que palavras complexas plenamente especificadas, quando de muito uso, sejam fixadas no léxico mental dos falantes. Além disso, Rodrigues (2013) comenta que

[...] a memória tem um papel determinante, na medida em que as formas mais usadas são aquelas que têm uma inscrição mais sólida na memória (Plag 1999:51-52; Plag 2003: 65-66; Rainer 1988). Portanto, mesmo lexemas construídos através de padrões produtivos podem estar armazenados na memória, se forem de uso frequente. O interessante é que para interpretarmos um lexema novo, não precisamos de o ter armazenado na memória. Isso prova que a construção de padrões morfológicos é determinante na relação do falante com a morfologia da sua língua. (RODRIGUES, 2013, p. 70).

Essa abordagem em torno da frequência de uso é também utilizada por Soledade (2016a, no prelo), que discute a necessidade de a LC, por meio da Morfologia Construcional, propor um conceito e estruturação do léxico mental que se desvencilhe, contundentemente, da hipótese gerativista e abarque as agendas urgentes de um novo paradigma científico. Nesse sentido, é importante considerar a socialização, o perspectivismo, a historicidade, a funcionalidade e a pragmaticidade na abordagem cognitiva do léxico, uma vez que, segundo a autora, a experiência contribui para o desencadeamento de certos fenômenos no léxico, tais como a homonímia, a polissemia, a sinonímia e o sinmorfismo. Daí, por exemplo,

um indivíduo que trabalhe em um hospital poderá ter armazenado em sua memória as formas *medicação* com o sentido de ‘ato de aplicar um produto farmacológico’ e *medicamento* com o sentido de ‘produto farmacológico’, por sua vez um falante que não tenha convivência com esse contexto sociocultural poderá entender que essas formas funcionam como sinônimos. (SOLEDADE, 2016a)³⁴

Quanto à capacidade de armazenamento no léxico, na visão de Soledade (2016a), o componente lexical alocaria uma gama infinita de entradas lexicais, como palavras primitivas, palavras complexas de uso frequente e palavras complexas com informações não previsíveis pelo esquema. Sobre essas últimas, a autora comenta que

é preciso ter em mente que se amplia, e muito, o número de itens lexicais armazenados, uma vez que a polissemia em grande medida implica na independência do sentido da palavra em relação ao sentido previsto pelo padrão/esquema, ao passo que a polissemia, por si, é um fenômeno que possibilita a economia de espaço na memória dos falantes, evitando a

³⁴ Grifos da autora.

necessidade de uma nova palavra para cada novo sentido. (SOLEDADE, 2016a)

A autora ainda comenta a necessidade de discutir a relação entre frequência e polissemia, uma vez que,

quanto mais frequente e mais sólida for a inscrição de uma palavra na memória dos falantes da língua mais afeita ela estará a extensões de sentido de caráter metafórico e metonímico, por outro lado, no caso de palavras complexas, quanto mais se ampliam os sentidos de uma palavra - para além daqueles previstos pelo padrão/esquema de construção, maior será a sua frequência na língua. (SOLEDADE, 2016a)

Diante do exposto neste capítulo, observa-se que o fato de o léxico ter sempre ocupado posição periférica nos modelos linguísticos gera abordagens sempre muito imprecisas. Em relação às visões apresentadas, todas produzem contribuições significativas e eventuais falhas que, às vezes, são superadas pela proposta seguinte. O modelo construcional de Geert Booij parece aqui ser a melhor alternativa, visto que não desconsidera as contribuições do modelo gerativista lexicalista, se desfaz de alguns entraves desse modelo e coloca a contraparte semântica como central. Entretanto, como comentam Gonçalves & Almeida (2013), essa parte ainda precisa de maiores detalhamentos, impressão compartilhada por Soledade (2016a).

Dentro de suas proposições, Booij (2014) comenta que modelos de descrição linguística devem sempre se permitir a integrações elegantes (JACKENDOFF, 2011, *apud* BOOIJ, 2015) com outras disciplinas linguísticas, tais quais a Psicolinguística, a Teoria da Aquisição da Linguagem, a Linguística Histórica e aquelas da ciência cognitiva, de uma forma geral. Entende-se, aqui, que assumir essas conexões como um norte teórico-analítico destaca o avanço do modelo boojiano em relações às proposições anteriores.

3 A MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL: UMA REVISÃO CRÍTICA NO ESTEIO DA MORFOLOGIA HISTÓRICA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Como mencionado no capítulo anterior, a Morfologia Construcional (MC), desenvolvida por Geert Booij, apresenta, em algumas formulações, uma visão similar a dos modelos gerativistas, sobretudo o de Jackendoff (1975) e o de Aronoff (1976), pois ambos são modelos baseados em palavras. Do trabalho de Jackendoff (1975), herda-se a visão de léxico da Teoria da Entrada Plena, em que as palavras complexas devem ser plenamente especificadas no léxico, permitindo que o falante estabeleça relações lexicais com a palavra base e com elementos derivados sob o mesmo contexto formativo. De Aronoff (1976), Booij retoma algumas hipóteses para sustentar uma morfologia baseada em palavras, ao mesmo tempo em que recusa outras.

A proposta de um léxico estruturado por redes hierárquicas é uma característica fundamental do modelo de Booij (2010, 2013, 2015). Essa estrutura se torna visível pelas redes ativadas mediante os usos dos esquemas morfológicos, conceito basilar que diz respeito à generalização feita sobre um conjunto de palavras complexas existentes, permitindo ao falante interpretar e criar novos itens lexicais. Esses esquemas, segundo Booij (2010, 2015), não devem ser concebidos como formalizações que permitam empreender representações lexicais econômicas, como as regras de redundância no modelo da Teoria da Entrada Empobrecida, recusada por Jackendoff (1975). Ao contrário, os esquemas têm duas funções básicas: (i) motivam a existência de um conjunto relevante de palavras complexas; (ii) preveem como esse conjunto pode ser expandido por meio de uma rede de relações hierárquicas.

Nessa hipótese hierárquica do léxico, os esquemas morfológicos são representados por meio de estruturas arbóreas em que há esquemas dominantes que tendem a apresentar maior generalização que os esquemas dominados, que, dentro dessa visão, são chamados de subesquemas. Levando-se em conta que o modelo proposto por Booij (2010) se orienta para uma centralidade do fator semântico, cabe destacar que a polissemia, advinda de metáfora, metonímia, analogia ou qualquer outro mecanismo cognitivo, pode atuar decisivamente sobre um esquema dominante, exigindo dele subespecificações que deverão se tornar mais claras por meio dos subesquemas. Essa representação está exemplificada na Figura 5, recolhida de Gonçalves & Almeida (2014), quando refletiram sobre a polissemia das construções com sufixo *-dor*.



Figura 5: Esquemas e subesquemas com as construções *X-dor* (GONÇALVES & ALMEIDA, 2014, p. 179)

Na Figura 5, observa-se que, no nó mais alto da estrutura arbórea, há um esquema de caráter geral para construções com o sufixo *-dor* (significado: *entidade envolvida em*) e esse domina os esquemas inferiores na hierarquia. Esses são interpretados como esquemas dominantes e, por isso, apresentam maior especificidade semântica (significados: *agente*, *instrumento*, *objeto*). Como a polissemia pode atuar sucessivamente em uma representação esquemática, o esquema dominante de *agente* requererá subesquemas mais específicos que distinguem *agente profissional* e *agente não profissional*.

Ainda diante do esquema apresentado na Figura 5, cabe, então, explicar como essa representação é feita. O esquema morfológico proposto por Booij (2010, 2013, 2015) subjaz um pareamento entre forma, significado e função e esses três pilares, por assim dizer, estão previstos na sua formulação. Relembre-se, diante dessa interpretação, a diferença em relação ao modelo de Aronoff, que se norteava pelo conceito de RFP: a explicitação de uma contraparte semântica. Essa diferença pode ser observada em (20), que reproduz o conteúdo de (13), com a formulação de uma RFP aronoffiana, e, em (21), apresenta-se a formulação de um esquema morfológico booiiano de sufixação.

$$(20) \quad [X]_a \rightarrow [[X]_a Y]_b$$

$$(21) \quad \langle [X_i Y]_k \leftrightarrow [\text{significado de } Y \text{ em uma relação } R \text{ com SEM } X_i]_k \rangle$$

Dizer que uma palavra complexa é motivada por um esquema, nos termos da MC, é entender que existe uma relação não arbitrária entre a forma e o significado e tanto um como o outro devem estar previstos no esquema. Nos termos de Booij (2010), sugere-se que deva haver uma *unificação*³⁵ entre a palavra complexa e o esquema que o motiva. Quando a

³⁵ Gonçalves & Almeida (2014) preferem o termo *compatibilização*.

palavra complexa herda do esquema as suas propriedades formais, funcionais e semânticas, Booij (2010) propõe que haja uma herança padrão. Soledade (2013, p. 85), leitora de Booij (2010), no entanto, compreende que, para além dessas motivações fornecidas pelo esquema, “há de se considerar a questão da herança semântica que a palavra complexa pode preservar em relação à palavra base”. Para casos dessa natureza, Booij (2014) propõe que haja múltipla herança.

Na formulação dos esquemas e a fim de dar conta da hipótese da herança padrão, Booij (2010) lista características imprescindíveis das quais um esquema não deve abrir mão e as palavras complexas motivadas por esse esquema devem herdar. Nesse rol, estão: (i) a herança total do corpo fônico das construções; (ii) a explicitação da categoria morfossintática do output; (iii) as propriedades semânticas. Note-se que essas propriedades estão relacionadas à forma, função e significado, tudo aquilo que Booij entende que está pareado no esquema.

A fim de destrinchar essas propriedades essenciais, sejam tomadas algumas considerações feitas por Simões Neto & Soledade (2015). Nesse ensejo, destacam-se os problemas do modelo booiijiano na compreensão de Soledade (2016a). Nesses trabalhos, os autores aplicaram as proposições de Booij (2010, 2013, 2015) a alguns dados de língua portuguesa, sobretudo do período arcaico, destacando eventuais problemas de aplicação desses postulados.

3.1 A HERANÇA TOTAL DO CORPO FÔNICO

Na concepção do modelo booiijiano, a fonologia cumpre um papel importante, mas coadjuvante: é por meio de recursos fonológicos que palavras são materializadas simbolicamente. Entretanto, dentro de uma proposta comprometida com a Teoria da Entrada Plena e que, para além de outras concepções, assume o léxico por meio de conhecimento, reconhecimento e experiência, cabe dar ao nível fonológico um papel de maior importância no estabelecimento de relações semântico-lexicais entre palavras.

Saussure, ao tratar das relações associativas, já considerava que as palavras podem ser associadas mentalmente por semelhanças fonológicas. Nesse sentido, não há razões para que o modelo booiijiano, esteado na Teoria da Entrada Plena, negue essa possibilidade. Dessa maneira, um falante do português pode, mediante a sua experiência sociocultural, pela existência de uma sequência fônica semelhante, associar, equivocadamente, *fulminante*

[fumi 'nɔ̃ti] a *fumo* [ˈfumu]³⁶ e colocar essas duas palavras em uma relação de *input* e *output*. Lançando um olhar mais profícuo sobre a derivação, com enfoque para as relações entre palavra primitiva e palavra derivada, pode-se admitir que, quanto mais aproximação/preservação fonológica houver entre elas, mais fácil será o reconhecimento de relações lexicais por parte dos usuários da língua, permitindo-lhes uma sistematização mais parcimoniosa nos seus léxicos mentais. Diante disso, sugere-se que um falante possa, facilmente, estabelecer a relação entre *família* e *familiar*, mas o mesmo talvez não se possa dizer de um par como *cabelo* e *capilar*, que se lança como exemplo para o fato de o fenômeno da alomorfia ser um provável entrave para a assunção da herança do corpo fônico como uma propriedade imprescindível nesse modelo.

Dentro do quadro estruturalista, autores como Câmara Jr. (1970, 1971, 1975) e Elson & Pickett (1973) estabeleceram como alomorfes as variantes fônicas que possuam um mesmo valor linguístico, tenham uma mesma origem e estejam em distribuição complementar. Esses autores refletiram mais sobre o quadro flexional, em que morfemas como *–rá–* e *–re–*, em *cantará* e *cantaremos*, podem ser ditos alomorfes. Soledade (2001, 2005) reflete sobre um quadro derivacional, admitindo que sufixos como *–vel* e *–bil*, em *possível* e *possibilidade*, por serem oriundos do latim *–bilis*, sejam considerados também casos de alomorfia, pois atendem aos mesmos princípios.

A alomorfia, por se caracterizar como alteração fônica de uma estrutura mórfica que gera variações no sistema linguístico, em tese, compromete a herança total do corpo fônico, chegando, até mesmo, a impossibilitar, por parte dos falantes, a relação entre certas palavras no componente lexical. Booij (2014) sugere que, em certos casos, a alomorfia, em nada, impede o falante de estabelecer relações lexicais que o ajudem na sua compreensão e na diminuição de informações independentes. Refletindo sobre a alomorfia da base, Booij (2015, p. 24) dá exemplos com palavras do holandês e do italiano, adaptados e traduzidos por Simões Neto & Soledade (2015) e aqui reproduzidos, respectivamente, em (22) e (23).

- (22) aanva[ŋ] ‘begin’ (*início*)
 aanva[ŋk]-elijk ‘initially’ (*inicialmente*)
 toega[ŋ] ‘access’ (*acesso*)
 toega[ŋk]-elijk ‘accessible’ (*acessível*)
 afha[ŋ] ‘to depend’ (*depende*)

³⁶ Esse exemplo decorre de uma situação presenciada pelo pesquisador. Na ocasião, uma pessoa falava sobre o falecimento de um parente e disse: “Ele morreu de infarto *fulminante*. A gente não entendeu nada, porque ele nem *fumava*.”

afha[ŋk]-elijk ‘dependent’ (*dependente*)

- (23) ami[k]-o - ami[tʃ]-i ‘friend(s)’ (*amigo*)
 ami[tʃ]-izia ‘friendship’ (*amizade*)
 mendi[k]-o - mendi[k]-i ‘mendicant(s)’ (*mendigo*)
 mendi[tʃ]-izia ‘mendicity’ (*mendicidade*)

Com as palavras em (22), Booij (2014) sinaliza que, nas derivações com o sufixo holandês *-elijk*, há uma variação regular no corpo fônico da base, que pode ser considerada uma alomorfa razoável, em que todas as bases que terminam com o fonema [ŋ], na derivação com *-elijk*, têm o fonema /k/ agregado a elas. Já com as palavras em (23), derivadas com o sufixo *-izia* do italiano, o autor destaca o fato de as bases sofrerem uma alteração previsível, com o fonema /k/ passando a /tʃ/. Essas alterações, no entanto, não impedem que relações lexicais entre *input* e *output* sejam estabelecidas. Simões Neto & Soledade (2015) destacaram relações desse tipo, com os exemplos da LP, transcritos em (24) e (25).

- (24) coleção – coleccionar
 infecção – infeccionar
 seleção - selecionar

- (25) árvore – arbóreo
 lágrima – lacrimal
 vidro – vitral

A partir das palavras em (24), Simões Neto & Soledade (2015) mostram que, na formação de alguns verbos em *-ar*, palavras derivadas com o sufixo *-ção* (do latim *-tĭon, ōnis*) que sirvam de *input* tendem a retomar, em parte, sua forma etimológica. No primeiro caso, *coleccionar* deriva de *coleção*, que tem como étimo *collectĭo, ōnis.*, com a base *coleccion*, então, remetendo à forma latina. O mesmo pode ser dito de *infeccionar* e *seleccionar*, que seguem a mesma diretriz, com o primeiro vindo de *infecção* (*infĕctĭo, ōnis*) e o segundo de *seleção* (*selectĭo, ōnis*). Assim como nos casos do italiano e do holandês, essas alterações fônicas, sobretudo por sua previsibilidade, não impedem que relações lexicais se estabeleçam. Já nos casos das palavras listadas em (25), os autores destacam que as alomorfias expressas nas bases também remetem aos étimos, que são retomados na derivação: *árvore* vem do latim *arbor, -ōris*, *lágrima* vem do latim *lacrĭma, -ae* e *vidro* vem do latim *vitrum, -ī*.

Para variações fônicas como as destacadas em Booij (2014) e Simões Neto & Soledade (2015), entende-se, a partir de Booij (2014), que a herança total do corpo fônico das construções deixa de ser uma característica imprescindível para os casos em que haja alomorfia previsível e/ou que não provoque grande alteração na estrutura fônica da palavra, ou seja, a herança total do corpo fônico é uma propriedade, até certo ponto, anulável, se e somente se o fenômeno de alomorfia não impedir que as relações léxico-semânticas possam ser claramente estabelecidas entre *input* e *output*. Entretanto, o autor não destaca quais seriam os casos de alomorfia não contemplados nesse contexto. Exemplos sugeridos por Simões Neto & Soledade (2015) estão expressos em (26), com esquemas construcionais hipotéticos em (27):

- (26) chuva – pluvial
 ilha – insular
 peixe – písceo

- (27) *pluvial*: <[[chuva_{Si}] al]_A ↔ [QUALIDADE RELATIVA a SEM_{Si}]_A>
insular: <[[ilha_{Si}] ar]_A ↔ [QUALIDADE RELATIVA a SEM_{Si}]_A>
písceo: <[[peixe_{Si}] eo]_A ↔ [QUALIDADE RELATIVA a SEM_{Si}]_A>

Sobre os casos em (26), em que há, respectivamente, palavras complexadas formadas com os sufixos alomorfes *-al* e *-ar* e o *-eo*, Simões Neto & Soledade (2015) comentam que essas deveriam ser todas instanciações de esquemas construcionais que selecionam como *input* um substantivo e têm como *outputs* adjetivos de valor relacional. Mesmo com a proximidade semântica entre os esquemas, por serem formas fonológicas distintas, são necessários esquemas construcionais diferentes. A respeito do que acontece com o corpo fônico das bases, os autores sinalizam a necessidade de o conhecimento histórico da língua ser considerado na descrição morfológica, uma vez que, em casos como esses, o estabelecimento das relações lexicais parecem ser menos transparentes.

Daí que, em (27), Simões Neto & Soledade (2015) observam que esse corpo fônico da base nos *outputs* faz remissão ao étimo dos *inputs*. Assim, *pluvial* remete ao latim *plūvia* (étimo de *chuva*), da mesma forma que *insular* remonta ao latim *insŭla* (étimo de *ilha*) e *písceo* ao latim *piscis* (étimo de *peixe*). Em uma comparação dos dados em (27) com os em (25), os autores consideram que, ao longo da história da língua, os dados em (27) foram submetidos a transformações fonológicas mais impactantes, sendo esses prováveis exemplos

de situações em que as relações lexicais entre *input* e *output* se tornam dificultosas. Diante desses casos, Simões Neto & Soledade (2015) levantam dois caminhos possíveis de análise:

- a. as palavras derivadas em (26) podem ser consideradas instanciações dos esquemas em (27), daí a herança do corpo fônico deixa de ser, ao que parece, uma propriedade absoluta, indo de encontro às formulações de Booij (2010, 2015).
- b. as palavras derivadas em (26) devem ser assumidas como idiossincráticas, exigindo armazenamento no léxico como itens lexicais independentes e desvincilhados de esquemas morfológicos como os propostos em (27).

A segunda opção parece estar em maior conformidade com as propostas de Booij (2010, 2013, 2015), que, nesse quesito, não difere das teorias anteriores em que o componente lexical se orienta pela compreensão “de que itens lexicais *inespecificados*, idiossincráticos e imprevisíveis estariam a cargo da memória dos falantes, sendo, portanto, itens de estoque e, assim, não passíveis de serem gerados online”³⁷ (SOLEDADE, 2016a).

Ainda que a abordagem de Booij (2010, 2015) seja de uma morfologia baseada em palavras, Simões Neto & Soledade (2015) comentam a ausência de discussões de como o modelo se posiciona quando o fenômeno da alomorfia se estende aos afixos, questionando, se, para sufixos tidos como alomorfes, a herança total do corpo fônico é também uma propriedade, até certo ponto, anulável. Casos observados por esses autores estão reproduzidos em (28).

- (28) medidor – auditor – professor
duradouro – classificatório

No primeiro grupo de palavras complexas em (28), há itens derivados com os sufixos *-dor*, *-tor* e *-sor*, todos variantes fônicas originárias do latim *-or*, *-oris*. Essas três palavras, no entendimento de Simões Neto & Soledade (2015), podem ser consideradas instanciações de um esquema como “<[X_{vi} -dor]_{Nj} ↔ [AGENTE envolvido em SEM_{vi}]_{Nj}>”. Essa posição dos autores encontra respaldo no tratamento dado por Basílio (1980) para as palavras formadas com o sufixo *-dor*, dentro de um contexto gerativista de RFP. Essa autora se mostra indiferente à alomorfia sufixal nessa circunstância.

O mesmo não pode ser dito das palavras do segundo grupo, derivadas com os sufixos *-douro* e *-tório*, ambos com origem no latim *-orius*, *-a*, *-um*. Simões Neto & Soledade

³⁷ Grifos da autora.

(2015) sugerem que um falante comum, provavelmente, não fará a associação com a mesma rapidez que se faz nos casos das palavras do primeiro grupo. Dessa forma, os autores acreditam que, embora *-douro* e *-tório* tenham um mesmo étimo, apresentam realizações fonológicas tão distintas que *duradouro* e *classificatório* jamais poderiam ser considerados instanciações de um único esquema, o que faz, portanto, com que dois esquemas distintos sejam necessários para as suas representações. Diante dessas observações, Simões Neto & Soledade (2015) assumem que

a ideia de Booij (2014) de que a conservação do corpo fônico é uma propriedade que pode ser anulada em alguns contextos de alomorfia da base pode ser estendida para alguns contextos dos afixos, desde que se mantenha a ressalva de que essa alteração fonológica não deve impedir a identificação de relações lexicais. Assim, no que toca aos sufixos, se for possível estabelecer relações entre os alomorfes, como é possível, com *-dor* e os seus, não há motivos para não estender a visão de Booij (2014). Se num modelo formalista, como o empenhado por Basílio (1980), há essa aceitabilidade, não há porque um modelo mais associativo não aceitar, com cautela, a alomorfia de sufixos. (SIMÕES NETO & SOLEDADE, 2015, p. 154)

A argumentação de Simões Neto & Soledade (2015) ratifica o entendimento da alomorfia como um fenômeno linguístico que, na maioria das vezes, se justifica historicamente. A respeito da extensão da visão de Booij sobre alomorfia da base para o quadro de alomorfia sufixal, a motivação se deu pelo estudo das construções *X-ário* no período arcaico da LP, onde se atestava a variação entre as formas *-ário* e *-airo*. Há de se considerar ainda a convivência entre as formas *-ário* e *-eiro*, ambas oriundas do sufixo latino *-arius* e, dentro da tradição estrutural, consideradas alomorfes. Sabe-se que, na trajetória da língua, o *-airo* se revelou como uma forma medieval e intermediária. Said Ali (1964) explica que essas palavras em *-airo* voltaram a *-ário*.

Por isso, Simões Neto & Soledade (2015) optam por integrar, em um mesmo esquema, essas duas formas (*-ário* e *-airo*), uma vez que a alomorfia gerada pelo processo fonológico de metátese não chega a impedir que elas sejam relacionadas, assegurando, então, os princípios norteadores da hipótese de Booij (2014). As construções *X-eiro*, no entanto, requererão um esquema diferente do *X-ário*, pois os esquemas não são imediatamente relacionados. Se a proposta de aceitar alomorfias previsíveis e regulares não fosse estendida à realidade dos afixos, seria necessário um esquema diferente para as construções *X-airo*, o que não talvez não tivesse proficuidade.

3.2 AS CATEGORIAS MORFOSSINTÁTICAS DO *INPUT* E DO *OUTPUT*

Como herança do modelo de Aronoff (1976), Booij (2010) mantém a hipótese do PCU, assumindo que a explicitação da categoria morfossintática do output é outra característica da qual um esquema não pode abrir mão. Embora herde essa proposição, Booij descarta, por exemplo, a HBU. No modelo aronoffiano, a descrição morfológica era orientada para o *input*, investigando a produtividade das RFPs que atuavam sobre ele, o que justificava a necessidade de que cada regra requiera uma única categoria de *input*. Contrariamente, o modelo de Booij (2010), como também interpretam Gonçalves & Almeida (2014) e Simões Neto & Soledade (2015), é uma teoria focada no *output*, ainda que reconheça a importância de características da palavra base. Por isso, considera que a categoria do *input* é uma informação que pode ser dispensada, em algumas circunstâncias.

Para sustentar essa hipótese de Booij (2010) de que a categoria morfossintática do *input* é uma categoria anulável, Soledade (2013), dentro da LP, confronta esquemas que não permitem essa anulação, tais como os das construções *X-ção* e *X-mento*, que especificam verbos como *inputs* e substantivos abstratos como *outputs*, com esquemas que viabilizam a flutuação da categoria da base, a exemplo das construções *X-ismo*, extraídas de Soledade (2013) e adaptadas para o Quadro 3.

Categoria do input	Input	Output
Substantivo comum	átomo, derrota	atomismo, derrotismo
Substantivo próprio	Lula, Carlos (ACM)	lulismo, carlismo
Adjetivo	colonial, favorito	colonialismo, favoritismo
Verbo	batizar, catequizar	batismo, catequismo
Substantivo composto	bota-abaixo, sem-vergonha	bota-abaixismo, sem-vergonhismo
Siglas	PT, PMDB	petismo, peemedebismo

Quadro 3: Categorias morfossintáticas das bases em construções *X-ismo* (SOLEDADE, 2013, p. 88)

Diante dos exemplos no Quadro 3, Soledade (2013) observa que a formação deadjetival, ainda que tenha sido a mais produtiva ao longo da história da LP, não era a que se realizava mais recorrentemente com o sufixo grego *-ismós* (étimo), que tinha maior expressividade na produção de deverbais. O português contemporâneo, como menciona a autora, tem apresentado uma gama de novas possibilidades produtivas, selecionando como bases as categorias dos substantivos próprios e das siglas, o que faz com que a autora sugira

que, no esquema dominante de *-ismo*, a categoria do *input* seja uma propriedade não essencial e passível de omissão, salvos os casos em que seja uma característica relevante e produtiva, daí deve-se haver especificação nos subesquemas. Soledade (2013, p. 88), sugere que o *-ismo* tenha um esquema dominante como o apresentado em (29), em que não há especificação categorial no *input*:

$$(29) \quad \langle [X_i -ismo]_{S_j} \leftrightarrow [\text{relacionado a SEM}_i]_{S_j} \rangle$$

Com essa assunção de que a categoria do *input* seja uma informação anulável, o modelo booiijiano se verá livre de outro entrave no modelo aronoffiano: as palavras complexas cujas bases não são formas livres na língua. Isso faz com que não sejam necessárias as RTs de Aronoff (1976). Uma maneira de como Booij (2010) lidou com essa situação está na proposição das *relações paradigmáticas* que se assemelham com as propostas por Basílio (1980), dentro de um quadro gerativista (ver capítulo 2). Entretanto, há, agora, uma ênfase para o fator semântico. Tanto as proposições de Booij (2010) quanto as de Basílio (1980) intentam não marginalizar esses casos, enquadrando-os em esquemas/regras mais gerais, a fim de diminuir o nível de arbitrariedade dessas palavras. Em Booij (2010), um exemplo pode ser visto com os pares formados pelos sufixos *-ism* e *-ist* no inglês.

X-ism	X-ist
altru-ism	altru-ist
aut-ism	aut-ist
bapt-ism	bapt-ist
commun-ism	commun-ist
pacif-ism	pacif-ist

Quadro 4: Relações paradigmáticas entre palavras *X-ism* e *X-ist* no inglês (BOOIJ, 2010, p. 33)

A partir desses exemplos dispostos no Quadro 4, Booij (2010) sugere que, apesar de não possuírem uma base que corresponda a uma palavra real na língua, o significado de um membro do esquema *X-ism* pode se relacionar com o significado de um membro do esquema *X-ist*. Assume o autor que, geralmente, o significado das palavras em *-ist* podem ser tomados como “pessoa com a habilidade, inclinação ou ideologia denotada pela palavra em *-ism*” (BOOIJ, 2010, tradução nossa)³⁸. Daí, a relação paradigmática seguinte pode ser definida por um esquema complexo (ou de segunda ordem), como o expresso em (30), extraído de Booij (2010, p.33):

³⁸ “person with the ability, disposition, or ideology denoted by the word in *-ism*” (BOOIJ, 2010, p. 33)

$$(30) \quad \langle [x\text{-ism}]_{N_i} \leftrightarrow \text{SEM}_i \rangle \approx \langle [x\text{-ist}]_{N_j} \leftrightarrow [\text{person with property Y related to SEM}_i]_j \rangle^{39}$$

Nesse esquema em (30), o SEM_i representa o significado das palavras em *-ism*. Daí que *altruísta* é uma pessoa com a inclinação para o altruísmo, um *pacifista* é aquele que adere à ideologia do *pacifismo*, etc. Como observa Booij (2010), “os significados desses nomes em *-ist* não são simplesmente uma composição funcional dessas partes constituintes, mas contém o significado de uma palavra relacionada com o mesmo grau de complexidade.” (BOOIJ, 2010, p. 33, tradução nossa)⁴⁰.

Outro caso relacionado às palavras complexas cujas bases não sejam formas livres na língua é visto em Booij (2014), com as construções *X-baar* do holandês, que equivalem a *X-able* em inglês ou *X-vel* em português.

	Tipo de palavra base	Exemplos
a	Verbo transitivo	<i>eetbaar</i> (ing: <i>edible</i> / port: <i>comestível</i>); <i>drinkbaar</i> (ing: <i>drinkable</i> / port: <i>potável</i>)
b	Verbo ergativo	<i>vloeibaar</i> (ing: <i>liquid</i> / port: <i>líquido</i>); <i>brandbaar</i> (ing: <i>inflammable</i> / port: <i>inflamável</i>)
c	Verbo intransitivo	<i>leefbaar</i> (ing: <i>livable</i> / port: <i>habitável</i>); <i>werkbaar</i> (ing: <i>workable</i> / port: <i>trabalhável</i>)
d	Nome	<i>vruchtbaar</i> (ing: <i>fruitful</i> / port: <i>frutífero</i>)
e	Não existente	<i>dierbaar</i> (ing: <i>beloved</i> / port: <i>amável</i>)

Quadro 5: Categorias morfossintáticas das bases em construções *X-baar* do holandês (BOOIJ, 2014, p.9, tradução nossa)

A respeito dos dados no Quadro 5, Booij (2014), argumenta que os verbos transitivos em (a) são a classe mais prototípica nas construções *X-baar*, mas essa é uma propriedade anulável no sentido de que outras categorias de verbo, como (b) e (c) (ergativo e intransitivo, respectivamente) têm se mostrado produtivas. Os casos em (d) e (e) são os mais excepcionais, pois tiram a possibilidade de generalização de que a categoria do *input* seja sempre um verbo. A única regularidade destacada pelo autor é a de que, na presença do sufixo *-baar*, as bases sempre formam adjetivos, destacando-se seus deslocamentos semânticos que vão para além do significado de *passível de* ou *com potencial de*. Na Figura 6 abaixo, Booij (2014) representa a variedade de *inputs* nas construções *X-baar* do holandês.

³⁹ Extraído de Booij (2010, p. 33). O símbolo \approx indica que há uma relação paradigmática entre os esquemas.

⁴⁰ “The meaning of these nouns in *-ist* is not simply a compositional function of their constituent parts but contains the meaning of a related word with the same degree of complexity.” (BOOIJ, 2010, p. 33)

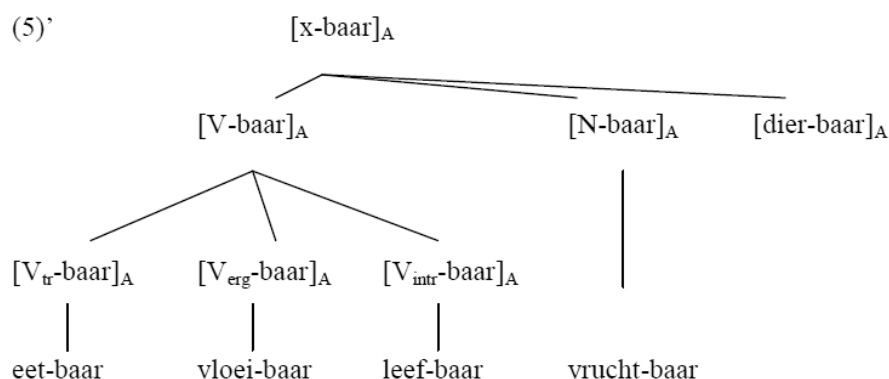


Figura 6: Hierarquia das contrapartes formais nas construções *X-baar* (BOOIJ, 2014, p. 11)

Diante dessa representação hierárquica na Figura 6, Booij (2014) sinaliza o problema de essa hierarquia não dar conta de expressar qual desses padrões é produtivo. Por isso, o autor propõe como alternativa assumir somente um esquema, com verbos transitivos como bases, e as construções a partir de outras categorias devem ser tomadas como substituições de padrões. Isso preveria que a formação de novos adjetivos em *-baar*, no holandês, seja produtiva somente com verbos transitivos como base, pois, como menciona o autor, nesse contexto, não há muitas palavras cujo verbo da base não seja transitivo e essas poucas decorrem de violações acidentais que não impedem os falantes do holandês de reconhecê-las como sendo motivadas por um esquema em que a contraparte formal seja do tipo $[V_{tr}\text{-baar}]_A$, uma vez que a informação de semântica de *passível de sofrer um evento* ainda se faz presente, o que, segundo Booij (2014), se alinha à visão defendida por Plag (2004) de que a categoria do *output* e as propriedades semânticas de um processo morfológico são fundamentais para a sua formulação.

Essa imprescindibilidade da explicitação da categoria do *output* no modelo de Booij tem sido questionada por alguns autores, como Simões Neto & Soledade (2015), uma vez que a assunção dessa característica como propriedade essencial em um esquema tem gerado alguns problemas na descrição da língua portuguesa, pois, nessa, a flutuação categorial entre as categorias de substantivo e adjetivo se mostra bastante produtiva, sendo tema de recorrentes debates entre linguistas.

A partir dos estudos de Lobato (1986) e Castilho (2010), vê-se que essa linha tênue entre essas categorias já existia na língua latina, onde, segundo Castilho (2010), por questões de proximidade morfológica, não se distinguiam substantivos e adjetivos e ambos eram colocados em uma categoria *nomen*, com especificações *nomen substantivum* e *nomen*

adiectiuum. Somente a partir do século XVIII, “os gramáticos das línguas românicas passaram a tratar o adjetivo separadamente do substantivo [...]” (CASTILHO, 2010, p. 511).

Em *Estrutura da língua portuguesa*, Câmara Jr. (1970, p. 77) propõe que os vocábulos mórficos possam ser classificados por meio de três critérios. São eles:

- a. *o critério semântico*: diz respeito ao que os vocábulos significam no universo biossocial em que a língua se realiza. Dessa forma, os nomes se ligam às coisas e aos seres, ao passo que os verbos representam os processos.
- b. *o critério mórfico*: está relacionado às propriedades formais das categorias. Assim, os nomes são aqueles passíveis de serem objetivados por meio de artigos e/ou de um plural em /s/ e os verbos são aqueles disponíveis para os morfemas gramaticais de *tempo, modo e pessoa*.
- c. *o critério funcional*: está relacionado à função que o vocábulo desempenha na sentença. Câmara Jr. (1970, p. 79), dentro desse critério, propõe uma subdivisão entre nomes e pronomes de acordo com a sua função na comunicação linguística. Entende o autor que há uma função de substantivo, aquele tratado como o centro da informação ou o *termo determinado*, e há a função de adjetivo, o *termo determinante* que modifica um nome substantivo. Câmara Jr. (1970) ainda chama a atenção para o fato de que, em português, o adjetivo deve concordar, em gênero e número, com o substantivo ao qual se adjunge.

Assumidos esses critérios, Câmara Jr. (1970, p. 87) entende que a distinção entre substantivo e adjetivo se dê apenas no desempenho sintático, pois, aparentemente, não apresentam distinções de forma. Daí que, nesses termos, *um marinheiro brasileiro e um brasileiro marinheiro* se diferenciem pela posição na sentença, em que, na primeira expressão, *marinheiro* é o determinado (substantivo) e *brasileiro* é o determinante (adjetivo), ao passo que, na segunda, a situação se inverte e *brasileiro* é o determinado (substantivo) e *marinheiro* é o determinante (adjetivo).

Quem tem uma linha de pensamento similar à de Câmara Jr. (1970) é Perini (1995), que acredita na ideia de que substantivos e adjetivos tenham limites pouco claros, com uma separação tão pouco rígida “que há motivo para duvidar da existência de duas classes distintas”. (PERINI, 1995, p.321). Perini (1995), então, recorre à ideia de um *continuum* entre a função nuclear substantiva e a função modificadora adjetiva, assumindo, para além da ideia de que os critérios de diferenciação sejam somente funcionais, a ideia de que há nomes que

podem atuar tanto como núcleo quanto como modificador e aqueles que só podem assumir uma das funções. Isso também foi defendido por Câmara Jr. (1970), que sugeriu que existissem nomes essencialmente adjetivos (belo, grande, etc.) e nomes essencialmente substantivos (homem, leão, etc.), mas admitindo que a distinção funcional não fosse absoluta, uma vez que a expressão *um homem leão* significa *um homem corajoso*. Os exemplos de (31) a (38) abaixo são do português brasileiro contemporâneo:

- (31) O que 13 *estrangeiros* pensam sobre trabalhar no Brasil ? (Site da Revista Exame)⁴¹
- (32) Aguirre sonha em ser o 'técnico *estrangeiro* que brilhou no futebol brasileiro'. (Lancenet)⁴²
- (33) Eu, leitora: "Troquei meu marido pela minha melhor *amiga*" (Site da Revista Marie Claire)⁴³
- (34) Como é bom ir a lugares lindo com pessoas *amigas* e maravilhosas. (Site Trip Advisor)⁴⁴
- (35) Grazi Massafera clareia o *cabelo* e 'vira' princesa Elsa para a filha de dois anos (Site Yahoo Mulher)⁴⁵
- (36) Jared Leto exhibe *cabelo* loiro platinado em evento (Site Vagalume)⁴⁶
- (37) Freqüentadores de academia aderem ao leite *materno* como suplemento alimentar. (Site do jornal O Povo)⁴⁷
- (38) Junior Lima lamenta a morte de seu avô *materno*. (Site Diário de São Paulo)⁴⁸

Nas sentenças em (31) e (32), observa-se a flutuação de *estrangeiro*, que aparece tanto na função de determinado (CÂMARA JR, 1970) ou função nuclear substantiva (PERINI, 1995) – sentença (31), quanto na função de determinado (CÂMARA JR, 1970) ou adjetiva modificadora (PERINI, 1995) – sentença (32). O mesmo pode se dizer a respeito de *amiga*,

⁴¹ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/o-que-13-estrangeiros-pensam-sobre-trabalhar-no-brasil>>. Acesso em 05 mar 2015.

⁴² Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/internacional/Aguirre-estrangeiro-brilhou-futebol-brasileiro_0_1313868840.html>. Acesso em 05 mar 2015.

⁴³ Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/EuLeitora/noticia/2015/03/eu-leitora-troquei-meu-marido-pela-minha-melhor-amiga.html>>. Acesso em 05 mar 2015.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.tripadvisor.fr/LocationPhotoDirectLink-g303444-d312332-i77629227-Cataratas_do_Iguacu-Foz_do_Iguacu_State_of_Parana.html>. Acesso em 05 mar 2015.

⁴⁵ Disponível em: <<https://br.mulher.yahoo.com/grazi-massafera-clareia-o-cabelo-e-vira-princesa-elsa-para-a-filha-de-dois-anos-192756647.html>>. Acesso em 05 mar 2015.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/news/2015/03/05/jared-letto-exibe-cabelo-loiro-platinado-em-evento.html>>. Acesso em 05 mar 2015.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/masnoticias/curiosidades/2015/02/20/noti,3395705/freqüentadoes-de-academia-aderem-ao-leite-materno-como-suplemento-alim.shtml>>. Acesso em 05 mar 2015.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/78416/junior-lima-lamenta-a-morte-de-seu-avo-materno>>. Acesso em 05 mar 2015.

que desempenha um papel nuclear em (33) e modificador em (34). Em (35) e (36), *cabelo* é núcleo, sendo, ao que parece, um nome que só consegue exercer a função de determinado, ao passo que, em (37) e (38), *materno* aparece sempre na função modificadora, sendo interdita a função de determinado.

Basílio (1995), voltando-se para a proposta de Câmara Jr. (1970), destaca dois problemas. O primeiro diz respeito ao nível funcional e à concordância nominal, que fora tomada por Câmara Jr. como fundamental na caracterização das relações entre adjetivos e substantivos. Exemplo da própria autora está expresso em (39).

(39) Comprei dois sapatos brancos/ areia/*areias. (BASÍLIO, 1995)

Nesse exemplo, o substantivo *areia* aparece na função modificadora, prototípica dos adjetivos. A partir dele, Basílio (1995) menciona que alguns substantivos, embora possam atuar como determinantes, não conseguem desempenhar essa função da mesma maneira que os adjetivos. Assim, no exemplo em (39), a função de determinante não fez com que o substantivo *areia* se transformasse em um adjetivo morfológico, uma vez que não foi realizada concordância entre ele e o nome que modifica – *sapatos*.

O segundo problema destacado no Basílio (1995) está no nível lexical, pois se for assumido que, do ponto de vista morfológico, não há diferenças entre as categorias, certas generalizações deixam de ser feitas. Daí, postular-se-ia que o sufixo *-idade*, que seleciona adjetivos como *input* e forma substantivos abstratos, seleciona, na verdade, uma macrocategoria chamada *nome* para formar palavras da mesma macrocategoria *nome*, deixando de lado o fenômeno de mudança categorial. Ou ainda, segundo a autora, não se poderia dizer que o sufixo *-ção*, que se realiza em contextos deverbiais, dê conta da formação de substantivos abstratos. Adotar a proposta pautada no critério funcional de Câmara Jr. (1970), portanto, implica na perda de generalizações sobre os processos de formação de palavras (BASÍLIO, 1995). Mesmo levantando esses problemas, a autora assume que

Permanece, pois, a questão de como caracterizar substantivos e adjetivos. No entanto, parece ser consensual que certas características são próprias de substantivos e outras de adjetivos.

São normalmente consideradas como características de substantivos: semanticamente, a designação de seres (e, portanto, a possibilidade de serem interpretados como seres ou entidades); morfológicamente, o gênero imanente e o número determinado pela pluralidade ou não dos referentes, em caso de referência a indivíduos; e sintaticamente, a ocorrência como núcleo do sujeito, complementos e sintagmas preposicionados; a possibilidade de ocorrência com adjetivos como adjuntos adnominais e a possibilidade de ocorrência com determinantes e qualificadores.

Como características de adjetivo, temos: semanticamente, a caracterização de seres; morfologicamente, o gênero e número em concordância com o substantivo e a possibilidade de ser forma derivante para substantivos abstratos; e sintaticamente, a ocorrência em estruturas predicativas com verbos estativos *como estar*, verbos de opinião ou julgamento *como achar, considerar, julgar*, verbos de mudança de estado *como ficar*, etc. (BASÍLIO, 1995, pp. 178-179)

Persistido o problema, Basílio (1995) retoma parcialmente alguns de seus trabalhos anteriores, como Basílio (1980), mencionado no Capítulo 2, a fim de dar alguma direção para a solução do problema. Esse trabalho foi desenvolvido em um quadro gerativo-associativo e, mais tarde, foi retomado por alguns autores de orientação gerativista, como Marinho (2004) e Souza (2006). No entendimento de que a proposta de Basílio (1980) foi a mais formidável para lidar com a flutuação categorial, esse trabalho foi também retomado por Simões Neto & Soledade (2015), já no âmbito da MC.

Dentro de um contexto de regras, as reflexões de Basílio (1980) partiram das formações de agentivos deverbais *X-dor* no português. A regra referente a esse processo formativo está em (40), e sobre esse, a autora observa que o sufixo *-dor* atua sempre sobre bases verbais, gerando um substantivo de significado agentivo.

(40) $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ dor}]_{N_{Ag}}$ (BASÍLIO, 1980)

Basílio (1980) destaca, no entanto, que essa regra só abrange uma parte do conjunto de palavras possíveis formadas com esse sufixo formador de agentivos e argumenta com base nas sentenças em (41).

(41) O administrador não conseguiu resolver o problema. (BASÍLIO, 1980)

A firma administradora não conseguiu resolver o problema. (BASÍLIO, 1980)

A partir dessas sentenças, Basílio (1980) mostra a possibilidade de alguns agentivos deverbais *X-dor* flutuarem entre as categorias de adjetivos e substantivos. Se aceita a hipótese do PCU de Aronoff, (1976), *administrador* irá requerer uma duplicação no léxico, apenas pelo fato de sua categoria morfossintática poder flutuar. Basílio (1980) destaca, no entanto, que é preciso notar que a sequência fonológica e a interpretação semântica de agentividade se mantêm, qual seja a categoria morfossintática do *output*. A autora menciona outros casos flutuantes de formações *X-dor*, como *produtor* (o produtor, o canal produtor), *gerador* (o

gerador, o mecanismo gerador), *colonizador* (o colonizador, os grupos colonizadores) e sugere uma representação como a em (42).

(42) $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ dor}]_R$ em que R é uma arquicategoria. (BASÍLIO, 1980)⁴⁹

Em Basílio (1981, *apud* Marinho, 2004) observa-se a mesma flutuação categorial com o sufixo *-nte* e a autora sugere que essa seja uma provável característica dos agentivos deverbiais, reafirmando a sua sugestão de que, para esses casos, haja uma única regra de formação, com um *output* arquicategorial, como em (42). Nesse trabalho, Basílio (1981) propõe que operações genolexicais possam ser tomadas em dois níveis. No primeiro, está o nível da formação de palavras, em que estão as RFPs e, no segundo, estariam, segundo Marinho (2004, p. 28), as “variações no sentido da palavra e a possibilidade de emprego do vocábulo com mais de uma especificação categorial”. Basílio (1981), então, propõe que a atribuição categorial dos *outputs* não figure nas RFPs, pois não é uma informação morfológica, e sim sintática, determinando, para além da regra de formação, a chamada *regra de extensão de categoria*, atuante no componente sintático.

Embora a sua proposta seja dissociacionista no que toca à interface morfologia-sintaxe, mesmo que em um modelo gerativo associativo na interface morfologia-semântica, é importante pôr em questão se, dentro do modelo de Booij (2010, 2013, 2015), “a categoria do *output* não é, até certo ponto, anulável, quando a extensão categorial é muito produtiva no sistema linguístico em uso”. (SIMÕES NETO & SOLEDADE, 2015, p. 151). Assim, como observam Simões Neto & Soledade (2015), se Basílio (1980, 1981), dentro de um contexto gerativista de regras, relativizou a ideia do PCU proposto Aronoff (1976), faz-se necessário que, nas próximas formulações do modelo booiiano, discuta-se qual a importância de uma descrição morfológica considerar esquemas diferentes para instanciações em que a flutuação é previsível, mesmo que a regularidade semântica se mantenha, como tem acontecido na formação de muitos agentivos do português.

Dentro da perspectiva cognitivista, a questão pode ser tratada sob três enfoques inter-relacionados. O primeiro foi abordado por Simões Neto & Soledade (2015) e diz respeito à proposta de Botelho (2009), que, trabalhando com as construções *X-eiro* no português brasileiro contemporâneo sob um enfoque sociocognitivista, propõe não distinguir as categorias de adjetivos e substantivos quanto ao significado agentivo, uma vez que, no seu entendimento, essa distinção provém de uma projeção semântico-pragmática de *figura-fundo*.

⁴⁹ Para facilitar no acompanhamento da leitura, reproduziu-se a mesma representação em (17).

Como visto em Valenzuela, Ibarretxe-Antuñano & Hilferty (2012), esse é um conceito oriundo da Gestalt que se mostra basilar nas formulações da LC. Por meio dessa projeção, focaliza-se, uma zona concreta específica do domínio, separando-a de todo o restante. Daí, o elemento destacado é a *figura* e o que o adorna é o *fundo*. No que toca aos aspectos morfológicos das construções agentivas *X-eiro*, Botelho (2009) sugere que os usos substantivos tornam *figura* a agentividade e os usos adjetivos a tornam *fundo*. A autora exemplifica com as sentenças em (43).

(43) O traiçoeiro chegou ... vamos ficar quietos! (BOTELHO, 2009)

Ele teve uma atitude traiçoeira e perdeu a confiança de todos. (BOTELHO, 2009)

Na compreensão de Botelho (2009), na primeira sentença, *traíçoeiro* é realizado como substantivo, ao passo que, na segunda, se realiza como adjetivo. O que a autora chama a atenção é o fato de que o significado agentivo de *cometer traição* se faz presente nas duas sentenças, mas, na primeira, essa leitura agentiva é central, logo *figura*, ao passo que, na segunda sentença, ela é *fundo*, qualificando a atitude de um agente.

A segunda abordagem de orientação cognitivista que se pode admitir para explicar o fenômeno é a de Basílio (2011). Esteada na concepção de metonímia da LC, a autora entende que agentes podem ser denominados com base na ação que realizam, da mesma forma que alguns objetos podem ser denominados baseando-se na função que desempenham, o que caracteriza processos metonímicos. Assim, *manifestante* subjaz uma metonímia do tipo ATIVIDADE POR INDIVÍDUO, da mesma forma que *ventilador* se encaixa em OBJETO POR FUNÇÃO.

Basílio (2011, p. 111-113) observa também que as metonímias dão conta de explicar o fenômeno de conversão. Daí, a partir dessa autora, pode-se assumir que padrões metonímicos, como os vistos em QUALIDADE POR INDIVÍDUO (Não gosto de homem *careca* / Os *carecas* têm mais estilo), INDIVÍDUO POR ORIGEM (Adoro música *italiana* / A *italiana* não sabe falar português) e OBJETO POR PROPRIEDADE (A lua está mais *brilhante* que o habitual / Ele me deu um *brilhante*), configuram também a flutuação categorial de agentivos, uma vez que, é possível ativar metonímias do tipo INDIVÍDUO POR QUALIDADE, quando um prototípico adjetivo é usado como substantivo, ou QUALIDADE POR ATIVIDADE, quando o processo é contrário.

A terceira e última possibilidade para entender a fluidez dos agentivos entre substantivos e adjetivos se orienta pela operação de ajuste focal, como abordada por Castro da

Silva (2012), que se apoiou em Langacker (1987) e Sweetser (1999). A partir dessa perspectiva, já mencionada no capítulo 2, pode-se assumir que essa flutuação categorial decorra de um perfilamento, uma vez que os mesmos conceitos são ativados, embora realizados mediante a perspectiva de observação. Sejam tomadas as sentenças em (44) com diferentes usos da palavra *magrela*.

(44) Tem uma menina *magrela* na minha sala (Site Apelidos)⁵⁰.

Entrou uma *magrela* morena com olhos pretos. (Site WhatPad)⁵¹

Nota-se, a partir dessas duas sentenças, que, na primeira, o enfoque está na *menina*, que tem, como uma de suas características, a magreza, ao passo que, na segunda, a focalização está na magreza, com o sujeito qualificado estando elíptico e sendo designado por essa característica.

Todas essas abordagens feitas no âmbito da LC envolvem a propriedade de seleção, sendo, portanto, inter-relacionadas. Concorde-se aqui, com todos esses enfoques semânticos para os casos apresentados de flutuação categorial. O modelo de Booij (2010, 2013, 2014), entretanto, ainda não abarca, em suas descrições, esses tipos de relações, como ficará mais claro na seção 3.3 deste capítulo. Simões Neto & Soledade (2015), observando algumas construções *X-ário* flutuantes no português arcaico, estearam-se em Basílio (1980, 1981) e propuseram um esquema geral dominante, como em (45).

(45) $\langle [X_i - \text{ário}]_{R_j} \leftrightarrow [x \text{ envolvido em SEM}_i]_{R_j} \rangle$

Nesse esquema dominante em (45), em que se observa a atribuição de um caráter semântico geral para as construções *X-ário* no português arcaico, Simões Neto & Soledade (2015, p. 164) optam pela não explicitação de categorias morfossintáticas, “nem para os produtos (que flutuam entre adjetivos e substantivos), nem para as bases (*inputs* – que são variados [...])”. Os autores, no entanto, chamam a atenção para o fato de que, quando essas forem características fundamentais, deverão ser imediatamente expressas por meio de subesquemas, que poderão abrigar não só as variedades dos significados, mas também das propriedades morfossintáticas.

⁵⁰ Disponível em: < www.apelidos.net/engracados/apelidos-engracados-para-magros>. Acesso em 23 jan 2016.

⁵¹ Disponível em: < <https://www.wattpad.com/162148171-obsession-withe-girls-capitulo-1>>. Acesso em 23 jan 2016.

3.3 AS PROPRIEDADES SEMÂNTICAS

Para Booij (2010), as palavras morfologicamente complexas nem sempre podem ser analisadas em termos componenciais, pois, entende que, com base no conceito de construção, herdado da GC de Goldberg, o significado do todo não é a soma das partes. Muitas vezes, essas palavras são carregadas de significados específicos (metafóricos, sobretudo) que não são advindos dos significados individuais dos elementos constituintes. Como observam Simões Neto & Soledade (2015), “embora destaque a centralidade do componente semântico para um modelo construcional aplicado à morfologia, é tímida a incursão de Booij sobre as questões que implicam uma reflexão acerca dos sentidos e das relações que estes estabelecem entre si.” (SIMÕES NETO & SOLEDADA, 2015, p. 155).

A partir dessa mesma citação de Simões Neto & Soledade (2015), pode-se afirmar que, entre as categorias destacadas por Booij como imprescindíveis no esquema, essa é a mais importante, considerando a centralidade semântica do modelo que representa a sua organização hierárquica a partir dos significados das construções e as relações que esquemas e subesquemas estabelecem entre si. Sabido que os esquemas contribuem para a redução da arbitrariedade de construções nas línguas, no modelo booiiano, considera-se que “há também ‘regras’ de polissemia que motivam a coexistência de mais de um significado para uma palavra simples ou complexa” (BOOIJ, 2014, p. 19, tradução nossa)⁵².

Uma classificação dessas regras foi feita por Blank (2003) e é nessa proposta que Booij (2012, p.16; 2015, p. 19) se apoia, admitindo que haja quatro tipos de polissemia. As categorias e os exemplos a seguir foram traduzidos e adaptados de Booij (2012, 2014) e também utilizados por Soledade (2013, p. 90):

- a. Polissemia baseada em regras, não lexicalizada, como em *sanduíche de presunto* para se referir a um *cliente que tenha solicitado um sanduíche de presunto*;
- b. Polissemia baseada em regras, lexicalizada, sem, ou com poucas, restrições idiossincráticas, como em *livro* para se referir tanto ao *objeto* (‘comprei um livro’) quanto ao *conteúdo* (‘li o livro todo’);
- c. Polissemia baseada em regras, lexicalizada, com restrições idiossincráticas, como em *escola* para se referir tanto ao *prédio* (‘a escola pegou fogo’) quanto à *instituição* (‘essa escola está sempre bem colocada nos rankings’);

⁵² “There are also ‘rules’ of polysemy that motivate the co-existence of more than one meaning for a simplex or complex word” (BOOIJ, 2015, p. 19)

- d. Polissemia desprovida de regras, lexicalizada e idiossincrática, como pode ser vista na língua inglesa, em que se usa *mouse* para se referir ao *animal* (rato) e ao *dispositivo de computador*.

Diante dessa categorização, a partir das formulações de Booij (2012, 2014) e da leitura de Soledade (2013), pode-se entender que a polissemia em (a) é não lexicalizada, pois, dado o seu caráter pragmático universal, não requererá uma nova entrada lexical. Há de se destacar também o caráter extensivo da metonímia nas polissemias dos tipos (a)-(c), admitindo “regras acerca do tipo de extensão permitida pelo processo metonímico (parte>todo, todo>parte, conteúdo>continente, continente>conteúdo, instrumento>agente, agente>instrumento, causa>efeito, efeito>causa, entre outras)” (SOLEDADE, 2013, p. 90-91). A polissemia em (d), por fim, é de orientação metafórica, o que dificulta que haja qualquer estabelecimento de regras sobre ela.

Com base nisso, Soledade (2013, p. 91) observa que “há um tipo de polissemia que pode ser baseada em regras lexicais ou esquemas de extensão de sentido (‘polissemia regular’), uma vez que é motivada por mecanismos gerais de metonímia.”. A fim de uma melhor exemplificação, a autora traduz, para o português, os seguintes exemplos de Booij (2012, p.15).

- (46) Essa é uma excelente *universidade*.
A *universidade* pegou fogo ontem à noite.
A *universidade* entra de férias essa semana.

Soledade (2013, p. 91), leitora de Booij (2012), comenta que, a partir desses exemplos em (46), pode-se admitir que, na segunda e na terceira sentença, há padrões polissêmicos, considerando que uma instituição possa sempre ser conceptualizada metonimicamente pelo local em que funciona ou pelo pessoal que ali atua de alguma maneira. Diante desse tipo de constatação, Booij (2012) propõe que haja esquemas que possam representar esses padrões⁵³:

- (47) <Ni↔ INSTITUIÇÃO> ≈ <Ni ↔ EDIFICAÇÃO RELACIONADA A SEMi>
<Ni↔ INSTITUIÇÃO> ≈ <Ni ↔ PESSOAS RELACIONADAS A SEMi>

A partir desses exemplos em (47), é possível entender que a polissemia possa se mostrar regular e sistemática no tratamento de palavras complexas, por meio de afixos

⁵³ Os esquemas em (47) foram traduzidos por Soledade (2013).

polissêmicos, e isso acaba gerando padrões polissêmicos que requererão uma explicitação que será descrita nos subesquemas (BOOIJ, 2012, 2014; SOLEDADE, 2013).

Longe de a polissemia, ou qualquer outro fenômeno relacionado ao significado lexical, se revelar como um problema para a MC, Soledade (2016a, no prelo), com base em Soledade (2013), sobre a polissemia das construções *X-eir-* no português arcaico, e em Soledade (2016b, no prelo), sobre as construções *X-udo* e *X-dor*, destaca cinco problemas de ordem semântica e histórica na descrição proposta pelo modelo de Booiij, levando em conta também as concepções de língua e de léxico para essa teoria.

O primeiro problema destacado por Soledade (2016a) diz respeito à questão da produtividade. Considerando que Booiij (2010, 2014) entende que o fato de um padrão ser produtivo é um argumento razoável para que seja representado por meio de subesquemas e que há uma relação estreita entre produtividade e frequência de realização, Soledade (2016a) se questiona como isso deve se representar dentro de um modelo centrado no uso. Para isso, a autora retoma a organização esquemática proposta para as construções *X-eir-* no português arcaico.

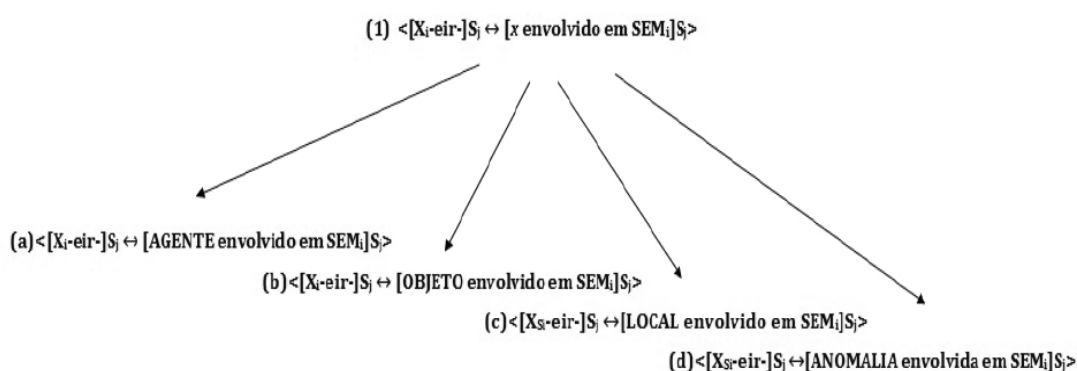


Figura 7: Esquema dominante e subesquemas principais das formações em *X-eir-* no português arcaico (SOLEDADE, 2013, p. 100)

Diante dessa representação na Figura 7, Soledade (2016a) argumenta em prol da necessidade de os esquemas serem representados de modo a incorporar as diferenças de produtividade entre subesquemas, uma vez que, a um modelo centrado no uso e na frequência e preocupado com questões de prototipicidade dos significados, deve importar, por exemplo, que um subesquema de AGENTE tenha 47 instanciações, ao passo que o de ANOMALIA tenha apenas 1. Considerando que a MC tem postulado que as representações dos esquemas sejam monoplanas, a autora sugere que o mínimo que se pode fazer, até então, para tratar esse tipo de informação é acrescentar, ao lado de cada subesquema, a quantidade de instanciações. Daí uma proposta é apresentada na Figura 8.

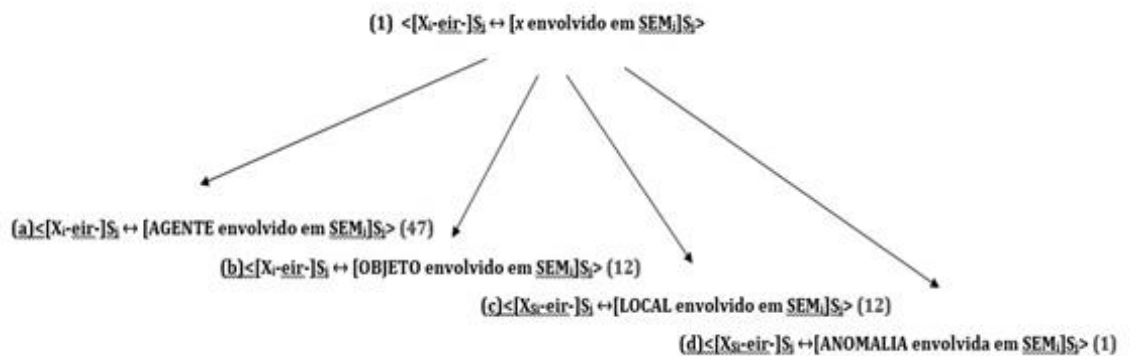


Figura 8: Esquema e subesquemas de formações X-eiro com indicação de produtividade (SOLEDADE, 2016a)

O segundo problema destacado por Soledade (2016a) diz respeito à formulação do esquema dominante⁵⁴ proposta por Booij (2010). Esse esquema que tem sempre um caráter genérico dá conta de interligar os variados significados que construções com certos afixos polissêmicos podem ter e que são representados por meio de subesquemas. A pergunta que Soledade (2016a) se faz é se esse esquema chega a ser realmente gerado no cérebro dos falantes ou se essa é uma alternativa que se justifica apenas metodologicamente. Acreditando que seja um recurso mais metodológico, a autora propõe que essas representações sejam abolidas, como visto na Figura 9.

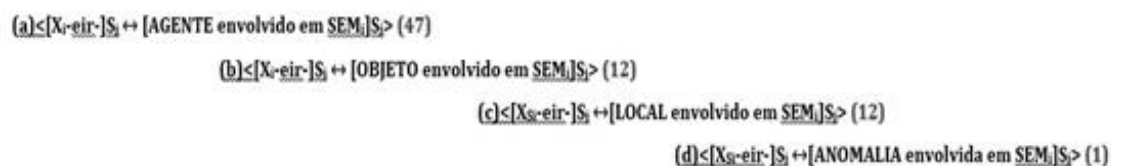


Figura 9: Subesquemas de formações X-eiro sem esquema dominante (SOLEDADE, 2016a)

É justamente desse segundo problema e da posição assumida diante desse que surge o terceiro problema destacado por Soledade (2016a): “como representar a polissemia de (sub)esquemas relacionados entre si por mecanismos metafóricos ou metonímicos sem que precisemos criar essa “especificação geral” que na verdade corresponde a uma *inespecificação*?” (SOLEDADE, 2016a). A autora acredita que o que une os esquemas

⁵⁴ O nó mais alto na Figura 7 e na Figura 8.

polissêmicos são as relações metafóricas e metonímicas que os significados estabelecem entre si, e observa que essas relações não estão contempladas na representação proposta por Booij (2010), que sugere o esquema de caráter dominante e geral.

Diante disso, Soledade (2016a) propõe uma representação preliminar em que, por exemplo, a polissemia dos esquemas de *-eiro* no português arcaico seja abordada sem um esquema genérico dominante e com setas que deem conta das relações metafóricas e/ou metonímicas que esses esquemas podem estabelecer entre eles, o que pode ser visto na Figura 10.

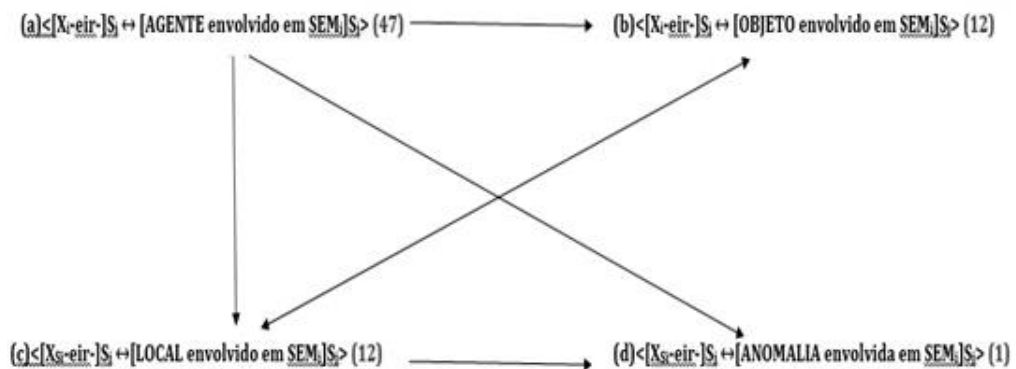


Figura 10: Polissemia dos esquemas *X-eir-* com relações metonímicas e metafóricas (SOLEDADE, 2016a)

Como lembra Soledade (2016a), Booij (2012, p.20) admite a existência de esquemas de extensão conceitual que possibilitam que objetos/instrumentos sejam conceptualizados em termos de agentes impessoais, daí metáfora, ou que o significado agentivo possa estar ligado a um instrumento ou a um local de execução, daí metonímia. Assim, nos dados analisados por Soledade (2016a), vê-se que as relações entre os múltiplos significados das construções *X-eir-* no português arcaico devam se dar em uma rede mais complexa e menos linear.

A respeito dos esquemas polissêmicos representados na Figura 10, a autora acrescenta ainda que esses

se desdobram em subesquemas também polissêmicos (agentes podem ser: agentes habituais, agentes profissionais e agentes vegetais; objetos podem ser: objetos instrumentos e objetos recipientes; e locais podem ser: locais recipientes e locais relacionados a atividades/objetos). Assim, a teia de significados desse sufixo, já no português arcaico, não parece admitir um desencadeamento contínuo da polissemia, mas apresentaria antes uma rede de relações bem mais complexas, semelhante ao nosso sistema neuronal. E se se pretende estabelecer esquemas que de fato representem,

imageticamente, as relações entre os diversos sentidos de um esquema polissêmico, as formulações teriam de assumir um caráter tridimensional e se aproximar de algo como as redes neurais ou neuronais utilizadas no âmbito da inteligência artificial [...] (SOLEDADE, 2016a)

O quarto problema de aplicação do modelo boojiano destacado por Soledade (2016a) está relacionado à herança semântica das bases, pois observa-se que, em alguns casos, a polissemia de um esquema se justifica por alguma restrição semântica imposta por certos *inputs* que a ele se associam. Assim, ainda que Booij (2014) admita a importância das relações de herança, em que palavras complexas herdem não só informações dos nós mais dominantes, em uma relação vertical com o esquema do qual é uma instanciação, mas também da palavra base, isso não tem sido aproveitado nas descrições empreendidas nos estudos da MC. Soledade (2016a), com base em Soledade (2016b), exemplifica com as construções *X-udo* em português.

Tomemos como exemplo os esquemas do sufixo *-udo* em português, que podem atribuir às suas instanciações um sentido construído pelo esquema, que podemos representar com a paráfrase << ‘provido de característica física ressaltada relativa a [sentido da base]’>>: BARBUDO, BUNDUDO, NARIGUDO, CABELUDO etc. Porém, quando as bases não são partes de corpo humano, o esquema da origem a instanciações cujo sentido pode ser reproduzido na seguinte paráfrase: <<‘que se assemelha a [sentido da base]’>>: ABELHUDO, CARRANCUDO, PONTUDO, TALUDO, TRONCUDO, VARUDO etc. Observemos que nesses últimos casos, o sentido das bases não licencia o sentido destacado para aquele primeiro grupo de palavras construídas, contudo, obviamente, por extensão metafórica, temos um segundo esquema, derivado do primeiro, mas, ao fim e a cabo, é a natureza semântica da base que determinará o sentido da construção. (SOLEDADE, 2016a)

Diante dessas constatações, a autora descreve a polissemia nas construções *X-udo* com a formulação esquemática na Figura 11 (abaixo), onde não se vê a possibilidade de abarcar a informação semântica proveniente da base, o que permite concluir a herança da base não tem como ser enquadrada na especificação por meio dos subesquemas formulados, mesmo que essa polissemia seja parcialmente motivada pelo significado herdado da base. No que toca a esse quarto problema destacado, Soledade (2016a) conclui que abordar o significado da base

é uma tarefa muito complicada se quisermos manter o modelo de representação boojiano, uma vez que a inclusão de especificações semânticas quanto às bases determinaria que os esquemas assumiriam uma extensão que impossibilitaria as representações lineares e verticais de subesquemas polissêmicos. (SOLEDADE, 2016a)

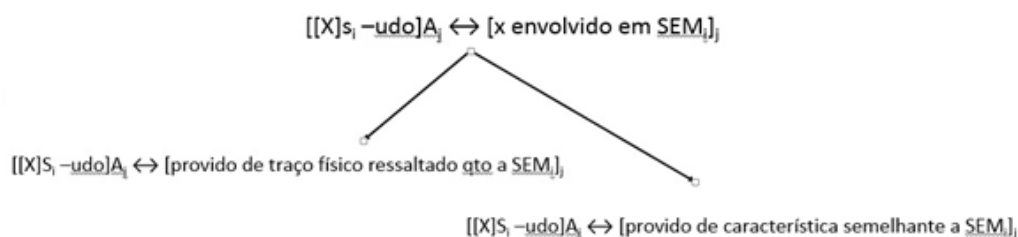


Figura 11: Esquema e subesquemas de formações X-udo (SOLEDADE, 2016b)

O quinto e último problema destacado por Soledade (2016a) se refere à representação de algumas relações semânticas, como as vistas entre os significados agentivos das construções X-dor no português arcaico, que foram abordadas em Soledade (2016b). Lembra a autora que os estudos sobre o referido sufixo têm apontado a polissemia na formação de agentivos, com um consenso na distinção entre agentes profissionais/ocupacionais e agentes habituais/frequentativos, mas uma não unanimidade na inclusão dos agentes experienciadores. Em suma, esses estudos têm abordados os três significados como polissêmicos e independentes, mesmo que ligados por relações de metáfora ou metonímia.

No entendimento de que todo agente habitual possa ser recategorizado como um agente profissional, Soledade (2016b) observa que a categorização como um e não como outro se faz por questões de conceptualização que dependem do uso, da necessidade expressiva dos falantes e de relações sociointeracionais e socioculturais de agentivos em uma comunidade linguística. Daí, a autora entende que essa distinção que se faz entre as palavras X-dor, em nada, está relacionada à herança semântica da base, mas sim às conceptualizações mediadas por comportamentos socioculturais que concebem o agente profissional como aquele que tenha remuneração que lhe garanta subsistência ou aquele que seja dotado de conhecimento específico para exercer tal atividade.

Isso, segundo Soledade (2016b), é dizer que o *corredor* amador/habitual se diferencia do *corredor* profissional, não pela frequência do exercício de *correr*, mas pelo conhecimento teórico-prático do qual o corredor profissional é dotado, o que lhe permite mais eficiência e técnica para que, ocasionalmente, possa ser remunerado e viver economicamente desse exercício, como acontece com os atletas de elite.

Com essa concepção, Soledade (2016b) sugere que a relação entre os agentes habituais e os agentes profissionais envolva sempre um padrão metonímico, seja de PARTE-TODO, seja de CONTINENTE-CONTEÚDO, como pode ser visto na Figura 12.

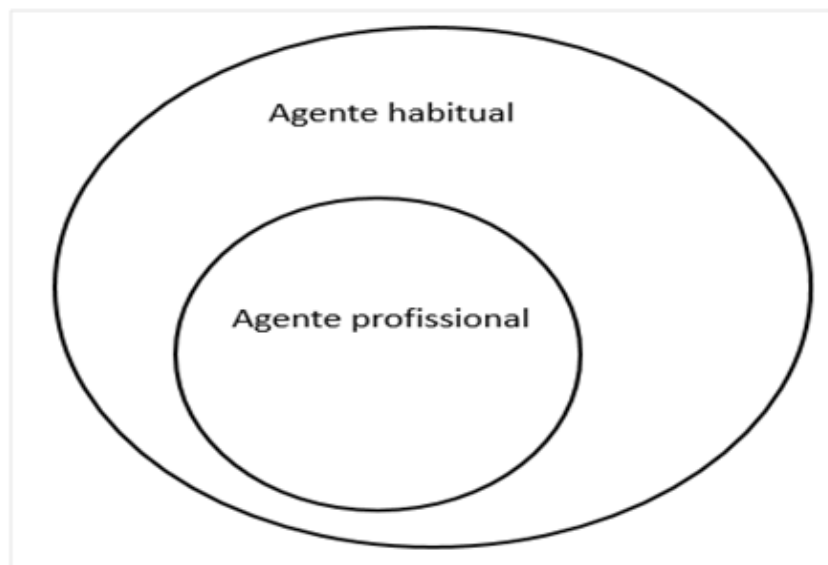


Figura 12: Metonímia entre agentes habituais e profissionais. (SOLEDADE, 2016b)

Outra relação metonímica observada por Soledade (2016b), com base nos seus dados de construções *X-dor* no português arcaico, diz respeito às relações entre os significados de agente profissional e de agente experienciador, que, para a autora, fez-se imprescindível destacar, em função da sua expressividade. Sobre esse significado, a autora comenta que,

[...] embora sejam nitidamente distintos dos habituais, o mesmo não se dá em relação ao sentido profissional. Bases verbais de natureza semântica existencial também licenciam a criação de agentes que atuam profissionalmente em relação ao verbo, por exemplo, temos formações do tipo: *animador (de festa)* e *passador (de cães)*, construídas sobre bases de verbos experienciais. Ao que tudo indica, novamente, percebemos que a atribuição do caráter profissional à agentividade depende de opções de categorização desencadeadas pela necessidade dos indivíduos inseridos em uma dada cultura, em dado momento sócio histórico. Representando simbolicamente essa relação, teríamos, outra vez, uma polissemia desencadeada pela metonímia (parte-todo/ conteúdo/continente). (SOLEDADE, 2016b)

Assim como apresentado na Figura 12, em que Soledade (2016b) sugeriu um padrão metonímico PARTE-TODO ou CONTINENTE-CONTEÚDO para explicitar a relação semântica entre os agentes habituais e os agentes profissionais, a Figura 13 trata da mesma forma as relações entre agentes experienciadores e profissionais.



Figura 13: Metonímia entre agentes experienciadores e profissionais. (SOLEDADE, 2016b)

Diante da constatação dos padrões metonímicos nessas relações de sentido, Soledade (2016a; 2016b) retoma a formulação proposta por Booij (2010, 2012, 2013, 2015) e destaca que essa não admite a representação de relações semânticas entre subesquemas, o que fica claro na Figura 14.

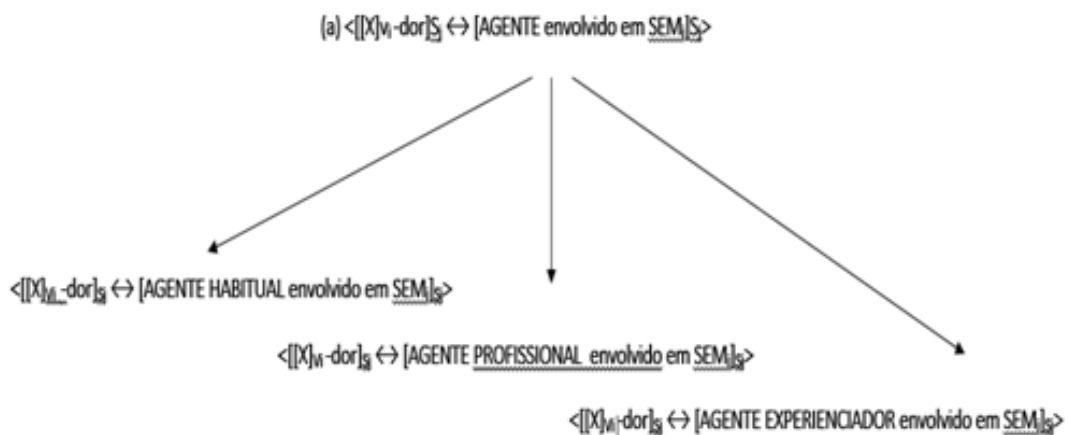


Figura 14: Esquemas e subesquemas de formações X-dor. (SOLEDADE, 2016b)

No que toca às questões ligadas às propriedades semânticas, concorda-se com Soledade (2016a, no prelo), na compreensão de que o modelo da MC ainda carece de melhores descrições nesse quesito, uma vez que se mostra ainda vinculado a moldes de representação do gerativismo lexicalista, sendo urgente esse desvencilhar, dada a necessidade de a LC, holística em sua proposição teórico-metodológica, avançar em direção de uma descrição mais complexa da morfologia e do léxico.

Para finalizar este capítulo, é preciso concordar também com Simões Neto & Soledade (2015), ao entenderem que a MC, de fato, tem oferecido fundamentos importantes para uma abordagem semântico-cêntrica para a estruturação do léxico, tendo como meio os esquemas construcionais. Entretanto, esse modelo

ainda não se mostra eficiente no tratamento de aspectos importantes, levantados nas análises aqui desenvolvidas, como flutuação categorial do constructo e, sobretudo, das mais variadas relações semânticas que demandam especificação, como as que se dão entre bases e palavras complexas, entre esquemas e palavras complexas, entre esquemas e subesquemas, entre subesquemas e subesquemas. (SIMÕES NETO & SOLEDADA, 2015, p. 168)

4 A DESCRIÇÃO DE UM FENÔMENO: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS CONSTRUÇÕES *X-EIR-*

Como os capítulos anteriores foram de abordagem mais geral, com discussões sobre o escopo da Morfologia Histórica, as concepções de língua e de léxico e as implicações para o estudo da morfologia e os conceitos básicos do modelo da MC, neste capítulo, far-se-ão considerações de caráter mais específico, tratando-se, exclusivamente, do fenômeno a ser analisado nesta pesquisa: a polissemia das construções *X-eir-*.

Não raramente, são observadas novas formações *X-eir-* no português atual. A título de exemplificação, registram-se *paneleiro*⁵⁵ (manifestante de direita que bate panela em protesto na varanda do apartamento⁵⁶), *facebookeiro*⁵⁷ (usuário frequente do Facebook), *palmiteiro*⁵⁸ (designação utilizada por algumas feministas negras para se referirem a homens negros que preferem se relacionar com mulheres brancas, em detrimento das mulheres negras), *foveiro*⁵⁹ (expressão comum no dialeto baiano para se referir a uma ressecamento e/ou descamação na pele), *arrochadeira*⁶⁰ (atitude relacionada ao gênero musical arrocha).

A produtividade e a polissemia das construções *X-eir-*, no entanto, não são características restritas à LP contemporânea. Ao contrário, os estudos que traçam a diacronia desse sufixo (VIARO, 2006; 2011b) ou que descrevem o seu comportamento em época mais recuadas da língua, como o período arcaico (SOLEDADE, 2013), têm apontado que essa já

⁵⁵ “Ao vivo, na Globo, rapper compara manifestantes *paneleiros* da Paulista de Ku Klux Klan”. Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/2015/08/19/ao-vivo-na-globo-rapper-compara-manifestantes-paneleiros-a-ku-klux-klan/>> . Acesso em: 28 jan 2016.

⁵⁶ Destaque-se que a instanciação *paneleiro* já se encontra registrada em dicionários de uso de português para significar: 1. Fabricante de painéis (agente profissional), 2. Móvel onde se guardam painéis (objeto/local) e, em Portugal, ainda apresenta o sentido de ‘homossexual’. A instanciação *paneleiro* com o sentido de ‘manifestante de direita que bate panela em protesto na varanda do apartamento’ é uma inovação de caráter semântico que engloba tanto o sentido agentivo como o locativo, uma vez que se refere a um fenômeno recente plenamente especificado em relação ao contexto sócio-histórico de sua construção. Isso não impede, no entanto, que no futuro, *paneleiro* possa assumir um caráter mais geral e vir a designar qualquer tipo de manifestante.

⁵⁷ “Daí o *facebookeiro* diz que o Tumblr copia o Facebook”. Disponível em: < <http://may-the-odds-everbeinyourfavor.tumblr.com/post/53359279703/da%C3%AD-o-facebookeiro-diz-que-o-tumblr-copia-o>>. Acesso em: 28 jan 2016.

⁵⁸ “Emicida, *palmiteiro*, ascensão longe, chegou na casa grande. Parabéns!’, escreveu outro seguidor no perfil de Marina, na rede social.”. Disponível em: < <http://www.diarioonline.com.br/entretenimento/fama/noticia-316453-.html>>. Acesso em: 28 jan 2016.

⁵⁹ “Quem tem a pele do corpo seca sabe o sofrimento que é ter a pele repuxando, sentir coceira e ficar com aquele aspecto *foveiro* nas partes naturalmente mais ásperas do corpo”. Disponível em: < <http://um-detalhe.blogspot.com.br/2014/06/pele-seca-o-que-fazer.html>>. Acesso em: 28 jan 2016.

⁶⁰ “Vingadora é pioneira, mostramos que nós, mulheres, também sabemos fazer *arrochadeira*”. Disponível em: < <http://www.diariobahia.com.br/variedades/6319-vingadora-arrasa-com-violino-e-voz-feminina-na-arrochadeira.html>>. Acesso em: 28 jan 2016.

era uma realidade na língua latina, onde o elemento sufixal existia sob a forma *-ārīu*, que é também percebida nos primeiros séculos do português.

Essa produtividade talvez justifique o fato de os estudos sobre construções com esse sufixo serem tão frequentes entre os pesquisadores da morfologia da LP. Alguns exemplos de trabalhos que abordaram o sufixo são:

- a. as Gramáticas Históricas de Said Ali (1964) e Nunes (1969), que deram destaque à morfologia da língua e fizeram algumas considerações sobre o sufixo;
- b. o trabalho de Rocha (1998), sobre o português contemporâneo, em uma perspectiva gerativista mais formalista e mentalista;
- c. os artigos de Gonçalves, Yakovenco & Costa (1998) e Simões Neto & Soledade (2014), que, embora de orientação gerativista, discutem questões de polissemia e extensão de sentido e se baseiam em *corpora* do português contemporâneo, o que sugere um gerativismo mais associativo, considerando a importância dada à semântica, e centrado no uso;
- d. a dissertação de mestrado de Marinho (2004), com uma abordagem gerativista e de cunho diacrônico;
- e. as dissertações de mestrado de Botelho (2004) e Pizzorno (2010) e os artigos de Almeida & Gonçalves (2005) e de Tavares da Silva (2014), com abordagens cognitivistas sobre dados do português contemporâneo;
- f. o artigo de Soledade (2013) em uma abordagem cognitivista sobre o português arcaico;
- g. o trabalho diacrônico de Rio-Torto (2008), com base em dados do português do século XIII ao XX;
- h. a tese de livre-docência de Viaro (2011b), que segue também uma abordagem diacrônica, indo até o fundo lexical latino.

Na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Said Ali (1964, p. 241-243) aborda o sufixo *-eiro*, juntamente com o seu divergente *-ário*. Começa a sua descrição mencionando que as palavras que, no latim clássico, tinham a forma *-ārīu*, geralmente, chegaram ao português com a forma *-eiro*, como *primeiro* (*primariu*), *ribeiro* (*ripariu*), *dinheiro* (*denariu*). O autor sugere que a evolução fonética tenha sido *-ariu* > *-airo* > *-eiro*, embora não se registrem formas, como *?primairo* ou *?dinhairo*⁶¹.

⁶¹ Tradicionalmente, em trabalhos de LH, usa-se * (um asterisco) para indicar uma hipótese de realização linguística. Entretanto, nesta pesquisa, tendo sido feitas revisões sobre o modelo gerativista, onde * (um

Said Ali chama a atenção para a produtividade do sufixo *-eiro/-eira* na formação de substantivos que designam homens e mulheres pela função que exercem, casos de *pedreiro*, *lavadeira*, *bombeiro*, *parteira*, *toureiro*, *vendeiro*, entre outros. No entanto, destaca as designações que passaram por especialização semântica ou mudança de significado, como *pedreiro*, que já não se trata de um homem que se ocupa das pedras, mas sim de um homem que levanta muros e paredes. Outro exemplo seria *caixeiro*, que significa vendedor e não aquele que se encarrega das caixas.

São salientadas também as formações de agentes profissionais cujos nomes não são provenientes de um objeto sobre o qual atua, casos de *marceneiro* e *serralheiro*, em que os significados estão relacionados aos ofícios da *marcenaria* e *serralheria*. É o caso também de *joalheiro*, que entrou na língua por meio de um estrangeirismo (do francês *joaillier*).

Outros significados destacados por Said Ali (1964) são: (i) as formações adjetivas, como *foreiro*, *verdadeiro*, *galheiro*, *perdigueiro*, *dianteiro*, *fronteiro*, *grosseiro* e *rasteiro*; (ii) os nomes de vegetais, como *mangueira*, *jaqueira*, *limoeiro*, *laranjeira*, *pereira*, *cidreira*, *nogueira*, *cerejeira*, *amoreira*, entre outras; (iii) nomes de objetos de valor recipiente⁶², como *charuteira*, *açucareiro*, *cinzeiro*, *tinteiro*, *compoteira*, *manteigueira*; (iv) lugares onde se guardam animais, como *galinheiro*, *potreiro* e *coelheira*; (v) objetos funcionais cuja serventia está relacionada a algo expresso pela base, como *assadeira*, *frigideira*, *pulseira*, *banheira*, *mosquiteiro*, *candeeiro*; (vi) grande massa ou acúmulo intenso: *nevoeiro*, *papeira*, *poeira*, *lameiro*, *chuveiro*; (vii) noção coletiva, como *pedreira*, *vespeiro*, *formigueiro*, *cabeleira*, *barreiro*; e (viii) defeitos físicos ou situações e atos desagradáveis, maus ou ridículos, como *cegueira*, *gagueira*, *manqueira*, *catarreira*, *ladroeira*, *pasmaceira*, *bandalheira*, *asneira*, *bebedeira*, *choradeira*, *canseira*.

De maneira mais resumida, no *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Nunes (1969) aborda, o sufixo *-eiro*, juntamente com o que considera seu alomorfe *-deiro*⁶³. Oriundos do *-ariu* latino, o autor destaca a produtividade das duas formas do sufixo na LP, agregando-se, ora a temas nominais (casos de *-eiro*), ora a temas verbais (casos de *-deiro*).

asterisco) é usado para indicar agramaticalidade, optou-se por usar ? (interrogação) para as hipóteses, como também se faz na teoria gerativa.

⁶² O autor (p. 242) chama a atenção para as mudanças semânticas de *carteira*, que tanto pode significar um móvel quanto um objeto de bolso onde se guarda dinheiro, e de *chaleira*, que antes denotava uma vasilha própria para chá, tal qual um bule, mas passou a ser uma vasilha em que se ferve água.

⁶³ A respeito da autonomia de *-deiro*, o autor menciona que, no português arcaico, *mais precisamente nas Cantigas de Santa Maria de Afonso X*, já se vê a forma *sabedeira*, usada concorrentemente com a forma invariável *sabedor*. Esse tipo de realização, segundo Nunes (1969), pode ter decorrido do cruzamento entre os sufixos *-dor* e *-eiro*.

Nunes considera como significados possíveis desses formativos: profissões, instrumentos, lugares, aglomerações e árvores/arbustos, sem fazer menção a exemplos.

Na seara das pesquisas de orientação gerativista sobre o sufixo, inicia-se aqui com o trabalho de Rocha (1998), em que se investigam as *condições de produtividade*⁶⁴ e as *condições de produção*⁶⁵ da RFP $S \rightarrow S\text{-eiro}$ para a formação de agentivos, com base na competência lexical dos alunos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. O autor não considera, em sua análise, os sufixos homófonos de *-eiro*, que aparecem na formação de nomes de objetos, lugares e árvores, por exemplo. Nesse contexto, podem-se estabelecer duas coisas a respeito desse trabalho: o fato de o autor se orientar para a hipótese da homonímia para essas construções, em aparente detrimento da polissemia, e os significados possíveis que ele atribui aos variados formativos *X-eiro*, dispostos no Quadro 6.

Significado	Exemplos
Agentivo	leiteiro, verdureiro, sanfoneiro, banqueiro, sapateiro, doleiro, grafiteiro, roqueiro, metaleiro, sacoleiro, farofeiro, biscateiro, etc.
Árvore ou arbusto	abacateiro, limoeiro, caquiheiro, pessegueiro, tomateiro, mamoeiro.
Lugar ou recipiente	banheiro, celeiro, mosteiro, outeiro, poleiro, terreiro, atoleiro, tinteiro, paliteiro, farinheira, açucareiro, frigideira, saleiro, etc.
Coletivo ou conjunto	berreiro, barreiro, faqueiro, nevoeiro, aguaceiro, braseiro, letreiro.
Gentílico	mineiro, brasileiro, pantaneiro, campineiro.
Adjetivo	matreiro, verdadeiro, careiro, grosseiro, inteiro, ordeiro, primeiro, fagueiro, hospitaleiro, ligeiro, etc.
Objeto	pandeiro, chaveiro, chuveiro, ponteiro, isqueiro.

Quadro 6: Significados possíveis para o sufixo *-eiro* (Baseado em ROCHA, 1998, p. 125-126)

A respeito das condições de produtividade, Rocha (1998, p. 127-129) apresenta uma lista de 150 substantivos de variados tipos e avalia a potencialidade de cada um deles gerar agentivos em *-eiro*. Feito isso, o autor estabelece três generalizações. São elas:

- a. “A RFP não se aplica a bases que são substantivos abstratos” (ROCHA, 1998, p. 129) – nesse quesito, o autor elimina da lista palavras, como *mentira, falcatrua, erro, mania*,

⁶⁴ Segundo Basílio (1980, p. 3), as *condições de produtividade* estão relacionadas à potencialidade de uma regra operar sobre um tipo específico de base e gerar novas palavras.

⁶⁵ As condições de produção, por outro lado, ainda segundo Basílio (1980, p. 3), dizem respeito “a fatores de ordem pragmática, discursiva e paradigmática” que podem favorecer ou inviabilizar a cunhagem de novas palavras por essa regra.

ódio, tolice, apelo, pesquisa, pertinência, entre outros. Destaca, no entanto, algumas exceções, como *cambalacho/cambalacheiro, manota/manoteiro, boato/boateiro e biscate/biscateiro*. Sobre esses casos, Rocha (1998, p. 130) menciona que, uma vez que “gramática não é matemática”, é preciso considerar as tendências e não as exceções.

- b. “A RFP não se aplica a bases que designam agentes/indivíduos” (ROCHA, 1998, p. 130) – uma vez que não faz sentido gerar um agentivo a partir de uma base que já designa um agente, o autor elimina da lista as palavras *marido, mulher, atleta, mãe, pai, tio, feirante, apóstolo, mártir, Maluf, Quércia*, entre outras.
- c. “Não se anexa o sufixo *-eiro* a formações compostas” (ROCHA, 1998, p. 130) – nesse ponto, o autor exclui as palavras *guarda-roupa, pé-de-moleque, cadeira de balanço, condomínio fechado, pára-raio*, entre outras.

Diante dessas formulações, o autor formaliza as condições de produtividade da base para a regra $S \rightarrow S_{-eiro}$ no Quadro 7.

Caracterização da base	Caracterização do produto
+ substantivo - abstrato - agente - palavra composta	+ substantivo + agente

Quadro 7: Condições de produtividade da regra $S \rightarrow S_{-eiro}$ (ROCHA, 1998, p. 130).

Com as condições de produtividade determinadas, Rocha (1998) se volta, então, para as condições de produção, observando que a não existência de uma palavra real na língua se deve a três fatores: restrições, bloqueio e inércia morfológica.

O autor entende que há restrições quando “o não-surgimento de produtos reais se deve, preliminarmente, a restrições fonológicas, pragmáticas e discursivas” (ROCHA, 1998, p. 132). Esses tipos são destrinchados da seguinte maneira:

- a. Restrições fonológicas – o autor destaca, nesse primeiro grupo, os casos em que uma palavra parece não existir na língua em função de questões de difícil pronúncia, como seria se a regra $S \rightarrow S_{-eiro}$ selecionasse bases, como *cinzeiro, pulseira, saboneteira, dinheiro*, e gerando produtos, como *?cinzeireiro, ?pulseireiro, ?saboneteireiro e ?dinheireiro*. Mas Rocha (1998) lembra que “a restrição fonológica não atua como um fator de peso na filtragem dos produtos” (ROCHA, 1998, p. 133), considerando-se a existência real de *cabeleireiro*, por exemplo, que tem como *input cabeleira*.

- b. Restrições paradigmáticas – a não existência da palavra se deve não a impossibilidade de uma dada base se enquadrar na regra, mas ao fato de essa mesma base já se relacionar a outra RFP, como nos casos de *?horteiro*, *?maquineiro* e *?testeiro*, que são restringidos por *horticultor*, *maquinista* e *testador*.
- c. Restrições pragmáticas – no entendimento de que língua é também um fenômeno sociocomunicativo, a palavra não existe na língua, pois os falantes não veem necessidade, do ponto de vista prático, da existência daquela palavra. Assim, segundo o autor, embora existam o *copeiro* (aquele que dá conta dos serviços de copa) e o *doleiro* (aquele que lida com dólar), não há necessidade de *?corredorzeiro* (aquele que cuida dos serviços de corredor) e *?peseiro* (aquele que lida com peso), pois essas profissões não existem no mundo.
- d. Restrições discursivas – certos domínios discursivos podem restringir a realização de certas palavras, como, por exemplo, o discurso acadêmico pode dificultar a formação de palavras em *-eiro*, como *?gerativeiro*, *?estruturaleiro*, *?pós-moderneiro*, considerando o seu traço informal e/ou pejorativo.

No que toca ao bloqueio, o segundo argumento dado por Rocha (1998, p. 137-142) para a não existência de uma palavra na língua, o autor se apoia na formulação de Aronoff (1976) de que o bloqueio é a não realização de uma palavra em função da existência de outra. Em relação à regra $S \rightarrow S_{-eiro}$, Rocha (1998) classifica os seguintes subtipos:

- a. Bloqueio paradigmático – uma vez que já existe *braçal*, há o bloqueio de *?braceiro*.
- b. Bloqueio heterônimo – *?terreiro* e *?unheiro*, como aqueles que cuidam, respectivamente, da *terra* e de *unha*, são bloqueados por *agricultor* e *manicure*.
- c. Bloqueio homofônico – a palavra é bloqueada por outra com a mesma construção fonética, mas de significado diferente. Seriam os casos de *?terreiro* (aquele que cuida da terra) e *?saleiro* (aquele que se ocupa da sala) sendo bloqueados por *terreiro* (quintal) e *saleiro* (recipiente onde se coloca o sal)
- d. Bloqueio parônimo – a palavra é bloqueada pela existência de uma sequência fônica similar, como *?cabeleiro* (base: cabelo) e *?vidreiro* (base: vidro) sendo bloqueados por *cabeleireiro* (base: cabeleira) e *vidraceiro* (base: vidraça).

Em relação ao terceiro aspecto, o da inércia morfológica, Rocha (1998) explica que esse fenômeno é configurado pela dicotomia entre a potencialidade da existência da palavra e a sua não realização. O autor não menciona nenhum caso com a regra $S \rightarrow S_{-eiro}$, entretanto,

explica, com a regra $S \rightarrow S_{-ada}$, sobre a não existência de *?cajuada* e *?maracujada*, para designar refrescos de caju e maracujá, mesmo as bases atendendo às condições de produtividade dessa regra, que se pode depreender de exemplos, como *laranjada* e *limonada*.

Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998), no texto *Condições de produtividade e condições de produção: uma análise das formas X-eiro no português do Brasil*, analisam dados extraídos de jornais do ano de 1995, situações de fala presenciadas pelos autores no mesmo período e algumas entradas de dicionários, especialmente, Ferreira (1976), perfazendo um total aproximado de 300 formações. Interessa aos autores determinar o potencial produtivo do referido sufixo “na formação de substantivos e adjetivos e verificar a natureza das funções envolvidas nesse processo (semânticas, sintáticas e discursivas)” (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 34). Uma discussão que se faz presente no texto diz respeito a uma possível abordagem de *-eiro* e *-eira* como sufixos distintos.

Os autores reconhecem seis grupos de afinidades morfossintáticas e semânticas para as construções pesquisadas. Esses estão esquematizados no Quadro 8.

Grupo de afinidade semântica	Exemplos
Agentes profissionais ⁶⁶	vendeiro, cocheiro, doleiro, pedreiro e cozinheiro
Agentes habituais ⁶⁷	festeiro, trambiqueiro, galhofeiro, pagodeiro e justiceiro
Locativo ou recipiente (objeto) ⁶⁸	tinteiro, bueiro, formigueiro, poleiro e roupeiro
Árvore ou arbusto ⁶⁹	abacateiro, coqueiro, pessegueiro, mamoeiro e craveiro
Adjetivo de qualidade ressaltada ⁷⁰	brejeiro, grosseiro, faceiro, maneiro e corriqueiro
Acúmulo, excesso ou intensidade ⁷¹	nevoeiro, atoleiro, lamaceiro e aguaceiro.

Quadro 8: Grupos de afinidades semânticas para X-eiro em Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) (Adaptado pelo autor a partir de GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, pp. 36-37)

⁶⁶ “agentivos em que o sufixo *-eiro* é afixado a uma base nominal, a fim de indicar um elemento caracterizado a partir do objeto que produz, conserta ou negocia.” (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 36)

⁶⁷ “agentivos em que o sufixo *-eiro* é afixado a uma base nominal, caracterizando o ser por uma atividade que aprecia e/ou pratica habitual ou eventualmente.” (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 36)

⁶⁸ “o sufixo *-eiro* se acrescenta a uma base nominal para caracterizar o lugar onde se guarda e/ou deposita algo, apresentando, assim, uma função semântica do tipo locativo (ou recipiente).” (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 36)

⁶⁹ “o sufixo *-eiro* se anexa a uma base nominal, que, na verdade, é o nome de uma fruta ou de uma flor, a fim de formar a árvore e/ou o arbusto que se caracteriza por dar x.” (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 37)

⁷⁰ “as formações x-eiro desse grupo são caracterizadas por ressaltarem uma qualidade e/ou característica da base.” (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 37)

⁷¹ “O sufixo *-eiro* se adiciona a uma base nominal e resulte em formações caracterizadas pelo acúmulo, excesso ou intensidade da base” (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 37)

Quanto a esses significados, Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) destacam inicialmente as duas categorias de agente e discutem se há a necessidade de tratá-las com duas RFPs diferentes, ou se uma regra única, como $[X]_S \rightarrow [[X]_S \text{ eiro}]_S$ Ag, daria conta dessa variação de significados. Adotar a regra única, segundo os autores, é ignorar várias especificidades. A primeira é a de que existe uma diferença entre os traços semânticos das bases selecionadas para cada possível regra: enquanto a regra dos agentes profissionais seleciona base [+ concreta], a dos agentes habituais seleciona, opta por uma base [- concreta].

A segunda diferença que se faz invisível na assunção da regra única é a informação semântica dos produtos. Note-se que a paráfrase geral para os agentes profissionais é AQUELE QUE ATUA SOBRE X, ao passo que, para os agentes habituais, é AQUELE QUE HABITUALMENTE FAZ X.

No entendimento dos autores, uma terceira característica ignorada na formulação da regra única é o forte teor negativo/pejorativo do sufixo, uma vez que o “-eiro relaciona-se a agentivos que denotam profissões de pouco prestígio social (“carteiro”, “açougueiro”), ou a agentivos de carga semântica nitidamente pejorativa, (...) (“faroleiro”, “trambiqueiro”)” (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 38).

Por fim, uma regra única ignoraria a existência de produtos categoriais distintos, pois, segundo os autores, o grupo dos agentes habituais admite uma flutuação peculiar do tipo “*Os trambiqueiros foram presos*”/“*Os comerciantes trambiqueiros caíram na cilada*”. Sobre isso, discute-se a viabilidade de uma regra com produto categorial oscilante, como $[X]_S \rightarrow [[X]_S \text{ eiro}]_S$ ou A Ag. Entretanto, isso violaria os princípios da proposta de Aronoff, ainda que Basílio (1980) tenha proposto os *outputs* arquicategoriais.

Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998), diante das formações *X-eiro*, vão ao encontro da formulação do *output* oscilante/arquicategorial, mas ressaltam que o que está se tratando como sendo da categoria de adjetivos não passa de substantivo que, dado o seu caráter semântico de agente habitual, se permite realizar como adjunto adnominal, função recorrentemente desempenhada por adjetivos. Os autores (p. 40) observam que esses substantivos flutuantes não atendem a uma série de características previstas para os adjetivos, tais quais: (i) não funcionam como *input* para a formação de substantivos abstratos em *-idade* (*cascateiridade, *gazeteiridade, *zombeteiridade); (ii) não servem de *input* para a formação de advérbios em *-mente* (*catimbeiramente, *boateiramente, *jazeiramente); e (iii) não permitem intensificação (*trapaceiríssimo, *boateiríssimo, *baderneiríssimo).

Diante do exposto, no que toca à discussão sobre a formulação de duas regras distintas para habituais e profissionais ou a regra única, os autores optam pela diferenciação, com a sistematização vista em (48) e (49).

- (48) $[X]_{S (+ \text{concreto})} \rightarrow [[X]s \text{ eiro}]_{S \text{ Ag}}$ "profissional de X"
 (49) $[X]_{S (- \text{concreto})} \rightarrow [[X], \text{eiro}]_{S \text{ ou A Ag}}$ "que faz X com habitualidade"

Depois de tratar dessas categorias de agente, os autores passam para o grupo de árvores e arbustos, questionando se eles devem ser abordados em uma regra como (48) ou como a mesma regra para a categoria de locativo. Apesar de haver uma proximidade entre árvores e locativos, considerando que ambos os grupos dão conta de produtos não humanos, os autores destacam a concretude das palavras que servem de base para a formação de árvores e arbustos e assumem que árvores e arbustos sejam formados pela mesma regra em (48), sendo considerados como extensões metafóricas.

Quanto aos locativos, os autores propõem que a regra para dar conta dessas formações seja bastante específica, com uma base de traço [+concreto] e o produto também. Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) observam, no entanto, a existência de palavras do grupo locativo, como *papeleiro*, *camiseiro*, *maleiro*, *baleiro* e *chaveiro*, que admitem tanto a leitura de LUGAR ONDE SE GUARDA X quanto a de SER QUE TRABALHA COM X. Essa constatação faz com que os autores questionem se a regra dos locativos, tal qual a de árvores e arbustos, decorra de uma extensão metafórica da regra em (48).

Assim, sobre extensões metafóricas, os autores lançam algumas hipóteses para dar conta desse *espraiamento* nas formações X-eiro. A primeira diz respeito às categorias de agente profissional e habitual, sobre as quais os autores explicam que

[...] pode-se dizer que o primeiro grupo listado - o das profissões e ofícios - é formado a partir de bases concretas ("barqueiro" e "seringueiro"). No grupo (b) - o que indica habitualidade -, as formações têm como *input* bases concretas ("violeiro" e "sanfoneiro"), mas a grande maioria provém de bases abstratas ("cascateiro" e "arruaceiro"). Algumas formações do grupo (b) têm como *input* um substantivo [+concreto], como "grafiteiro", "maconheiro" e "cachaceiro", mas, a nosso ver, essas bases passam por um processo de abstratização, visto que "grafiteiro", "maconheiro" e "cachaceiro" não produzem ou trabalham com "grafite", "maconha" e "cachaça", mas sim têm o hábito de pichar paredes, fumar maconha e ingerir álcool. Na verdade, a distinção de itens lexicais com os valores absolutos do traço [+/-concreto] leva a uma interpretação que, de fato, pode encobrir uma possível escalaridade entre esses dois valores semânticos. É possível, pois, que as bases do grupo (a) sejam mais bem caracterizadas pelos traços [+concreto],

[+ locativo] e [+objeto], diferindo, assim, das dos itens do grupo (b), marcadas pelos traços [+ concreto] e [- concreto]. Nesse sentido, nos perguntamos se os *inputs* do grupo (b) não estariam passando por um processo de abstratização de sentido, perdendo, assim, o valor positivo do traço [+/- concreto]. (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, pp. 44-45)

Nessa formulação, os autores sugerem a existência de uma extensão metafórica dupla para as formações *X-eiro*: (i) do agente profissional para agente habitual, e (ii) do agente profissional de baixo prestígio (*carteiro*, *açougueiro*) para agente praticante de atividade ilícita ou de baixa aceitação social, como *pistoleiro*, *muambeiro* e *olheiro*. No prosseguimento dessa hipótese, considerando a sua pertinência a outros deslocamentos semânticos das formações, os autores propõem a existência de um *continuum* de abstratização que começa com os agentes de traço [+ humano], seguem para os agentes vegetais de traços [- humano; + animado] e terminam nos locativos de traço [+objeto]. Essa proposta está apresentada na Figura 15.

[+ humano] >>>	[+ animado] >>>	[+ objeto]
muambeiro	mamoeiro	paliteiro
grafiteiro	abacateiro	baleiro
doleiro	jambeiro	maleiro

Figura 15: Continuum de abstratização das formações *X-eiro* (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 45)

Outra questão discutida ainda por esses autores é a possível existência de dois sufixos distintos *-eiro* e *-eira*, reivindicando, portanto, duas RFPs. Sobre o sufixo *-eira*, quanto aos grupos de afinidades semânticas, assim como com o *-eiro*, destacam-se seis, como pode se ver no Quadro 9.

Grupo de afinidade semântica	Exemplos
Agentes profissionais	sacoleira, tesoureira, cozinheira, verdureira.
Agentes habituais	funkeira, alcoviteira, pagodeira, rueira
Locativo, recipiente/instrumento (objeto)	manteigueira, sorveteira, lixeira, pipoqueira
Árvore ou arbusto	macieira, amoreira, roseira, laranjeira
Adjetivos de qualidade ressaltada	verdadeira, careira, costumeira, traiçoeira
Acúmulo, excesso ou intensidade	barulheira, canseira, gagueira, leseira

Quadro 9: Grupos de afinidades semânticas para *X-eira* em Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) (Adaptado pelo autor a partir de GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, pp. 48-51)

Sobre esses dados, Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) procuram separar o joio do trigo, observando que as realizações nos grupos dos agentes profissionais, agentes habituais e

adjetivos decorrem indubitavelmente de flexões de gênero e, por isso, devem ser consideradas como produtos da regra de *X-eiro*. Embora não possam ser tratadas como casos de flexão, as palavras do grupo das árvores tendem a manter o gênero da palavra base, o que faz com que possam ser abordadas como produtos da mesma regra *X-eiro* que gera esse tipo de *output* semântico. Em relação ao grupo com o significado de excesso, os autores notam uma equivalência semântica entre as formações *X-eiro* e *X-eira*. O único grupo que apresentaria diferenças significativas seria o de locativo ou recipiente no grupo *X-eira*, que também apresentam um significado instrumental, não presente nas formações equivalentes *X-eiro*.

Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) observam que há uma relação estreita desse grupo semântico de *X-eira* com o significado agentivo de *X-eiro*, como se pode ver com a Figura 16.

agentivo	instrumento/locativo
pipoqueiro	pipoqueira
sapateiro	sapateira
carteiro	carteira
leiteiro	leiteira
fruteiro	fruteira
ponteiro	ponteira
cocheiro	cocheira
sorveteiro	sorveteira
lixeiro	lixeira
peixeiro	peixeira
floreiro	floreira
jardineiro	jardineira

Figura 16: Relações entre *X-eiro* agentivo e *X-eira* instrumento/locativo (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 52)

Sobre essa estreiteza entre os grupos semânticos, os autores observam que

A despeito da ambigüidade das formações femininas, que, *grosso modo*, tanto podem ter interpretação agentiva quanto locativa e/ou instrumental, à mudança de gênero do sufixo corresponde uma mudança de significado, que, na nossa opinião, seria um argumento favorável à distinção entre os dois sufixos. Nesse sentido, acreditamos que *-eiro* está mais relacionado às construções agentivas e *-eira* às construções locativas e/ou instrumentais. Por essa razão, sugerimos que as formações locativas em *-eiro* devam ser vistas como extensões metafóricas das construções agentivas. Argumento favorável a essa hipótese é a grande produtividade de formações *x-eira* de base nominal que designam "um instrumento usado para fazer x": inhoqueira iogurteira coqueteleira omeleteira cuscuzeira frangueira (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998, p. 52)

No entendimento dos autores (p.52-53), há dois sufixos produtivos: o *-eiro* para designar agentes e o *-eira* para designar objetos que funcionam como instrumentos e/ou locativos. Para os casos de formações *X-eira*, é proposto que sejam parafraseados como: "X-eira é o instrumento usado para se fazer x ou para guardar x". Assim, o processo teria como principal função a de designar/rotular. O que distingue essas construções *X-eira* da *X-eiro* de equivalente valor semântico é a produtividade, "tanto no que diz respeito ao volume de formas já incorporadas ao léxico quanto à potencialidade de formar palavras novas" (GONÇALVES, YACOVENCO E COSTA, 1998, p. 53). Daí, os autores propõem uma RFP, como a em (50) e a sua RAE, como contraparte de análise estrutural em (51).

(50) $[X]_{S \text{ ou } V} \rightarrow [[X]_{S \text{ ou } V} \text{ eira}]_{S \text{ Instrumento}}$

(51) $[[X]_{S \text{ ou } V} \text{ eira}]_{S \text{ Instrumento}}$

Com essas representações em (50) e (51), os autores mostram que, do ponto de vista morfológico, a RFP *X-eira* pode gerar *outputs* com base nominal (sanduicheira) ou verbal (frigideira), o que violaria a HBU proposta por Aronoff (1976), que considerava que os processos formativos devem ser plenamente especificados tanto em relação ao *input* quanto ao *output*. Entretanto, entende-se que, do ponto de vista sintático-semântico, classes distintas operam sobre a mesma regra, mantendo-se rigorosamente a o significado gerado no processo.

Na dissertação de mestrado *Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil*, Marinho (2004), a partir de um *corpus* constituído de quatrocentos e cinquenta e seis vocábulos extraídos de jornais de grande circulação (O Globo, Jornal do Brasil, O Dia e Extra) e de variadas situações de fala, destrincha onze grupos de afinidades sintático-semânticas relativas ao sufixo, destacando quais ainda são produtivos. Os deslocamentos semânticos destacados por Marinho (2004), bem como o seu status de produtividade, estão esquematizados no Quadro 10, a seguir.

Agrupamentos semânticos	Exemplos	Status de produtividade
Agentes profissionais	açougueiro, pedreiro, borracheiro, sorveteiro, carcereiro.	Produtivo
Agentes habituais	fofoqueiro, fuxiqueiro, arruaceiro, trambiqueiro, patoteiro.	Produtivo
Árvores frutíferas	abacateiro, amoreira, cajueira, goiabeira, mamoeiro.	Produtivo
Acúmulo/ Excesso	aguaceiro, gagueira, rouqueira, fumaceiro, vespeiro.	Produtivo

Instrumentos	cafeteira, inhoqueira, assadeira, batedeira, cuscuzeira.	Produtivo
Locativos	açucareiro, chapeleira, fruteira, maleiro, lixeira.	Improdutivo
Objetos de uso pessoal	caneleira, cotoveleira, joelheira, pulseira, tornozeleira.	Improdutivo
Anomalias/ Enfermidades	boqueira, olheira, pulmoeira, umbigueira.	Improdutivo
Qualidades ressaltadas	brejeiro, companheiro, corriqueiro, faceiro, fagueiro.	Improdutivo
Formações naturais	cachoeira, cordilheira, argileira, ladeira, geleira.	Improdutivo
Gentílicos	brasileiro, mineiro.	Improdutivo

Quadro 10: Grupos de afinidades semânticas para X-*eiro* em Marinho (2004)
(Adaptado pelo autor a partir de classificação e dados de MARINHO, 2004, pp. 38-65)

Duas questões discutidas por Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) são também abordadas por Marinho (2004). A primeira diz respeito à (não) existência de duas regras distintas para os agentes profissionais e os agentes habituais. Sobre isso, o autor começa explicando a hipótese da regra única e cita a abordagem de Rocha (1998) que tratou de maneira indistinta as duas nuances semânticas. Um argumento a favor dessa primeira hipótese é o que Marinho (2004) caracteriza como fenômeno de alçamento, em que um agente habitual alça para agente profissional, considerando que muitas profissões podem se originar dos hábitos, como o ‘pagodeiro’ (aquele que habitualmente ouve pagode) passando a ‘pagodeiro’ (aquele que trabalha profissionalmente com o gênero). Ainda sobre esse fenômeno, o autor acrescenta que

[...] poderíamos pensar em itens lexicais de difícil inserção em um ou outro tipo de agentivo, como “caixeiro” e “macumbeiro”. “Caixeiro” foi um termo ouvido por nós no programa “Linha Direta”, da Globo, em outubro de 2003. Fazia referência a um grupo de jovens que vivia do arrombamento de caixas eletrônicas. Podemos interpretar o item como agente profissional uma vez que a base é concreta e era dessa atividade que os praticantes obtinham dinheiro. Por o outro lado, o caráter ilícito e, conseqüentemente, pejorativo da “profissão” parece classificar o vocábulo como agente habitual. O caso de “macumbeiro” é semelhante, já que é notório que muitos praticantes vivem da atividade, mas, concomitantemente, percebemos o traço de pejoratividade dos habituais. (MARINHO, 2004, p. 45)

Outro argumento a favor da hipótese da regra única seria a economia de memória, considerando que o modelo gerativo se pauta na competência lexical. Apesar de suscitar esses pontos, Marinho (2004) defende a existência de duas regras para esse caso, assim como fizeram Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998). Os motivos destacados pelo autor são: (i) o fato de os agentes profissionais atuarem sobre bases concretas e os habituais sobre as bases não concretas; (ii) a pejoratividade e a flutuação categorial (substantivo/adjetivo) que se

apresentam nos produtos da regra de agentes habituais; e (iii) a relação entre *X-eiro* e *X-aria* que é produtiva para os agentes profissionais, com os respectivos locais de exercício da sua função (*sorveteiro* e *sorveteria*; *barbeiro* e *barbearia*; *enfermeiro* e *enfermaria*), e improdutivas para os agentes habituais (*mandingueiro* e *?mandingaria*; *caloteiro* e *?calotaria*; *macumbeiro* e *?macumbaria*).

A segunda questão retomada por Marinho (2004) foi a existência de dois sufixos diferentes (*X-eiro* e *X-eira*). Para o autor (p. 66), considera-se que *-eiro* e *-eira* sejam variações do mesmo sufixo se (i) “*-eiro* puder ser substituído por *-eira* (equivalência semântica); e (ii) “*-eiro* não puder ser substituído por *-eira* e vice-versa, por ocasião de alguma motivação linguística regular”. Para serem considerados sufixos diferentes, as condições delimitadas por Marinho (2004) são: (i) se em algum grupo só houver palavras com um dos dois sufixos, não admitindo permuta; (ii) se houver possibilidade de permuta e isso gerar uma palavra com significado não equivalente; e (iii) se “um ou outro sufixo puder ser substituído por um terceiro formativo com o qual apresentará equiparação semântica” (MARINHO, 2004, p.66).

Com argumentos similares ao de Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998), Marinho defende que o sufixo *-eira* possui existência autônoma, ainda que, em alguns casos, possa ser uma flexão de gênero de *-eiro*. Assim, das onze acepções listadas por ele como sendo do *-eiro*, passa a assumir que *-eiro* tenha, na verdade, sete grupos de afinidades semânticas (agente profissional (denominal), agente habitual (denominal), árvore/arbusto, acúmulo/excesso, locativo, qualidade ressaltada e gentílico), e o *-eira*, por sua vez, apresenta seis (agente profissional (deverbal), agente habitual (deverbal), instrumento, objeto de uso pessoal, anomalia/enfermidade e formações naturais).

Em um segundo momento do trabalho, Marinho (2004) discute a questão da prototipicidade e polissemia do significado agentivo nas formações *X-eiro*, com base nos trabalhos de Booij (1986), sobre as formações *X-er* do holandês, e de Dressler (1986). Tomando como norte a hipótese desses autores, Marinho (2004) levanta a hipótese de que o agente, nas construções *X-eiro*, deve receber o *status* de semântico-prototípico, uma vez que (i) é uma leitura sempre possível; (ii) possui primazia histórica (primeiro significado a aparecer na língua); e (iii) possui primazia também na aquisição da linguagem, pois seria o primeiro significado adquirido pelas crianças.

Com o intuito de averiguar os dois primeiros argumentos, o autor lança mão de investigações tanto de um viés sincrônico quanto diacrônico. A fim de verificar se a interpretação de agente é realmente possível sempre, Marinho (2004) usa um teste de

aceitabilidade que foi respondido por trinta estudantes da UFRJ no ano de 1999. Nesse teste, parte-se de quinze palavras consagradas como locativos⁷² e criam-se contextos sintáticos em que a leitura ideal seja a de agente e a de excesso, como no caso de *biscoiteira*, destacado por Marinho (2004, p. 76)⁷³.

- (52) a. Coloquei os biscoitos na **biscoiteira**. (locativo)
 b. A **biscoiteira** me vendeu os biscoitos. (agente)
 c. Olha que **biscoiteira** você deixou cair no chão. (excesso)

A partir de exemplos como o que está expresso em (52), chega-se a um total de quarenta e cinco frases, para as quais os falantes podiam estabelecer três julgamentos: PP (perfeitamente possíveis), EP (estranhas, mas possíveis) e IP (impossíveis). Os resultados desse teste mostraram que 82,8% das palavras foram julgadas como possíveis agentivos (seja em grau perfeito, seja em grau estranho), como se pode ver na Tabela 1 abaixo.

	PP (em %)	EP (em %)	IP (em %)
AGENTIVO	36,7	46,1	17,2
EXCESSO	35	48,9	16,1
LOCATIVO	77,8	18,9	3,3

Tabela 1: Resultado do teste de aceitabilidade sobre formações X-eiro (MARINHO, 2004, p.80)

O cumprimento do objetivo primeiro do teste está mais bem explicitado, segundo Marinho (2004), com os resultados na Tabela 2, em que se apresentam os percentuais de possibilidades de agentes *X-eiro* criados propositalmente para a sua situação e que não estão registrados no dicionário Aurélio.

AGENTES INVENTADOS/NÃO-DICIONARIZADOS (em %)		
Bermudeiro, Farinheira (habitual), Lixeira (habitual) e Maioneseira		
PP	EP	IP
14,6	56,2	29,2

Tabela 2: Resultado do teste sobre formações X-eiro não dicionarizadas (MARINHO, 2004, p.80)

A respeito do que se vê nessas duas tabelas, o autor discorre que o “resultado confirma o fato de as formações agentivas serem sempre reconhecidas como possíveis. Em 70,8% (14,6

⁷² As quinze palavras consideradas por Marinho (2004) foram: *biscoiteira*, *louceiro*, *roupeiro*, *baleiro*, *bermudeiro*, *calceiro*, *camiseiro*, *chapeleira*, *chaveiro*, *faqueiro*, *farinheira*, *lixeira*, *maioneseira*, *maleiro* e *agulheiro*.

⁷³ Grifos do autor.

+ 56,2) dos casos os informantes dão conceitos PP ou EP à interpretação agentiva desses itens” (MARINHO, 2004, p.81), sugerindo um caráter prototípico. Uma vez que o teste partiu de itens que, pelo uso, foram consagrados como locativos, vê-se um total de 96,7 % (77,8+18,9)⁷⁴ de aceitabilidade, mas isso não faz com que a prototipicidade semântica seja atribuída a esse grupo.

A primazia histórica da acepção de agente é também investigada por Marinho (2004). Daí, o autor procura traçar uma ordem de aparecimento dos significados do sufixo *-eiro* desde o latim vulgar, sob a forma *-ariu*, até os dias atuais, destacando-se o período do galego-português e dos primeiros séculos da LP. O intuito dessa investigação é “provar que o significado agentivo surge antes dos demais, o que, juntamente com o parâmetro de aceitabilidade, reforça a tese de que essa é a acepção prototípica” (MARINHO, 2004, p. 83).

Para isso, inicialmente, Marinho (2004) lança mão do método histórico-comparativo, por meio de uma pesquisa de vocábulos nas línguas românicas atuais, o que, além de permitir um contraste entre eles, dará subsídios para dizer quais provavelmente já estavam no latim vulgar, onde, como relembra o autor com citação de Maurer Jr. (1959), o sufixo era inicialmente tomado para formar adjetivos. A hipótese defendida é de que, certamente, em um processo de simplificação do sintagma nominal, substantivos genéricos, qualificados por esses adjetivos derivados, foram suprimidos e os antes adjetivos alçaram para a posição nuclear do sintagma, como seria, segundo Viaro (2011a), *servus coquināriūs* (servo da cozinha) passando a *coquināriūs* (cozinheiro) ou, ainda como no exemplo de Marinho (2004), *taberna libraria* (taberna de livros) passando a *libraria* (livraria). Esse percurso⁷⁵ foi sistematizado por Marinho (2004, p.84), com alusão às considerações de Maurer Jr., e aqui reproduzido em (53).

(53) [(substantivo genérico) + (adjetivo X-ariu)]_{SN} → [∅ substantivo X-ariu]_{SN}

Por meio do método histórico-comparativo, baseando-se nos correspondentes de *X-ariu* nas línguas portuguesa, espanhola, francesa e italiana, Marinho (2004) sugere que as acepções de agente, locativo e árvore já existiam no latim, pois são comuns a todas essas línguas, como se pode ver nos quadros que seguem.

⁷⁴ Marinho (2004, p.81) reconhece que havia a expectativa de 100% de aceitabilidade do significado locativo, mas alguns falantes rejeitaram essa interpretação para formações como *louceiro*, *camiseiro* e *chapeleira*.

⁷⁵ É preciso pensar que esse apagamento do termo genérico nos sintagmas nominais continua acontecendo na LP contemporânea, como bem lembra Marinho (2004), baseando-se em Sandmann (1997). Marinho (2004, p. 85) escreve: “Sandmann (1997), sob o rótulo de ‘abreviação do tipo *segurança*’, considera tal fenômeno linguístico um tipo especial de formação de palavras. Assim, de acordo com a terminologia usada por esse autor, o adjunto se mantém em SNs como ‘(guarda de) segurança’, ‘(assembléia) constituinte’ e ‘(empregada) doméstica.’”.

Português	Espanhol	Italiano	Francês
carvoeiro	carbonero		charbonnier
barbeiro	barbero	barbiere	
cocheiro	cochero	cocchiere	Cocher
conselheiro	consejero	consigliere	conseiller
costureira	costurera		couturière
cozinheiro	cocinero	cuciniere	Cuisinier
jardineiro	tardinero	giardinere	Jardinier
padeiro	panero	pannatiere	

Quadro 11: Comparação entre as formas agentivas nas línguas românicas (MARINHO, 2004, p. 86)

Português	Espanhol	Italiano	Francês
agulheiro	agujero	agoraio	aguilleur
biscoiteira	bizcochera		
celeiro	granero	granaio	Céllier
cinzeiro	cenicero		cendrier
fruteira	frutera		Frutiere
galinheiro	gallinero	gallinaio	poullailler
manteigueira	mantequera		beurrier
saleiro	salero	saliera	Saliere

Quadro 12: Comparação entre as formas locativas nas línguas românicas (MARINHO, 2004, p. 86)

FORMAS RECONSTRUÍDAS	LÍNGUAS ROMÂNICAS						
	Português	Catalão	Provençal	Francês	Espanhol	Italiano	Venezi-ano
pirarius	pereira	perera	perier	poirier			
persicarius	pessegueiro	presseguer	perseguier	pêcher			
ficarius	figueira	figuera			higuer-a	ficas	
nucarius	nogueira	noquer		noyer			nogera

Quadro 13: Comparação entre as formas designadoras de árvores nas línguas românicas (MARINHO, 2004, p. 86)

Depois de delinear esses grupos semânticos no latim vulgar, Marinho (2004) investiga a ordem de aparecimento dessas acepções, considerando que as formas designadoras de árvores sejam características do latim falado, por isso mais difíceis de serem atestadas, ao passo que agentes e locativos apresentavam recorrência na variante escrita e a ordem de aparecimento do significado se encabeçará por aquele que primeiro sucumbiu ao processo destacado em (53). Assim, para o autor, com base também em Maurer Jr. (1959), a supressão do núcleo do SN nas formações agentivas parece ter sido anterior à fase do latim clássico, pois, embora se registre *faber ferrarius* (ferreiro), a forma isolada *ferrarius* já era difundida.

Daí pode-se dizer que o *X-āriū* agentivo já estava processado quando a língua latina começa a se consolidar como língua de tradição escrita. Outros exemplos reproduzidos por Marinho (2004) são: *calcarius* (caleiro), *indusarius* (camiseiro), *camelarius* (cameleiro), *pourunarius* (toucinheiro), *carbonarius* (carvoeiro), *librarius* (livreiro), *uestiarius* (roupieiro), *coronaria* (ramalheteira), *linarius* (linheiro), *peatinarius* (penteiro), *caprarius* (pastor), *ferrarius* (ferreiro), *portarius* (porteiro) e *lapidarius* (lapidário).

Quanto ao significado locativo, o latim apresentava, segundo Marinho (2004), três vias de manifestação: a expressão sintática, o vocábulo e a coexistência das duas primeiras manifestações. Na expressão sintática, há substantivos genéricos que, mais tarde, serão suprimidos, como em *taberna unguentaria* (> *unguentaria*), *arca uestiaria* (> *uestiaria*), *fabrica materiaria* (> *materiaria*) e *cella lintearia* (> *lintearia*). Destacam-se também as formações terminadas em *-arium* que derivaram de um adjetivo neutro, como *armarium* (armário), *stabularium* (estábulo), *atramentarium* (tinteiro), *gallinarium* (galinheiro), *cellarium* (celeiro), *granarium*, *fumarium*, *columbarium*, *uiridarium* e *aestarium*.

Diante desses dados, Marinho (2004) conclui que

[...] a materialização fônica da noção semântica agente em latim já estava fundida num único vocábulo. A noção de local, que hoje também é expressa por uma palavra, naquela época se encontrava em vias de se consolidar como vocábulo independente, já que, como visto, a representação alternava e era traduzida tanto por uma expressão quanto por uma palavra. Logo, devemos afirmar que a noção semântica de agente surgiu em palavras X-ariu antes da de local, uma vez que esta acepção variava a representação e possuía mais dados em transformação explícita de expressão para vocábulo, dando mostras que na fala esta acepção surgiu posteriormente. (MARINHO, 2004, p. 89)

Em face das investigações sincrônica e diacrônica sobre a prototipicidade do significado de agente nas formações *X-eiro*, Marinho (2004) sugere que, no português contemporâneo, os significados de agente, local e árvore possam ser esquematizados dentro de um *englobamento semântico*, em que o significado de agente possui somente esse traço semântico, o significado de local, além do seu próprio significado, engloba o de agente, e o de árvore possui traços semânticos de árvore, local e agente, como pode se ver no Quadro 14.

ARCABOUÇO SIGNIFICATIVO DE VOCÁBULOS X-EIRO	
VOCÁBULO	NOÇÕES SEMÂNTICAS ENGLOBADAS
sorveteiro	[AGENTE]
saleiro	[LOCATIVO]; [AGENTE]

goiabeira	[ÁRVORE]; [AGENTE]; [LOCATIVO]
-----------	--------------------------------

Quadro 14: Englobamento semântico das formações X-eiro (MARINHO, 2004, p.92)

Nos dados do Quadro 14, *saleiro* apresenta traço agentivo, pois segundo o autor, os falantes consideram possível a interpretação de pessoa que faz ou vende sal. As árvores, por produzirem frutos, apresentam semântica agentiva, além de não ser impossível, conforme Marinho (2004), que *goiabeira* seja lido como um agente habitual (que gosta muito de goiabas). Em relação a essa formação, a noção de local pode ser depreendida da possível leitura de ‘local onde se dão goiabas’.

A partir dessas considerações sobre o englobamento semântico das formações *X-eiro* no português contemporâneo, Marinho (2004) observa que há uma confluência com a ordem de surgimento das acepções. Assim, “conforme as acepções aparecem, os vocábulos do novo grupo semântico **englobam** em si a possibilidade de veicular a acepção surgida anteriormente” (MARINHO, 2004, p. 92)⁷⁶.

Em seguida, também com orientação gerativista, no artigo *O morfema –eir– no português brasileiro contemporâneo*, Simões Neto & Soledade (2014) analisam 260 palavras formadas com o sufixo, tendo existência/uso constatado em dicionários (Houaiss & Villar, 2009; Ferreira, 2008), redes sociais (*Twitter*, *Facebook* e afins), sites de busca, como o *Google*, além da avaliação/competência enquanto falantes da LP. Exemplos analisados pelos autores estão nas sentenças de (54) a (65):

- (54) Quanto ao chulé, sigam o meu conselho (para quem, obviamente, for *allstarzeiro* como eu): apliquem o velho e eficaz leite de rosas no pé. (Wordpress Jacidio)
- (55) Eu sou *brahmeiro*. (Jingle da cerveja Brahma)
- (56) Porcos dão *canseira* e tiram Ivo Meirelles do sério. (Portal R7)
- (57) Quem dá moral a *foveiro* é creme de pele, meu filho. (Twitter)
- (58) *Mensaleiro* é transferido para unidade semi-intensiva em São Paulo. (Site Correio da Bahia)
- (59) Criança *perguntadeira* atrapalha? (Blog do Espaço Dom Quixote)
- (60) Tive que rir hoje da *podreira* do Santos. (Twitter)
- (61) Tenho mesmo de entrar no mundo *smartphoneiro*. (Fairy Style Wordpress)
- (62) Novela mexicana é uma *tosqueira*. (Twitter)
- (63) Que *trabalheira* pra colocar uma película. (Twitter)

⁷⁶ Grifos do autor.

- (64) Odeio a maneira como os *tumbleiros* sem noção acrescentam frases em imagens e gifs de filmes e séries com palavras nada a ver. (Twitter)
- (65) Há muito tempo não escrevo uma redação técnica (redação de *vestibuleiro*). (Blog Espaço Foco)

A análise dos autores se divide em duas partes: uma de cunho mais morfológico e outro mais semântico. No que toca à morfologia, refletem sobre as RFPs. Assim, num primeiro momento, os autores observam quais as categorias morfossintáticas da base mais representativas nos dados na Tabela 3, a seguir.

Categoria da base	Quantidade	Percentual
Substantivo	210	80,76%
Adjetivo	12	4,66%
Verbo	24	9,2%
Outros	14	5,38%

Tabela 3: Categoria da base (SIMÕES NETO & SOLEDADE, 2014, p. 105)

Na Tabela 3, vê-se que, realmente, as bases substantivas, como em *pedra/pedreiro*, *Ivete/Iveteiro* e *fofoca/fofoqueiro*, são as mais prototípicas. Nesse primeiro momento, não se fez distinção entre os vários tipos de substantivo. Os autores relatam que havia a expectativa de que as bases adjetivas, em função da proximidade com as substantivas, fossem as segundas mais produtivas, porém foram os verbos que assumiram esse lugar, com formações como *cansar/canseira* ou *batido/batedeira*, não havendo, nessa tabela, distinção entre as formas nominais do verbo. Na categoria *Outros*, os autores alocaram bases que não são formas livres, como em *carpinteiro*, advérbios (*trás/traseiro*), siglas (*UFBA/Ufbeiro*).

A especificidade das bases substantivas e das formas nominais das bases verbais é explicitada pelos autores nas Tabelas 4 e 5 (a seguir).

Substantivo	Quantidade	Percentual
Comum/Concreto	138	65,71%
Próprio	45	21,42%
Abstrato	27	12,87%

Tabela 4: Tipos de substantivo (SIMÕES NETO & SOLEDADE, 2014, p. 106)

Forma nominal	Quantidade	Percentual
Particípio	17	70,8%
Infinitivo	6	25%
Gerúndio	1	4,2%

Tabela 5: Formas nominais do verbo (SIMÕES NETO & SOLEDADE, 2014, p. 106)

Na Tabela 4, os autores unificaram as categorias de *substantivo concreto e comum*, com o intuito de observar o argumento de Rocha (1998) de que o *-eir-* não opera sobre substantivos próprios ou abstratos. Assim, Simões Neto & Soledade (2014) assumem que a categoria dos *substantivos próprios* contempla as bases das formações de gentílicos (*Brasil/brasileiro*), usuários de marcas, empresas ou programas de televisão (*Brahma/brahmeiro*), fãs e seguidores de artistas e bandas (*Aviões do Forró/aviãozeiro*), ao passo que, na categoria de substantivos *abstratos*, estão alocadas as bases de formações como *mexerico/mexeriqueiro* e *truque/truqueiro*.

Na Tabela 5, os autores estimaram qual a forma nominal do verbo é a mais recorrente na derivação. Os resultados apontaram para a maior produtividade a partir de participípios, ressaltando, geralmente, a noção de iteratividade da ação ou do agente/instrumento, como em *bebedeira* (bebido) e *frigideira* (frigido). As formações a partir de infinitivos apareceram em *zoeira/zoar*, *canseira/cansar* e a única formação aparente por gerúndio foi *curandeiro*.

Diante dessas operações, os autores (p. 107) sugerem a existência de, pelo menos, 3 RFPs relacionadas ao *-eiro* para a formação de substantivos e, considerada a possibilidade de formação de adjetivos, esse número sobe para 6, que estão expressas de (65) a (70).

(66) $[X]_S \rightarrow [[X]_S Y]_S \rightarrow \textit{banho/banheiro, cinzas/cinzeiro}$

(67) $[X]_V \rightarrow [[X]_V Y]_S \rightarrow \textit{arrumado/arrumadeira, cansar/canseira}$

(68) $[X]_A \rightarrow [[X]_A Y]_S \rightarrow \textit{tonto/tonteira, podre/podreira}$

(69) $[X]_S \rightarrow [[X]_S Y]_A \rightarrow \textit{interesse/interesseiro}$

(70) $[X]_V \rightarrow [[X]_V Y]_A \rightarrow \textit{corricar/corriqueiro, indagar/indagueira}$

(71) $[X]_A \rightarrow [[X]_A Y]_A \rightarrow \textit{certo/certeiro, grosso/grosseiro}$.

Em relação ao fator semântico, Simões Neto & Soledade (2014) destacam dez grupos de afinidade, aqui esquematizados no Quadro 15.

Significado	Especificação/ Exemplos
Agentivo	diz respeito àquele que, deliberadamente realiza uma ação. Nesse grupo, estão agrupadas paráfrases a partir de verbos como <i>fazer, trabalhar, produzir, lidar</i> . São consideradas também paráfrases com verbos <i>gostar, usar e ser adepto de, ser frequentador habitual de</i> . Alguns exemplos são <i>sapateiro, doceira, macumbeiro, roqueiro, forrozeiro, Iveteiro, Mahaleiro, livreiro e maconheiro</i> .
Locativo	está relacionado ao lugar ou recipiente onde se guarda algo, ressaltando os casos em que ser um lugar não implica

	guardar alguma coisa, como em <i>banheiro e ladeira</i> .
Objeto de uso	grupo de objetos ou instrumentos que podem <i>mimetizar</i> a ação humana, como <i>frigideira, batadeira</i> , e outros, como a <i>pulseira</i> .
Doença/Anomalia	grupo de designações populares de doença ou característica de saúde anormal, como <i>olheira, cobreiro, unheiro</i> .
Atitudinal/Aspecto (Ato iterativo, excessivo ou duradouro)	categoria de natureza mais abstrata que engloba os atos que se repetem excessivamente, como <i>berreiro, converseiro, comedeira, bebedeira</i> e os estados e sensações duradouros, como <i>canseira e pasmaceira</i> .
Fenômeno da natureza	segundo a proposta de Botelho (2009), os autores consideram uma classe de fenômenos da natureza, como <i>aguaceiro e neveiro</i> .
Coletivo/Acúmulo	significado de reunião ou excesso, como em <i>cancioneiro e trabalheira</i> .
Árvore/Arbusto	designação geral de plantas, como <i>abacateiro, roseira</i> , entre outros.
Adjetivo	formador de adjetivos, como <i>grosseiro, ligeiro, interesseiro</i> .
Gentílico	formador de substantivos ou adjetivos que denotam origem ou vínculo institucional, como <i>brasileiro, campineiro, mineiro, jacarezeiro, Ufbeiro, Unebeiro</i> .

Quadro 15: Grupos de afinidades semânticas de X-eir- contemporâneo conforme Simões Neto & Soledade (2014) (Esquematizado em quadro pelo autor, a partir de SIMÕES NETO & SOLEDADE, 2014, pp. 107-108)

Quanto à recorrência desses deslocamentos semânticos nos *corpora* analisados pelos autores, a Tabela 6 dá conta dessa informação, destacando a maior produtividade na formação de agentivos.

Acepção	Quantidade	Percentual
Agente	100	38,46%
Adjetivo	50	19,23%
Locativo	29	11,15%
Atitudinal	28	10,77%
Objeto	21	8,08%
Gentílico	8	3,08%
Coletivo	7	2,69%
Árvore ou arbusto	7	2,69%
Doença	6	2,31%
Fenômeno	4	1,54%

Tabela 6: Significados do *-eiro* (SIMÕES NETO & SOLEDADE, 2014, p. 109)

Fora da seara gerativista e adentrando os trabalhos de orientação cognitivista, inicie-se com os trabalhos de Botelho: a dissertação de mestrado *Construções agentivas em x-eiro, uma rede metafórica* (BOTELHO, 2004) e o capítulo de livro *Uma abordagem sociocognitiva das construções agentivas x-eiro* (BOTELHO, 2009) que decorre dessa dissertação. A fim de apresentar a gama de sentidos das formações *X-eiro* no português brasileiro, a coleta de Botelho (2004) considerou, não só as palavras encontradas em listas prontas com palavras

formadas com o sufixo, extraídas de gramáticas, dicionários e sites, mas também as que se realizaram em contextos reais de interação verbal.

Quanto ao aporte teórico, Botelho (2004, p.10) se orienta pelas formulações da Hipótese Sociocognitiva da Linguagem (SALOMÃO, 1999, 2003; MIRANDA, 2000, 2003), alinhando-se com os pressupostos da LC, com destaque para as proposições da Teoria da Metáfora (LAKOFF & JOHNSON 1980), da Hipótese da Mente Literária (TURNER, 1996), da Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1997) e da Teoria da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995; MANDELBLIT, 1997), além da chamada Antropologia Evolucionista (TOMASELLO, 1997). Dentro desse enquadramento, conceitos basilares para a análise da autora são: polissemia, metáfora, construção e mesclagem.

No momento em que se orienta pelos pressupostos teóricos da LC, Botelho (2004, 2009) se desfaz dos postulados formalistas defendidos pelo Estruturalismo e pelo Gerativismo. Em face disso, concepções que a autora deixa para trás são:

- i. A assumpção da Hipótese Forte da Composicionalidade, que afirma ser o significado do todo, o resultado da soma das partes que o compõem. Assim, o significado das construções lexicais é tomado como resultado de meras concatenações morfêmicas;
- ii. A formulação de regras algorítmicas responsáveis pela análise/derivação do todo pelas partes que o compõem: Regras de Formação de Palavras (RFPs) e Regras de Análise Estrutural (RAEs) tomadas como constructos suficientes para analisar, adequadamente, todas as construções lexicais;
- iii. O tratamento de construções que escapam à Hipótese Forte da Composicionalidade e à aplicação de regras formais, como formações homonímicas ou, simplesmente, não-composicionais. (BOTELHO, 2004, pp. 10-11)

A respeito das construções *X-eiro*, a autora propõe uma análise em que os vários significados das palavras derivadas com esse sufixo sejam tratados em uma rede polissêmica metafórica e não como casos de homofonia ou homonímia, como se fazia na tradição formalista. O desafio, segundo Botelho (2009, p. 180), é “enfrentar o jogo da linguagem, a complexidade das relações ‘não paritárias’ entre sistemas de significação e sistema de formas”, pois busca-se analisar não só as formações tidas como regulares, mas também aquelas que são consideradas periféricas. Os significados considerados por Botelho para as construções *X-eiro* são:

Exemplos	Categoria semântica
pão - padeiro, jornal - jornaleiro, jardim –jardineiro	Humano
faxina – faxineiro	Humano

roça – roceiro	Humano
sanfona – sanfoneiro, viola – violeiro	Humano
cinza – cinzeiro, faca – faqueiro, lixo – lixeira	objeto – recipiente
sanduíche – sanduicheira, iogurte – iogurteira	objeto – aparelho
colo – coleira, pulso – pulseira, cotovelo – cotoveleira	objeto – equipamento
porta – porteira, cabeça – cabeceira	objeto – mobiliário
formiga – formigueiro, galinha – galinheiro	objeto – locativo
goiaba – goiabeira, rosa – roseira	objeto – planta
roubo – roubalheira, berro – berreiro, discurso – discurseira	Atividade
névoa – nevoeiro, gelo – geleira, brasa – braseiro	Fenômeno
besta – besteira, bobo – bobeira, bambo – bambeira	Estado

Quadro 16: Significados das construções X-eiro para Botelho (2004, 2009) (BOTELHO, 2009, pp. 180-181)

Diante dessa variedade de significados nas construções *X-eiro*, como se mostra no Quadro 16, Botelho (2004, 2009), ancorada na LC, lança três hipóteses: (i) as construções em *-eiro* com significado agentivo se constituem como uma categoria radial no interior de uma rede de construções polissêmicas; (ii) a categoria de agente humano denominal (*jornaleiro*, *pedreiro*, *padeiro*) é central e dela se faz a rede de construções herdeiras; e (iii) “as construções herdeiras são projeções metafóricas de protonarrativas da mente humana, expandindo-se em personificações de objetos, elementos da natureza, locativos, atividades, fenômenos e estados” (BOTELHO, 2009, p. 1981).

Com o intuito de confirmar essas hipóteses, os procedimentos analíticos seguidos por Botelho (2004, 2009) são os seguintes: (i) descrição dos aspectos morfossemânticos e pragmáticos da construção central e prototípica que forma agentes humanos; (ii) detalhamento dos processos sociocognitivos de integração formal e conceptual implicados nessa construção; (iii) descrição de três subgrupos de construções herdeiras da construção prototípica e central *agente humano*; e (iv) explicitação das projeções metafóricas na construção da rede que se estende da experiência mais concreta para a mais abstrata.

A partir desse conjunto de hipóteses formuladas, a análise de Botelho (2004, 2009), inicialmente, se norteia pelos fundamentos da GC, como proposta por Goldberg (1995), para quem o conceito de construção consegue captar as relações assimétricas entre forma e significado, pois, ao se desfazer da Hipótese Forte da Composicionalidade (FREGE, 1978), que caracterizou os estudos formais, passa-se a aceitar que o todo não seja uma soma das partes e a extensão de significados pode ir muito além do que supõe a forma.

Note-se que Botelho (2004), embora use do termo *construção*, faz uma tentativa de aplicação das ideias de Goldberg aos estudos da morfologia, mas desvinculadas das proposições de Geert Booij, que também se vale de princípios da GC. Como dito no Capítulo 2, a teorização de Goldberg nasce como uma resposta da LC às formulações da Gramática Gerativa para o âmbito da sintaxe, área que ainda concentra a maioria dos estudos construcionais. Assim, o trabalho de Botelho (2004, 2009) se vale da indistinção entre a gramática e o léxico, defendida na GC, sugerindo que “o tratamento analítico conferido a construções lexicais como jardineiro, enfermeira ... seria, em grande parte, o mesmo dado, por exemplo, a uma construção proverbial do tipo quem corre, cansa [...] ou as construções simples como *Pedro Beijou Sara.*”⁷⁷ (BOTELHO, 2009, p. 182).

Nesses termos, uma possível formalização inicial do processo de integração conceptual de uma construção lexical prototípica de agente humano, como *padeiro*, segundo Botelho (2004, 2009), pode ser representada por um diagrama similar ao que Goldberg propõe para as construções sintáticas e que aqui se reproduz na Figura 17.

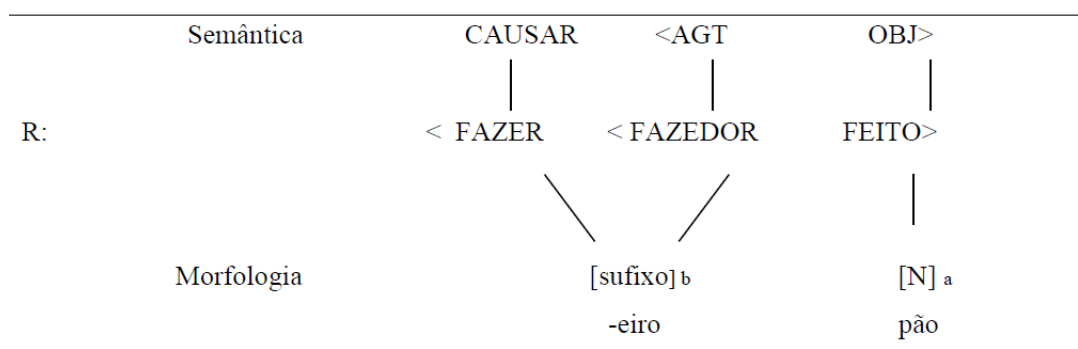


Figura 17: Formalização de *padeiro* nos termos de Goldberg (BOTELHO, 2004, p.87)

Sobre essa esquematização na Figura 17, Botelho (2004, 2009) retoma as formulações de Goldberg (1995, p. 5) e, de acordo com essa,

tal formalização representa a “fusão” dos papéis dos participantes instanciados na cena em questão: fazer, fazedor, feito com os papéis argumentais semânticos: Causar < agente ação>. Para a autora, as “construções de sentenças simples (para nós, as construções lexicais agentivas) são associadas diretamente com a estrutura semântica que reflete a cena básica da experiência humana”. (BOTELHO, 2009, p. 183)

A partir da Figura 17, é possível perceber que há uma confluência de uma prototípica construção sintática de ação, em que, do ponto de vista semântico, há dois papéis, o do agente

⁷⁷ Grifos da autora

(afetante/fazedor) e o do objeto/tema (afetado/feito), com uma construção prototípica lexical agentiva em que há o agente, que se funde com o fazedor, e o objeto, fundido ao feito. Note-se que, para os dois casos, há uma predicção de dois lugares/argumentos (X fazer Y), em que X é o agente/fazedor e Y é o objeto/feito. Assim, pode-se dizer que há, pelo menos, duas formas de se concretizar linguisticamente um mesmo conceito: uma forma analítica (sintática) como *O homem faz o pão*; e outra sintética (morfológica) como *padeiro*.

Botelho (2009) observa que a expressão morfológica na construção X-eiro

implica em um espetacular processo de compressão, uma compressão de personificação muito mais claramente compreendida em termos do processo cognitivo de mesclagem [...] que em termos das fusões goldberguianas acima formalizada [...]. Estamos comprimindo um evento, uma cena, uma micronarrativa, em seu protagonista – o agente. Assim, na palavra padeiro, temos comprimida toda a cena – o agente, a ação, o objeto. (BOTELHO, 2009, p.184)

Para um melhor entendimento do que seriam esses processos de compressão mencionados por Botelho (2009) seja tomado o Quadro 17, onde, em princípio, se destringem as variadas formas de atuação de um agente sobre o objeto que podem aparecer na construção prototípica de agente humano.

	EXEMPLOS AGENTIVOS (substantivos e/ou adjetivos)	AGENTE humano AGENTE manipulador	AÇÃO (Variação em torno do AGIR, FAZER)	OBJETO
1	padeiro, sapateiro, relojoeiro, lixeiro, leiteiro	humano	fazer, produzir, cuidar	produto ou matéria: pão, sapato, relógio, lixo, leite.
2	doleiro, frizeira, balseiro, charreteiro, sacoleira, mochileiro	humano	guiar, operar, manipular, fazer	instrumento: dólar, freezer, balsa, charrete, sacola, mochila.
3	sanfoneiro, gaitero, violeiro	humano	tocar	instrumento musical: sanfona, gaita, viola.
4	vaqueiro, boiadeiro, peixeiro	humano	cuidar, vender	animal: vaca, boi, peixe.
5	açougueiro, fazendeiro, pantaneiro, mineiro	humano	cuidar, operar	local, estabelecimento: açougue, fazenda, pântano, mina.
6	faxineiro, manobreiro, guerrilheiro, macumbeiro	humano	fazer	atividade: faxina, manobra, guerrilha, macumba.
7	arruaceiro, aventureiro, verdadeiro, mexeriqueiro, arapuqueiro	humano	fazer, provocar, promover	designativo de comportamento: arruaça, aventura, verdade, mexerico.
8	mineiro, brasileiro	humano	habitar	local (gentílicos): Brasil,

			Minas Gerais.
--	--	--	---------------

Quadro 17: Construção central (prototípica) agente-humano (BOTELHO, 2004, p. 93; BOTELHO, 2009, pp. 187-188)

Diante das variadas formas de exercício da agentividade, como é visível nos dados do Quadro 17, Botelho (2004, 2009) destaca algumas palavras, em função do caráter metonímico que se revela nos processos de formação e interpretação. Por exemplo, em *sacoleira*, embora seja possível, o significado usual não é de *pessoa que faz ou vende sacola*. A palavra base *sacola*, na verdade, comprime toda uma cena em que uma pessoa atravessa a fronteira, com algum continente/recipiente, e traz mercadorias baratas. A metonímia nessa construção se revela de duas maneiras: (i) da experiência social de essas pessoas trazerem essas mercadorias no interior de sacolas (metonímia: CONTINENTE/CONTEÚDO); e/ou (ii) não necessariamente, o continente é uma sacola, sendo essa a representação de toda uma gama de possibilidades de continentes (metonímia: REPRESENTANTE/CATEGORIA).

Outro exemplo dado por Botelho (2004, 2009) é o de *mochileiro* – pessoa que faz viagens, geralmente baratas, sem muito conforto e com uma mochila nas costas. A *mochila*, palavra usada como base na formação, embora seja um acessório integrante, comprime todo o evento de uma viagem, configurando uma metonímia PARTICIPANTE/EVENTO. Em *arapuqueiro*, por outro lado, a base *arapuca* é tomada metaforicamente, pois, segundo a autora, esse agente não designa *a pessoa que faz arapucas* (armadilhas para caçar pássaros), e sim aquele que coloca os outros em uma cilada. Observa-se, nesse caso, que a experiência da caça é estendida para compreender situações cotidianas, daí o caráter metafórico da formação.

Essa capacidade de um agente comprimir toda a informação de um evento é formalizada por Botelho (2004, 2009), seguindo os pressupostos da Teoria da Mesclagem, nos termos de Mandelblit (1997). O exemplo tomado como base pela autora foi, novamente, *padeiro*, como se pode ver na Figura 18.

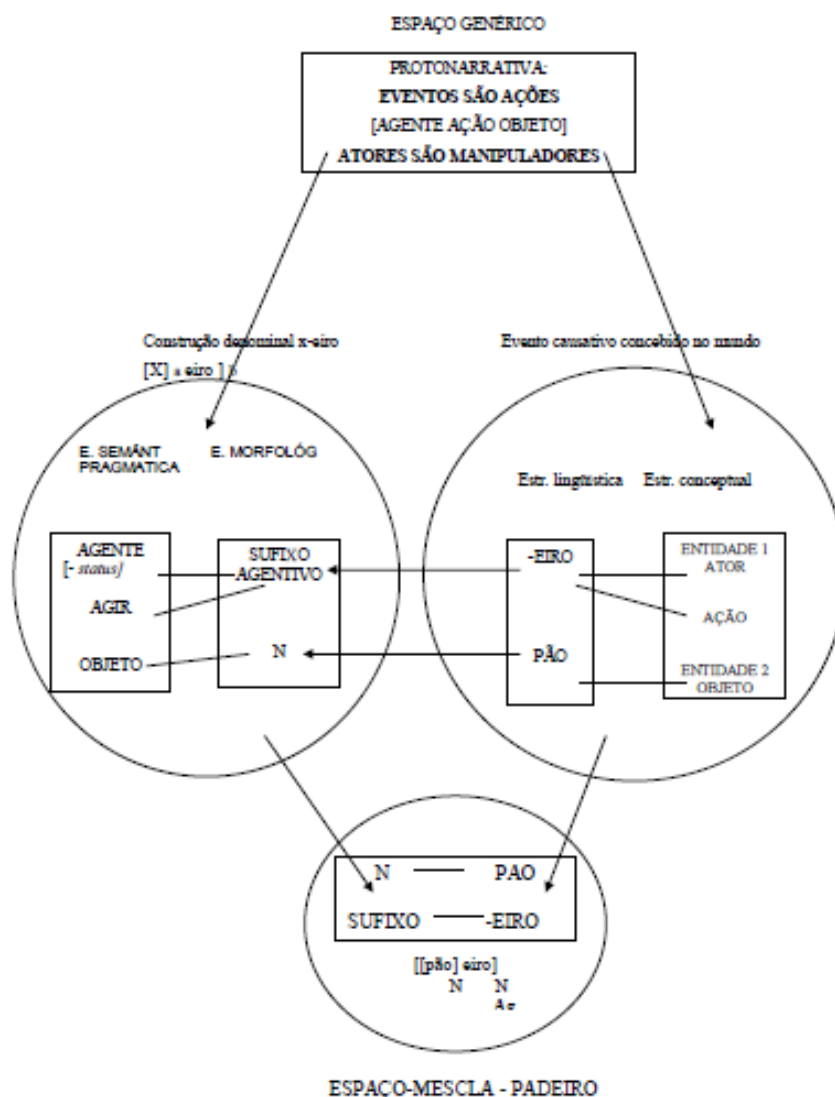


Figura 18: Formalização do processo cognitivo de integração conceptual (mesclagem) do item lexical *padeiro* (BOTELHO, 2004, p.97; BOTELHO, 2009, p.190)

A respeito dessa formalização, Botelho (2004) explica que

No input 1, temos o evento causativo experiencial concebido no mundo e sua contraparte no léxico, como passamos a explicitar. Na estrutura conceptual estão as entidades mais genéricas e os papéis participantes desta cena: um ator, *agente* (“o jogador”) que faz/afeta um *objeto* (o “feito”). Essa cena conceptual é projetada em uma estrutura lingüística. Assim temos o sufixo x-eiro que comprime em sua forma o papel de ATOR/AGENTE e a própria AÇÃO; e o objeto que é o PÃO. Por outro lado, o input 2 representa a estrutura lingüística abstrata, no caso, uma construção morfológica disponível no repertório da língua, com sua estrutura binária: **forma** (estrutura morfológica: [[N]a [SUFFIXO]b]) e **significado** (estrutura semântico-pragmática: AGENTE – AÇÃO – OBJETO), com a marca pragmática de [-status] e [-formal]. (BOTELHO, 2004, p. 98)

Ainda sobre esse diagrama de mesclagem representado na Figura 18, cabe mencionar a existência do espaço genérico e do espaço-mescla. No primeiro, estão as características homólogas entre o input 1 e o input 2. Nesse caso em específico, “o *frame* ativado por essa construção tem a seguinte base metafórica: EVENTOS SÃO AÇÕES, ATORES SÃO MANIPULADORES” (BOTELHO, 2009, p.191)⁷⁸. Do espaço-mescla, por outro lado, todo um processo de compressão que projeta no agente denominal *X-eiro* toda uma história da experiência humana.

Esse mesmo mecanismo de mesclagem serve para explicar a rede de construções herdeiras que se projetam a partir da agentividade prototípica humana. São os casos dos processos de personificação vistos nas outras categorias delineadas por Botelho (2004, 2009), como *agente-objeto*, *agente-locativo*, *agente-planta*, *agentes fenômenos da natureza*, etc. Quanto ao grupo de agentes objetos, Botelho (2004, 2009) sugere que essas denominações decorram das chamadas metáforas ontológicas (LAKOFF & JOHNSON, 2002 [1980]), em que características concebidas como humanas são atribuídas a entidades não humanas. A representação da integração conceptual nesse grupo está apresentada na Figura 19, que toma *cinzeiro* como exemplo.

⁷⁸ Grifos da autora.

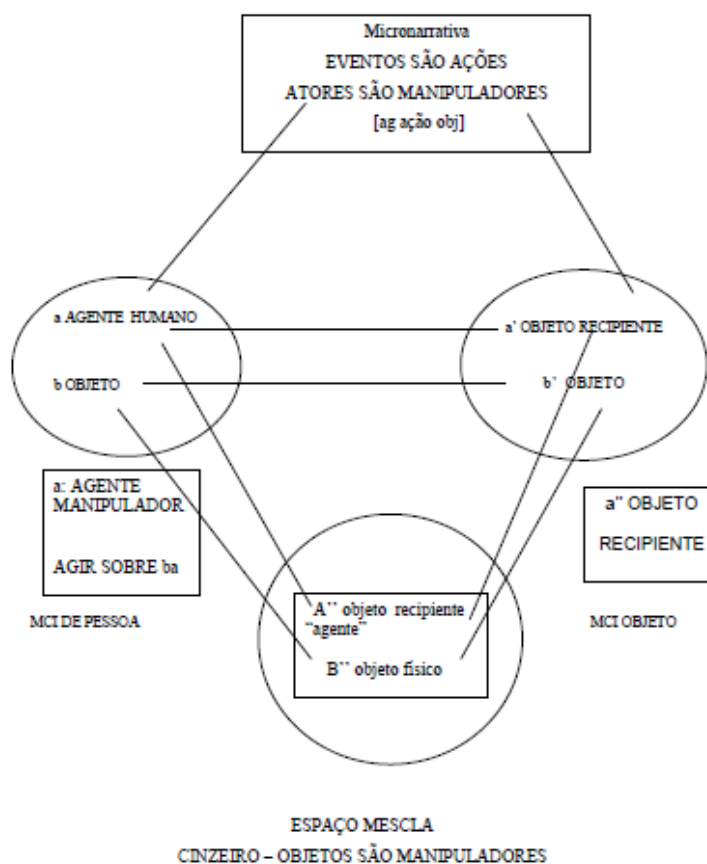


Figura 19: Formalização do processo cognitivo de mesclagem de *cinzeiro* (BOTELHO, 2004, p.104; BOTELHO, 2009, p.193)

No diagrama representado na Figura 19, segundo Botelho (2004, p. 105), observa-se que, no *input 1*, há o agente humano prototípico, que é acionado em uma cena AGENTE AÇÃO OBJETO. Já no *input 2*, há o objeto físico a' (cinzeiro) e o objeto b', a cinza. Por meio de uma projeção metafórica, o objeto físico recipiente se transforma em manipulador. Assim, no espaço genérico, há as metáforas EVENTOS SÃO AÇÕES e ATORES SÃO MANIPULADORES, e no espaço mescla, emerge a agentividade personificada no objeto recipiente, considerando que o *cinzeiro guarda a cinza*. Essa projeção metafórica que se revela na mesclagem explica todo o grupo de objetos delimitado por Botelho (2004, 2009) e que está representado no Quadro 18.

	EXEMPLOS (substantivos)	AGENTE: objeto (extensão metafórica de agente-manipulador)	AÇÃO (variação em torno do AGIR, FAZER)	OBJETO
1	cinzeiro, faqueiro	objeto-recipiente	guardar	objeto físico: cinza, faca
2	coleira, pulseira, braçadeira	objeto-equipamento	adornar, cercar, proteger	parte do corpo: colo, pulso, braço
3	sanducheira, churrasqueira	objeto-aparelho	fazer	alimento: sanduíche, churrasco
4	galinheiro, formigueiro	objeto-locativo	“guardar”	animal: galinha, formiga

5	roseira, goiabeira, guaranazeiro	objeto-planta	dar, produzir	flor/fruta/semente/caule: rosa, goiaba, guaraná
---	----------------------------------	---------------	---------------	---

Quadro 18: Objetos marcados pela agentividade (BOTELHO, 2004, p.105; BOTELHO, 2009, p. 194)

Por fim, segundo Botelho (2004, 2009), são ainda extensões dessa mesma rede interligada, as construções que designam fenômenos, atividades e estados. Porém, “a ‘historinha’ projetada nesse grupo (...) ganha em complexidade” (BOTELHO, 2009, p. 195). As cenas projetadas por essas construções estão apresentadas no Quadro 19.

EXEMPLOS (substantivos)	AGENTE: objeto (extensão metafórica de agente-manipulador – MCI pessoa)	AÇÃO (variação em torno do AGIR, FAZER)	OBJETO negativo, perigoso, maléfico
nevoeiro, aguaceira, buraqueira, lamaceira, fogueira	fenômeno em excesso: névoa, buraco, água, lama, fogo	produz, gera	fenômeno da mesma categoria
roubalheira, bandalheira, berreiro, discurseira	ato negativo e/ou acumulado, contínuo: roubo, berro, discurso	Produz	atividade da mesma categoria
bobeira, leseira, doideira, tonteira, ciumeira, tonteira, cegueira	característica/propriedade negativa e/ou em excesso: bobo, leso, doido, tonto, ciúme, cego	Produz	estado/doença da mesma categoria

Quadro 19: Outras construções X-eiro pela agentividade (BOTELHO, 2004, pp.109-110; BOTELHO, 2009, p. 195)

Também em uma perspectiva cognitivista, está o artigo *Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro – propostas e problemas*, de Almeida & Gonçalves (2005). Os autores reanalisam os dados coletados por Gonçalves (1996), que propôs seis grupos de afinidade semântica, aqui representados no Quadro 20.

Grupos de afinidade semântica	Exemplos
agentes profissionais	pedreiro, sorveteiro
agentes habituais	fofoqueiro, marombeiro
agentes naturais	coqueiro, jambeiro
locativos	cinzeiro, galinheiro
intensificadores	nevoeiro, lamaceiro
modais	certeiro, grosseiro

Quadro 20: Grupos de afinidades semânticas de X-eiro conforme Almeida & Gonçalves (2005) (Esquemático em quadro pelo autor, a partir de ALMEIDA & GONÇALVES, 2005, pp. 8-9)

Ao se interessarem pela polissemia, os autores têm os seguintes objetivos:

- (a) sugerir que as construções com -eiro constituem uma construção gramatical, nos termos de Goldberg (1995),
- (b) estabelecer o significado mais básico do sufixo, se agente (como em ‘sorveteiro’ e ‘sapateiro’) ou locativo (como em ‘cinzeiro’ e ‘galinheiro),

- (c) depreender os processos cognitivos que subjazem às diferentes acepções das formas derivadas, e, por fim,
 (d) estabelecer uma rede, nos termos de Fillmore & Kay (1994), que explicita a extensão polissêmica dos diferentes tipos de forma a partir de núcleo(s) semântico(s) comum(ns). (ALMEIDA & GONÇALVES, 2005, p.2)

Com base na proposição de Fillmore(1990), que propõe que o significado possa ser relativizado a partir de cenas, os autores sugerem que a menção de um agente ativo “uma cena de evento, ou seja, de alguém (ou algo) que age em algum lugar, de algum modo, sobre um dado objeto, produzindo alguma coisa” (ALMEIDA & GONÇALVES, 2005, p.7). Assim, segundo Almeida & Gonçalves (2005), os elementos integrantes da estrutura de evento são: (i) o agente; (ii) a ação; (iii) o local; e, por fim, (iv) o objeto, que, por sua vez, pode se comprimir em produto (açúcar), instrumento (ferro), substância (cachaça) e ente (animais).

Como demonstrado em Fillmore (op.cit), as cenas podem ser tomadas em várias perspectivas. Por exemplo, nas cenas comerciais, a transação pode ter foco no receptor, no caso do verbo ‘comprar’, ou no doador, no caso de ‘vender’. Nas cenas agentivas, ocorre processo similar de focalização. Por meio de processos lingüísticos e cognitivos, são focalizados determinados elementos e subfocalizados outros, de maneira altamente regular no que diz respeito à relação entre a base e o sufixo agentivo. Assim, quando falamos em ‘jardineiro’, conceptualizamos alguém (agente) que trabalha num jardim (local). Em ‘açucareiro’, ao contrário, conceptualizamos um local que tem por função armazenar o produto (objeto) especificado pela base (açúcar). (ALMEIDA & GONÇALVES, 2005, p. 7)

Considerados os argumentos de Fillmore, os autores destrinçam os grupos de significados delimitados e como esses se estruturam na metáfora conceitual AÇÕES SÃO EVENTOS. Daí, por exemplo, que, no grupo dos agentes profissionais, a metáfora ‘ações são locais’, pelo fato de as relações espaciais serem as mais básicas na experiência humana, são centrais e construções como *jardineiro*, *coveiro* e *açougueiro* têm como bases os lugares onde exercem suas funções (metonímia: LOCAL PELO AGENTE). Porém, quando o lugar de realização da função é irrelevante para essa designação, tomam-se como bases os objetos de trabalho, como em *minhoqueiro*, *sorveteiro*, *sapateiro*, *costureiro* e *chaveiro*, daí a metonímia PRODUTO PELO AGENTE. Almeida & Gonçalves (2005) destacam ainda a possibilidade da metonímia SUBSTÂNCIA PELO AGENTE, como em *cachaceiro* e *maconheiro*.

No grupo dos agentes habituais, a atividade habitual é tomada como base para desingar o agente, como *fofoqueiro*, *futriqueiro* e *faroleiro* (metonímia: ATIVIDADE PELO AGENTE). Os autores sugerem que o “fato de o exercício de uma profissão/ofício envolver uma prática quase sempre costumeira/rotineira pode ter sido o aspecto motivador para a

extensão de significado.” (ALMEIDA & GONÇALVES, 2005, p. 8). Processos metonímicos de PRODUTO PELO AGENTE dão conta também das formações dos agentes naturais.

Em relação aos locativos, nesse grupo, estão, segundo os autores, objetos e espaços que se caracterizam pela reunião/armazenamento do elemento expresso pela base, como em *açucareiro*, *saleiro* e *galinheiro*. No grupo dos intensificadores, as construções designam ações que podem ser representadas pela metonímia SUBSTÂNCIA POR EXCESSO, como em *lamaceiro* e *nevoeiro*. E quanto aos modais, as palavras têm como base um adjetivo de caráter geral e a função dessas formações é conferir um valor a um modo de agir, como em *certeiro* (a partir de *certo*) e *grosseiro* (a partir de *grosso*).

Na formalização da rede polissêmica das construções *X-eiro*, é preciso destacar que, assim como Botelho (2004, 2009), Almeida & Gonçalves (2005) colocam o significado de agente como prototípico e central na rede dessas construções. Porém, a diferença está no fato de esses autores especificarem as categorias de *agente profissional*, *agente habitual* e *agente natural* e colocarem os profissionais no centro e dele se desdobram, por extensão metafórica, os habituais e os naturais. As extensões se dão da seguinte maneira: (i) “trabalhar é agir (agente profissional)”; (ii) “praticar algo habitualmente é agir (agente habitual)”; e (iii) “produzir naturalmente é agir (agente natural)” (ALMEIDA & GONÇALVES, 2005, p.9).

Quanto aos significados locativos e modais, os autores acreditam que eles decorrem de focalizações na cena da agentividade. Nos locativos, foca-se nos lugares onde se exerce essa agentividade e, nos modais, o foco está no modo ou atributo da ação. O grupo dos intensificadores, por fim, na visão de Almeida & Gonçalves (2005), são pensados como derivados do significado locativo, com focalização no conteúdo

Os vários significados das construções *X-eiro* foram também investigados por Pizzorno (2010), na sua dissertação de mestrado, intitulada *Polissemia da construção X-eiro: uma abordagem cognitivista*. O corpus de análise da autora se constitui de dados coletados por Marinho (2004), Almeida & Gonçalves (2006) e Botelho (2009), acrescentando-se novas palavras que entraram para o léxico durante a realização da pesquisa (2008-2010), tendo essa sido recolhidas em diversas situações de fala espontânea e em textos de modalidade escrita, como os de jornais, revistas e sites eletrônicos. Chega-se a um total de 132 formações *X-eir-*. Não foram aproveitadas para a análise

as palavras consideradas entrincheiradas (p. ex.: “poleiro”, “bueiro”, “celeiro”, “desfiladeiro”, “ribanceira” etc.), por se estruturarem a partir de uma base presa, não foram focalizadas na análise, uma vez que não apresentam regularidade polissêmica, como acontece com as de base livre. Ainda que recorramos à etimologia da palavra, a análise permanece

improdutiva devido ao fato de essas formas terem alcançado um nível máximo de lexicalização, ou melhor, embora, muitas vezes tenhamos condições de isolar o sufixo, a base é uma forma linguística não recorrente, tornando as formas derivadas opacas. (PIZZORNO, 2010, p. 78)

A discussão em torno do gênero nas formações *X-eiro/X-eira*, feita por Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) e Marinho (2004), é retomada por Pizzorno (2010), mas diferentemente do que acontece nesses trabalhos de orientação formal, a autora propõe a existência de apenas um sufixo *-eir-*, “sendo sua variação em *-o/-a* dependente do gênero que a palavra derivada se refere ou da especificação semântica que o formativo abarca” (PIZZORNO, 2010, p. 79).

Pizzorno (2010) argumenta, com base em Nascimento (2006), que essa variação na vogal temática em seres inanimados decorre de compreensões metafóricas que estendem as categorizações em gênero masculino e feminino, típicas das entidades animadas, para as entidades inanimadas. Entretanto, isso não chega a causar uma polarização semântica imprevisível, uma vez que os significados expressados por *X-eira* são sempre possíveis com as formações *X-eiro*, o que sugere que sejam um mesmo sufixo, como se pode ver na Figura 20.

- I. agullheiro (*agente – objeto – excesso*) / agulheira (*agente – árvore – objeto – excesso*);
- II. cerzideiro (*agente*) / cerzideira (*agente – objeto*);
- III. frangueiro (*agente*) / frangueira (*agente – objeto*);
- IV. manteigueiro (*agente*) / manteigueira (*agente – objeto*);
- V. pedreiro (*agente – objeto*) / pedreira (*agente – local – excesso*) etc.

Figura 20: Variação da vogal temática o/a nas construções X-eir- (PIZZORNO, 2010, p.81)

Quantos aos significados das construções *X-eir-*, Pizzorno (2010) os propõe dentro de um sistema de categorização hierárquica que parte do significado geral para o mais específico (LAKOFF, 1987), como se pode ver no Quadro 21. Nesse, observa-se que “as palavras correspondentes ao nível superordenado são aquelas mais genéricas dentro de uma taxonomia hierárquica, passando pelo nível-básico até aquele mais específico (subordinado), constituído pelas palavras formadas pelo sufixo em questão” (PIZZORNO, 2010, p. 84).

Níveis	Categorias X-eiro					
	Agente	Objeto	Local	Vegetal	Anomalia	Quantidade
Superordenado	Gentílico	Recipiente	Cômodo	Árvore frutífera	Enfermidade	Excesso
Nível-básico	Profissional Habitual	Instrumento				
Subordinado	brasileiro	cinzeiro	banheiro	macieira	unheira	lamaceiro

	engenheiro fofoqueiro	batedeira				
--	--------------------------	-----------	--	--	--	--

Quadro 21: Organização das categorias constituídas pelas formações *X-eiro* (PIZZORNO, 2010, p. 84)

Na elaboração da rede polissêmica que abrange essas categorias semânticas de *X-eir-*, Pizzorno (2010) concorda com os trabalhos de Marinho (2004), Almeida & Gonçalves (2006) e Botelho (2009) e coloca o significado de agente como prototípico, pois além de ser o mais frequente é o que mais possibilita gerar outros significados, por meio de extensões metafóricas e metonímicas.

Quanto às extensões metonímicas, Pizzorno (2010, p. 89) sugere que, no caso das construções *X-eir-*, elas se estabeleçam entre as seguintes categorias semânticas: “agente → local”; “agente → quantidade (excesso)” e, por fim, “quantidade (excesso) → anomalia”. Para a tentativa de explicar, com base em Lakoff & Johnson (1980), os mapeamentos ativados nos sistemas conceptuais dos falantes que permitam entender as extensões de sentido a partir da categoria prototípica de agente, Pizzorno ressalva que, embora se valha de argumentos diacrônicos, como o de Marinho (2004), sua pesquisa é de natureza sincrônica.

Em princípio, a autora sugere que as construções *X-eir-* apresentem um aspecto semântico de trivialidade, inerente ao significado prototípico de agente, “mas que também está presente tanto naquelas formações mais designativas (p. ex.: agentes profissionais – “jardineiro”, “pedreiro”), como naquelas mais avaliativas (p. ex.: agentes habituais e excesso – “fofoqueiro”, “beijeiro”; “lamaceiro, “careiro”)” (PIZZORNO, 2010, p.89).

Pizzorno (2010) reconhece não saber/poder precisar se esse aspecto semântico de trivialidade já se apresentava nas formações do latim, porém, sabendo que o sufixo (*-ariu*, nesse caso) se realizava na formação/designação de agentes responsáveis por uma função social ou profissão e se manteve, no percurso histórico da língua, na designação de profissões de pouco prestígio social que se caracterizam mais por uma prática frequente e recorrente do que por uma construção teórico-intelectual, sugere que o significado de agente profissional tende a ser o mais corriqueiro.

As características *frequência, trivialidade e recorrência*, segundo Pizzorno (2010), se estendem aos outros subtipos de agentes (habituais e gentílicos). Sobre os gentílicos, a autora sugere que há apenas duas formações na LP, *brasileiro* e *mineiro*⁷⁹. A autora explica que *brasileiro* era o termo usado para designar os agentes que trabalhavam com o pau-brasil, daí que a extinção dessa função e a mudança de referente (de pau-brasil para Brasil)

⁷⁹ Nas informações do site do IBGE sobre as cidades brasileiras, aparecem os gentílicos *campineiro* (pessoa nascida em Campinas – São Paulo) e *jacarezeiro* (pessoa nascida em Jacaré dos Homens – Alagoas). Fonte: < cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 fev 2016.

possibilitaram essa mudança semântica. Quanto à construção *mineiro*, Pizzorno (2010) explica que é um caso de extensão metonímica do tipo AGENTE PELO LOCAL, considerando que é uma palavra ainda usada para designar a pessoa que trabalha no garimpo de minas. Considerando a improdutividade desse grupo e a regularidade do esquema polissêmico previsto para essas formações, a autora, em nome de uma objetividade, prefere alocar os gentílicos no grupo de agentes.

As características que compõem o nível básico da categoria de agente, como sugere Pizzorno (2010), se especializam ou se estendem para outra categoria superordenada, a de quantidade (excesso). Essa extensão parece transparente, uma vez que a informação de *recorrência/habitualidade*, prevista entre os agentes, é uma das motivações principais para a constituição dessa segunda categoria e, sobre essa característica, Pizzorno (2010) defende que essa provenha de um fator sincrônico atual, pois nem o subtipo agente habitual, nem os grupos semânticos de excesso e anomalia foram registrados nos dados do latim encontrados por Marinho (2004).

Ainda em relação às extensões metonímicas, Pizzorno (2010, p. 92) admite dois tipos de mapeamentos: um mais conceptual e outro mais referencial, em parte, indo de encontro às formulações de Lakoff & Johnson (1980) de que a metonímia seja um processo estritamente referencial, uma vez que, dentro de um esquema PARTE PELO TODO, o domínio de entendimento não sai do próprio referente. A proposição desses dois tipos de mapeamento metonímico se justifica pelos casos como o da

extensão [...] – “agente → excesso” – em que a metonímia se configura através da seleção de um dos aspectos semânticos da categoria prototípica, ou melhor, a função referencial proposta pelos autores se desenvolve entre essas duas acepções, a partir da abstratização do sentido de agentividade, prevalecendo, de certa forma, uma extensão em termos conceptuais. (PIZZORNO, 2010, p.92)

No caso de formações como *lamaceiro*, *canseira*, *berreiro*, Pizzorno (2010) sugere que não haja qualquer característica semântica de agentividade, pois houve abstratização de uma das principais características do protótipo, restando apenas o aspecto da frequência, que é reanalisada como excesso. Assim, na análise do percurso de extensão *agente* → *excesso*, é possível estabelecer um vínculo semântico entre as palavras que compõem cada grupo, mesmo que não pareçam ter qualquer outra relação além que não seja a de serem formadas pelo mesmo sufixo. Daí a característica de frequência, que se focalizou nos três significados aqui delineados (agente profissional; agente habitual; excesso) “se manifesta, nas formações lexicais, quer através da rotina que a prática da ocupação pressupõe (agente profissional), quer

da regularidade com que a atividade é executada (agente habitual), quer da quantidade que impacta o falante na descrição de algo/alguém (excesso)” (PIZZORNO, 2010, p.93).

Outra extensão metonímica destacada por Pizzorno (2010) é a de *quantidade (excesso)* → *anomalia (enfermidade)*. Os casos desse percurso, segundo a autora, mostram a relação de proximidade entre o mapeamento o metonímico e o metafórico. Para explicar essa relação retomada pela autora, é preciso entender que há, de um lado, uma conceptualização de que o que está em quantidade excessiva é avaliado como negativo pelo falante, emergindo a metáfora O QUE ESTÁ/É EM EXCESSO É ANORMAL. De outro lado, é possível compreender que em palavras como *olheiras*, *boqueira* e *unheira*, há uma focalização de um elemento da cena que é tomado como base e enfatiza o significado de excesso e mantendo a valoração negativa que decorre de um processo de conceptualização.

Diferentemente do que acontece nesses casos, na extensão *agente* → *local*, a metonímia, segundo Pizzorno (2010) é apenas referencial, uma vez que, na designação de um lugar, o falante seleciona/focaliza, por meio de uma referenciação metonímica, apenas um dos elementos da cena agentiva (ALMEIDA & GONÇALVES, 2005) que se compõe de um agente, um lugar, uma função e os objetos. A autora procura validar essa ideia, tomando como base o argumento diacrônico, a partir da pesquisa de Marinho (2004), considerando que

no latim, as primeiras acepções abarcadas por esse formativo eram “agente”, “local” e “árvore” (MARINHO 2004: 84), o que nos permite inferir que esse mapeamento já era conceptualizado pelos falantes, isto é, o local (todo), por vezes, representava o agente (parte) responsável por uma função. Outra questão de caráter formal envolvida nessas formações é a de muitos agentes terem suas bases designando o local em que exercem as funções [...]. (PIZZORNO, 2010, pp. 95-96)

Além das extensões metonímicas, Pizzorno (2010) destaca também as extensões decorrentes de mecanismos de metáforas, como são os casos dos grupos de objetos e vegetais. A autora, com base em Lakoff & Johnson (1980), sobre as metáforas ontológicas, e nos trabalhos de Almeida & Gonçalves (2006) e Botelho (2009), sobre a polissemia da construção *X-eiro*, sugere que seja possível conceber que objetos e vegetais “como entidades suficientemente capazes de ‘agir’ no mundo”. Assim, em se tratando das formações com o sufixo, objetos e vegetais *X-eiro* seriam metáforas dos prototípicos agentes humanos.

Em face dos argumentos expostos, Pizzorno (2010, p.97) sugere uma rede polissêmica das construções *X-eir-* que coloca o significado de agente como prototípico central e, como se pode ver na Figura 21, diretamente, desse se estendem os significados *vegetal*, *objeto*, *local* e *excesso* – esse último se estenderá para o significado de *anomalia*, estendido, portanto,

indiretamente, do protótipo. Na representação de Pizzorno (2010), as extensões metonímicas se apresentam em setas com linhas tracejadas, ao passo que as metafóricas se mostram em setas com linhas firmes.

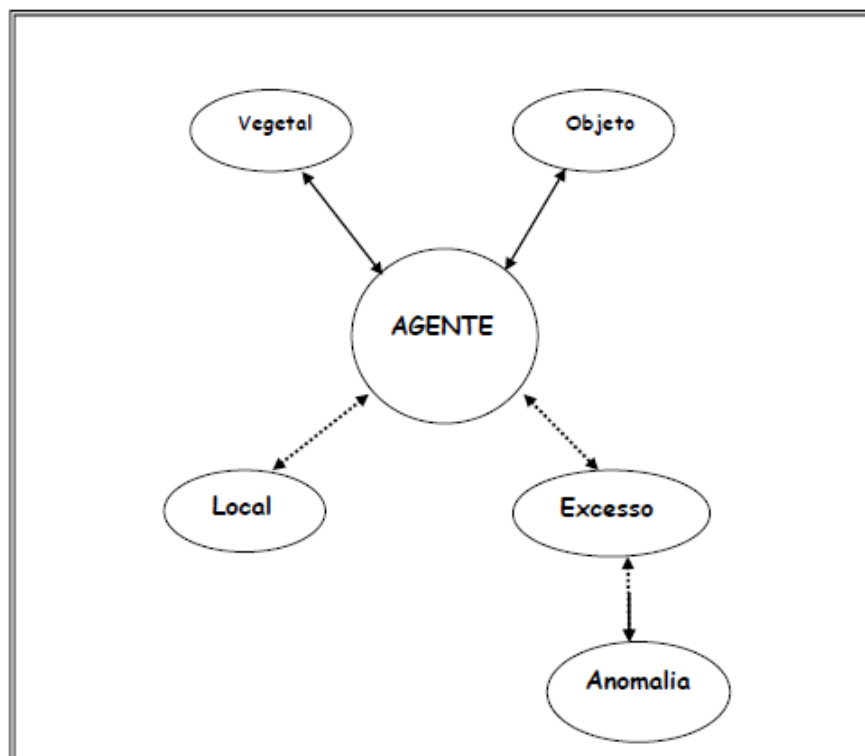


Figura 21: Rede polissêmica completa das construções X-eir- (PIZZORNO, 2010, p.100)

Parte dos dados utilizados por Pizzorno (2010), mais precisamente um conjunto de sessenta palavras, foi aproveitada por Tavares da Silva (2014) no artigo *O papel da metonímia nas formações X-eiro(a)*. Nesse trabalho, o autor analisa as variadas relações metonímicas entre base e produto, valendo-se do conceito de metonímia como proposto por Peirsman & Geeraerts (2006), que consubstanciam a ideia tradicional de que a metonímia se dá por uma relação de contiguidade (ao passo que a metáfora se daria por uma relação de similitude) e a visão conceptual da metonímia como tem sido visto nas formulações de alguns teóricos da LC.

Tavares da Silva (2014, p. 85), leitor de Piersman & Geeraerts (2006), entende que a metonímia é “um conceito prototipicamente estruturado”, podendo haver graus de prototipicidade metonímica que se estabelecem na formação de um *continuum* e, na formulação dos autores, há “um padrão metonímico prototípico do qual os outros padrões podem ser derivados” e esses padrões “se relacionam uns com os outros e com o padrão prototípico”.

Nesse trabalho, segundo Tavares da Silva (2014), Piersman & Geeraerts (2006) não têm como objetivo elaborar um levantamento exaustivo ou uma tipologia suficiente que abarque todos os tipos de metonímia. Assim, os 23 padrões metonímicos destacados por esses autores servem como uma base empírica ou um lugar de uma partida para a análise que pretendem desenvolver. Daí, com base nesses 23 tipos registrados, Piersman & Geeraerts (2006) registram: “(a) os vários tipos de contiguidade nelas encontrados, (b) as relações entre os tipos de contiguidade e (c) como esses padrões se realizam em diferentes domínios” (TAVARES DA SILVA, 2014, p.85). A Figura 22 apresenta uma esquematização em quadro dos tipos encontrados.

Quadro 1 Padrões metonímicos separados por domínios	
Grupo 1	Grupo 2
Relações de contiguidade no domínio espacial	Relações de contiguidade no domínio temporal
Parte-todo espacial Localização e localizado Conteúdo e continente Material e objeto Peça de roupa e pessoa Peça de roupa e parte do corpo	Parte-todo temporal Antecedente e consequente Tempo e entidade
Grupo 3	Grupo 4
Relações de contiguidade no domínio das ações/eventos/processos	Relações de contiguidade no domínio de assembleia ou coleção
Subevento e evento complexo Potencial e real Ação e participante Causa e efeito Participante e participante Controlador e controlado Possuidor e possuído Localização e produto Produtor e produto	Característica e entidade Entidade única e coleção Objeto e quantidade Fator central e instituição Hiperonímia e hiponímia

Figura 22: Padrões metonímicos separados por domínio (TAVARES DA SILVA, 2014, p. 86)

Com base na esquematização aqui vista na Figura 22, Tavares da Silva (2014, p.86) observa que, na proposição de Piersman & Geeraerts (2006), a contiguidade passa a ser categorizada em quatro tipos de relação, *parte-todo*, *contenção*, *contato* e *adjacência*, que atuam, respectivamente, em quatro domínios distintos: *domínio material e espacial*, *domínio temporal*, *domínio das ações/eventos/processos* e *domínio de assembleia ou coleção*. Tavares da Silva (2014) acrescenta ainda que os autores

[...] criam uma rede em que os quatro tipos de contiguidade e os quatro domínios se relacionam em termos de prototipicidade. Para os autores, o núcleo prototípico dessa rede é, em termos de contiguidade, o padrão parte-todo e, em termos de domínios, o domínio material e espacial, ou seja, o padrão metonímico parte-todo espacial/material é a relação prototípica da rede proposta por Peirsman & Geeraerts [...]. A partir dele, os outros padrões metonímicos se relacionam com esse núcleo e/ou se afastam dele através de duas dimensões, que os autores chamam de *força de contato* e *limitação*. (TAVARES DA SILVA, 2014, pp. 86-87)

Os conceitos de *força de contato* e de *limitação* são explicados por Tavares da Silva (2014) da seguinte maneira. A força de contato diz respeito a uma conceptualização da força envolvida na relação entre duas entidades. Assim, segundo o autor, a relação de contiguidade do tipo parte-todo que se estabelece entre a cabeça e o corpo é muito forte, uma vez que seria necessária muita força para separar uma entidade da outra, o que não acontece na relação do tipo continente-conteúdo (conteúdo), pois as entidades podem ser separadas com mais facilidade. Já o conceito de limitação

envolve os limites das entidades envolvidas, se são entidades limitadas ou ilimitadas. Assim, pode-se ter como exemplo a relação entre ferro e espada. Os autores colocam a relação entre ferro e espada numa contiguidade do tipo parte-todo em que uma entidade é limitada (a espada) e a outra é ilimitada (o ferro). Eles argumentam que essa diferença se faz necessária para que se possa distinguir uma relação ferro-espada de uma relação espada-cabo ou espada-lâmina, por exemplo, em que ambas as entidades são limitadas. (TAVARES DA SILVA, 2014, p.87)

Com base nas variações relações de contiguidade, nos quatro domínios propostos e nas dimensões *força de contato* e *limitação*, sejam detalhadas as formulações de Peirsman & Geeraerts (2006) sobre a metonímia e as respectivas aplicações feitas por Tavares da Silva (2014).

A partir da leitura de Tavares da Silva (2014), entende-se que, no que toca à primeira relação de contiguidade, a que se estabelece no domínio espacial/material, Peirsman & Geeraerts sugerem que o tipo *parte-todo* seja o núcleo prototípico dos vários outros tipos de contiguidade que se estabelecem nesse domínio. É desse protótipo que as relações de contiguidade vão progressivamente se afastando no que toca à força de contato e à limitação, como se pode ver na Figura 23 a seguir.

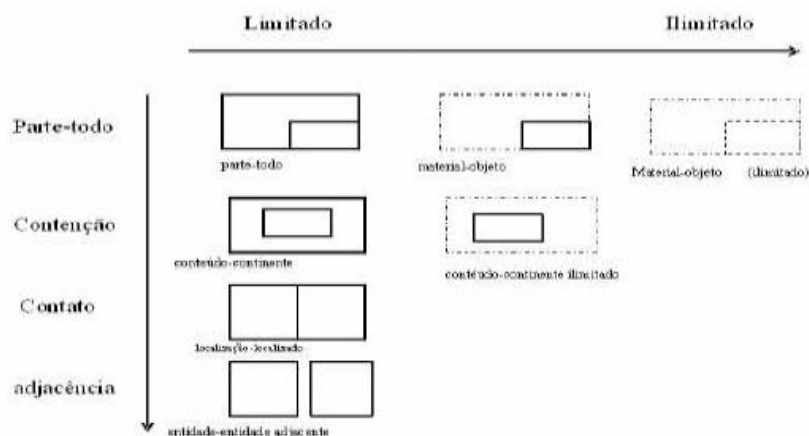


Figura 23: Padrões metonímicos no domínio espacial (TAVARES DA SILVA, 2014, p. 87)

Com base na Figura 23, pode-se ver que, no sentido vertical, o *continuum* se estende pela dimensão da força de contato e, na horizontal, pela limitação. Assim, partindo-se do núcleo prototípico *relação de contiguidade parte-todo*, no sentido vertical, diminui-se a força de contato à medida que se vai para as relações de *contenção*, *contato* e *adjacência*. Nos exemplos dados por Tavares da Silva (2014) de exemplos, pode-se assumir que, no que toca o *continuum* de força de contato, inicia-se em uma relação do tipo *cabeça-corpo* (parte-todo), segue-se para uma relação *garrafa-água* (contenção: continente-conteúdo), passa-se por uma relação *casa-morador* (contato: localização-localizado) e finaliza-se com uma relação *cabeça-boné* (adjacência: parte do corpo-peça de roupa).

Ainda na Figura 23, mas no eixo horizontal, partindo-se do núcleo prototípico (parte-todo), quanto à limitação, a relação já mencionada *ferro-espada* (material-objeto) é mais limitada, uma vez que, nessa relação *material-objeto*, “o objeto é delimitado, mas o material de que é feito não pode ser delimitado” (TAVARES DA SILVA, 2014, p.88). No final dessa primeira linha horizontal, estaria a relação que se estabelece em uma *bebida de chocolate*, em que tanto a substância quanto a bebida são ilimitadas.

No percurso horizontal que se estabelece na segunda linha, “o caráter ilimitado do continente em relação ao conteúdo faz gerar um novo padrão metonímico” (TAVARES DA SILVA, 2014, p.88), o que pode ser constatado na relação entre o refrigerante e as bolhas, visto que as bolhas são delimitáveis (contáveis) dentro do refrigerante, que é indelimitável (incontável).

Em relação às formações *X-eiro*, dentro desse primeiro domínio espacial, Tavares da Silva (2014) sugere que elas possam ser motivadas por três tipos de metonímia: parte-todo, conteúdo-continente e entidade-entidade adjacente. Cada uma delas, segundo o autor, representa um nível de força de contato.

A relação de contiguidade *parte-todo* é a prototípica em relação à formação metonímica e, nesse grupo, estão incluídas as formações que designam plantas de uma maneira geral: *abacateiro*, *roseira*, *alecrineiro*. Tavares da Silva (2014) observa que, nesses casos, a *base* representa a *parte* e o *produto*, o *todo*. Na relação de *contenção*, em que se destaca a metonímia continente-conteúdo, o autor observa o enfraquecimento da força de contato, dando como exemplos, as formações que designam locais, tais quais *coqueira*, *coqueteleira* e *doceira*, em que a *base* é sempre o *conteúdo* e o *produto*, o *continente*. Por fim, na relação de *contato*, com maior enfraquecimento da força de contato em relação ao grupo anterior, há outras formações locativas, como *bagageiro*, *mosquiteiro*, *papeleiro* e *revisteiro*.

A respeito do *continuum* de força de contato, o autor observa que, na comparação entre a separação entre a *rosa* e a *roseira* e entre o *doce* e a *doceira*, é preciso mais força para arrancar a rosa do que para remover o doce, por isso o grupo dos agentes vegetais, e não o dos locativos como *doceira* e *coqueteleira*, deve ser o ponto de partida. Da mesma maneira que, na comparação entre a *doceira* e o *papeleiro*, a *doceira* é um recipiente *stricto sensu*, logo estabelece uma relação de *contenção*, enquanto o *papeleiro*, com seu formato similar ao de uma bandeja, tem apenas um contato com o papel, sem o conter. Daí, esses dois grupos de locativos se diferenciam no *continuum* proposto por Tavares da Silva (2014).

O segundo conjunto de relações de contiguidade abordado por Tavares da Silva (2014) acontece no domínio temporal, que, segundo Peirsman & Geeraerts (2006), são extensões metafóricas das relações que se estabelecem no domínio espacial. A Figura 24 explica como funciona o *continuum* nesse domínio.

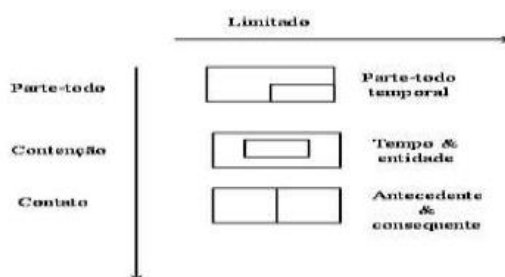


Figura 24: Padrões metonímicos no domínio temporal (TAVARES DA SILVA, 2014, p. 89)

Na Figura 24, nota-se que o *continuum* só avança no sentido vertical, relacionado com a força de contato. Assim, parte-se da relação *parte-todo temporal*, exemplificada com a relação entre as palavras *manhã* e *dia*, em que *manhã* faz parte do *dia*. A perda da força de contato gera o padrão da relação de *contenção* que se estabelece entre tempo e entidade e Tavares da Silva dá como exemplo a frase *Os anos 60 foram muito duros*, em que se vê que o

tempo é concebido como um contêiner e as pessoas são o conteúdo. No fim do *continuum*, estaria a relação metonímica entre antecedente e consequente. O autor exemplifica com a palavra *phóbos* do grego, que hoje significa medo, mas, originalmente, significava voo. “O ato de ter medo antecede o voo e, assim, a palavra foi gradualmente, mudando seu significado pelo significado da ação antecedente” (TAVARES DA SILVA, 2014, p. 89). Com esse grupo, o autor não fez nenhuma ligação com as formações *X-eiro*.

As relações de contiguidade que se estabelecem no domínio das ações/eventos/processos são, segundo Tavares da Silva (2014), decorrentes de mesclas entre os domínios espacial e temporal, pois combina elemento dessas duas fontes. “De um lado, o domínio temporal, de onde emergem ações, eventos e processos; do outro, o domínio espacial/material, de onde saem os participantes envolvidos nessas ações, eventos e processos” (TAVARES DA SILVA, 2014, p.89).

Dado o seu caráter de mescla, esse domínio apresenta um maior número de tipos de contiguidade, como já se viu no Grupo 3 da Figura 22 e no *continuum* apresentado na Figura 25.

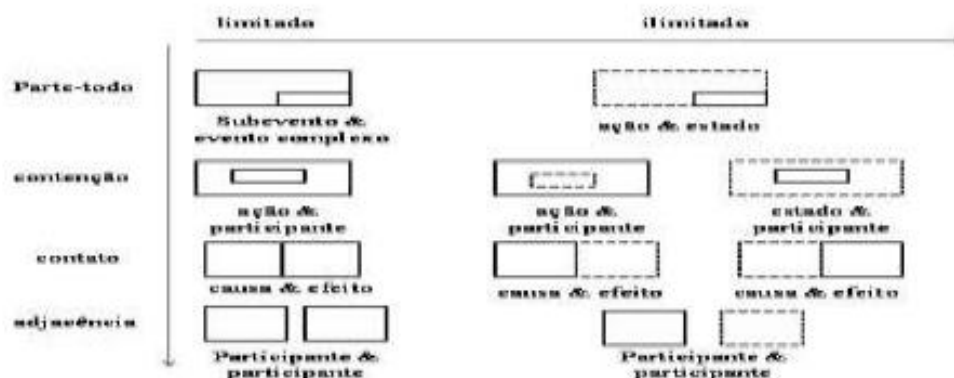


Figura 25: Padrões metonímicos no domínio das ações/eventos/processos (TAVARES DA SILVA, 2014, p. 91)

Como o número de relações de contiguidade é extenso nesse grupo, sejam tomadas aquelas que, mais ativamente, se apresentam nas formações *X-eiro*. Segundo Tavares da Silva (2014), são: ação-participante, causa-efeito, causa-efeito ilimitado e participante-participante. Note-se, a partir da Figura 25, que não houve uma contraparte morfolexical para o grupo parte-todo.

Na relação de contiguidade *ação-participante*, Tavares da Silva (2014) explica que ações/eventos/processos são tomados como continentes e os participantes são concebidos como conteúdo. Esses participantes podem ser de vários tipos: agentes, pacientes, locais, tempo ou instrumento, como se pode ver na explicitação do autor.

Ação/evento/processo & agente: *snitch* (inglês) – o ato de delatar por informante;

Ação/evento/processo & paciente: *achat* (francês) – o ato de comprar por compra;

Ação/evento/processo & local: *Weg* (alemão) – o ato de mover-se/deslocar-se por estrada;

Ação/evento/processo & tempo: *fenaison* (francês) – o ato de ceifar por tempo de ceifar (temporada);

Ação/evento/processo & instrumento: *letze* (alemão) – o ato de partir por bebida de despedida. (TAVARES DA SILVA, 2014, p.90)

Essas subspecificações podem aumentar ainda mais, segundo Tavares da Silva (2014), se considerada a dimensão *limitação*, que acaba por gerar outros padrões metonímicos, como:

ação/evento/processo & participante ilimitado

ação/evento/processo & instrumento: *sprach* (alemão) – o ato de falar por língua

ação/evento/processo & paciente: *nahrung* (alemão) – ato de se alimentar por alimento

ação/evento/processo ilimitado (estados) & participante

estado & instrumento: *connoissances* (francês) – o estado de conhecer alguém passou a designar os presentes que os cavaleiros davam às suas senhoras (Idade Média) (TAVARES DA SILVA, 2014, p.90)

Na conexão entre essas relações de contenção e as formações *X-eiro*, Tavares da Silva (2014) destaca a presença dos padrões ação-agente e ação-instrumento. No caso de *ação-agente*, há a base verbal, representando a ação, e o agente que desempenha essa ação emerge no produto. São os casos de *arrumadeira* e *britadeiro*. Já no caso de *ação-instrumento*, é o objeto que desempenha essa função, como se pode ver em *assadeira*, *britadeira* e *descascadeira*.

Com o enfraquecimento da força de contato, chega-se à relação de causa e efeito, padrão que, segundo Tavares da Silva (2014), decorre de uma relação de contato, que está intimamente ligada ao padrão *antecedente-consequente* do domínio temporal, por uma extensão metafórica. Daí, na sentença *Pedro esvaziou a garrafa*, substituiu-se a *causa* (*beber*) pelo *efeito* (*esvaziar*)⁸⁰. Cabe ainda destacar que a dimensão de limitação interfere nessa relação, como se pode ver nos exemplos dados pelo autor: *covarde* (causa temporalmente limitada) em relação à *covardia* (efeito ilimitado) e em *lustre*, com o sentido

⁸⁰ Tavares da Silva (2014) destaca a importância de não se confundirem os domínios envolvidos. “Obviamente há duas metonímias nessa frase: uma no domínio das ações/eventos/processos, em que ocorre a metonímia *causa & efeito* (beber por esvaziar) e outra no domínio espacial, em que ocorre a metonímia *conteúdo & continente* (líquido por garrafa)” (TAVARES DA SILVA, 2014, p.91).

original da palavra (significado: brilho/luminoso/brilhante; efeito temporalmente ilimitado) passando a designar o objeto *lustre* (causa limitada).

No que toca às formações *X-eiro*, Tavares da Silva (2014) observa que, no grupo dos agentes habituais, há casos em que a base é um substantivo abstrato, que representa o efeito, e o produto é um substantivo concreto, que representa a causa. São exemplos as palavras *trapaceiro*, *traíçoeiro*, *fofoqueiro*, *barraqueiro* e *arruaceiro*. Essa categoria de relações, segundo o autor, pode se estender no plano da limitação, uma vez que se atestam formações em que a base passa a ter um caráter de efeito ilimitado e o produto é também um substantivo abstrato, como no caso de *arruaceiro* (*aquele que faz arruaça*) > *arruaceira* (*aquela que faz arruaça; excesso de arruaça*), em que o reenquadre morfológico decorrente da mudança na vogal temática (NASCIMENTO, 2006) promove uma inversão na relação de causa-efeito.

No final do *continuum* vertical de força de contato, está a relação de adjacência que, segundo Tavares da Silva (2014), pode se estabelecer nas seguintes configurações:

Controlador e controlado: Nixon bombardeou Hanoi.
Possuidor e possuído: ela casou com o dinheiro (por casou com alguém que tinha dinheiro).
Produtor e produto: estou lendo Machado de Assis
Localização e produto: comprei um paraguai no camelô.
Instrumento e resultado: Sócrates bebeu a própria morte. (TAVARES DA SILVA, 2014, p.91)

Para as formações *X-eiro*, segundo o autor, duas metonímias são acionadas: *controlador-controlado* e *produtor-produto*. Nos dois casos, tanto base quanto produto são substantivos concretos. A diferença está apenas no agente, que pode ser produtor ou controlador. Em *merendeiro* e *doceiro*, o padrão metonímico é *produtor-produto*, ao passo que, em *lixeiro*, *kombeiro* e *camareiro*, o padrão é de *controlador-controlado*.

Na gama das relações de contiguidade que se estabelecem nos domínios conceptuais, por último, ficou o domínio das assembleias e coleções. Como menciona Tavares da Silva (2014), Peirsman & Geeraerts (2006) sugerem que esse domínio deriva do padrão parte-todo do domínio espacial/material. Ainda conforme esses autores, a diferença entre assembleia e coleção está no fato de que

assembleia é um conjunto formado por membros funcionalmente distintos, enquanto coleção é um conjunto formado por membros iguais ou funcionalmente equivalentes. Esse padrão cobre as metonímias fator central & instituição, característica & entidade, objeto & quantidade, entidade única & coleção e hiponímia & hiperonímia. (TAVARES DA SILVA, 2014, p.92)

Na Figura 26 (abaixo), observam-se os padrões metonímicos em relação às duas dimensões supracitadas *força de contato* e *limitação*. Dos quatro padrões, apenas *membro e coleção ilimitada* se mostrou produtivo para as formações *X-eiro* analisadas por Tavares da Silva (2014).

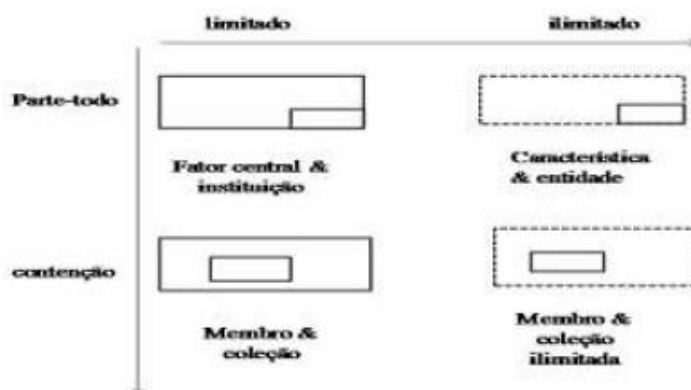


Figura 26: Padrões metonímicos no domínio das assembleias e coleções (TAVARES DA SILVA, 2014, p. 93)

No que tange às formações *X-eiro* do padrão metonímico *membro e coleção ilimitada*, Tavares da Silva (2014, p.96) observa que a base é sempre um substantivo concreto e o produto tende a ser um substantivo de aspecto mais abstrato. O autor chama a atenção para o fato de que, mesmo a base sendo um substantivo concreto e o produto ser quase sempre algo parafraseável como *excesso de X* ou *grande quantidade de X*, o que sugeriria um significado geral de *conjunto de X*, é “ilusória a sensação de concretude dessas palavras”, pois o aspecto abstrato se origina exatamente do tipo de relação de contiguidade que a motiva, membro e coleção ilimitada. Assim,

a não delimitação do conjunto, além de dar ao produto um caráter abstrato, é responsável também pelo matiz semântico de excesso, típico dessas palavras. Afinal aquilo que é ilimitado é mais abstrato do que o que pode ser delimitado. Além disso, tudo que é abundante não se pode mensurar e/ou delimitar – ou no mínimo é mais difícil de delimitar. (TAVARES DA SILVA, 2014, p. 96)

Feita essa ressalva, o autor apresenta um quadro, aqui apresentado na Figura 27, onde se veem cinco exemplos que ilustram os padrões de formações *X-eiro* descritos e as nuances de significado para uma mesma palavra, segundo Tavares da Silva, podem se dar “tanto pela diferença de padrão metonímico (escrito em cada quadro ao lado da respectiva palavra) como pela diferença de domínios (marcado pela diferença de cores, conforme legenda mais abaixo) envolvidos na formação” (TAVARES DA SILVA, 2014, p. 96).

Quadro 2 Formações X-eiro(a): seus grupos semânticos, tipos de contiguidade e domínios envolvidos.				
	AGENTE	VEGETAL	OBJETO/LOCAL	EXCESSO
agulheira	Participante-participante (controlador controlado se for o que trabalha com agulha) (produtor produto se for o que faz/fabrica agulha)	Parte-todo	Conteúdo – continente	coleção (entidade única e coleção)
arruaceira	Causa e efeito			Causa limitada & efeito ilimitado
assadeira	(base verbal) Ação & agente		(base verbal) Ação & instrumento	
bagageiro	Participante-participante (controlador controlado)		Contato (localização-localizado)	
bananeira		Parte-todo		

Domínio espacial
 Domínio das ações eventos/e processos
 Domínio das coleções
 Quadro 2 - Formações X-eiro(a): seus grupos semânticos, tipos de contiguidade e domínios envolvidos

Figura 27: Formações X-eiro(a): seus grupos semânticos, tipos de contiguidade e domínios envolvidos (TAVARES DA SILVA, 2014, p. 97)

Dentro das abordagens cognitivistas, destaca-se, por fim, o artigo de Soledade (2013), intitulado *Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [X_i-eir-]_{Nj} no português arcaico*. Nesse trabalho, a autora retoma as construções X_i-eir- coletadas na sua tese de doutoramento sobre a sufixação no período arcaico da LP, um total de 105 palavras. É um trabalho de natureza bastante experimental, uma vez que as ideias de Geert Booij tinham bem menos difusão do que se tem hoje.

No *corpus* analisado por Soledade (2013), há 30 construções X-eir- adjetivas e 75 X-eir- substantivas. As adjetivas, segundo a autora são: *aguireiro, arteiro, braceiro, certo, derradeiro, dereitureiro, duradeiro, estrangeiro, faagueiras, falseiro, herdeyra, justiceiro, ligeiro, louuadeiro, mentideiro, mentireiro, merceeiro, omezieryra, parceiro, peliteiro, praceiro, parleiro, postumeiro, sabedeiro, solteiro, tenreiro, verdadeiro, vertudeiro, viandeiro, usureiro*.

Soledade (2013, p. 98) observa que, em relação à categoria do *input* dessas instanciações adjetivais, não há uniformidade, admitindo-se os seguintes tipos: (i) verbos (*herdar, falar*); (ii) substantivos (*aguio (agouro), arte, braco, dereitura, faago, justica, mentira, merce, parte, praca, verdade, vertude, vianda, usura*); (iii) adjetivos (*certo, falso, estrangeiro (fr.), leger (fr.), pellax (lat.), postumo, solto, tenro*); (iv) formações participiais (*durado, louuado, mentido, sabido*); (v) locução adverbial (*de retro*); (vi) base presa (*omezi- <lat. homicida*).

Assim, conforme as proposições de Booij (2010), Soledade (2013) sugerirá um esquema de qualidade em que não há especificação de *input* e o *output* é sempre um adjetivo. Essa representação esquemática pode ser vista na Figura 28.

<[[X]i-eir-]Aj↔[qualidade relacionada a SEMi]j>

Figura 28: Esquema construcional X-eir- adjetival (SOLEDADE, 2013, p. 99)

Em relação às 75 construções substantivas, Soledade (2013) propõe que haja quatro esquemas dominantes (AGENTE, LOCAL, OBJETO e ANOMALIA)⁸¹ que podem ser subespecificados por meio de subesquemas. O esquema de agentes, por exemplo, pode se dividir em agente profissional (*albergueyro, armeiro, barbeiro, caleiro, capateiro, carvoeiro, cavaleiro, despenseiro, espingardeiro, estrabeiro, falcoeiro, fronteiros, lagareiro, mercadeiro, monteiro, pessoeiro, pousadeiro*), agente habitual (*conselheiro, companheiro, guerreiro, feiticeira, jornaleiro, mandadeiro, mensageiro, pregoeiros, prisioneiro, quinhoeiro, soldadeira, sorteiro, trombeiro*) e agente vegetal (*maceeira, figueira, oliveira*), como se vê na Figura 29.

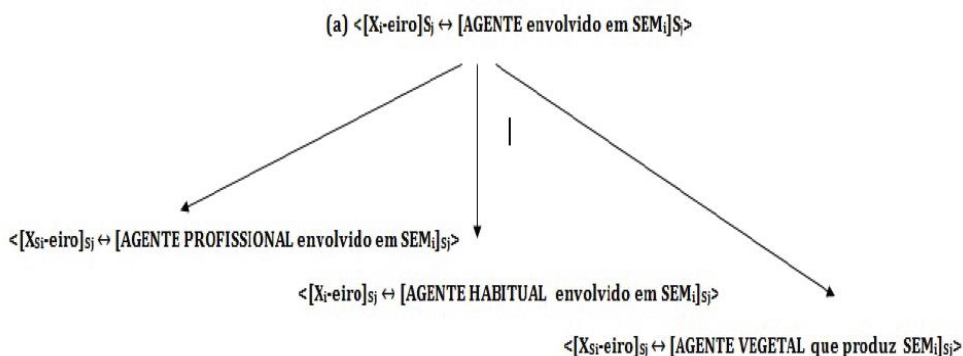


Figura 29: Subesquemas de agente das formações em X-eir- no português arcaico (SOLEDADE, 2013, p. 103)

A categoria de objeto, segundo Soledade (2013), pode ser compreendida por uma extensão metafórica do significado ‘agentivo humano’ no caso dos instrumentos, ou ainda por uma extensão metonímica, considerando a focalização no objeto com que se faz uma ação. Segundo a autora, dois subesquemas distintos e produtivos se associam ao esquema dominante de objeto: ‘instrumento’, com cinco instanciações e ‘recipiente’, com sete. A Figura 30 representa a relação entre esquemas e subesquemas.

⁸¹ A Figura 7, no Capítulo 3 deste trabalho, reinterpreta as categorias semânticas propostas por Soledade (2013, p.100).

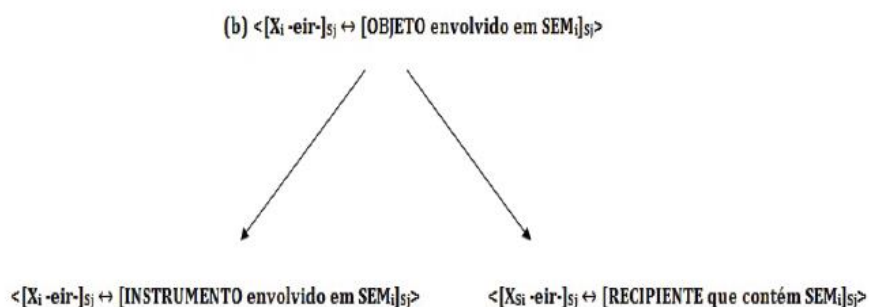


Figura 30: Subesquemas de objetos das formações em *X-eir-* no português arcaico (SOLEDADE, 2013, p. 105)

O esquema de significado locativo é também produtivo no português arcaico, segundo Soledade (2013). Há também dois subesquemas nesse grupo, um com designação de recipiente (*carreira, celeiro, cativeiro, galinheyro, pesqueyra*) e outro de caráter mais relacional com o significado da base (*cabeceira, barreira, costeira, fronteira, outeiro, ribeira, terreiro*). A representação está na Figura 31.

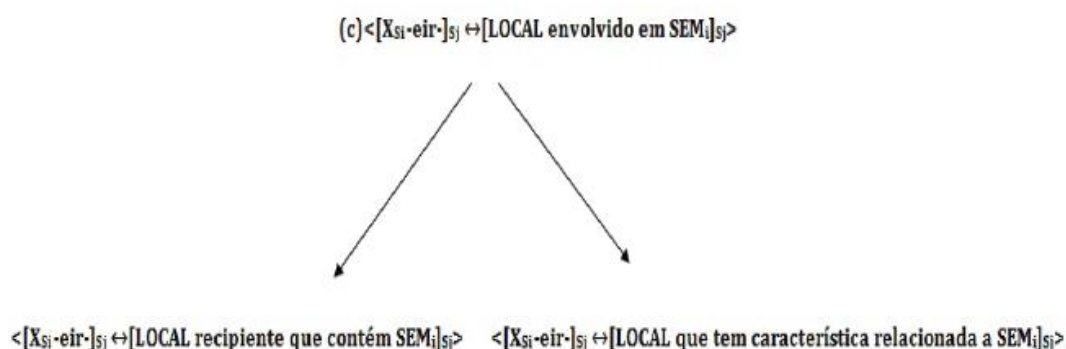


Figura 31: Subesquemas de locativos das formações em *X-eir-* no português arcaico (SOLEDADE, 2013, p. 106)

Por último, nos dados do português arcaico, registrados por Soledade (2013), há uma única ocorrência relativa à categoria de anomalia, *olheira*. A representação esquemática está na Figura 32.



Figura 32: Esquema construcional *X-eir-* anomalia (SOLEDADE, 2013, p. 107)

Fora da seara cognitivista, em um viés histórico *stricto sensu* que vai muito além do português arcaico, Viaro (2006, 2008, 2010c, 2011a) produziu uma série de trabalhos no formato artigo que, mais tarde, culminaria em sua tese de livre-docência, intitulada *A derivação sufixal do português: elementos para uma investigação semântico-histórica*. Em

seus textos, Viaro defende um conceito de língua pautado na sua historicidade, contrariando não só a visão de primazia dos estudos sincrônicos, defendida por estruturalistas e ratificada por gerativistas, mas também a concepção de falante-juiz que, baseado na sua competência linguística, determina quais estruturas são gramaticais na sua língua e ainda quais palavras vieram antes e quais vieram depois, por meio das formulações de RFPs. Para Viaro, essas hipóteses nem sempre acompanham a trajetória que se constata na investigação histórica da língua. Por exemplo,

com base na intuição, ninguém discordaria que *colar* → *colação*, mas do ponto de vista histórico, *colação* é muito mais antigo, pois vem do latim *collatio*, derivado de *collatus*, particípio de *conferre*. O verbo *colar*, criado analogicamente, surgiu depois. Dessa forma, a RFP é exatamente o inverso da postulada [...]. (VIARO, 2006, p.2)⁸²

Daí o autor entende que a competência lexical do falante não pode ser o único objeto da observação morfológica, pois as estruturas linguísticas são, em sua maioria, herdadas historicamente, tendo o falante atual pouca participação no processo. Além disso, não levar em consideração o fator diacronia pode gerar equívocos de análise, atribuindo à sincronia fatos que já se constata na língua enquanto instituição histórica.

Em relação ao sufixo *-eiro*, Viaro (2006, 2011b) trabalhou, inicialmente, com 4467 palavras que contenham esse segmento fônico. Todas foram extraídas do Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2001), mas

Excluindo os casos de justaposição não-analisáveis (como *atum-verdadeiro*, *bicho-barbeiro*, ou seja, que têm elementos repetidos no *corpus*, mas não outros como *roupa-velheiro*, *são-joaneira*, que não têm), os casos de composições óbvias (como *bioengenheiro*, *aeropioneiro*), prefixações facilmente parafraseáveis (são excluídos casos como *antibrasileiro*, *antecordilheira*, mas não *desempenadeira*, *despenhadeiro*), redobros (*cheira-cheira*), bem como as variantes ortográficas e regionais da mesma palavra (*samaumeira*, pois já há *sumaumeira*), além dos casos de pseudo-homônimos (*cortadeira*, como redução de *formiga-cortadeira*) chega-se, numa primeira avaliação, que ainda não exclui erros de avaliação, a 3718 ocorrências. (VIARO, 2006, p. 4).

O autor (p. 4) considera também as realizações atestadas em textos escritos que perfazem um conjunto de 120 palavras. Entre as mais frequentes, estão: *primeiro*, *brasileiro*, *janeiro*, *maneira*, *dinheiro*, *companheiro*, *estrangeiro*, *inteiro*, *verdadeiro*, *cadeira*, *guerreiro*, *cavaleiro*, *madeira*, *financeiro*, *conselheiro*, *carreira*, etc. Há também, nesse conjunto, palavras tidas como raras, como *joaneira*, *soeiro*, *reposteiro*, *outeiro* e *serapilheira*. A partir

⁸² Grifos do autor

desses dados levantados, Viaro (2006) discute, pelo menos, quatro questões: (i) a questão da segmentação; (ii) a questão da frequência de uso; (iii) a questão da consciência do falante; e (iv) a questão da diacronia.

A questão da segmentação discutida retoma o método consagrado na teoria estruturalista para a análise morfológica. Embora Viaro reconheça que esse método tenha contribuído com excelentes soluções analíticas, sinaliza que certos problemas se mantiveram como não resolvidos. Um desses é a natureza dos significados dos sufixos. O autor exemplifica a questão, mostrando que

De *sapato* deriva-se *sapateiro*, assim como de *sal* sai *saleiro*. Referencialmente, nada haveria de comum entre uma coisa e outra, pois *sapato* é um objeto e *sapateiro* uma pessoa, e, apenas a partir do radical *sapat-* ou *sal-*, teríamos, com o auxílio do sufixo, uma associação obscura de atos ou fatos de alguma forma relacionados, ainda que vagamente. (VIARO, 2006, p. 5)⁸³.

Para além desses casos, o autor destaca os problemas relacionados ao significado da base em palavras, como *marceneiro e carpinteiro*, cujos radicais são opacos, mas que, ainda assim, são interpretadas como profissões. Ou ainda casos, como o de *chiqueiro*, em que o sufixo *-eiro* tem o mesmo significado que em *galinheiro*, mas o falante sincrônico nem sempre sabe a que se refere a base *chic-*. A partir desses casos, Viaro (2006), com base em Villalva (2000), sugere que o sufixo “carrega a maior quantidade de significado e isso parece ser confirmado fonologicamente pelo acento tônico” (VIARO, 2006, p.5).

Diante dessa situação, Viaro (2006, p.5) entende que a palavra derivada pode ter três níveis de significação: o *significado da base*, que, em muitos casos, é apagado com o tempo, o *significado do sufixo*, que, quando perde a prolificidade, pode se tornar também opaco, e o *significado total da palavra derivada*, muitas vezes imprevisível. O autor exemplifica com *pedreiro*, que tem a raiz *pedr-*, mas não significa que esse agente só trabalhe com pedra, assim como a *leiteira* não ferve somente *leite*. Assim, sobre essas relações de significado pautadas na comutação mórfica, Viaro considera que “o momento da criação neológica do vocábulo, normalmente perdido, envolve também fatores sociolinguísticos de natureza variada. Uma vez criada a palavra, a atuação de metáforas é inevitável” (VIARO, 2006, p.5).

No que diz respeito à frequência de uso, Viaro (2006) entende que, subjetivamente, uma palavra é frequente quando é conhecida por muitos ou todos os falantes da língua e isso se baseia na experiência de uso de cada um. Nesse sentido, o conceito de frequência conflui

⁸³ Grifos do autor.

com o de usualidade. De um ponto de vista mais objetivo, a palavra é frequente se, nos *corpora*, ela se realiza muitas vezes. O problema desse critério objetivista, segundo o autor, é que a natureza do texto é apagada nesse tipo de investigação, uma vez que certas palavras podem aparecer em todo tipo de texto, enquanto outras não. Nesse quesito, aborda-se o texto na sua dimensão histórica e sociolinguística e o “trânsito intertextual de algumas palavras poderia permitir que as denominássemos de ‘frequentes’, mas estamos diante de outro comportamento [...]” (VIARO, 2006, p. 6), ao qual o autor dá o nome de *pantextualidade*.

Igualmente etiquetas dadas a algumas palavras, problema comum dos lexicógrafos, que precisam chamá-las de *familiares, populares, chulas, regionais, poéticas, arcaicas* entre outros rótulos, estão associadas ao problema da tipologia textual, uma vez que, se percebe, pela intuição sobre sua frequência usual, que essas palavras não têm frequência pantextual. O problema da frequência só será resolvido quando se houver uniformidade na questão tipológica dos textos. Sem dados seguros e objetivos sobre a frequência das palavras, dificilmente se poderá criar regras seguras para a derivação, antes se prosseguirá com o uso das regras tradicionais como a da primitividade do infinitivo [...]. (VIARO, 2006, p. 6)

Para Viaro (2006), na questão relacionada à consciência do falante, excluem-se o estudo histórico e o estudo da pantextualidade, mencionado acima, pois a investigação pautada na competência linguística do falante deve levar em consideração apenas a sua intuição, ou seja, a usualidade. Com base nas 120 palavras em *-eiro* coletadas em textos, o autor faz um teste informal com um informante de nível superior, com doutorado em Letras, e esse revela que não consegue detectar a base em 38 casos (31,7%). “Em alguns casos, a derivação assume posições interessantes: afirmou que *gelo* → *geladeira*” (VIARO, 2006, pp.6-7)⁸⁴. Viaro justifica que esse caso diz respeito à frequência de uso na experiência desse falante, pois a palavra *gelo* é retomada mais rapidamente na memória do falante do que o verbo *gelar*, sob a forma participial *gelado*.

Outras situações que causaram dúvida no informante foram as seguintes derivações: *engenho* → *engenheiro*, *cruz* → *cruzeiro*, *enfermo* → *enfermeiro*, *carta* → *carteira*, *barro* → *barreira*, *solto* → *solteiro*, *cocho* → *cocheiro*, *travessa* → *travesseiro*, *tesoura* → *tesoureiro*, *carne* → *carneiro*, *caldo* → *caldeira*, *trincar* → *trincheira*. (VIARO, 2006, p.7)⁸⁵

Com essas avaliações do informante, Viaro (2006) mostra o quão subjetiva pode ser a avaliação de um falante que se pautar pela sua experiência de uso. Isso daria conta de explicar, segundo o autor, que outros falantes não teriam dúvidas em casos como *enfermo* → *enfermeiro*,

⁸⁴ Grifos do autor

⁸⁵ Grifos do autor

ou sugerissem outra via formativa, como *tesouro* → *tesoureiro*, ou ainda não vissem derivação em *cruz* → *cruzeiro*. Dando prosseguimento ao teste, Viaro sinaliza ainda as situações em que o informante sugeriu a necessidade de muitos processos fonológicos para explicar a derivação:

companhia → *companheiro*, *três* → *terceiro*, *mar* → *marinheiro*, *carpir* → *carpinteiro*, *brigar* → *brigadeiro*, *correr* → *carreira*, *cheirar* → *cheiro*, *rio* → *ribeiro*, *beirada* → *beira*, *cavalheirismo* → *cavalheiro*, *herança* → *herdeiro*, *palmito* → *palmeira*, *par* → *parceiro*, *ribeirão* → *ribeira*, *frei* → *freira*. (VIARO, 2006, p.7)

Na última questão destaca por Viaro (2006) e que se relaciona à diacronia, observa-se que a produtividade do *-eiro* advém, em grande medida, de palavras geradas pelo sufixo latino *-arius*. Diante disso, o autor suscita a problemática da continuidade diacrônica: “como o sufixo sobreviveria *como o mesmo* dentro de dois sistemas distintos? Essa contradição eliminaria a distinção entre o sistema do português e do latim, criando, aparentemente um absurdo” (VIARO, 2006, p.7). A solução dada é pensar que, nas abordagens comparativas entre português arcaico e português contemporâneo, fala-se em duas etapas da língua e o mesmo deve ser considerado nesses casos. Em suma, o elemento diacrônico cria outro método de análise que, em muito, se difere da abordagem pautada na competência lexical, pois insere a etimologia como um critério observacional. Assim,

entre as mais de três mil palavras que sobraram do Houaiss, 80 delas não passam rigorosamente sob esse crivo: *cathedram* > *cadeira*, *materiam* > *madeira* etc. ou têm origem obscura (*sueira*, *queira*, *adeira* etc.), número que se pode considerar muito baixo (2,15%), mas não totalmente desprezível para problemas de Estilística. Das 38 ocorrências de indefinição da palavra-base pelo falante no teste, excluindo os 5 casos já citados de palavras raras, cujo significado total não foi compreendido, constatou-se que 13 casos tampouco se justificavam diacronicamente (*inteiro*, *cadeira*, *madeira*, *mosteiro*, *Vieira*, *feira*, *esteira*, *mosteiro*, *capoeira* e os dias da semana), um é problemático (*algibeira*), dois remontam a étimos hipotéticos (*cordeiro*, *derradeiro*), ao todo, 39,4% da lista, outros 5 casos eram de estangeirismos (*maneira*, *estrangeiro*, *bandeira*, *fronteira*, *ligeiro*) e os restantes 12 casos eram antigas palavras formadas no latim ou em português antigo (*janeiro*, *fevereiro*, *dinheiro*, *primeiro*, *caveira*, *ladeira*, *cachoeira* e sobrenomes: *Silveira*, *Moreira*, *Teixeira*, *Medeiros*, *Siqueira*). (VIARO, 2006, p.7)

Viaro observa ainda que, dos casos em que o informante não teve problema para detectar a base, 100% eram formações do português, fazendo-o sugerir que palavras transparentes dão ao falante maior grau de certeza na determinação/reconstrução da base, ao passo que, nas construções em que as bases são opacas, há uma dúvida maior sobre a presença do sufixo, ainda que o estudo diacrônico possa apontá-lo. Daí a inserção da etimologia como

critério de análise morfológica, ainda que com os seus problemas teórico-epistemológicos, ajuda não só nesses casos de opacidade semântica das bases, mas também na exclusão do julgamento de que uma palavra ser mais antiga ou mais recente, pautando-se somente na competência do falante.

Por fim, o trabalho de Viaro (2006, 2011b), a partir dessas considerações sobre a diacronia e com base nas datações fornecidas pelo Dicionário fornece uma esquematização genealógica dos significados do sufixo, intentando-se explicar qual a via provável de sua evolução, esteando-se na argumentação de Heine & Kuteva (2002) de que, embora as mudanças semânticas estejam estritamente ligadas a fatores socioculturais, parece haver algo de universal e unidirecional nesses processos. A proposta de Viaro se pauta em conjuntos de paráfrases aos quais tentou se estabelecer, aqui, uma correspondência com as categorias recorrentemente usadas nos trabalhos de morfologia que englobe a interpretação do significado. No Quadro 22, estão as acepções propostas por Viaro conforme as paráfrases em que V é um verbo e X é um nome (substantivo ou adjetivo).

Código	Paráfrase	Exemplos	Correspondência
A	que é de X	verdadeiro, costumeiro, costeiro, aduaneiro, financeiro	qualidade relacional/relativa
B	pessoa que V X	vaqueiro, sapateiro, fiandeira, toureiro, leiteiro	agente profissional
C	pessoa que V com frequência	parideira, namoradeiro, armadeira, dadeira, poedeira	agente habitual
D	pessoa que (gosta de) V X	noveleiro, beijoqueiro, mexeriqueiro, forrozeiro, maconheiro	agente habitual
E	pessoa que provém de X	campineiro, brasileiro, mineiro, pantaneiro	agente gentílico
F	árvore que produz X	pereira, pitangueira, figueira, cajueiro, mangabeira	agente vegetal
G	que é X	canhotoiro, grosseiro, certoiro, raseiro	qualidade ressaltada
H	pessoa que V em X	guerrilheiro, caseiro, mineiro, marinheiro, carcereiro	agente profissional

I	pessoa que possui X	fazendeiro, banqueiro, quitandeiro, granjeiro	agente profissional
J	que está em X	dianteiro, traseira, cueiro (objeto), prisioneiro (pessoa), pulseira (objeto), unheiro (doença)	qualidade relacional
K	objeto em que se V X	cafeteira, manteigueira, farinheira, saboneteira, charuteira	objeto recipiente
L	objeto em que se V	engomadeira, namoradeira, espreguiçadeira, penteadeira, geladeira	objeto funcional (utensílio)
M	objeto em que há X	cancioneiro, fogareiro, braseiro, romanceiro, chaveiro	objeto/noção coletiva
N	lugar em que se X	galinheiro, chiqueiro, mangueira	lugar recipiente/noção coletiva
O	objeto com que se V X	munhequeira, joelheira, caneleira, cotoveleira, tornozeleira	objeto de uso pessoal
P	objeto com que se V	batedeira, frigideira, britadeira, mamadeira, atiradeira	objeto instrumento
Q	lugar em que há muito X	pedreira, formigueiro, vespeira, pulgueiro, puteiro	lugar recipiente/noção coletiva
R	lugar em que há X	letreiro, oveira	lugar recipiente/ noção coletiva
S	muito X	sangueira, cabeleira, poeira, catarreira, buraqueira	excesso
T	pessoa que tem muito X	interesseiro, peidorreiro, fricoteiro, perdigoteiro	qualidade ressaltada
U	X intenso	nevoeiro, aguaceiro, fumaceira, preguiceira	excesso
V	estado em que algo se V intensamente	quebradeira, roubalheira, berreiro	estado/excesso/atitudinal
W	estado em que uma pessoa V intensamente	tremedeira, bebedeira,	estado/excesso/atitudinal

		gemedeira, suadeira	
X	estado em que uma pessoa é X	cegueira, gagueira	estado/anomalia
Y	ato típico de X	tonteira, ladroeira, asneira, bobeira, doideira	estado/atitudinal

Quadro 22: Categorias semânticas propostas por Viaro para as formações *X-eiro* (Esquemático pelo autor em forma de Quadro, a partir de informações vistas em VIARO, 2011b, pp.165-173)

Note-se que, pelo que se vê no Quadro 22, há, da parte de Viaro (2011b), um esmiuçamento demasiado dos significados, pautado nas informações semânticas e morfossintáticas (classes) das bases, pois quando as suas propostas de categorias são correlacionadas àquelas mais usuais nos trabalhos de morfologia, observa-se que há um reagrupamento, como as categorias B, H e I se orientando para o significado de agente profissional.

Quanto aos aspectos semântico-evolutivos, Viaro considera que a formação de adjetivos de carácter relacional é uma característica que o *-eiro* herda do *-arius* latino, por isso, é, desde o seu surgimento, atestada. Esses adjetivos muito usuais na especificação de servos, escravos e soldados do Império Romano, como se vê em *servus coquinarius* (servo da cozinha), são recategorizados como substantivos formadores de agentes profissionais, daí o termo genérico *servus* deixa de ser necessário e o sufixo passa a contemplar essa informação. Com o avançar dos tempos, esses agentivos passam a concorrer com outros, como os habituais, os vegetais, os gentílicos e também os agentes não humanos, casos dos objetos funcionais, como *charuteira*, *saleiro* e *geladeira*, que, segundo Viaro (2006), decorrem da metaforização dos agentes profissionais.

Os locativos (*galinheiro*), por sua vez, foram originados dos objetos funcionais, pois, entre *guardar*, *alocar* e *reunir* eram algumas das funções que esses objetos tinham. Por uma via metonímica de conteúdo pelor recipiente, gera-se o significado *coletivo* (*formigueiro*, *vespeiro*, *cabeleira*) que ressalta a noção de quantidade. Essa noção, pela proximidade com a ideia de intensidade, faz surgir um significado *intensificador* (*nevoeiro*, *poeira*). Por último, o sufixo adquire o que o autor chama de *traço multicausal de pejoratividade*, que se associa a substantivos concretos (*planeiro*) e abstratos (*bandalheira*, *choradeira*), sobretudo a doenças e outras anomalias (*canseira*, *gagueira*, *pasmaceira*).

Uma representação gráfica para esse processo evolutivo proposto por Viaro (2006, 2011b) está na Figura 33.

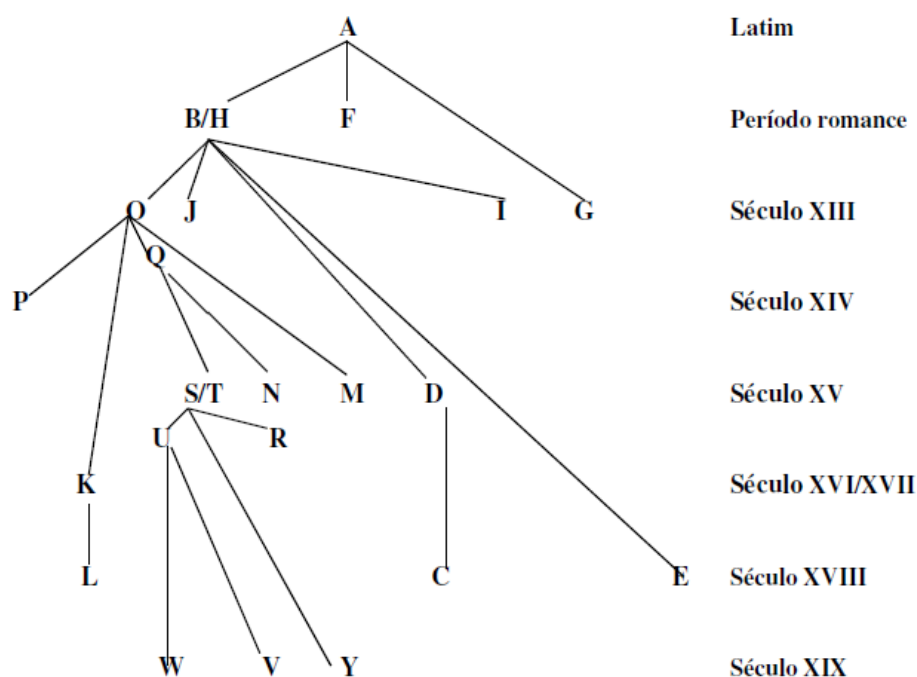


Figura 33: Transformações do sufixo *-eiro* (VIARO, 2011b, p. 176)

O último trabalho aqui analisado é o artigo *Mudança genolexical: teoria e realidade*, de Rio-Torto (2008). A autora intenta discutir como os modelos teóricos têm abordado a mudança linguística, sobretudo no que diz respeito aos processos de formação de palavras, pois, no seu entendimento, teorias sequencialistas, como as propostas a partir da visão de gramaticalização de Givón (1979) e de Heine *et al* (1991), não dariam conta da enorme gama de fatores que alteram os valores das unidades linguísticas e precisam ser testadas com base em dados empíricos. Assim, Rio-Torto (2008), mantendo-se em um viés historicista, analisa as palavras formadas com o sufixo *-eir-*, a partir de : (i) dados levantados no *Corpus do português* (organizado por Michael Ferreira e Mike David), que engloba fontes documentais entre os séculos XIII e XX,; (ii) dados de fontes documentais analisados por Soledade (2005) para o português arcaico; e (iii) os dados dos trabalhos empreendidos por Viaro (2002, 2007), também em uma abordagem diacrônica.

O ponto de partida do estudo de Rio-Torto (2008) é a crítica aos modelos dicotômicos unidirecionalistas (*lexicalização* → *gramaticalização*; *gramaticalização* → *pragmatização*) que, segundo a autora, são reducionistaistas, ao não viabilizarem uma maior articulação entre os diferentes módulos/componentes da língua. Assim, seria preferível uma concepção de gramática como a proposta por Jackendoff em que há maior interação entre esses módulos, encarando, de maneira não linear, “a gramaticalização, a lexicalização e bem assim outros

processos de alteração do estatuto ou dos valores semióticos das unidades linguísticas” (RIO-TORTO, 2008, p. 226).

Na visão de Rio-Torto (2008), os principais problemas desses modelos unidirecionalistas e sequencialistas, para a aplicação aos dados que analisa, são: (i) a desconsideração de outros níveis de organização da língua que não sejam a gramática e o léxico, como no caso da semântica e da pragmática, que também têm interferência no processo de mudança linguística; e (ii) a dificuldade para explicar fenômenos “de coexistência e/ou sobreposição de conteúdos subjectivos, de tipo avaliativo e/ou de modalização, com conteúdos denotacionais mais específicos, como os locativo, colectivo, instrumental, agentivo” (RIO-TORTO, p. 226).

Sobre as construções *X-eir-*, a autora entende que o esquema unidirecional proposto por Heine *et al.* (1991, 157) PERSON-OBJECT-ACTIVITY/PROCESS-SPACE-TIME-QUALITY, ainda que, de maneira sequencialista, pode refletir aspectos semânticos desse processo formativo. Ainda assim, não de maneira completa, uma vez que as noções de intensidade, de avaliação e de expressividade, como pode se ver em *bigodeira*, *discurseira*, *snobeira*, não estão ali previstas e representam uma importante fonte de criação lexical dessa construção no português.

Em relação às classificações semânticas, Rio-Torto (2008) tende a manter as classificações propostas por Viaro (2007), apenas subdividindo a acepção que o autor chamou de *multicausal de pejoratividade* em quatro: (i) *propriedades e atitudes (baboseira, parvoeira)*; (ii) *processos (barulheira, tosseira)*; (iii) *estados (nervoseira, preguiçeira)*; e (iv) *fenômenos meteorológicos (caloreira, inverneira)*. O aspecto central desse trabalho está na crítica à aplicação dos modelos que propõem evoluções unidirecionais das conceptualizações, metáforas e metonímias envolvidas em processos cognitivos que implicariam um suposto encadeamento lógico de organização mental das unidades linguísticas, pois, para a autora, os dados analisados revelam que não há correspondência entre a realidade empírica observada e a explicação de base cognitivista aventada, “uma vez que a deriva semântica proposta não corresponde à cronologia de uso do sufixo, nem incorpora o percurso das co-ocorrências efetivamente registradas.” (SOLEDADE, 2013, p. 93-94).

5 METODOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DOS *CORPORA*

Como acontece na maioria dos trabalhos em Linguística, antes de se apresentar a contribuição analítica da pesquisa, explica-se o percurso metodológico seguido pelo pesquisador, o que inclui a constituição dos *corpora* que foram observados e o tratamento dado a esses até se chegar aos resultados.

A metodologia de uma pesquisa não deve ser pensada de maneira rígida, seguindo premissas normativas que sejam indiferentes ao contexto do trabalho, bem como aos dados observados, ou ainda isentando-se de concepções teóricas, na suposição de que esse momento tenha um caráter mais prático e menos reflexivo. Ao contrário, pensar a metodologia deve pressupor uma quebra da dicotomia ‘teoria *versus* prática’ e considerar tudo o que se discutiu de teoria e que servirá de base para a análise empreendida.

No que tange à constituição dos *corpora* de trabalho, em se tratando de uma pesquisa que comunga a LH *stricto sensu*, nos termos de Mattos e Silva (2008), e a LC, que tem investido em um modelo linguístico centrado no uso, é fundamental que se faça um detalhamento, considerando o valor documental dos textos de onde os dados foram extraídos. Para a LH, a documentação cumpre um papel de destaque. Como observa Paixão de Sousa (2006), para além das questões da lacunaridade do registro escrito, os documentos podem ajudar a evitar o caráter dedutivo/indutivo das análises, como acontecia com a produção dos linguistas do século XIX, que se norteavam por uma abordagem mais experimental e menos documental. Do ponto de vista da LC, é o acesso a esses textos que permite entender melhor o uso das palavras no período.

Nesse contexto, é preciso ressaltar outra observação feita por Paixão de Sousa (2006), por quem se vê que a dicotomia “tempo do conhecimento *versus* tempo do acontecimento”, muito debatida pela ciência História, tem se lançado também sobre a LH. Daí, a partir do entendimento de que a “História não se ocupa da reconstituição dos acontecimentos no tempo, mas sim das possibilidades de articulação entre o acontecer e o conhecer” (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 44), pode-se assumir, em se tratando de análises linguísticas, que essas não refletem e nem devem querer refletir exatamente o que aconteceu em momentos mais recuados da língua, pois são, segundo essa autora (p. 42), análises teóricas que não se inserem obrigatoriamente no eixo da vivência empírica.

Nesse sentido, destaca-se a fala de Mattos e Silva (2008b) no prólogo do livro *O português arcaico: uma aproximação (Volume 1: Léxico e morfologia)*, em que a autora procura esclarecer a motivação para o título.

Por que *uma aproximação*? Na primeira redacção do projecto deste livro, utilizei como título “O português arcaico – uma introdução”. Contudo, a escolha de *uma introdução* pareceu-me que pretendia estabelecer *verdades* sobre o período focalizado. O que pretendo, contudo, é, com base no já existente e nas pesquisas desses últimos anos, com novos dados e renovadas interpretações, *aproximar-me* dos factos linguísticos desse período recuado no tempo. (MATTOS E SILVA, 2008b, p. 13)⁸⁶

A partir dessa citação de Mattos e Silva (2008b), ratifica-se a ideia de que a análise linguística de um período recuado na língua não conseguirá remontar exatamente o que aconteceu naquele contexto linguístico-histórico. Mesmo com o avanço das pesquisas na História, na LH e na Filologia, que podem garantir aproximações mais apuradas dos fatos linguísticos de períodos antigos, é preciso sempre lembrar que essas nunca deixarão de ser aproximações/interpretações que acontecem no plano do conhecimento do pesquisador/observador, e não como um relato fidedigno do acontecimento.

Como esta pesquisa se lança a descrever uma trajetória de uma construção sufixal que tem origem no latim, sob a forma *X-ārīu*, e chega ao português arcaico (PA) como *X-eir-*, a constituição dos *corpora* e o tratamento analítico envolvem, de imediato, dois instantes, ainda que, para fins de análise, se busque uma certa unificação linear desse percurso histórico, sob a justificativa de se melhor visualizarem as heranças e as mudanças ocorridas nessa trajetória.

Nesse momento, cabe retomar a observação de Mattos e Silva (2008a), a partir de argumento de Foucault (1972), de que a história não se faz em uma linha temporal reta, mas em um emaranhado de linhas temporais, o que sugere que essa linearidade não existe no plano da história das pessoas, tampouco das línguas. Entretanto, o trabalho em LH, como observa Paixão de Sousa (2006), pelo fato de metodologicamente tender a observar o tempo cronologicamente marcado, faz parecer que essa linearidade existe. Tudo isso ajuda a ratificar que o trabalho em LH, logo em Morfologia Histórica também, é desenvolvido sempre no plano do tempo do conhecimento, o tempo do pesquisador, jamais no plano do tempo do acontecimento.

Outro fato que precisa ser destacado a respeito do que se concebe acerca de uma pesquisa em LH é a dimensão dos *corpora* e a capacidade de eles refletirem um fato linguístico. Por mais exaustivo que seja o levantamento de dados, a análise empreendida

⁸⁶ Grifos da autora.

sempre dará conta de uma visão parcial do fenômeno e isso, de certa maneira, está relacionado ao que Paixão de Sousa (2006) mencionou como sendo a lacunaridade da escrita, que, embora seja o único meio que viabiliza o acesso à língua latina e ao português arcaico, não permite registrar todas as etapas e todas as nuances da evolução de um acontecimento linguístico.

Diante do que foi até aqui discutido, que sejam apresentados os percursos metodológicos para a constituição dos dados de análises tanto do latim quanto do PA.

5.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE LÍNGUA LATINA

Para a coleta dos dados do latim, escolheu-se como fonte o dicionário bilíngue *Dicionário Escolar Latino-Português*, de Ernesto Faria (1994), que possui 577 páginas com verbetes em latim traduzidos para o português. O uso desse tipo de dicionário em uma abordagem sobre a língua latina, seja para o ensino, seja para a pesquisa, apresenta certas barreiras. Longo (2006), em sua dissertação de mestrado, intitulada *Ensino de latim: problemas lingüísticos e uso de dicionário*, se voltou para essas questões.

No capítulo *O dicionário de latim como instrumento de recepção escrita*, Longo (2006) começa se perguntando sobre o motivo que faz as pessoas consultarem um dicionário e, imediatamente, responde que deva ser a busca por definições semântico-referenciais das palavras, mas admitindo que uma consulta desse tipo possa fornecer também “informações sobre usos, ortografia, classe gramatical e, dependendo de sua tipologia, até dados sobre pronúncia e etimologia” (LONGO, 2006, p. 39).

Essa busca pelo semântico-referencial, no entanto, se torna, de certa maneira, *esquizofrênica*, em se tratando de um dicionário latim-português, como observa Longo (2006). Uma vez que se assuma a funcionalidade de esse tipo de dicionário viabilizar informações que traduzam, na língua de chegada (o português), um conceito que se expressava na língua de partida (o latim), nem sempre é possível se proceder dessa forma, pois, como lembra a autora, tendo o conhecimento sobre a língua latina ficado restrito à recepção escrita, e também considerando a impossibilidade de se acessar, diretamente, a realidade social da época, as informações dadas por esses dicionários não têm o mesmo nível de praticidade que um dicionário da língua contemporânea.

Um dos momentos em que essa situação se tornou clara durante a pesquisa foi diante da palavra *elementārius, -ī*, traduzida por Faria (1994) como *pedagogo*. Pois um problema se

coloca em relação a essa informação semântico-referencial, uma vez que não se pode conceber esse pedagogo medieval em função do pedagogo contemporâneo⁸⁷. Nisso, incorrem não só a necessidade de se estar comprometido com os desafios da LH, mas também a importância de atrelar o conhecimento enciclopédico à pesquisa linguística.

É sabido que os dicionários de língua latina refletem sempre sobre o chamado latim clássico que, segundo Silva Neto (1952, 1957) e Carvalho & Nascimento (1971), diz respeito à forma que ganhou registro escrito e que se estereotipou como a língua dos literatos e de bom uso, sendo então a língua usada nas escolas e Academias e na escritura das leis. Por outro lado, a forma vulgar, ainda conforme Silva Neto (1952, 1957) e Carvalho & Nascimento (1971), diz respeito a uma gama de dialetos utilizados pela classe média (latim familiar), classe baixa (latim plebeu), soldados (latim castrense), marinheiros (latim náutico), operários (latim proletário) e camponeses (latim rural), conviveu sempre paralelamente à vertente escrita e, justamente, dessas muitas variedades é que se desencadearam as línguas românicas, como o português, o francês, o espanhol e o galego.

Embora se reconheça que foi o latim vulgar, forma de uso corrente, que evoluiu para as línguas românicas, a historiografia que se faz da língua latina se concentra no latim clássico, como se pode ver nas explicações dadas por Faria (1994), esquematizadas no Quadro 23, em que a periodização está de acordo com a produção escrita na língua.

Nome e duração do período	Características literárias	Personalidades, documentos e tendências marcantes
Período proto-histórico (séc. VII ? - 240 a.C.)	Primeiros documentos escritos	Fíbula de Preneste (séc. VII?)
		Cipo do Forum (séc. VI ou V?)
		Vaso de Duenos (séc. IV?)
Período arcaico (240 a.C. - 81 a.C.)	Textos literários	Lívio Andronico (produção 240 - 207 a.C.); poesia épica e dramática
		Névio (produção 235 - 204 a.C.); poesia épica e dramática
		Plauto (n. 254? a.C - m. 184 a.C.); comédias

⁸⁷ O pedagogo contemporâneo no Brasil é alguém que se forma em um curso universitário de Pedagogia e que, depois de formado, converte-se, fundamentalmente, em um professor generalista das primeiras séries do ensino fundamental. Por sua vez, o *elementarius* (o pedagogo latino, segundo Faria, 1994) era uma espécie de professor particular ou que trabalhava numa instituição escolar básica, geralmente um escravo ou um homem livre, responsável pelo ensino da leitura e da escrita, bem como da aritmética elementar às crianças romanas a partir dos seis ou sete anos, como explicam Grant & Kitzinger (1988). Considere-se ainda que a palavra *paedagogus* designava o escravo responsável por acompanhar as crianças até a escola e ajudá-las com as lições.

		<p>Ênio (n. 239 - m. 169 a.C.); poesia épica, dramática e lírica</p> <p>Terêncio (n. entre 190 a 195 - m. 159 a.C.); comédias</p> <p>Lucílio (n. ? - m. 103 a.C.); criação da sátira</p> <p>Catão (n. 234 - m. 149 a.C.); criação da prosa literária</p>
	Textos epigráficos	<p>Epitáfios dos Cipiões</p> <p>Senatus Consultum de Bacchanalibus, 168 a.C.</p> <p>Sententia Minuciorum, 117 a.C.</p> <p>Lex Cornelia, 81 a.C.</p>
Período clássico (81 a.C. - 17 p.C.)	Século de Cícero (A prosa chega à perfeição com Cícero e César)	Cícero (n. 106 - 43 a.C.) - em 81 faz seu primeiro discurso; apogeu da eloquência e da prosa latina
		César (n. 101 - m. 44 a.C.) - juntamente com Cícero, é o padrão da prosa clássica
		Salústio (n. 86 - m. 35 a.C.); apogeu da historiografia.
		Lucrécio (n. 98? - 35 a.C.); apogeu da poesia filosófica. Com Cícero, o criador da língua filosófica
		Catulo (n. 87 ou 86 - m. 55 a.C.); introdutor de vários metros gregos em latim
	Século de Augusto (A poesia chega à perfeição com Vergílio, Horácio e Ovídio)	Vergílio (n. 71 ou 70 - m. 19 a.C.); apogeu da poesia pastoril, épica e didática
		Horácio (n. 65 - m. 8 a.C.); imitação da poesia métrica e lírica; introdução de metros gregos e aperfeiçoamento de outros já existentes em Roma
		Cornélio (n. 69 - m. 26 a.C.); criador da elegia romana
		Tíbulo (n. 50 - m. 19 a.C.); poesia elegíaca
		Propércio (n. 47? - m. 15? A.C.); poesia elegíaca
Ovídio (n. 43 - m. 17 p.C.); último dos poetas clássicos; perfeição técnica do hexâmetro		
		Tito Lívio (n. 64 ou 65 - m. 17 a.C.); o último dos prosadores romanos

Período pós-clássico (17 p.C - séc. V)	Século I e início do século II. Surgem numerosos poetas e prosadores não originários da Itália, cuja língua começa a diferir dos moldes clássicos	Fedro; natural da Trácia, introdutor da fábula esópica
		Sêneca (n. ? - m. 65 p.C.); natural da Espanha, enriquece a língua filosófica
		Lucano (n. ? - m. 65 p.C.); natural da Espanha, tenta renovar a épica latina
		Petrônio (n. ? - m. 65 p.C.); cria o romance satírico-picaresco na literatura latina
		Plínio, o Velho (n. 23 - m. 79); natural de Como, enriquece a língua científica.
		Quintiliano (n. 30 ? - 95); natural da Espanha, tenta restabelecer a eloquência ciceroniana
		Marcial (n. 40 - m. 104); natural da Espanha, dá ao epigrama grande perfeição artística
		Tácito (n. 55 - m. 120); historiador de grande visão, criou uma forma literária nova
		Plínio, o Jovem (n. 62 - m. 113); natural da Cisalpina, prosador mais característico da época
		Século II ao século V. Cada vez mais se acentua a interferência da língua corrente na língua literária

		<p>A literatura profana deste século apresenta dois nomes dignos de destaque: A. Marcelino, o último historiador notável de Roma; Cláudio Claudiano, egípcio, o último grande poeta a serviço de uma língua quase clássica.</p>
		<p>Século V. Últimos prosadores e poetas latinos. Com as invasões e o desmembramento do Império, avizinha-se a Idade Média.</p>

Quadro 23: Periodização da língua latina (Esquematizado em Quadro pelo autor, a partir de textos de FARIA, 1994, pp. 13-14).

Em relação a essa periodização, o dicionário de Faria (1994) tem variadas fontes de averbação. São elas: (i) os textos literários do período arcaico, como os de Plauto, Terêncio, Catão, Ênio e Lucílio; (ii) a prosa e a poesia do período clássico, em que se destacam Cícero, César, Catulo, Vergílio, Horácio e Ovídio, entre outros; e (iii) produções do período pós-clássico, como a *Vulgata*, de São Jerônimo, e textos de Petrônio, Quintiliano, Plínio, o Jovem, Plínio, o Velho, entre outros.

A coleta realizada para esta pesquisa, no entanto, listou as palavras, sem levar em consideração o período ao qual se vincula o texto dado como abonação. Nesse sentido, não há compromisso com questões relacionadas à datação, nem o estabelecimento de um quadro semântico-evolutivo dentro da língua. Optou-se, portanto, por uma listagem mais unificada em que os vocábulos encontrados integram o acervo do latim, sem entrar em maiores detalhes.

Em relação ao procedimento de coleta, observou-se que o dicionário de Faria (1994) segue a norma da tradição lexicográfica latina. Os substantivos se apresentam no caso nominativo, seguido do caso genitivo, enquanto os adjetivos, na maioria dos casos, são apresentados nos gêneros masculino, feminino e neutro, nessa ordem, como se pode ver na Imagem 1, em que se apresentam o substantivo *ardūum*, *-ī* e o adjetivo *ardūus*, *-a*, *-um*.

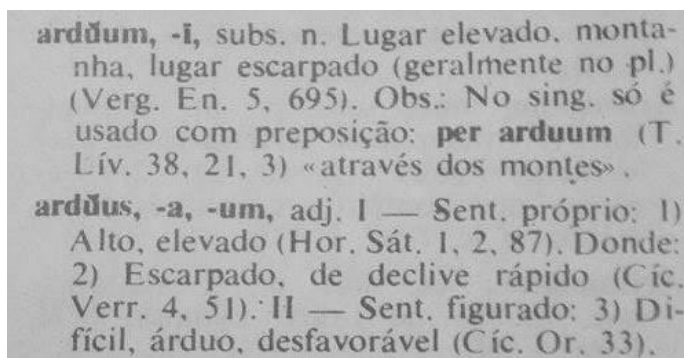


Imagem 1: Apresentação de verbetes em dicionários de língua latina (FARIA, 1994, p. 59)

A importância de explicitar como se encontram os verbetes na língua latina se dá pelo fato de as construções *X-ārīu* ora se apresentarem como formadoras de substantivos, ora como formadoras de adjetivos. Além disso, há algumas questões relacionadas ao modo como a informação de gênero, que, em latim, tinha um sistema tricotômico (masculino, feminino e neutro), interferia no significado. Isso pode ser visto na Imagem 2, que apresenta um grupo de verbetes com a mesma raiz morfológica e grupo sufixal.

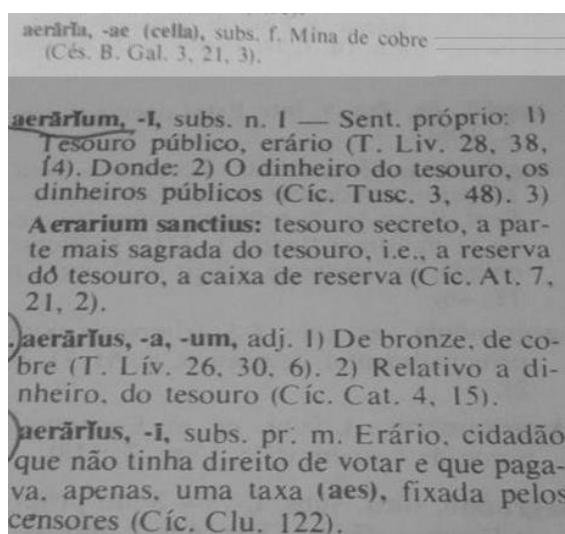


Imagem 2: Verbetes *X-ārīu* no dicionário de Ernesto Faria (FARIA, 1994, p. 32)

Observa-se, com os verbetes destacados na Imagem 2, que, em alguns casos, um elemento sufixal, como vogal temática, morfema de gênero e de caso, pode modificar, de maneira impactante, o significado de uma palavra. Assim, embora haja *aerārīus, -ī*, como o cidadão que pagava uma taxa, a forma *aerārīa, -ae* não, obrigatoriamente, significa a cidadã que paga a mesma taxa, sendo, nesse caso, uma mina de cobre, o que mostra que as palavras seguiram percursos semântico-históricos diferentes. Há, entre os dados coletados, muitas situações que envolvem flexão de gênero, mas, diante do observado, deve-se tomar cuidado para que isso não seja tomado como uma regra.

Assim, foram consideradas para a constituição do *corpus* de língua latina todas as formas, com as seguintes configurações sufixais e declinatórias:

- a. *X-ārīa, -ae*
- b. *X-ārīum, -ī*
- c. *X-ārīus, -a, -um*
- d. *X-ārīus, -ī*

Tomadas essas bases, chegou-se a um *corpus* constituído de 246 palavras derivadas pela construção *X-ārīu* no latim. Essas formas foram catalogadas no programa Microsoft Excel 2007 e, com o uso da ferramenta *Filtro*, foram organizadas, considerando as seguintes informações: (i) palavra derivada atestada; (ii) classe de palavra; (iii) significado da palavra derivada; (iv) palavra primitiva; e (v) significado da palavra primitiva. Uma vez que se observava recorrentemente uma tendência às formas duplas, com uma mesma sequência fônica inserida como substantivo e como adjetivo, nessa catalogação, inseriu-se também a informação de atestação de precedente adjetival. Isso leva em consideração também a informação dada por autores como Viaro (2011a) de que esse sufixo era inicialmente um formador de adjetivos.

Palavra derivada	Classe de palavra	Precedente adjetiv.	Significado da palavra derivada	Palavra primitiva	Significado da palavra primitiva
actuaia, -ae	Substantivo	Sim	1) Navio ligeiro	actus, -us	1) Fato de estar em movimento, mc
actuarus, -a, -um	Adjetivo	Não	1) Ligeiro; Fácil de se mover	actus, -us	1) Fato de estar em movimento, mc
actuarius, -i	Substantivo	Não	1) Atuário, intendente, militar, fomecedor / 2) Atuário, secret actus		1) Fato de estar em movimento, mc
admissanus, -i	Substantivo	Não	1) Sentido próprio: Garantia, reproduzidor / 2) Sentido figurad admissum, i		1) Ação, ato (no sentido pejorativ
adversāia, -ae	Substantivo	Sim	1) Antagonista, adversária e inimiga	adversus, adversum	1) Em sentido oposto, em frente, o
adversanus, -a, -um	Adjetivo	Não	1) Contrário, oposto	adversus, adversum	1) Em sentido oposto, em frente, o
adversarius, -i	Substantivo	Sim	1) Antagonista, adversário e rival	adversus, adversum	1) Em sentido oposto, em frente, o
aerania, -ae	Substantivo	Sim	1) Mina de cobre	aes, aenis	1) Bronze, cobre, latão / 2) Objeto
aeranium, -i	Substantivo	Sim	1) Tesouro público, erário / 2) O dinheiro do tesouro, os dinl aes, aenis		1) Bronze, cobre, latão / 2) Objeto
aeranus, -a, -um	Adjetivo	Não	1) De bronze, de cobre / 2) Relativo a dinheiro, tesouro	aes, aenis	1) Bronze, cobre, latão / 2) Objeto
aeranus, -i	Substantivo	Sim	1) Erário, cidadão que não tinha direito de votar e que pagav aes, aenis		1) Bronze, cobre, latão / 2) Objeto
aestanium, -i	Substantivo	Não	1) Estuário (lugar alagado pelo mar na maré alta ou deitado p aestus, -us		1) Calor ardente, ardor / 2) Agitaçã
alvarium, -i	Substantivo	Não	1) Cortiço de abelhas	alvus, -us	1) Cavidade intestinal, ventre, inte
ampullanus, -i	Substantivo	Não	1) Fabricante ou vendedor de frascos	ampulla, -ae	1) Pequeno vaso de barro, frasco,
ancorarius, -a, -um	Adjetivo	Não	1) Pertencente à âncora	ancora, -ae	1) Âncora / Sentido figurado: 2) R
anniversarius, -a, -um	Adjetivo	Não	1) Que volta todos os anos, anual	annus, i / verso, are	Annus = 1) Ano / 2) Produção de
antiquarius, -a, -um	Adjetivo	Não	1) Relativo a antiguidade; de antiquário / 2) Antiquário, o q antiquus, -a, -um		1) Antigo, velho, passado, de out
argentanus, -a, -um	Adjetivo	Não	1) De prata / 2) Moeda, dinheiro (de prata)	argentum, -i	1) Prata (metal) / Dai 2) Objeto de
argentarius, -i	Substantivo	Sim	Banqueiro, cambista, cobrador	argentum, -i	1) Prata (metal) / Dai 2) Objeto de
amentarius, -i	Substantivo	Não	Pastor	amentum, -i	1) Rebando de gado grosso, amer

Imagem 3: Disposição dos dados coletados do dicionário de latim no Programa Microsoft Excel 2007.

Em face do exposto, as formas coletadas foram analisadas e categorizadas em subesquemas construcionais, seguindo os pressupostos da MC e da LC. As palavras foram agrupadas conforme a sua categorização semântica, que será explicitada no próximo capítulo. Para além da descrição das redes polissêmicas das construções *X-ārīu*, cabe ressaltar que a abordagem pretendida é de viés socio-histórico, como fora mencionado já no primeiro capítulo desta pesquisa, daí elegeram-se algumas palavras para uma contextualização mais

apurada, como foi feito, de maneira mais sintética, com a palavra *elementarius*, em nota explicativa deste capítulo. A classificação atribuída a cada vocábulo, decorrente da análise empreendida, constará na apresentação dele no *corpus* disponibilizado na seção de anexos.

5.2 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DO PORTUGUÊS ARCAICO

No que toca ao PA, o primeiro ponto que se mostra importante de ser discutido está relacionado à nomenclatura para se referir ao período. Além de *português arcaico*, é possível encontrar termos como *português medieval*, *português antigo*, *galego-português*, entre outros. A respeito de *galego-português*, Mattos e Silva (2006, 2008b) observa que esse termo dá conta não só do caráter diacrônico, mas também do diatópico no percurso histórico da LP, uma vez que se baseia tanto na produção literária quanto em uma possível diferença dialetal da língua falada, em que, aparentemente, havia uma unidade galego-portuguesa que se refletia na documentação escrita. Contudo, diante dessa gama de termos, a autora escolhe *português arcaico*, termo herdado de Leite de Vasconcelos, por considerá-lo mais definidor. Nesse contexto, assume-se que o PA abrange o chamado *galego-português*. Ainda sobre essa variação de nomenclatura, Mattos e Silva (2006) comenta que

Leite de Vasconcelos limitava-se no início do século XX a designar esse período pela expressão única de *português arcaico*. Já Carolina Michaëlis de Vasconcelos, com base na produção literária medieval portuguesa, subdivide esses três séculos: o *período trovadoresco* até 1350 e o período do *português comum* ou da *prosa histórica*. Essa posição foi aceita por Serafim da Silva Neto na sua História da Língua Portuguesa. L. F. Lindley Cintra opõe ao *português antigo*, do século XIII às primeiras décadas do século XV, o *português médio*, daí até as primeiras décadas do século XVI. Outros estudiosos do português, como Pilar Vasquez Costa, fazem a mesma delimitação temporal, mas adotam a designação de *galego-português* e de português *pré-clássico*. (MATTOS E SILVA, 2006, p. 23)⁸⁸

O problema da variação terminológica para o PA recai sobre o segundo problema que deve ser destacado: a delimitação do período na história da LP. Nesse sentido, caberá avaliar o que está sendo considerado como pertencente ao PA. Antes de tudo, é interessante destacar o argumento de Mattos e Silva (2006) de que

qualquer tentativa de periodização histórica, como qualquer classificatória ou taxonomia é arbitrária e está necessariamente condicionada pelos

⁸⁸ Grifos da autora.

princípios que estão na base da classificação. A delimitação do português arcaico, no fluxo da história da língua portuguesa, não poderá fugir a essa fatalidade. (MATTOS E SILVA, 2006, p. 21)

Em relação ao início do período arcaico, Mattos e Silva (2006) menciona que há uma unanimidade entre filólogos e historiadores da língua de que o PA se inicie no século XIII, pelo fato de ser nesse período que aparecem os primeiros registros escritos da língua, como se pode ver com os textos *Testamento de Afonso II*, de 1214, e a *Notícia de Torto*, escrita entre 1214-1216, como pode ser visto no Quadro 24, extraído de Ivo Castro (1988) e reproduzido por Mattos e Silva (2006).

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra
até s. IX (882)	pré-histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
até +/- 1200 (1214-1216)	proto-histórico	proto-histórico		
até 1385/1420	português arcaico	trovadoresco	galego-português	português antigo
até 1536/1550		português comum	português pré-clássico	português médio
até s. XVIII	português moderno	português moderno moderno	português clássico	português clássico
até s. XIX/XX			português moderno	português moderno

Quadro 24: Diferentes propostas de periodização da língua portuguesa (IVO CASTRO, 1988, p. 12, apud MATTOS E SILVA, 2006, p. 25).

Sobre o Quadro 24, é possível observar que os aparentemente equivalentes *português arcaico*, *período trovadoresco*, *galego-português* e *português antigo* têm todos o mesmo início, entre os anos de 1214 e 1216, o que ratifica a ideia de consenso entre filólogos e linguistas sinalizada por Mattos e Silva (2006). Sobre o final, entretanto, não se observa essa mesma unanimidade: uns consideram o final nos últimos anos do século XV, enquanto outros colocam o século XVI como sendo o marco de um novo período na história da LP.

Essas propostas existentes de delimitação, segundo a autora, levam em consideração apenas os fatos extralinguísticos, havendo, portanto, a necessidade de mais estudos intralinguísticos do período a fim de que isso possa ser estabelecido de maneira mais rigorosa e precisa. Alguns desses estudos foram desenvolvidos no âmbito do PROHPOR, muitos sob a orientação de Mattos e Silva, e é, a partir deles, que a autora propõe o quadro esquemático a seguir.

Séculos →	XIII	XIV	XV		XVI	
			1 ^a metade	2 ^a metade	1 ^a metade	2 ^a metade
Factos linguísticos ↓						
* hiatos desfeitos						
* sistema de 4 sibilantes						
* definição de ditongo nasal final						
* morfemas <i>-des, -de</i>						
* VT /u/ de PP						
* sistema binário: dêiticos demonstrativos						
* sistema binário: dêiticos locativos						
* anafóricos: <i>ende ~ em / hi</i>						
* conjunções arcaicas: <i>pero</i> (explicativa)						
<i>pero</i> (adversativa)						
<i>porém</i> (explicativa)						
<i>pois</i> (temporal)						
<i>ca</i> (explicativa)						
* <i>ser ~ estar</i>						
* <i>haver ~ ter</i>						
* ausência de tempo composto				?		
* ordem dos constituintes na frase						?
* regras categóricas de posição dos clíticos					?	

Quadro 25: Fatos linguísticos impactantes na delimitação do português arcaico (MATTOS E SILVA, 2008b, p. 21)

Com a elaboração do Quadro 25, Mattos e Silva (2008b) consegue mostrar que a maioria dos fenômenos destacados não se realiza na segunda metade do século XVI e aqueles que se realizam na primeira metade, quando aparecem, na maioria das vezes, encontram-se em processo de esmaecimento. Assim, a autora sugere, por meio de alguns fatos intralinguísticos, que o PA termine na primeira metade do século XVI, o que corrobora hipóteses anteriores que se pautaram em alguns argumentos extralinguísticos, destacando-se a publicação das primeiras gramáticas da língua, como a de Fernão de Oliveira e de João de Barros, que marcaria o início do processo normativizador da língua e inauguraria o período moderno ou clássico.

É importante ressaltar, a respeito desse período arcaico já delimitado, que também existem propostas de periodização, ou melhor, subperiodização, em que se dividem duas fases, aqui explicadas por meio de Soledade (2005), com base em reflexões de Mattos e Silva e de Maia (1986). A autora limita “a primeira fase do português arcaico entre o século XIII e o século XIV, mais precisamente 1385, data da Batalha de Aljubarrota” (SOLEDADE, 2005,

p. 35), distinguindo, pois, uma primeira fase mais galego-portuguesa e uma segunda fase, que começa com a ascensão da Dinastia de Avis, e que se mostra mais precisamente portuguesa, uma vez que se marca o nascimento da prosa nacional e um movimento voltado para a individualização do português em relação ao galego.

Tal como aconteceu na coleta de dados de língua latina, a periodização interna, ou subperiodização para melhor especificar a situação do PA, foi, até certo ponto, ignorada, e o período arcaico da LP foi tomado de maneira mais uniforme. Dessa forma, não se intentou aqui uma descrição semântico-evolutiva dentro do próprio PA. Na verdade, essa descrição de mudanças/heranças morfossemânticas se dá com o cotejo entre os dados atestados nas duas línguas.

Assim, diante de toda essa argumentação, escolheram-se textos datados entre a primeira metade do século XIII e a primeira metade do século XVI, estando todos disponíveis na plataforma virtual do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), da Universidade Nova de Lisboa, que coloca à disposição uma gama de edições feitas de documentos do período arcaico. A explicitação dos textos selecionados está no Quadro 26.

Séculos	Textos selecionados
XIII	Afonso X, Foro Real (FR)
	Cantigas de Amigo (CAmi)
	Cantigas de Amor (CAM)
	Cantigas de Escárnio e Maldizer (CEM)
	Cantigas de Santa Maria (CSM)
	Chancelaria D. Afonso III (CA)
	Documentos Notariais (DN)
	Dos costumes de Santarém (CS)
	Foros de Garvão (FG)
	Tempos dos Preitos (TP)
	Testamento de D. Afonso II (TL)
	Textos Notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo Oxford (TOX)
	Textos Notariais in Clíticos na História do Português (CHP)
	Textos Notariais in História do Galego-Português (HGP)
Vidas de Santos de um Manuscrito Albocacense (VS)	
XIV	Arte de Trovar (AT)
	Cantigas de Amor (CAM)
	Cantigas de Escárnio e Maldizer (CEM)
	Chancelaria de Dom Afonso - volume 1 (CDA1)
	Chancelaria de Dom Afonso - volume 2 (CDA2)
	Chancelaria de Dom Afonso - volume 3 (CDA3)
	Crónica de Afonso X (Ms L) in Crónica Geral de Espanha (CAXL)
	Crónica Geral de Espanha (CGE)

	Documentos Notariais (DN)
	Dos costumes de Santarém (CS)
	Foros de Garvão (FG)
	Livro de Montaria (LM)
	Textos Notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo Oxford (TOX)
	Textos Notariais in Clínicos na História do Português (CHP)
	Textos Notariais in História do Galego-Português (HGP)
	Crónica de Afonso X (Ms P) in Crónica Geral de Espanha (CAXP)
XV	Carta de Pêro Vaz de Caminha (CPVC)
	Castelo Perigoso (CP)
	Crónica de Dom João I - Parte 1 (CDJI1)
	Crónica de Dom João I - Parte 2 (CDJI2)
	Crónica de Dom Pedro I (CDPI)
	Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (ZPM)
	Demanda do Santo Graal (DSG)
	Documentos Notariais (DN)
	História dos Reis de Portugal in Crónica Geral da Espanha (HRP)
	Leal Conselheiro (LCo)
	Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela (LEBC)
	Livro das Tres Vertudes (LTV)
	Orto do Esposo (OE)
	Penitencial de Martim Perez (PMP)
	Sacramental (Sac)
	Textos Notariais in Clínicos na História do Português (CHP)
	Textos Notariais in História do Galego-Português (HGP)
	Tratado de Confissom (TC)
	Vida de D. Telo (VDT)
	Vida de S. Teotónio (VST)
XVI	Catecismo (Cat)
	Crónica dos Reis de Bisnaga (CRB)
	Documentos Notariais (DN)
	Textos Notariais in História do Galego-Português (HGP)

Quadro 26: Textos selecionados para a constituição de corpus do português arcaico

Feita a seleção dos textos, os passos metodológicos aqui seguidos são praticamente os mesmos utilizados por Simões Neto & Soledade (2015), que analisaram as construções *X-ário* no PA. Inicialmente, foram coletadas todas as palavras que apresentassem os segmentos *-eir-*, *-ari-* e *-air-*. São também aproveitadas variantes gráficas, como *-eyr-*, *-ejr-*, *-ayr-*, *-ary-*, *-ajr-*. Nessa etapa, foram listadas 4834 palavras e dispostas no programa de computador Microsoft Excel 2007, utilizando-se da ferramenta *Filtro* para organizá-las conforme o sufixo, o contexto de realização, a fonte e o século, o que pode ser visto na Imagem 4.

	A	B	C	D	E
1	Forma realizada	Sufixo	Contexto	Fonte	Século
2	aaaveyro	eiro	nô fazer saber ao meu Almozarife e scriuam d'aaaveyro. se a quero eu de tanto por tanto	Chancelaria de Dom Afonso vol. 3	14
3	abelleiras	eiro	da quebrada das abelleiras q(ue) o d(i)cto Moesteiro (e)priol (e) cõuento	Documentos notariais (Século XV)	15
4	abelleiras	eiro	do casal da lazea (e) da quebrada das abelleiras	Textos notariais in Cliticos da História do Português (Século XV)	15
5	adargueiros	eiro	e os adargueiros da goarda, e quoaquer que fallece lhe dão muy grande castigo,	Crónica dos Reis de Bisnaga	16
6	adargueiros	eiro	e tem mais vinte mill lamceiros e adargueiros	Crónica dos Reis de Bisnaga	16
7	adargueiros	eiro	leva comsygu dous mill adargueiros, todos homêes de bem postos todos em herdem	Crónica dos Reis de Bisnaga	16
8	adargueiros	eiro	tinha cento e vinte mill homêes de pee, archeiros, e espingardeyros, e adargueiros	Crónica dos Reis de Bisnaga	16
9	adargueiros	eiro	trinta mill homêes de pee, archeiros, adargueiros, e de espingardoêes, e llamceiros	Crónica dos Reis de Bisnaga	16
10	adargueyros	eiro	a quoaal orta hera aquella parte se goardava de noute com obra de trezentos adargueyros	Crónica dos Reis de Bisnaga	16
11	adargueyros	eiro	e asy dândo aviso aos adargueyros, o quoaal tanto que foy na horta,	Crónica dos Reis de Bisnaga	16
12	adargueyros	eiro	e corenta mil homes de pee, os melhores de todo seu reyno, adargueyros, archeiros	Crónica dos Reis de Bisnaga	16
13	adargueyros	eiro	nem descobrião de tantas cores como elles trazião, adargueyros com suas adargas	Crónica dos Reis de Bisnaga	16
14	adargueiro	eiro	Qe eu Domingos ((L012)) nicolas morador en S(an)tarem e adageiro del Rey ena adega de S(an)taren	Documentos notariais (Século XIV)	14
15	adargueiro	eiro	Venda de três courelas em Barathoio, feita por Domingos Nicolas, morador em Santarem, adageiro de El Rei	Documentos notariais (Século XIV)	14
16	adargueiro	eiro	Domigos Nicolas, morador em Santarem, adageiro de El Rei	Textos Notariais in Cliticos na História do Galego-Português (Século XIV)	14
17	adargueiro	eiro	nicolas morador en S(an)tarem e adageiro del Rey ena adega de S(an)taren	Textos Notariais in Cliticos na História do Galego-Português (Século XIV)	14
18	adavinhadéiras	eiro	que tragem a suas casas e vçam buscar os adavinhadores e adavinhadéiras e os agoreiros, encantadores e sorteleiros	Penitencial de Martim Peres	15
19	adoinhadeyros	eiro	Outroy creer pelos adoinhadeyros he de pouco siso	Tratado de Confissom	15
20	adversairo	airo	Qualquer que em defendimêto de seu corpo quão seu adversairo	Tratado de Confissom	15
21	adversairo	airo	deshi tamtos estrangeiros em ajuda de seu adversairo	Crónica de Dom João - Parte II	15
22	adversairo	airo	Homde seu adversairo estava, Afonso Vasquez, Comendador d'Ortallagoua	Crónica de Dom João - Parte II	15
23	adversairo	airo	ou cair em algãa horrosa convepça se lhe per seu adversairo cometida fosse	Crónica de Dom João - Parte II	15
24	adversairo	airo	por tornar a meu adversairo tamtos lugares e elle a mim tam poucos	Crónica de Dom João - Parte II	15

Imagem 4: Disposição dos dados coletados de textos do PA no Programa Microsoft Excel 2007.

Apesar de coletadas, as 514 realizações de formas com *-ari-* e *-air-* e suas ocasionais variantes foram dispensadas aqui nesta pesquisa, mas aproveitadas e analisadas por Simões Neto & Soledade (2015). É importante ressaltar que 514 realizações não implicam 514 palavras diferentes. Nessa situação, os autores registraram que se tratava de 58 palavras realizadas repetidamente, em muitos casos.

Desconsideradas essas formas, o *corpus* do PA passa a abranger 4320 formas em *-eir-* e suas variantes gráficas. Daí passou-se à segunda etapa metodológica: a consulta lexicográfica e etimológica. Esse procedimento tem, pelo menos, três objetivos. O primeiro é conferir se a palavra é sufixada ou apenas terminada em *-eir-*. Essa investigação, segundo Viaro, Ferreira & Guimarães Filho (2014), se mostra importante para que não se lancem análises sobre palavras, como *cadeira* e *macaxeira*, em que a sequência fônica *-eir-* não é um sufixo, mas sim parte da raiz dessas palavras.

O segundo objetivo da consulta aos dicionários é verificar se a palavra é uma herança lexical da língua latina que tenha se sujeitado a processos morfofonológicos ou uma criação do PA, o que ajuda a medir a produtividade e inventividade das construções com o sufixo nesse período. Por fim, esse procedimento pode ajudar a fornecer pistas sobre alguns significados que não podem ser atestados, somente com a consulta de dicionários da LP contemporânea. As obras consultadas estão listadas no Quadro 27, a seguir.

Tipos de obra	Nomes das obras e os autores, editores e coordenadores
Dicionários etimológicos	<i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i> , de Nascentes (1955).
	<i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i> , de Machado (1967)
	<i>Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico</i> , de

	Corominas & Pascual (1980)
	<i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i> , de Cunha (2007)
Obras sobre o período arcaico	<i>Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica</i> , de Moreira (2005)
	<i>Dicionário de dicionários do galego medieval</i> , de Seoane, Granja & Agrelo (2006-2012)
	<i>Dicionário da Língua Portuguesa Medieval</i> , de Carvalho da Silva (2009).
	<i>Base de dados das cantigas medievais galego-portuguesas</i> , de Videira Lopes, Pedro Ferreira <i>et al</i> (2011-)
	<i>Dicionário Etimológico do Português Arcaico</i> , de Machado Filho (2013)
	<i>Pequeno Vocabulário do Português Arcaico</i> , de Machado Filho (2014).
Dicionários e vocabulários antigos	<i>Vocabulario portuguez e latino</i> , de Bluteau (1728)
	<i>Diccionario de lingua portugueza</i> , de Moraes Silva (1789)
	<i>Diccionario da Língua Brasileira</i> , de Pinto (1832)
	<i>Elucidário das palavras, termos e frases (...)</i> ⁸⁹ , de Viterbo (1865)
Dicionários contemporâneos	<i>Dicionário Houaiss Eletrônico de Língua Portuguesa</i> , de Houaiss & Villar (2001)
	<i>iDicionário Aulete</i> , de Aulete (2008)
	<i>Novo dicionário Aurélio de Língua Portuguesa</i> , de Ferreira (2009)

Quadro 27: Obras selecionadas para a consulta lexicográfica do *corpus* do português arcaico

Consultadas essas obras, foram excluídas palavras, como *mosteiro*, *psalteiro* (saltério) e *inteiro*, por terem, respectivamente, como étimos, as formas *monasterium* (latim), *psalterion* (grego antigo) e *intēger* (latim). Ou seja, são formas terminadas e não sufixadas em *-eiro*. Excluem-se também as formas não encontradas nas obras consultadas, casos de *beyneiru*, *briteiros*, *mingueiros*, *abelleiras*, entre outras. Feito isso, chegou-se a um total de 3853 realizações de 365 formas diferentes que seguiram para a análise, com o mesmo trato dado às construções *X-ārīu* do latim.

Há ainda, algumas considerações que devem ser feitas sobre a análise que se apresentará no próximo capítulo: (i) ao mesmo tempo em que houve algumas palavras que não foram alocadas em nenhuma categoria de subesquema, outras foram classificadas como pertencentes a mais de um, o que pode gerar uma impressão de diferença do ponto de vista quantitativo; (ii) algumas palavras *X-eir-* são nomes próprios e, desses não se pôde depreender um significado lexical, sendo tomadas pelo significado etimológico, quando possível de atestar.

⁸⁹ *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram.*

6 EXPERIMENTANDO ESQUEMAS, CONTANDO HISTÓRIAS: MAIS UM OLHAR SOBRE A POLISSEMIA NAS CONSTRUÇÕES X-EIR-

6.1 EXPERIMENTANDO ESQUEMAS

Os trabalhos que abordam o sufixo *-eir-* em perspectiva histórica ou diacrônica, quase sempre, fazem menção à forma etimológica latina *-ariu*. Isso pode ser visto nas descrições/interpretações de Said Ali (1964), Nunes (1969), Marinho (2004), Viaro (2006, 2011b), entre outros, que destacam que a principal função desse sufixo era formar, em latim, adjetivos de valor relacional. Isso é dizer que o *-ariu*, no princípio, atuava como os sufixos *-ar* (*familiar, escolar*), *-eo* (*arbóreo, óseo*), *-al* (*artesanal, comercial*), sufixos que Basílio (2004) considera como semanticamente vazios, pois, em tese, cumpririam apenas a função de transcategorizar substantivos em adjetivos. Essa observação sobre o significado/função das construções adjetivais *X-ārīu*, além de sugerir o ponto de partida da análise a ser empreendida, aponta para a necessidade de tratar separadamente essas construções e as construções substantivas, atendendo aos princípios das propriedades essenciais delineadas por Booij (2010): a hipótese do PCU, nesse caso.

No *corpus* de língua latina, das 246 construções *X-ārīu*, 111 são adjetivais, sendo possível atestar o significado de *qualidade relativa* em 107 delas. Entre os exemplos desse primeiro grupo, estão: *argentārīus*⁹⁰ (relativo à prata), *aquārīus* (relativo à água), *auxiliārīus* (relativo a socorro, auxílio), *coronārīus* (em forma de coroa), *ferrārīus* (de ferro, relativo ao ferro), *fructuārīus* (relativo aos frutos), *frumentārīus* (relativo aos cereais, trigo), *graphiārīus* (relativo aos estiletos), *judiciārīus* (relativo à justiça). Vê-se aqui que o *corpus* confirma a ideia de que a construção *X-ārīu* se assemelha a outras construções do português (*X-ar*, *X-al*, *X-eo*), por não inserir, nas palavras instanciadas por esse subesquema, uma qualificação apreciada ou depreciada, como a que se vê em construções com outros sufixos latinos, como *X-ōsu* (*invidiōsus, -a, -um*: invejoso) e *X-entu* (*cruentus, -a, -um*: cruel, sanguinário, desumano).

As outras quatro formações foram classificadas como *qualidade ressaltada*, pois o significado parece se estender para além do relacional, inserindo, nessas palavras construídas, um aspecto mais pleno de qualificação/avaliação. Os exemplos encontrados no *corpus* para

⁹⁰ Note-se que os exemplos extraídos do *corpus* são aqui representados pela forma que encabeça o verbete no dicionário de Faria (1994). No caso dos adjetivos, a forma masculina, e, no caso dos substantivos, o caso nominativo.

essa categoria foram *refractārīus* (LL181⁹¹: rebelde), *ridiculārīus* (LL182: bobo), *sanguinārīus* (LL190: de sangue; sanguinário) e *singulārīus* (LL194: isolado). Note-se que, em três desses casos, os *inputs refrāctus* (particípio passado do verbo *refrīngo*: quebrar, arrombar, reprimir, abater, conter, destruir), *ridicūlus* (*risível, jocoso*) e *singulāris* (*isolado, solitário, singular*) já apresentam aspecto avaliativo, pois são adjetivos ou, morfologicamente, se aproximam de tal classe (caso do particípio passado), e o sufixo *-ariu* parece ter apenas um valor de ressaltado, como quer Marinho (2004) para *certeiro* e *grosseiro*, ou de modalização, como querem Almeida & Gonçalves para essas mesmas construções. No caso de *sanguinārīus*, há uma polissemia atuante na própria palavra, permitindo que ela ora tenha um significado relacional (equivalente a *sanguíneo* em português), ora tenha um significado ressaltado (caso de *sanguinário*).

Chamam a atenção o número de ocorrências predominantemente adjetivas de *X-ārīu* e a tendência a um aspecto mais neutro da qualificação, tendo, ao que parece, a noção com acréscimo de intensidade e pejoratividade ainda uma tímida expressividade no latim. Assim, os esquemas desses dois primeiros significados atestados, nos termos de Booij, podem ser representados como na Figura 34.

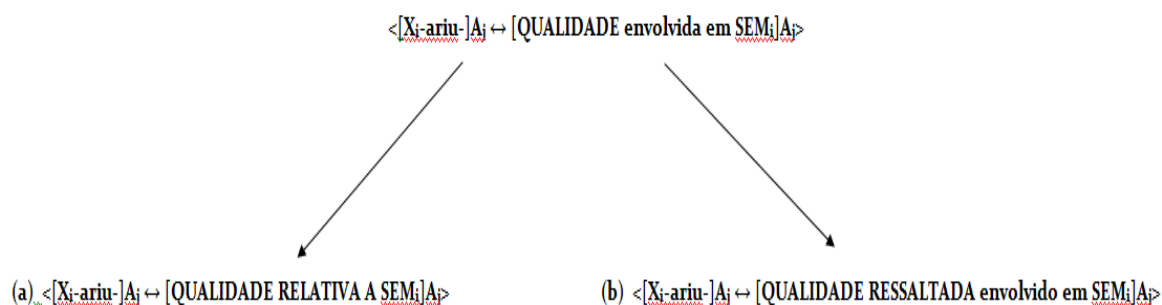


Figura 34: Subesquemas de qualidades das construções *X-ārīu*

A partir da Figura 34, é possível notar que, nos esquemas instanciadores de adjetivos, optou-se pela não especificação da categoria do *input*, pois foram registradas formações, a partir de substantivos concretos (LL208: *tignum/tignārīus*), substantivos abstratos (LL220: *valētūdō/ valetudinārīus*), substantivos próprios (LL202: *Taenārus/ taenārīus*), adjetivos, bases participiais (LL181: *refrāctus/refractārīus*), verbos (LL149: *onērāre/onerārīus*) preposições (LL077: *extrā/extrārīus*), numerais (LL177: *quadragēnī/quadragenārīus*) e

⁹¹ Esse código remete à apresentação dos *corpora* de análise em quadros disponibilizados no Tomo II desta pesquisa.

advérbios (LL203: *teměř/temerāřius*). Em termos quantitativos, têm-se os resultados na Tabela 7.

Categoria morfossintática do input	Quantidade (em números)	Quantidade percentual (%)
Substantivo	96	86,5
Numerais	5	4,5
Bases participiais	3	2,7
Verbos (bases infinitivas)	3	2,7
Adjetivo	2	1,8
Preposições	1	0,9
Advérbios	1	0,9

Tabela 7: Categorias morfossintáticas nas construções *X-ārĭu* adjetivais

Os números expressos na Tabela 7 sinalizam que, em se tratando de adjetivos *X-ārĭu*, há uma propensão maior à formação a partir de substantivos. Isso, além de corroborar os relatos históricos sobre a destacada função de transcategorização do tipo *substantivo* → *adjetivo*, como sinalizou Viaro (2011a), mostra que a categoria *substantivo* já era a base preferencial nessas formações, desde o seu significado inicial, estendendo-se para outros significados e mantendo-se até o português contemporâneo, como apresentado no trabalho de Simões Neto & Soledade (2014).

Sobre as construções *X-ārĭu* adjetivais, é preciso fazer ainda três considerações. A primeira diz respeito à relação entre os subesquemas *qualidade relativa* e *qualidade ressaltada*. Como dito no Capítulo 3, com base em Gonçalves & Almeida (2013), Simões Neto & Soledade (2015) e Soledade (2016a), a proposta de representação de esquemas e subesquemas elaborada por Booij precisa ser repensada para que venha a dar conta de aspectos relevantes atinentes à contraparte semântica que não estão sendo contemplados nos moldes esquemáticos booijsianos. Isso é perceptível quando se nota que o modelo não tem permitido explicitar um conjunto de relações que se estabelecem entre ‘esquemas e esquemas’, ‘esquemas e subesquemas’ e ‘subesquemas e subesquemas’. No caso dessas construções adjetivais *X-ārĭu*, o fato de ser classificado como uma *qualidade ressaltada*, em nada, impede de se presumir uma *qualidade relativa*. O exemplo de *sanguināřius* (LL190) ajuda a clarear esse entendimento, uma vez que, a depender do significado (de sangue; ou sanguíneo), a palavra pode ser instanciada por qualquer um dos dois subesquemas, mas é importante observar que o significado ressaltado *sanguinário* não deixa de ser relativo a algo expresso pela base.

Assim, uma representação ideal dessa relação está formulada na Figura 35, a seguir. Essa proposição foge ao escopo do que se vê nos postulados de Booij, mas, aparentemente, consegue-se captar, com ela, a possibilidade de uma qualidade relativa passar a qualidade ressaltada, por mecanismos variados de extensão de sentido.

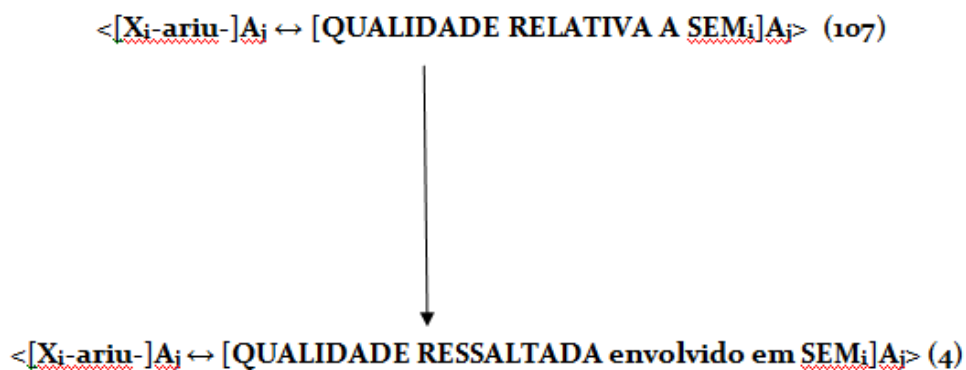


Figura 35: Outra representação dos subesquemas de qualidade das construções *X-ārīu*

O segundo ponto ainda a ser considerado sobre as construções *X-ārīu* adjetivais está na constatação de que há palavras que, embora representadas como adjetivos no dicionário e aqui classificadas como relativas, apresentam significados germinais para outros subesquemas, como se pode ver com *clitellārīus* (LL051: que traz albarda de carga), *consillārīus* (LL058: que dá conselhos), *oraculārīus*, (LL153: que profere ou emite oráculos), *promptuārīus* (LL174: onde se guarda, onde se conserva fechado, e daí, prisão) e *taenārīus* (LL202: tenário, de Tênaro, da Lacônia, de Esparta).

Esses casos mostram que as informações de agentividade (tanto no sentido de ‘trabalho’ quanto de ‘hábito’), locatividade e origem, que, frequentemente, são expressas pelas construções *X-ārīu* substantivas já podiam ser percebidas, de certa forma, em algumas construções adjetivas. Entretanto, há de se pensar a relevância do significado do *input* em algumas dessas formações, pois parece haver uma espécie de extensão de sentido que se presume ou herda da palavra base, e isso não obrigatoriamente faz com que o significado relacional deixe de ser constatado. Isso é dizer, por exemplo, que, em *taenārīus*, dado o fato de a base ser *Taenārus*, uma cidade, pode-se presumir uma especificação do significado relacional, estendendo-o metonimicamente para uma relação de origem, interpretando-se essa palavra como um possível gentílico.

Algo parecido pode ser visto em *clitellārīus*, cuja base *clitēllae* (albarda, carga (de animal)) se refere a uma sela própria para resguardar o lombo dos animais de carga. Nota-se que o adjetivo correspondente a essa base apresenta um significado para além do relacional, especificando-se uma relação de função. Apesar da importância de se destacarem esses casos,

considerando-se a baixa frequência desse tipo de ocorrências, não se viu a necessidade de depreensão de subesquemas adjetivais com esses significados, optando-se por considerar essas formações como instanciações do subesquema de *qualidade relativa* e, ocasionalmente, classificando duplamente essas construções. Diante disso, mantém-se o esquema proposto na Figura 34, uma vez que o significado relacional não é perdido de vista.

A terceira e última consideração a ser feita sobre os adjetivos formados pelo esquema *X-ārīu* toca à relação que esses estabelecem com as instanciações geradas pelos esquemas substantivais. Constatou-se, no *corpus*, que há 47 adjetivos com substantivos correspondentes. São exemplos os pares *mulierārīus* (LL134: de mulher) e *mulierārīus* (LL135: homem que gosta de mulheres, mulherengo)', '*operārīus, a, um* (LL151: relativo ao trabalho, de trabalho, de trabalhador) e *operārīus* (LL152: trabalhador, operário) e *vestiārīus, a, um* (LL225: relativo à vestimenta) e *vestiārīum* (LL224: guarda-roupa, vestiário)'.⁹²

A observação dessas aproximações ajuda a ratificar as hipóteses levantadas por autores como Marinho (2004) e Viaro (2011a) a respeito do processo de recategorização pelo qual as construções *X-ārīu* passaram ainda no latim, deixando de formar somente adjetivos para formarem também substantivos. Como mencionado nos capítulos anteriores, para esses autores, o significado de agente profissional é o primeiro que decorre dessa extensão categorial e está relacionado a um processo de elipse sintática. Os agentes profissionais eram inicialmente expressos por um SN, com um termo genérico, como *servus* ou *faber*, e um adjetivo de valor relacional, como os *X-ārīu*. Com o passar do tempo e o aumento da frequência e regularidade de uso, os termos genéricos são suprimidos e as palavras *X-ārīu* passam a englobar semanticamente o agente, daí são vistos casos, como *servus coquinarius* ('servo da cozinha') → *coquinarius* ('cozinheiro') e *faber ferrarius* ('fabricante de ferro') → *ferrarius* ('ferreiro').

Viaro (2006, 2011b), embora reconheça a primazia do agente profissional nesse processo, admite que esse, logo, passou a conviver com outros tipos de agentes, como os habituais. Pizzorno (2010), por sua vez, tomando como base os dados analisados por Marinho (2004), sugere que o subtipo agente habitual não era atestável no latim e os fatores *recorrência* e *habitualidade* são características da LP contemporânea, assim, pode-se inferir que, para essa autora, somente os agentes profissionais estavam presentes na língua latina⁹². No *corpus* aqui analisado, foram encontradas 139 construções *X-ārīu* substantivas, das quais, 94 foram instanciadas pelo esquema de agente, o qual, por sua vez, se subdivide em cinco

⁹² É importante lembrar que a autora considera as árvores e arbustos em uma categoria 'VEGETAL', desfazendo-se da ideia de 'agentes vegetais', seguida por outros autores.

subesquemas: (i) agentes profissionais; (ii) agentes habituais; (iii) agentes circunstanciais; (iv) agentes beneficiários; e (v) agentes vegetais.

A opção por abordar esses cinco subtipos de agente advém do entendimento de que há características sutis que permitem diferenciar um do outro. Com isso, não se quer estender demais a polissemia, para que não se corra o risco de, nos termos de Soares da Silva (2010), ‘puxar a polissemia para baixo’, criando um esmiuçamento demasiado, como fez Viaro (2011b), ao mesmo tempo em que não parece interessante ‘puxar a polissemia para cima’, como fizeram Rocha (1998) e Simões Neto & Soledade (2014), ao resumir a categoria ‘agente’, deixando de considerar nuances de significados que pedem melhores subespecificações. Assim, os subesquemas de agentes se diferenciam conforme as informações dadas no Quadro 28.

Subesquemas de agente	Comentários
Agentes profissionais	Em geral, dizem respeito a profissões, cargos e funções que demandem esforço físico e/ou cognitivo, podendo ter ou não, uma remuneração por esse exercício.
Agentes habituais	Caracterizam os agentes por uma frequência ou hábito do ato e têm um aspecto mais duradouro, iterativo.
Agentes circunstanciais	Diferentemente dos habituais, não há aqui o traço de frequência, esses se caracterizam por uma circunstância/evento e o aspecto é pontual.
Agentes beneficiários	Dizem respeito a agentes/pacientes, ou seja, aqueles que são afetados pela situação/evento, também se caracterizam por um aspecto pontual.
Agentes vegetais	Plantas que produzem frutos ou flores, estando aí a sua agentividade.

Quadro 28: Especificação dos tipos de agentes

Nos dados vinculados ao esquema de agente, o subesquema *profissional* foi o mais produtivo e instanciou 65 palavras, entre as quais estão: *ampullārīus* (LL015: fabricante ou vendedor de frascos), *aquārīus* (LL020: aguadeiro); *cubiculārīus* (LL066: servo do quarto de dormir), *elementārīus* (LL071: pedagogo), *frumentārīus* (LL088: negociante de trigo), *operariā* (LL150: operária), *quasillārīa* (LL179: fiandeira) e *utriculārīus* (LL218: tocador de gaita de foles). Na sequência, em termos de quantidade, vêm os agentes habituais, com 20 instâncias: *admissārīus* (LL004: garanhão, reprodutor, homem lascivo), *consillārīus* (LL059: conselheiro), *glabārīa* (LL093: mulher que gosta de escravos imberbes), *micārīus*

(LL130: homem que vive de migalhas), *mulierārīus* (LL135: mulherengo), *puellārīus* (LL175: que ama os jovens).

Com menor produtividade, os subesquemas de agentes circunstanciais e de agentes beneficiários instanciam, respectivamente, 6 e 3 construções. Como exemplos de agentes circunstanciais, registram-se as palavras *adversārīa* (LL005: adversária), *valetudinārīus* (LL221: doente), *verbenārīus* (LL223: aquele que leva um ramo sagrado) e *vicārīus* (LL231: substituto). Já os agentes beneficiários foram vistos em *beneficiārīus* (LL032: soldado que deve a sua promoção a alguma pessoa), *duplicārīus* (LL068: duplicário, soldado que tem soldo dobrado) e *vicesimārīus* (LL234: recebedor do imposto de vintena). Os agentes vegetais, por fim, não foram vistos no dicionário de Faria (1994), entretanto, para que não se cometa o equívoco de dizer, apenas tomando como norte o *corpus* aqui recortado, que tal significado não existia no latim, usam-se os seguintes dados hipotéticos apresentados por Marinho (2004): *?pirarius* (pereira), *?ficarius* (figueira), *?nucarius* (nogueira) e *?persicarius* (pessegueiro).

Uma representação do esquema geral de agente, com base nas formulações de Booij, é proposta na Figura 36 (abaixo)⁹³. Destaque-se o fato de que o subesquema dos agentes vegetais está com um tracejado pontilhado, recurso gráfico utilizado para sinalizar que, embora o significado existisse na língua latina, não foi atestado no *corpus*. Note-se também que a categoria morfossintática da base se mostra uma propriedade anulável nesse esquema geral, sendo especificado somente no subesquema *agente vegetal*, que tem sempre como base substantivos que, nesses casos, designam as frutas e/ou flores geradas pela árvore em questão.

⁹³ Nas representações esquemáticas aqui propostas, optou-se por incluir nas marcações do esquema dominante uma letra e, nos subesquemas, uma letra combinada com um número. No caso da Figura 26, há o (a), simbolizando o esquema dominante, e nos subesquemas, há (a1), (a2), etc. Essa prática não decorre de uma recomendação de Booij, tendo sido aqui incorporada para dar conta de serem feitas associações mais amplas com os demais esquemas e subesquemas, bem como, permitir uma melhor explicitação das relações semânticas, de caráter metafórico ou metonímico, que perpassam a composição dos subesquemas.

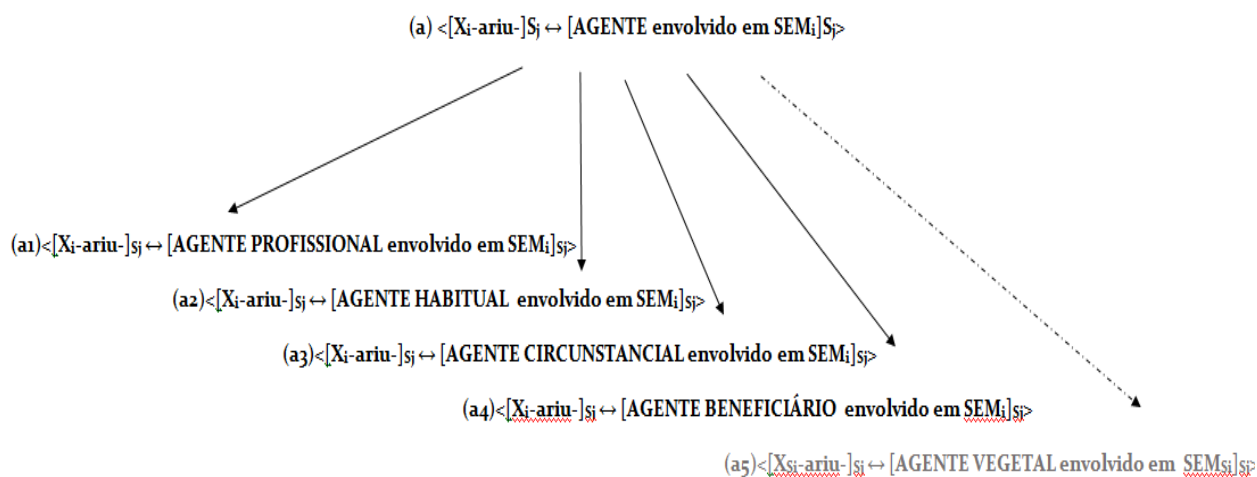


Figura 36: Subesquemas de agentes das construções *X-āriū*

Mais uma vez, torna-se necessário fazer críticas ao modelo de Booij, no sentido de esse não dar conta das relações que os subesquemas estabelecem entre si. No *corpus*, foram observados casos de agentes que geraram dúvidas se deveriam ser categorizados como *profissionais* ou *habituais*, sendo, em geral, duplamente classificados. São os casos de *effractāriūs* (LL069: o que rouba, arrombando portas), *falsāriūs* (LL079: falsário, falsificador) e *testamentāriūs* (LL206: o que altera testamento, falsificador de testamentos). Destaque-se, nesses casos, a avaliação depreciativa e o caráter ilícito das atividades, que, segundo Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) e Marinho (2004), são características que ajudam a diferenciar as categorias de agentes profissionais e de agentes habituais, uma vez que só o segundo grupo as apresenta.

Ainda que se aceite tal postura, nada impede que *effractāriūs*, *falsāriūs* e *testamentāriūs* possam ser categorizados como agentes profissionais, pois, em todas essas atividades, demanda-se esforço físico, conhecimento e técnica, além de ser possível, por meio delas, ter remuneração e garantir subsistência. Diante de tal fato, fica-se diante de uma tricotomia sobre qual postura assumir: (i) aceitar a primazia semântico-histórica dos agentes profissionais, assumida por Marinho (2004) e reassumida por Almeida & Gonçalves (2005, 2006) e Pizzorno (2010), e colocar o agente profissional como protótipo do qual, pelo entendimento de que toda profissão/atividade envolve hábito/rotina, se gera o significado de agente habitual; ou (ii) concordar com Soledade (2016b) que, interpreta a categoria agente profissional como um subconjunto dos agentes habituais, uma vez que considera que “a passagem do aspecto habitual para o profissional depende de conceptualizações decorrentes das necessidades, dos interesses e das experiências dos indivíduos e das culturas em cada momento histórico.” (Soledade, 2016b, p. 13), assim, do ponto de vista experiencial, é

possível observar que certas profissões nascem de hábitos rotineiros, como o *corredor amador* passando a *corredor profissional*; ou ainda (iii) concordar com ambas as visões, destacando-se que o movimento é sempre metonímico, expressando uma relação parte-todo ou continente-conteúdo.

Opta-se, aqui, por assumir as duas visões. A partir do que se vê no *corpus*, as construções *X-ārĩu* designadoras de agentes profissionais eram as mais frequentes, confirmando a primazia histórica desse significado (MARINHO, 2004). Do ponto de vista do fluxo histórico, a hipótese de Gonçalves & Almeida (2006) de que o fator *frequência/hábito/rotina*, no exercício dos agentes profissionais, tenha sido o elemento focalizado para a extensão que gerará a segunda subcategoria de agente mais produtiva, a habitual, parece aplicável aos dados. Ao mesmo tempo, não se pode negar o argumento de Soledade (2016b), que visualiza uma relação metonímica entre os dois subesquemas, uma relação de conjunto parte-todo, em que o sentido mais geral (hábitos) imbuete o mais específico (profissão), seguindo o fluxo cognitivo. Essa tendência se mantém, como se pode ver em algumas construções *X-eir-* do português contemporâneo, como *blogueiro*, que, antes se referia ao usuário frequente do blog e se profissionaliza, ao ponto de se tornar o meio de subsistência de algumas pessoas.

Diante desses argumentos, uma representação ideal dos subesquemas está na Figura 37, que mostra o fluxo histórico do agente profissional passando a agente habitual, mas reconhecendo também a possibilidade de um agente habitual se profissionalizar e se tornar um agente profissional, seguindo o fluxo cognitivo, de se ir do geral para o mais específico.

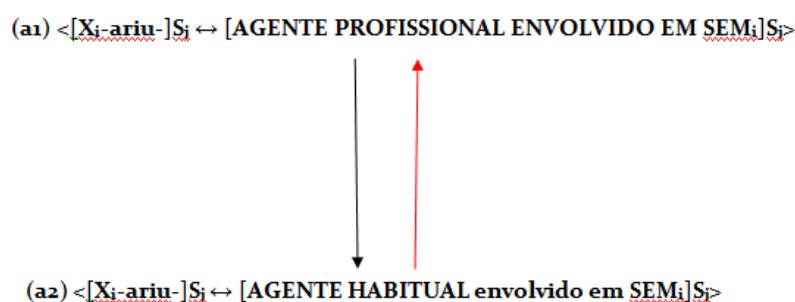


Figura 37: Relação entre os subesquemas de agentes profissionais e de agentes habituais nas construções *X-ārĩu*

É preciso expressar também a proximidade entre as relações entre *agentes circunstanciais* e *agentes beneficiários*, considerando a possibilidade de os beneficiários poderem ser conceptualizados como pormenorizações dos circunstanciais, no sentido de que

específica, com base na ideia de benefício, uma situação decorrente de um contexto circunstancial e pontual. A representação ideal, para esses casos, está na Figura 38.

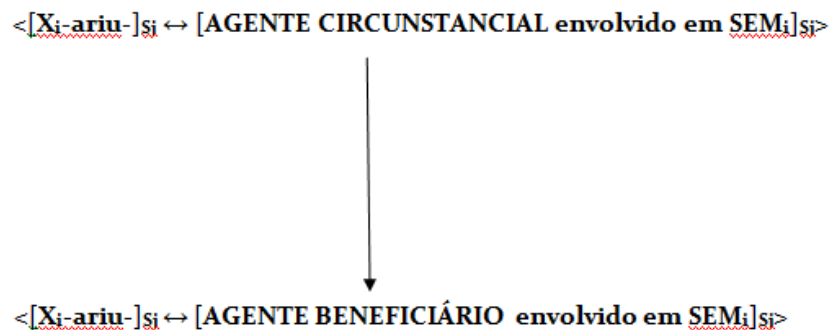


Figura 38: Relação entre os subesquemas de agentes circunstanciais e de agentes beneficiários nas construções *X-ārīu*

A partir das figuras 37 e 38 e das críticas feitas às representações esquemáticas no modelo construcional de Booij (2010), faz-se, na Figura 39, uma possível representação da rede polissêmica do significado agentivo nas construções *X-ārīu*, explicitando as relações metonímicas do tipo parte-todo ou continente-conteúdo que se estabelecem entre habitual e profissional e entre circunstancial e beneficiário.

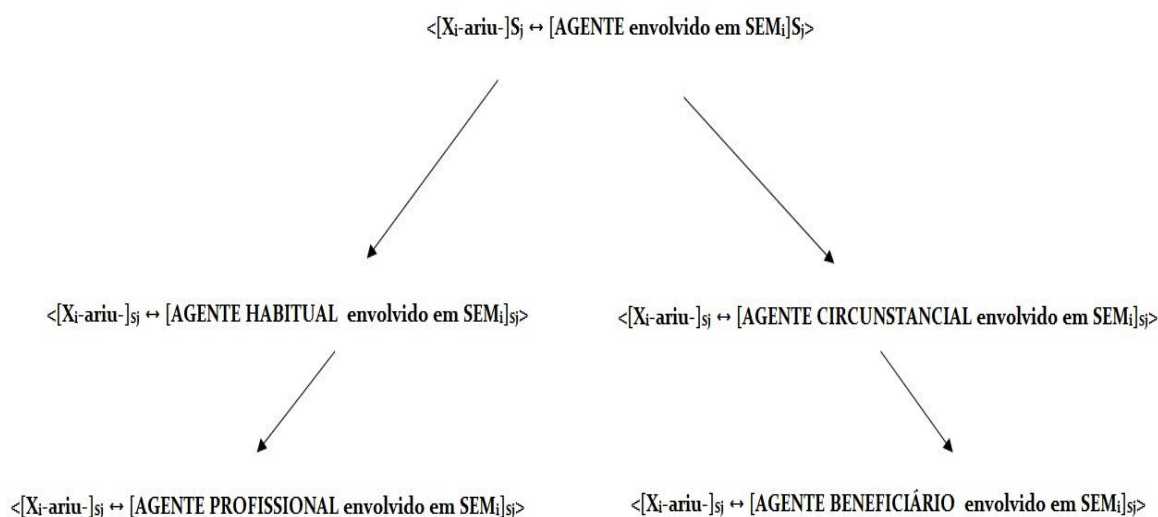


Figura 39: Relações entre quatro subesquemas de agentess nas construções *X-ārīu*

Observa-se que, na Figura 39, não foi contemplado o subesquema de agente vegetal e isso não quer dizer que ele não deve ser representado, com base nas visões que se estendem para além do que formulou Booij. Partindo das assunções de Gonçalves, Yacovenco & Costa (1998) de que o grupo dos agentes vegetais possa ser considerado um *espraiamento*

metafórico dos agentes profissionais, sugere-se que essa extensão metafórica seja tratada como na Figura 40.

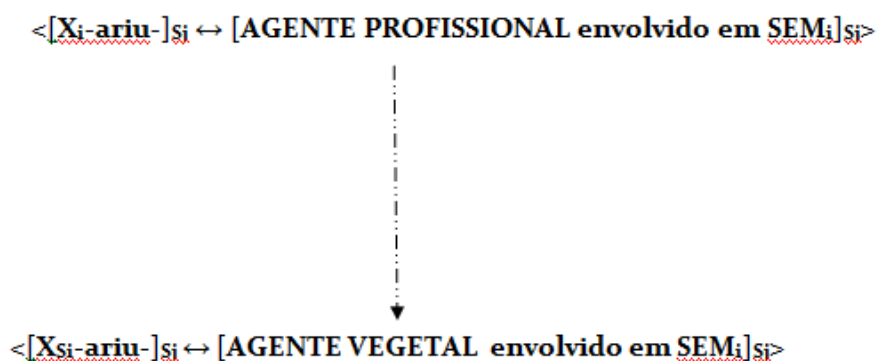


Figura 40: Relação metafórica entre os subesquemas de agentes profissionais e de agentes vegetais nas construções *X-ārũ*

Explicados os subesquemas de agente, há duas possibilidades para a escolha do próximo esquema dominante: (i) seguir o fluxo semântico-histórico proposto por Marinho (2004), em que os locativos se mostram como o segundo grupo de afinidade semântica com maior produtividade na recategorização das construções *X-ārũ*; ou (ii) seguir a proposta de Viaro (2006, 2011b), que sugere que algumas designações de objetos funcionais são metaforizações de agentes profissionais⁹⁴ e que o significado locativo seria uma extensão do significado especificado de objeto recipiente. Tomando como norte a visão de Viaro (2006, 2011b), mais pelas relações semânticas que delinea e menos pelo caráter evolutivo-sequencialista que defende, opta-se por primeiro discutir os subesquemas de objetos, representados na Figura 41.

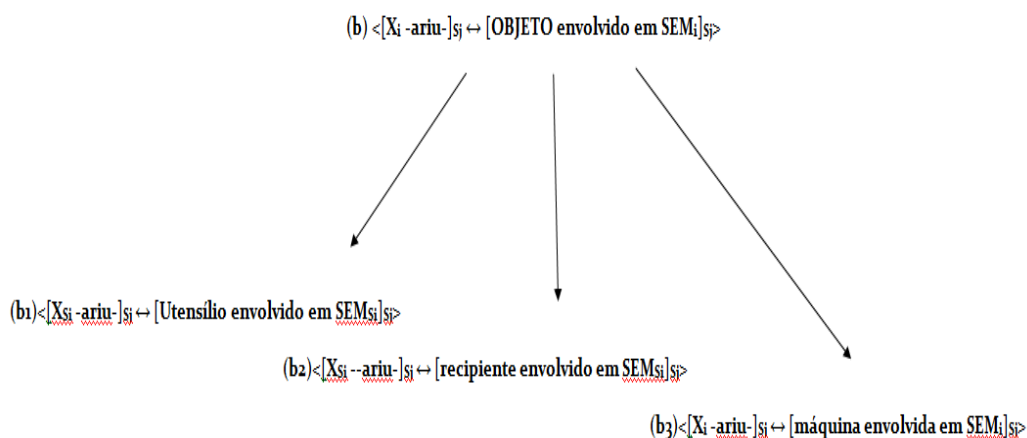


Figura 41: Subesquemas de objetos das construções *X-ārũ*

⁹⁴ Essa visão é compartilhada por Botelho (2004) e Soledade (2013), dentro de outros paradigmas teóricos.

Cabe destacar que, na observação de Marinho (2004), sobre os dados de língua latina, não são atestadas formações com significado de objeto. Mais uma vez, isso não quer dizer que o significado não existisse, pois, nos dados levantados para essa pesquisa, há, ao menos, 8 palavras instanciadas por esse esquema maior, sendo: (i) quatro recipientes: *caldārĭum* (LL040: caldeira, estufa), *graphiārĭum* (LL095: estojo para guardar estiletos), *vaporārĭum* (LL222: estufa que conduzia o vapor para os banhos quentes) e *vestiārĭum* (LL224: guarda-roupa, vestiário); (ii) dois utensílios: *calendārĭum* (LL042: livro de contas) e *commentārĭum* (LL052: livro de notas ou apontamentos, notas, memoriais); (iii) duas máquinas⁹⁵: *actuārĭa* (LL001: navio ligeiro) e *onerārĭa* (LL148: navio de carga).

Em relação à representação esquemática na Figura 41, vale ainda ressaltar que somente o subesquema de *máquina* não apresenta especificação da categoria morfossintática da base, sendo o substantivo *actus* (fato de estar em movimento) e o verbo *onĕrāre* (carregar, onerar), os respectivos *inputs* de *actuārĭa* (LL001) e *onerārĭa* (LL148).

Mesmo com pouca produtividade, o significado de objeto já existia no latim e o subesquema de *recipiente* é o que tem mais instanciações. Embora Viaro (2001b) proponha que esse significado tenha dado base aos significados locativos, nos dados, vê-se que o esquema dominante dos locativos tem 22 instanciações, ou seja, um número significativamente maior que o das instanciações referentes a objetos. Se a hipótese de Viaro (2011b) de que há uma focalização metonímica no objeto recipiente que o permite conceber como locativo fosse aqui assumida, far-se-ia necessário ignorar o fator produtividade (recorrência, frequência, nesse contexto) para sustentar essa interpretação da relação entre os esquemas. Contudo, como dito acima acerca dos esquemas referentes à noção objeto, a noção locativa parece ser projetada diretamente da noção agentiva, uma vez que na formulação de esquemas agentivos perpassam esquemas imagéticos que acionam “uma cena de evento, ou seja, de alguém (ou algo) **que age em algum lugar**, de algum modo, sobre um dado objeto, produzindo alguma coisa”⁹⁶ (ALMEIDA & GONÇALVES, 2005, p.7), desse modo, a noção locativa já se impõe de forma bastante direta, sobretudo no sentido de “local onde se faz/ocorre”.

Por outro lado, os locativos que podem ser associados à noção recipiente dos objetos, descritos aqui como “local onde há”, provavelmente também se originam da projeção

⁹⁵ Em relação ao subesquema *máquina*, cabe ressaltar que esses dois casos ainda se encontram bem relacionados à projeção de adjetivos para a posição de substantivo, tendo advindo de *navis actuaria* e *navis oneraria*. Destaca-se também que esse subesquema não parece ter se tornado um modelo produtivo para designação de máquinas com o sufixo *-ário* ou *-eir-*,

⁹⁶ Grifos nossos.

metafórica que toma o local pelo agente “pessoa que guarda/que tem posse de” > “lugar que guarda/que tem posse de”. Além disso, considerando o substantivo *gallinārius*, -ī, que originalmente acionava o valor agentivo “criador de galinhas” e que passou a significar “lugar onde há, onde se criam as galinhas” pode-se admitir um percurso metonímico que incide sobre as próprias instanciações e não sobre o conjunto deles (esquemas e subesquemas). Assim, locais são tomados pelos agentes que ali trabalham, “vou na costureira” ou “fui na cabelereira” são construções que evidenciam a propriedade dessas ilações.

No que toca à polissemia desse esquema, concebem-se dois significados, representados por subesquemas: um em que o local designado tem um aspecto mais recipiente e/ou reunidor, e outro em que o local tem um caráter funcional mais geral. Em português, seria como a diferença que se estabelece entre um *canavial* (lugar onde há muita cana) e um *providor* (lugar onde se prova roupa), por exemplo. Essa diferença semântica é retratada na Figura 42.

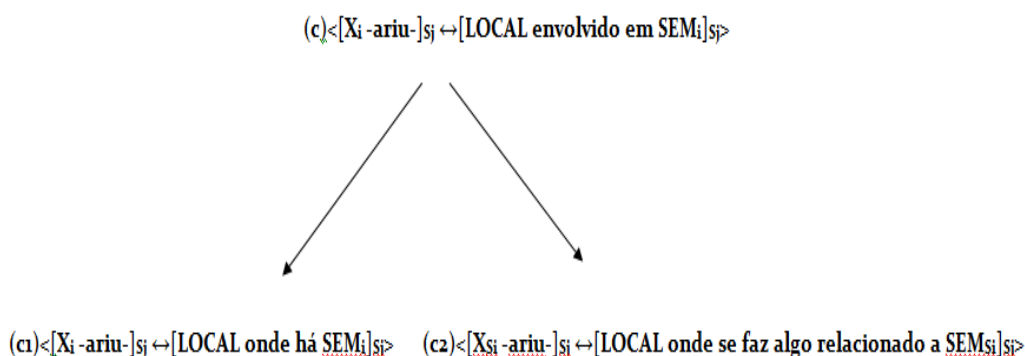


Figura 42: Subesquemas de locativos das construções *X-ārīu*

Em relação aos subesquemas apresentados na Figura 42, nota-se que o significado de local recipiente (local onde há) é visto em 16 formações, ao passo que 6 palavras designam lugares de caráter mais funcional/relacional (local onde se faz algo relacionado a). Do subesquema mais produtivo, instanciam-se *aerārīa* (LL008: mina de cobre), *arenārīa* (LL021: areal), *aviārīum* (LL029: galinheiro; viveiro de aves), *ferrārīa* (LL081: mina de ferro), *ulmārīum* (LL212: olmedo) e *veterārīum* (LL226: adega para vinho velho). O subesquema menos produtivo, por outro lado, instancia *compendiāria* (LL054: caminho mais curto), *emissārīum* (LL072: escoadouro), *fumārīum* (LL089: lugar onde se expõe alguma coisa ao fumo), *spolārīum* (LL197: lugar onde se despojavam os gladiadores mortos), *vigillārīum* (LL237: casa da guarda, guarita).

Na conceptualização de esquemas de recipientes, existe uma expectativa de que a base seja um substantivo que designe o que está sendo guardado. Entretanto, nota-se, a partir da

representação na Figura 42, que não houve especificação da categoria do *input* para esse subesquema. Embora os substantivos, tenham sido tomados como base em 12 das 16 formações, houve quatro casos em que adjetivos funcionaram como *input*, casos de *promptāriūm* (LL173/LL174: prisão; *input*: *promptus*, *a*, *um* – ao alcance de, fácil, cômodo), *secretāriūm* (LL191: lugar retirado; conselho privado; *input*: *sēcrētus*, *a*, *um* - separado, afastado de, particular) e *veterāriūm* (LL226: adega para vinhos velhos; *input*: *vetus*, *a*, *um* – velho), o que justifica a anulação da categoria do *input*.

O último esquema encontrado nas construções *X-āriū* do *corpus* foi o de quantidade. Na hipótese de Viaro (2011b), esse significado decorre de uma metonímia do significado de local recipiente, focalizando o conteúdo. Essa hipótese é bastante provável, uma vez que se encontram formações que parecem coadunar tanto a noção de quantidade quanto a de locativo, como *arvoredō* (lugar onde há muitas árvores; aglomerado de árvores) e *galinheiro* (lugar onde se criam galinhas; conjunto de galinhas). Em se tratando dos dados do *corpus*, entretanto, o significado de quantidade não foi visto em palavras com essa configuração semântica, mas verificou-se a polissemia do esquema dominante, que foi dividido em dois subesquemas: *noção coletiva* e *medida/quantia*, como se pode ver na Figura 43.

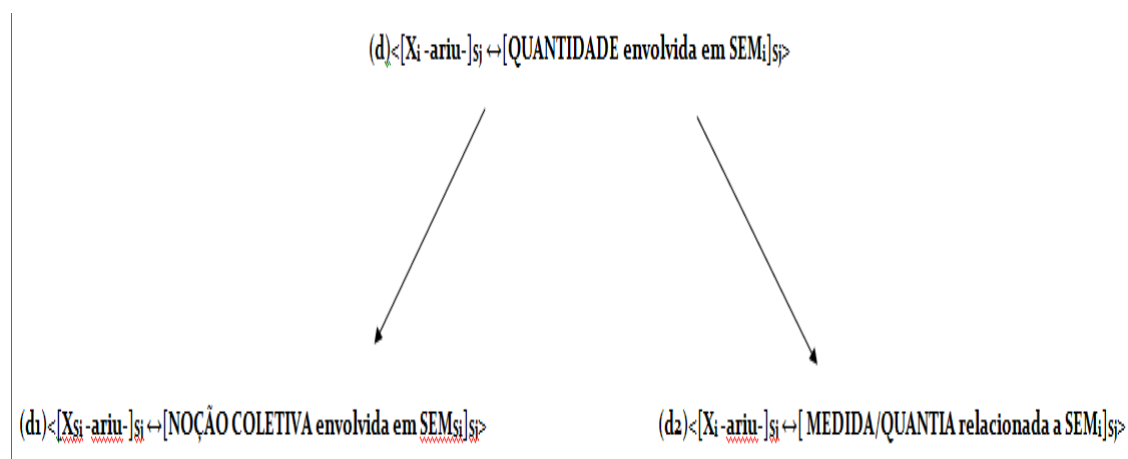


Figura 43: Subesquemas de quantidade das construções *X-āriū*

O subesquema de noção coletiva instancia duas formações: *aerāriūm* (LL009: erário; tesouro público) e *pulmentāriūm* (LL176: massa para engordar aves domésticas; iguarias). Embora mais evidente em *aerāriūm*, a palavra *pulmentāriūm* pode ser interpretada também como uma instanciação desse subesquema, uma vez que, seguindo as pistas aparentes dadas pelo significado da base (*pulmētum*: iguaria; manjar), pode-se assumir que a massa designada reunia iguarias em sua composição. Para que não se fique somente no plano

intralinguístico, cabe uma explicação dada por Ornellas e Castro (2010), que refletiu sobre os hábitos alimentares do povo romano que, segundo a autora, era

um povo rústico nas suas origens, em cuja alimentação quotidiana, alegadamente frugal (em consonância com os tão apregoados mores saudáveis e austeros dos velhos romanos), predominam as leguminosas, as hortaliças – entre as quais impera a couve – e os cereais, primeiro sob a forma de papas (*puls*) o acompanhamento mais usual da refeição daí o conduto ser denominado *pulmentarium* e só posteriormente sob a forma de pão, que começou por ser um alimento das camadas abastadas. (ORNELLAS E CASTRO, 2010, p. 74)⁹⁷

A partir dessa citação de Ornellas e Castro (2010), pode-se depreender que *pulmentārĭum* não era necessariamente um alimento das aves, mas também dos humanos, e consistia em um preparado (noção coletiva) de cereais que se apresentava sob a forma de uma papa. Com base nisso, do ponto de vista, da descrição linguística, podem-se estabelecer duas vias interpretativas que dependem do modo como se concebe a informação. A primeira é considerar um esquema de alimento, mesmo que improdutivo, focando-se no que se apresenta como resultado, ou concentrar-se na noção coletiva de que seja um preparado de cereais, e colocá-lo em um esquema de quantidade. Como já apresentado, optou-se aqui pela segunda via.

O outro subesquema de quantidade se mostrava mais produtivo no latim e diz respeito a um conjunto de palavras que designam quantias (impostos, taxas e multas) ou unidades de medidas. Os oito exemplos de instanciações são: *calceārĭum* (LL038: dinheiro para calçado dado aos soldados), *cerārĭum* (LL048: imposto para a cera), *clavārĭum* (LL050: gratificação dada aos soldados para as tachas dos sapatos), *heminārĭum* (LL099: presente do conteúdo de uma hemina⁹⁸), *linguārĭum* (LL116: multa por ter falado demais), *milliārĭum* (LL132: marco milionário), *ostiārĭum* (LL156: imposto sobre as portas) e *salārĭum* (LL187: quantia paga aos soldados para comprarem o sal).

A fim de encerrar a abordagem sobre as construções *X-ariu* substantivas, apresenta-se abaixo, na Figura 44, um esquema geral onde se tenta fazer uma síntese, da polissemia das construções *X-ariu*, dentro do escopo do modelo de Booij já que seria impossível, na representação dos subesquemas, com a coindexação especificada, fazer algo parecido. Do lado de cada significado, há o número de ocorrências/palavras atestadas no *corpus*. De vermelho, marcam-se os significados aparentemente relacionados por uma noção de quantidade, considerando que a frequência, concernente aos agentes habituais, seja a

⁹⁷ Grifos nossos.

⁹⁸ *hēmīna*: “medida de capacidade correspondente a meio sextarius” (FARIA, 1994, p. 249)

quantidade de vezes que se faz uma coisa, e que o recipiente contenha certa quantidade de algo e o mesmo pode se dizer dos locativos ‘onde há’. Nos subesquemas de quantidade, obviamente, todos contêm essa noção.

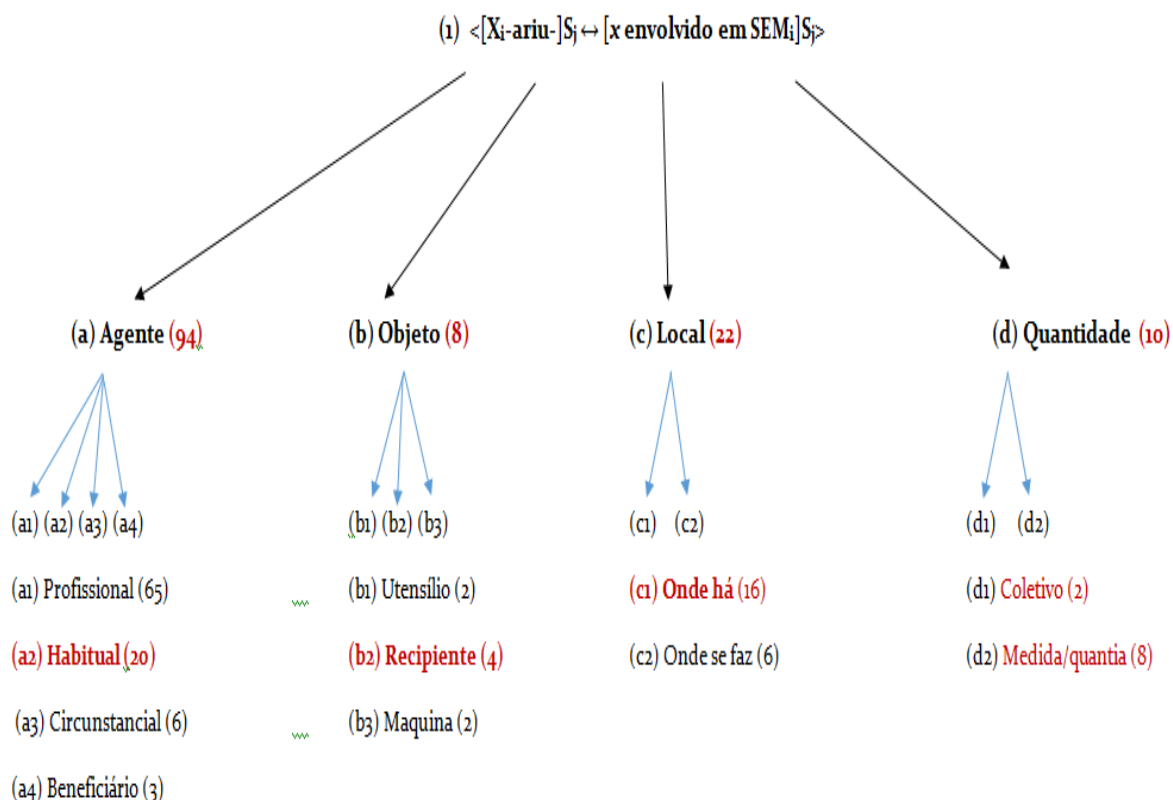


Figura 44: Esquema geral das construções *X-ārīu* substantivas

Em linhas gerais, observa-se que as construções *X-ariu* do latim já apresentava uma taxonomia de significados bastante ampla. Como já dito anteriormente, essa construção se manteve no português, tendo chegado sob duas formas divergentes: *X-ário* e *X-eir-*. No *corpus* inicial desta pesquisa, havia 514 formações *X-ário* contra 4320 *X-eir-*, o que aponta para a maior produtividade da segunda construção. Os dados da construção *X-ário* foram analisados por Simões Neto & Soledade (2015), e os autores propuseram a seguinte representação esquemática, nos termos de Booij.

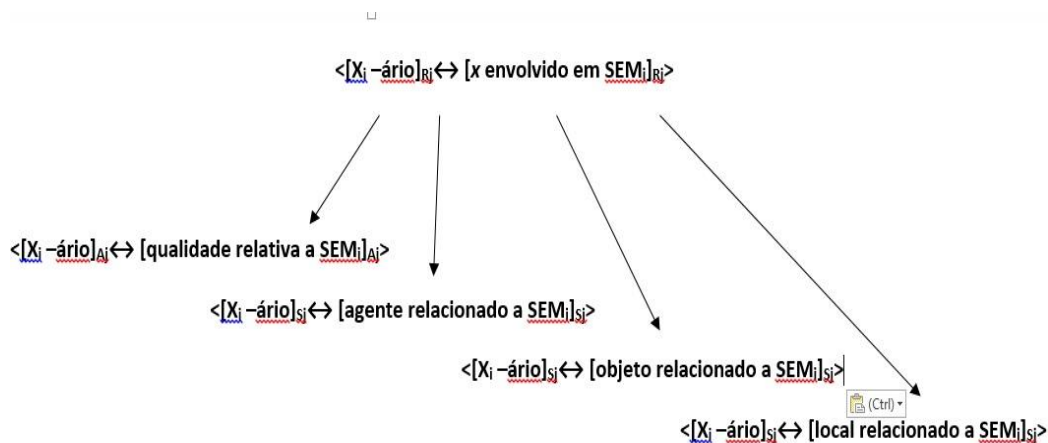


Figura 45: Esquema geral das construções *X-ário* no português arcaico (SIMÕES NETO & SOLEDADE, 2015, p.168)

Pode-se perceber, a partir da Figura 45 e, que todos os esquemas apresentados nas construções *X-ário* no PA já se atestavam nas formações *X-ārīu* no latim.

De forma antecipada, pode-se dizer que o mesmo não acontece com as *X-eir-*, que, embora mantenham muitos subesquemas atestados na construção etimológica, apresentam outros significados que, com base no *corpus* extraído de Faria (1994), não se verificavam no latim. Além disso, há importantes diferenças em termos de produtividade entre subesquemas correlatos em um e em outro momento histórico da língua. Mesmo que, em geral, haja a sensação de que a história se repete, é preciso explicar, com detalhes, o funcionamento de *X-eir-* no PA, iniciando-se, assim como se fez com as construções latinas, pelo subesquema de qualidade, representado na Figura 46.

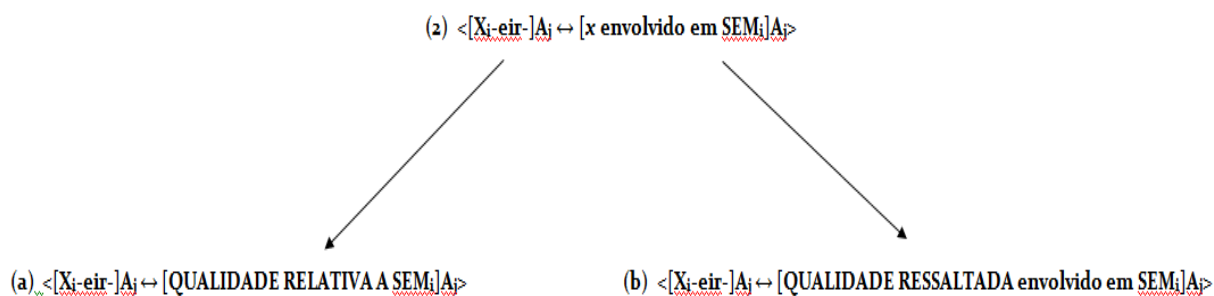


Figura 46: Subesquemas de qualidades das construções *X-eir-* no português arcaico

Dois fatos se reapresentam a partir dessa formulação na Figura 46. Novamente, não houve especificação da categoria do *input*, mas os substantivos se mostram preponderantes, tal como com *X-ārīu*. Mais uma vez também, fica-se diante da dicotomia *qualidade relativa* e *qualidade ressaltada*, com uma diferença significativa em termos de produtividade, tendo este

uma maior representatividade do que aquele no português arcaico, inversamente ao que se constatou nos dados do latim.

O subesquema *qualidade relativa* instancia 16 formações, entre as quais: *campeira* (PA047: relativo a campo), *deamteira* (PA103: que vai diante; o primeiro de todos de uma série), *derradeira* (PA104: último, extremo), *estramgeiros* (PA125: de, ou relativo à nação diferente daquela que se pertence), *grueyros* (PA157: relativo a grou), *mãdadeyro* (PA191: relativo a mandados), *prestameiro* (PA270: aquele que está por último) e *traseyros* (PA325: situado atrás).

O subesquema *qualidade ressaltada*, por sua vez, instancia 33 formações. Exemplos são: *arteyro* (PA018: que é astuto ou artiloso), *braceiro* (PA035: que tem força ou agilidade nos braços), *certeira* (PA070: que acerta bem os tiros), *dereitoreira* (PA105: que pratica direitura), *duradeira* (PA110: que dura, que não é passageiro), *estragadeyra* (PA124: gastadora), *faceyros* (PA129: aquele que gosta de ostentar), *josticeira* (PA170: que segue as leis, que é muito justa), *longueyro* (PA184: algo comprido ou extenso), *mentireiro* (PA201: aquele que mente, engana, mentiroso), *ponteiro* (PA260: aquele que sabe fazer pontaria, acertar tiros), *praceiro* (PA264: boa-praça, agradável), *tardynheiro* (PA308: aquele que é lento, descansado ou preguiçoso), *tenreiro* (PA316: aquele que é tenro, jovem), *ualedeiro* (PA331: aquilo que é válido), *verdadeiro* (PA338: o que está em conformidade com os fatos ou a realidade), *virtudeira* (PA339: Que tem muita virtude) e *viandeiro* (PA340: glutão, comilão).

Do ponto de vista semântico, ao que parece, a diferença entre esses dois grupos está no fato que, no subesquema *qualidade relativa*, as instanciações possuem um aspecto de maior neutralidade, em oposição ao de *qualidade ressaltada*, em que as instanciações apresentam algum acréscimo valorativo, seja quanto à intensificação, seja quanto à pejoratividade.

É preciso reassumir que esses subesquemas mantêm uma relação semântica que pode ser explicada como uma metonímia. Assim, classificar uma palavra como *qualidade ressaltada* não implica a desvinculação do significado de *qualidade relativa*. Na verdade, o ressalte parece decorrer de um realce. Com isso, pode-se propor que, tal como se propôs para os *X-ārīu* adjetivais, a relação entre esses subesquemas possa ser representada como na Figura 47, em analogia à Figura 35.

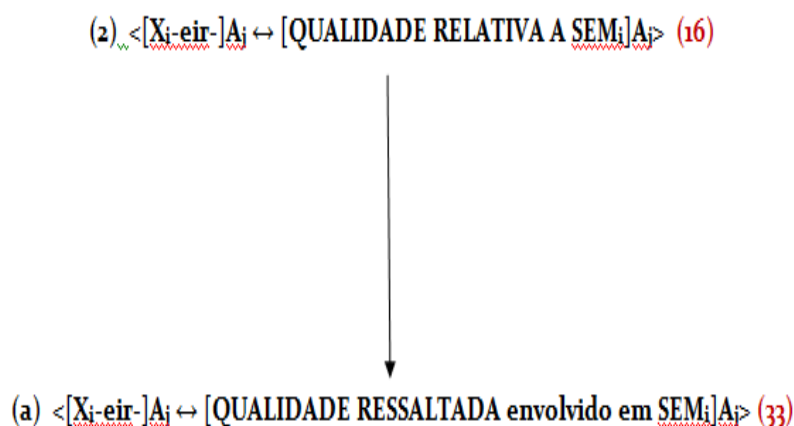


Figura 47: Outra representação dos subesquemas de qualidade das construções *X-eir-*

Com base no fluxo assumido para as construções *X-ārīu*, saindo do esquema adjetival e indo para os esquemas substantivais, foca-se no grupo dos agentes que, de fato, se dividiu em cinco subesquemas – lembrando que para as construções *X-āriū* detectou-se, no *corpus* analisado, quatro subesquemas mais gerais e que o quinto (agentes vegetais) foi incluído por sua provável existência no latim. A representação, conforme o modelo de Booij, está na Figura 48:

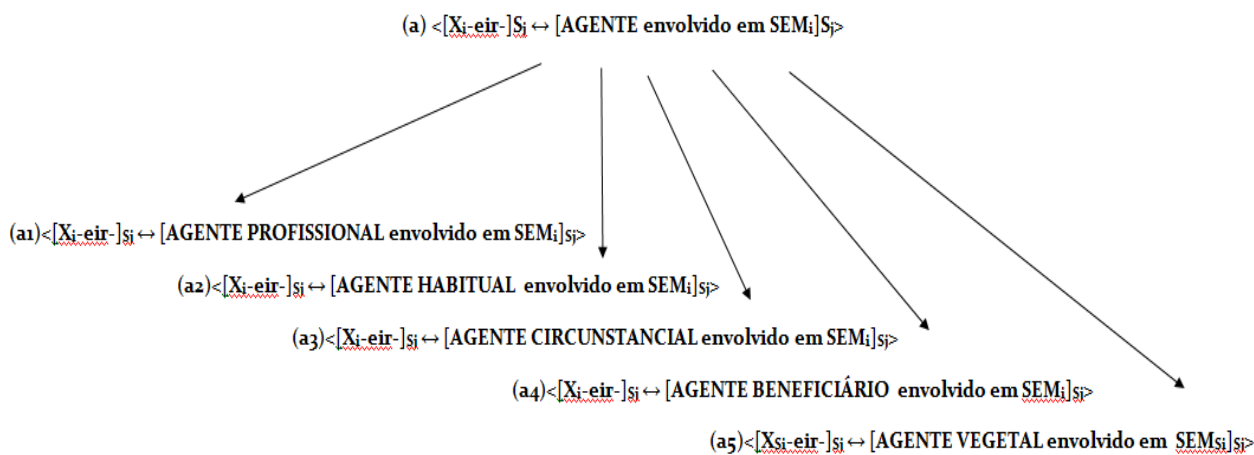


Figura 48: Subesquemas de agentes das construções *X-eir-*

Em termos quantitativos, ao total, o esquema de agente instanciou 217 das 365 formações do *corpus* completo, ou seja, um percentual de 59,45%. A quantidade de instanciações produzidas por cada subesquema está apresentada na Tabela 8.

Subesquema	Quantidade numérica	Percentual do total (%)
Agente profissional	122 ⁹⁹	56,2
Agente habitual	43	19,4
Agente circunstancial	4	1,8
Agente beneficiário	6	2,8
Agente vegetal	42	19,8

Tabela 8: Quantidade de instanciações nos subesquemas de agentes *X-eir-*

A título de exemplificação, do subesquema dos agentes profissionais, são instanciadas palavras, como: *adargueyros* (PA001: fabricante de adargas), *alfeyreyro* (PA008: guardador ou pastor de rebanho do tipo ‘alfeire’), *almuinheiro* (PA010: hortelão, que cuida da horta ‘almuinha’), *armeiro* (PA016: fabricante ou vendedor de armas), *asemeyro* (PA019: condutor da azêmola), *bailhadeyras* (PA027: bailarina), *cabreiros* (PA040: criador de cabra), *caldeireiros* (PA043: artífice que prepara caldeiras e utensílios de metal), *carneçeiro* (PA048: açougueiro), *çapateyro* (PA050: aquele que produz sapatos), *çaquiteyro* (PA053: o que tem ao seu cargo providenciar o pão para a mesa real), *despenseyro* (PA106: aquele que tem como cargo cuidar da despensa), *enfermeyro* (PA111: que tem a função de cuidar do enfermo), *ferreyro* (PA137: aquele que faz obras de ferro), *galinheiros* (PA150: servo que toma conta das galinhas), *jornaleyro* (PA166: trabalhador diarista), *mercadeiro* (PA202: aquele que compra para revender a varejo), *ovelleiro* (PA227: pastor de ovelhas), *parteyras* (PA241: aquela que faz partos), *tecedeyras* (PA311: aquela que trabalha tecendo panos) e *vozeyro* (PA345: pessoa que advoga).

Em relação ao subesquema dos agentes habituais, foram consideradas como instanciações as seguintes palavras: *alcoviteira* (PA007: que serve de intermediário em relações amorosas), *cavalheiro* (PA: homem de sentimentos e ações nobres), *choquarreiro* (PA076: que faz gracejos atrevidos), *companheiro* (PA086: aquele que acompanha alguém em jornada), *conselheiro* (PA087: aquele que aconselha), *faenqueuyros* (PA130: que faz um trabalho grosseiro), *forniqueyra* (PA142: aquela que pratica fornicção), *hospitaleiros* (PA160: aquele que fornece hospedagem), *paaçeira* (PA228: aquele que frequenta o paço real), *peideira* (PA248: aquela que peida muito), *putanheiro* (PA271: aquele que frequenta as putas), *uezeyro* (PA334: aquele que tem vezo, costume de fazer certa coisa), *ydoleiros* (PA346: aquele que adora imagens).

⁹⁹ Em que pese a dificuldade de se estabelecer se de fato alguns agentivos assumiam o caráter profissional no período arcaico da língua portuguesa, admite-se a possibilidade de que esse número possa ser modificado.

Há dois pontos importantes de serem reassumidos a partir desses dois primeiros subgrupos de agentes no PA. O primeiro diz respeito à categoria dos agentes habituais. Ao que parece, não faz sentido, aqui também, considerar que a designação desses agentes seja uma característica da língua contemporânea, como sugeriu Pizzorno (2010). Embora a formação de agentes habituais se mostre bastante prolífica no português atual, não se pode dizer que, no PA, não havia produtividade para tal grupo, considerando que foi o segundo mais produtivo.

Em relação ao segundo ponto, observa-se que, nos dados do PA, assim como nos do latim, houve dificuldade em precisar se certos agentes eram habituais ou profissionais, tendo sido algumas instanciações, duplamente classificadas. São os casos de palavras, como *adivinhaveiras* (PA002: que faz adivinhações, predições), *agoireiros* (PA003: que faz agouros ou lê o futuro nas aves), *caualeiro* (PA063: que anda a cavalo), *falseyro* (PA132: aquele que jura falsamente ou falsifica), *feyticeiros* (PA135: aquele que lança feitiço) e *sorteira* (PA306: aquela que lê a sorte). Essas instanciações mostram que os limites entre os agentes habituais e os agentes profissionais também são pouco claros em português e, ao que parece, reafirma-se a via de mão dupla que possibilita aceitar tanto a extensão metonímica proposta por Almeida & Gonçalves (2005) quanto a proposta por Soledade (2016b). Assim, em se tratando das construções *X-eir-*, a relação seria representada de forma análoga à da Figura 37.

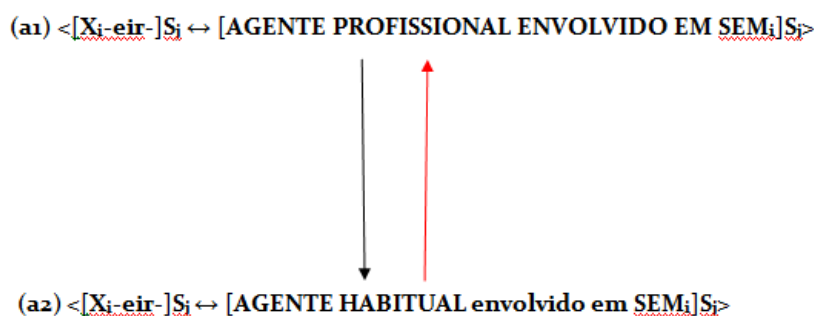


Figura 49: Relação entre os subesquemas de agentes profissionais e de agentes habituais nas construções *X-eir-*

Os agentes circunstanciais e beneficiários mantiveram seus baixos níveis de produtividade, se comparadas às quantificações no PA e no latim. Os agentes circunstanciais foram vistos em *guerreyros* (PA158: aquele que combate na guerra), *omezieyra* (PA225: que comete homicídio) e *prisoneiro* (PA268: aquele que se encontra em prisão), ao passo que os beneficiários foram observados em *comemdadeira* (PA085: quem tem comenda ‘benefício que se dá aos cavaleiros da ordem’), *herdeyros* (PA159: aquele que recebe herança),

merceiros (PA203: o indivíduo a quem se dava pensão ou casa), *pessoeyro* (PA256: aquele que tem herdade), *quinhoeyro* (PA273: aquele que tem quinhão na partilha) e *raçoeyros* (PA273: aquele que recebe ração).

A hipótese proposta para as construções *X-ārīu* de que agentes beneficiários possam ser concebidos como subcategorias dos agentes circunstanciais se aplica também às *X-eir-*. A palavra *herdeyros* (PA159) talvez seja o melhor exemplo para explicar essa relação. Na conceptualização do *herdeiro*, entende-se que ele é um beneficiário, pois recebe como benefício uma *herança*. Justamente essa pode ser concebida como um evento, daí vê-se o caráter circunstancial desse agente. De maneira geral, em analogia à Figura 38, propõe-se uma representação esquemática na Figura 50.

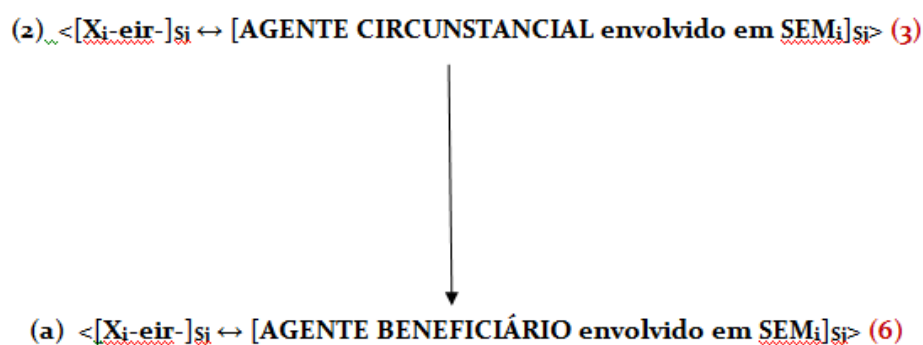


Figura 50: Relação entre os subesquemas de agentes circunstanciais e de agentes beneficiários nas construções *X-eir-*

Dentro do grupo de agentes humanos, viu-se ainda no *corpus* a formação *sabedeira* (PA289: aquela que sabe muito), que foi classificada como *agente experienciador*, com base no trabalho de Soledade (2016b) sobre a construção *X-dor* no PA, em que se verifica a forma *sabedor*. Pelo fato de só haver essa palavra com esse significado, não se propôs aqui um subesquema, pois uma das premissas básicas para a proposição de um subesquema, segundo Booij (2010), é que ele permita a compreensão de um grupo de palavras, ou seja, apresente um certo grau de produtividade, o que não acontece nesse caso.

Diferentemente, saindo da esfera dos agentes humanos, o grupo dos agentes vegetais se mostra bastante produtivo, com 43 instanciações. Alguns exemplos são: *aljaueira* (PA009: árvore de cujas sementes se fazem contas semelhantes às de aljôfar), *avelaneiras* (PA023: árvore que produz avelãs), *azyeira* (PA024: Árvore da família das fagáceas que produz azinha), *carrasqueira* (PA056: espécie de mata anã de arbustos de caule e ramos duros), *carvalheyras* (PA060: árvore comum nas florestas da Europa e tem tronco direto e bem proporcionado), *fegueira* (PA134: árvore que dá figo), *huveiras* (PA162: o mesmo que

videira), *jaqueiras* (PA165: árvore que dá jacas), *larangeiras* (PA175: árvore que dá laranja), *nespereira* (PA216: planta que dá nêspersas), *pinheiro* (PA257: árvore vulgar resinosa de várias espécies), *roseiras* (PA286: planta espinhosa que dá rosas) e *vlmeiro* (PA344: o mesmo que olmo ‘árvore’).

Nota-se, com esses exemplos, que a designação do agente vegetal nem sempre se baseia na flor ou fruto que se produz, como parecia acontecer nas formações do latim. Embora essas designações sejam maioria, há alguns casos em que as designações se dão por outros motivos, *relações de semelhança*, *lugar onde a planta nasce*, etc. Cabe mencionar também as formações cujas bases já designam a própria árvore, como se vê em *carvalheyras* (PA060), *pinheiro* (PA257) e *vlmeiro* (PA344). Sobre esses, sugere-se que sejam formações analógicas que tomaram como via de regra, para nomeação de árvores em geral, as árvores frutíferas/floríferas, para as quais as construções *X-eir-* se mostram bastante produtivas. A construção *X-eir-* se torna tão representativa do significado planta, que, mesmo *carvalho*, que já designava uma planta, tem o sufixo a ela acrescido, ressaltando a importância do sufixo no estabelecimento de um conjunto de elementos semanticamente relacionados como planta. Isso reforça a ideia de que a frequência/produzibilidade de um esquema pode determinar que o valor semântico do sufixo se sobreponha ao da base, uma vez que podem gerar instanciações menos previsíveis.

Se mantida a hipótese proposta em *X-ārīu* de que os agentes vegetais, em função do aspecto produtor, sejam metaforizações dos agentes profissionais (GONÇALVES, YACOVENCO & COSTA, 1998), pode-se acrescentar, com base nos dados levantados em *X-eir-*, que há uma extensão do protótipo, saindo da conceptualização do agente vegetal como produtor de flor/fruto para um conceito mais amplo, produzindo designações mais genéricas de plantas. Esses processos estão simbolicamente representados na Figura 51, sobre a qual se chama a atenção para o fato de que, embora seja uma aparente inovação do PA, não se viu a necessidade de fazer essa diferença em termos de subesquemas, para que a polissemia não seja ‘puxada para baixo’. Isso é dizer que o subesquema de agente vegetal, como se apresenta na Figura 48, já dá conta das duas categorias de plantas e as subcategorias que aparecem na Figura 51 têm apenas efeito ilustrativo.

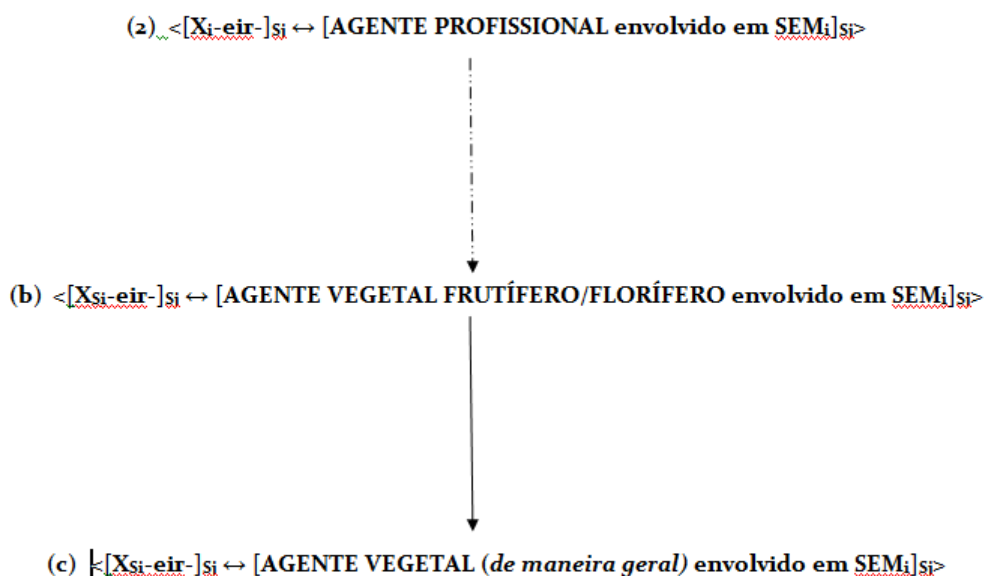


Figura 51: Relações metafóricas e metonímicas entre os subesquemas de agentes profissionais e de agentes vegetais nas construções *X-eir-*

Mantida a hipótese de que os objetos *X-eir-* também possam ser concebidos como metáforas dos agentes profissionais (BOTELHO, 2004; VIARO, 2011b; SOLEDADE, 2013), sejam comentadas as palavras instanciadas por esse esquema dominante, cuja representação, segundo o modelo boijiano, é proposta na Figura 52.

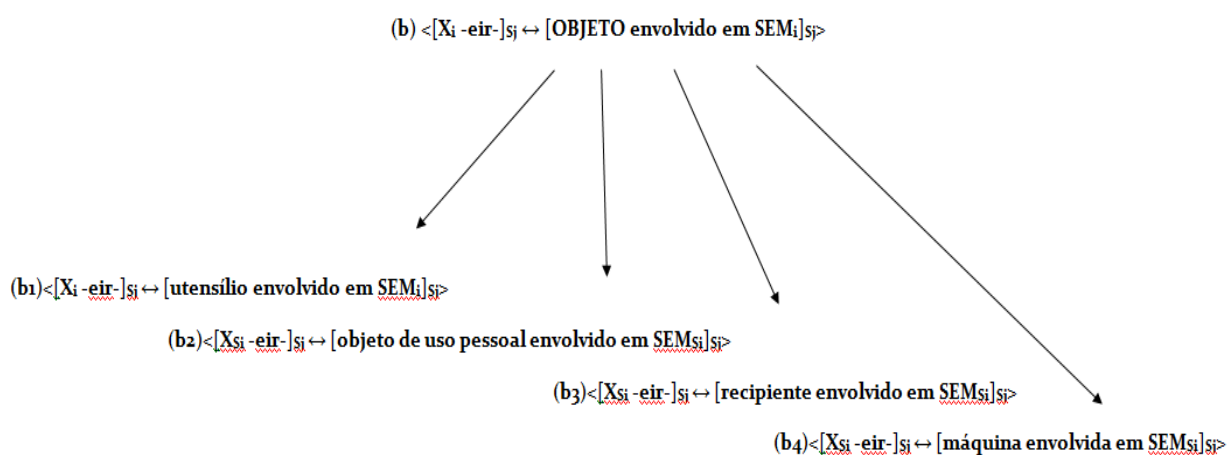


Figura 52: Subesquemas de objetos das construções *X-eir-* do PA

Em relação à quantidade de palavras instanciadas por esse esquema, observam-se, no corpus, 37 formações, logo 10,1% do corpus completo. A quantidade de instanciações produzidas por cada subesquema está apresentada na Tabela 9.

Subesquema	Quantidade numérica	Percentual do total (%)
Objeto utensílio	19	51,4
Objeto de uso pessoal	9	24,3
Objeto recipiente	6	16,2
Objeto máquina	3	8,1

Tabela 9: Quantidade de instanciações nos subesquemas de objetos *X-eir-*

Com o intuito de mencionar alguns exemplos, destaca-se, aqui, que, do subesquema objeto utensílio, foram instanciadas palavras, como *bamdeira* (PA029: pedaço de pano com uma ou mais cores, às vezes com legendas), *candeyro* (PA041: instrumento de iluminação), *espaldeyras* (PA115: pano que se pendura no espaldar da cadeira), *estribeira* (PA126: degrau que funciona como apoio para montar na carruagem), *jsqueeiro* (PA 167: Objeto munido de pederneira, a qual, ao ser atritada, produz centelhas que inflamam um pavio) e *tabolleyros* (PA310: peça do serviço comum, usada para apoiar algo em cima).

O subesquema de objetos de uso pessoal instancia *aguadeira* (PA004: capa que protege contra a chuva), *brafoneiras* (PA025: parte das armaduras antigas que protegia a região superior do braço e os ombros), *cervilheiras* (PA072: espécie de capacete para defender a cabeça e a cerviz), *çudeyro* (PA100: pano com que se enxugava o suor), *cueiros* (PA101: pano em que se envolve o corpo das criancinhas da cintura para baixo), *geolheiras* (PA152: parte da armadura que defendia o joelho), *gorgeyra* (PA153: peça de pano para adornar o pescoço), *pamçeira* (PA237: parte da armadura que protegia a pança ou o ventre) e *sombreiro* (PA305: chapéu que dá sombra).

Observe-se que essa categoria de *objetos de uso pessoal* não se verificava no latim, onde o esquema dominante de objeto, embora já existisse, apresentava baixa produtividade. Ou seja, parece ser uma inovação do português, uma vez que os objetos designados pelas construções *X-ārīu* não se aproximam desses. Note-se também que nada impede de os objetos de uso pessoal *X-eir-* serem concebidos como objetos utensílios. Entretanto, entende-se que, pelo fato de os objetos pessoais envolverem, normalmente, a proteção de uma parte do corpo, e essa característica ser recorrente, há a necessidade de separá-los, mas reconhecendo a existência de uma extensão metonímica similiar a que ocorre entre agente circunstancial e agente beneficiário. Essa formulação está na Figura 53.

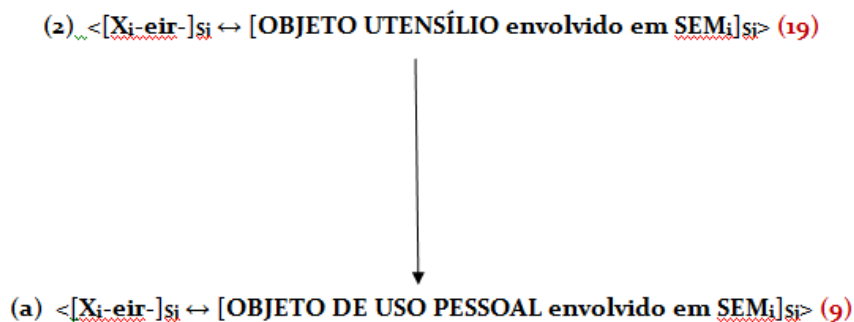


Figura 53: Relação entre os subesquemas de objetos utensílios e de objetos de uso pessoal nas construções *X-eir-*

Em relação ao subesquema *objeto recipiente*, encontram-se as seguintes instanciações: *caldeira* (PA042: recipiente onde se prepara o caldo), *caleiro* (PA044: tubo por onde se escoar a água), *masseira* (PA195: bacia de madeira), *mealheiro* (PA198: pequeno cofre para se colocar moedas), *morteyro* (PA214: recipiente feito de tamanhos e materiais diversos para triturar ou misturar substâncias) e *saleyros* (PA290: recipiente para colocar sal). Por último, o subesquema *objeto máquina* instanciou *cibeyra* (PA078: navio de grande porte utilizado como navio cargueiro), *pedreira* (PA245: máquina que quebra pedra) e *rodeyro* (PA283: barco pequeno da região do Douro), mantendo-se a baixa produtividade que atestava no latim.

Há duas instanciações do esquema objeto que precisam ser comentadas: *candeeyro* (PA041, objeto utensílio) e *augadeira* (PA004, objeto de uso pessoal). Sobre *candeeyro*, encontraram-se duas realizações do século XIV em que o significado da palavra era ‘servo que segurava a candeia à frente do bando de animais’ e o significado de ‘instrumento de iluminação’ só aparece em duas realizações do século XV e três do século XVI. Se o *corpus* aqui analisado for tomado como referência, pode-se inferir que, nesse caso, do ponto de vista histórico-cronológico, o significado de objeto é posterior a do agente e a história da polissemia de *candeeyro* se mostra como um bom exemplo de que a designação de objetos possa decorrer de uma extensão metafórica dos agentes, como sugerem Botelho (2004), Viaro (2011b) e Soledade (2013), pois há uma passagem do agente humano que segura a candeia para um objeto agente não humano que contém essa candeia, podendo ser classificada como uma metáfora ontológica (LAKOFF E JOHNSON, 1980) em que se atribuem funções prototipicamente humanas a seres não humanos.

Como cada palavra possui uma história diferente, com *aguadeira* (PA004), observa-se um movimento aparentemente diferente. As averbações do século XIII apontam para o significado de objeto de uso pessoal. Embora não se ateste no *corpus*, a partir de consulta ao dicionário de Moreira (2005), nota-se que a palavra, no período arcaico, também designava o agente que transportava água, que equivale semanticamente a *aquārīus* (LL020) e *utrārīus*

(LL217), no latim. Na LP, esse significado data do século XIV (CUNHA, 2007). Novamente, se tomado o *corpus* analisado como referência e aceitas as informações obtidas em Moreira (2005) e Cunha (2007), pode-se dizer que, no caso de *aguadeira*, o significado de objeto tenha sido anterior a de agente. A respeito da profissão de aguadeiro, Gomes (2016) conta que

Com a sua indumentária característica, [...] o aguadeiro galego percorria a cidade vendendo a água em barris. [...] Os aguadeiros organizavam-se em companhias e, uma vez que tinham a primazia do abastecimento de água, eram ainda obrigados a participar no combate aos incêndios. (GOMES, 2016)

Diante do exposto, é admissível que a *aguadeira* fizesse parte da indumentária típica do *aguadeiro*, sendo a designação para a profissão decorrente de uma metonímia, em que se focalizou essa característica do agente.

Assim, considerando a produtividade e anterioridade do esquema de profissão já na língua latina, pareceria mais provável que o agentivo profissional tivesse surgido primeiro, no entanto, não é isso que se verifica, o que vem demonstrar que embora os sentidos dos subesquemas se mostrem relacionados através de processos de extensão metafóricos ou metonímicos que estão na base de suas origens, uma vez estabelecidos, os subesquemas se mostram relativamente independentes, isto quer dizer que para instanciar um objeto não será preciso a existência anterior de uma instanciação de agente (*candeeyro* – agente > *candeeyro* > objeto), por sua vez, agentes profissionais e habituais podem ser instanciados a partir de instanciações já tradicionalizadas de objetos, por exemplo, nada impediria que as baianas de acarajé de Salvador fossem denominadas de *tabuleiras*, uma vez que expõem comida que vendem sobre um tabuleiro. Em suma, o fato de *aguadeiro* (agente profissional) ser documentado posteriormente a *aguadeira* (capa de chuva) é um provável exemplo de as relações semânticas poderem se dar em múltiplas direções.

Quais tenham sido os percursos históricos de *aguadeira* e de *candeeyro*, a polissemia se aplica a outros casos, e isso reforça a necessidade, comentada por Simões Neto & Soledade (2015), de que o modelo boojiano comece a dar conta de descrever uma gama de relações existentes, indo além da hierarquia entre esquemas e subesquemas, e chegando às relações que se estabelecem entre esquemas e esquemas e subesquemas e subesquemas.

A respeito do esquema dominante *locativo*, observa-se que, assim como no latim, também no PA se verifica uma maior produtividade desse em relação ao esquema *objeto*. Sob esse esquema, atestam-se também, no PA, um subesquema de lugar recipiente e outro de

aspecto mais funcional, sendo o primeiro mais produtivo, tal como acontecia com os locativos *X-ārīu*. A representação do esquema *locativo* e dos seus dois subesquemas está na Figura 54.

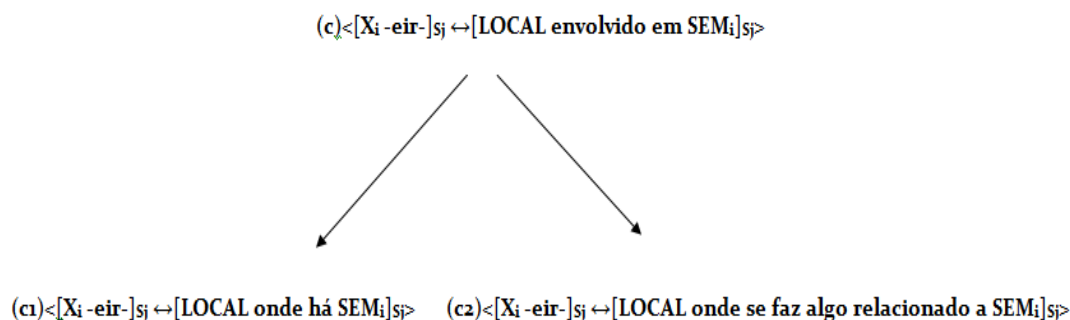


Figura 54: Subesquemas de locativos das construções *X-eir-* do PA

Os locativos recipientes (lugar onde há) tiveram 33 instanciações no PA. Algumas delas são: *captiueiro* (PA052: lugar em que alguém se encontra cativo), *carreyra* (PA057: caminho para carros), *celeiro* (PA067: depósito de cereais), *cinzeyro* (PA080: monte de cinzas), *codesseira* (PA083: terra onde há muito codesso), *graneyro* (PA156: celeiro), *junqueiro* (PA: aglomerado de juncos), *lameyro* (PA173: lugar onde se tem lama), *mineiras* (PA208: terreno abundante em minérios), *palheyro* (PA232: armazém de madeira em que certos salineiros guardam a produção das salinas), *pesqueyras* (PA255: lugar onde há armações de pescar), *semêteira* (PA296: viveiro de plantas que nascem juntas), *silveira* (PA300: extenso aglomerado de silvas em determinada área), e *terreyro* (PA318: porção de terra larga e ampla).

Do outro lado, os lugares de carácter mais relacional/funcional ('lugar onde se faz algo relacionado a'), instanciados pelo outro subesquema locativo foram vistos em 10 palavras, entre as quais, estão: *cabeceiras* (PA038: parte da cama onde se repousa a cabeça), *espoojeiro* (PA119: lugar onde a besta se espoja), *estaleiro* (PA121: local onde se conserta ou fabrica navios), *fronteira* (PA145: limite que separa lugares), *regueiros* (PA278: terreno baixo, adjacente às margens de um rio onde se escoia água) e *soalheiro* (PA301: lugar aonde as pessoas vão para tomar sol).

Vale destacar que a classificação dos locativos não é uma tarefa fácil, uma vez que o aspecto funcional pode, de alguma forma, ser recipiente, e vice-versa. Depende-se, então, do foco que se dá à cena observada. No caso de *estaleiro* (PA121), por exemplo, o significado atribuído é de um 'local onde se conserta ou fabrica navios'. Aqui, optou-se por focar nas atividades de fabricação e conserto, mas poderia ser focado o continente 'navio' e atribuir um valor mais recipiente a esse locativo. Da mesma forma, em *atoleiros* (PA022: lugar de solo mole), optou-se por focar em um esquema de recipiente em que há 'solo mole' no lugar,

entretanto, poder-se-ia focar também na consequência do solo mole fazer *atolar*. Tudo isso depende da conceptualização e da focalização acionadas, reforçando que, diferentemente de outras categorias, os limites entre esses subesquemas ainda são bastante imprecisos.

O quarto esquema dominante atuante nas construções *X-eir-* do PA é o de quantidade. Embora possa, agora, ser dito que esse esquema é também uma herança da construção *X-ariu*, vale mencionar que Soledade (2013) não encontrou, no *corpus* analisado por ela, palavras instanciadas por esse esquema, o que sugeria que ele talvez ainda não existisse ainda no português do período arcaico. Contudo, no *corpus* aqui analisado foram verificadas 10 palavras consideradas instanciações do esquema quantidade, ramificado em 3 subesquemas, como se pode ver na Figura 55.

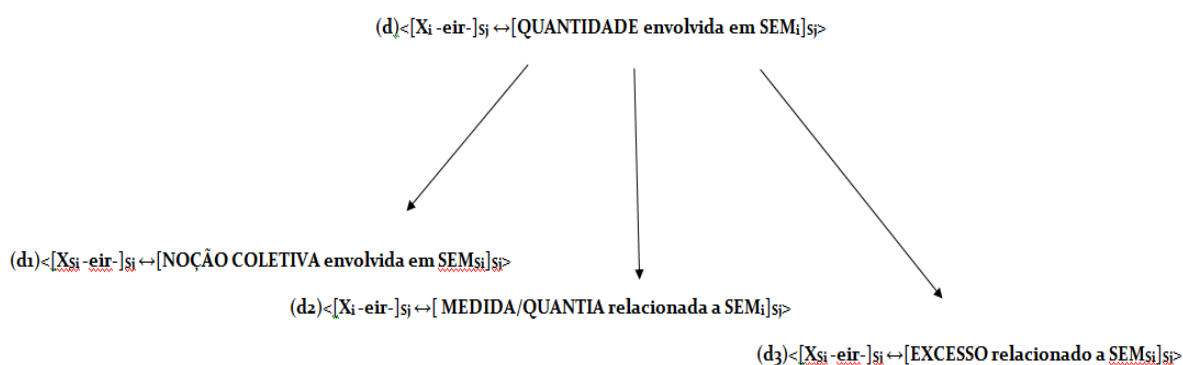


Figura 55: Subesquemas de quantidade das construções *X-eir-* do PA

O subesquema *noção coletiva*, que já existia em latim, instancia, no PA, *cabeleiras* (PA039: conjunto de cabelos), *ceveyra* (PA071: cereais miúdos próprios para a ceva), *cizneiros* (PA082: aglomerado de cisnes) e *milheyro* (PA207: conjuntos de mil unidades). Também existente no latim, o subesquema *medida/quantia* instancia *ffossadeyra* (PA138: tributo pago por aqueles que faltavam ao fossado), *quartejro* (PA272: a quarta parte de um moio) e *sesteyro* (PA299: medida de capacidade equivalente a três ou quatro alqueires). Significado inovador no português é o subesquema *excesso*, bastante relacionado aos fenômenos naturais. São encontradas três instanciações: *chuuazeiros* (PA077: aguaceiro), *nevoeiro* (PA217: grande névoa) e *poeyra* (PA258: muito pó levantado).

O último esquema dominante atestado no *corpus* é o de anomalia, também uma inovação verificada no PA. Foram encontradas três realizações: *manqueira* (PA193: a deficiência de quem é manco), *olheiras* (PA222: nódoas ao redor ou debaixo dos olhos devido ao cansaço) e *polmoeira* (PA259: doença que dá no bofe das bestas). A partir da interpretação de Pizzorno (2010), pode-se propor que essa categoria seja analisada como uma extensão

metafórica do subesquema de excesso, por meio de uma metáfora conceptual tipo O QUE ESTÁ EM EXCESSO É ANORMAL/ANÔMALO, o que reforça a necessidade de que o modelo boojiano promova melhores ligações entre os esquemas. Dentro dos limites do modelo, o esquema dominante pode ser representado, como na Figura 56. A única diferença entre esse e o que propõe Soledade (2013) é a não especificação da categoria morfossintática da base, uma vez que, a partir de *olheiras*, a autora propôs que o *input* seja sempre substantivo, mas, com há nos dados aqui analisados a instanciação *manqueira*, cujo *input* é adjetivo, opta-se, aqui, pela anulação dessa informação.

(e) <[X_i-eir-]S_j ↔ [ANOMALIA envolvido em SEM_i]S_j>

Figura 56: Esquema de anomalia das construções X-eir- do PA

A fim de propor um esquema geral das construções X-eir- substantivas do PA, propõe-se, na Figura 57, em analogia à Figura 44, uma representação esquemática onde se veem todos os significados atestados e a frequência no *corpus*. Mais uma vez, de vermelho, marcam-se todos os significados que se associam pela noção de quantidade, e de azul, destaca-se a relação entre o subesquema de anomalia e o de excesso, que também apresentam a noção de quantidade.

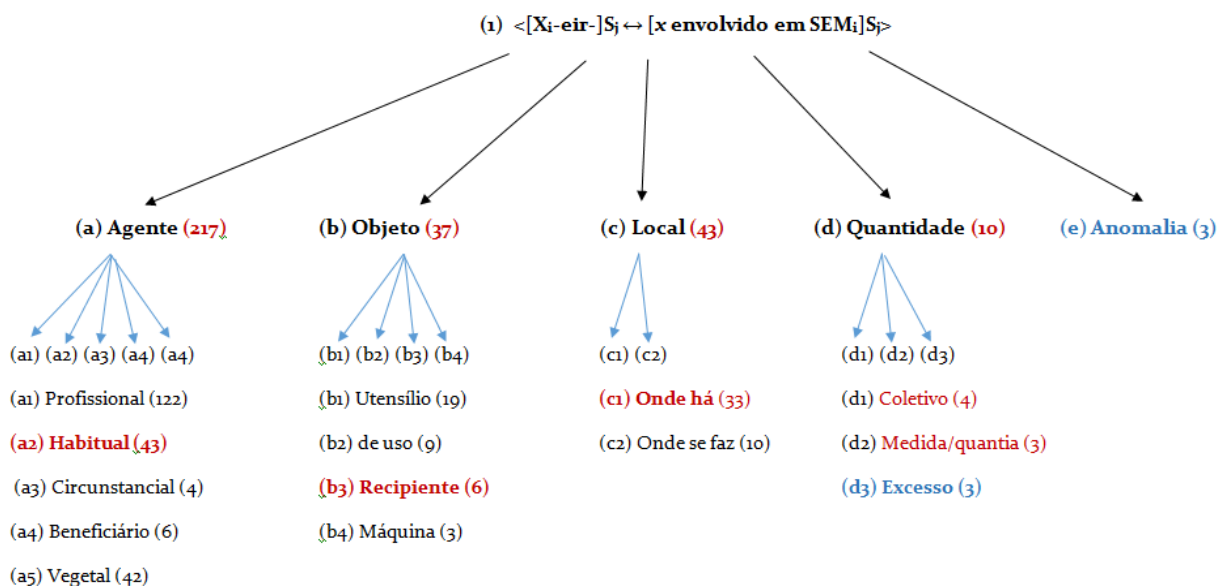


Figura 57: Esquema geral das construções X-eir- substantivas

Observe-se que se mantêm os destaques em vermelho para as relações semânticas que são perpassadas pelo aspecto de quantidade/frequência e, em azul, a relação destacada por PIZZORNO (2010) entre o subesquema de excesso e o subesquema de anomalia. Outras

relações semânticas também poderiam ser evidenciadas, como as projeções metafóricas que de agentes profissionais geram objetos e locativos, as relações metonímicas que foram acima destacadas entre diversos subesquemas como agentes profissionais e habituais, circunstanciais e beneficiários, objetos utensílios e objetos de uso pessoal; contudo, como bem coloca Soledade (2013), para dar conta de todas essas relações semânticas entre esquemas e subesquemas, subesquemas e subesquemas, seria preciso que o modelo de representação fosse tridimensional a fim de descrever a complexa rede de sentidos que em torno das construções *X-eir-* se enreda.

6.2 CONTANDO HISTÓRIAS

A análise até então apresentada se baseou no modelo construcional proposto por Booij, aplicando sobre esses algumas críticas assumidas no Capítulo 3. Na concepção do próprio autor, a MC é uma morfologia baseada em palavras com orientação para o *output* e com destaque para os aspectos semânticos nas construções morfológicas, diferenciando-se da morfologia gerativista aronoffiana, orientada para o *input* e com maior ênfase nos aspectos formais. Ao se voltar para o *output*, na tentativa de evitar uma análise composicional das palavras morfológicamente complexas, a MC deixa de observar um conjunto de relações de sentidos pertinentes ao *input* que interferem no significado do *output*, de maneira não composicional.

Nos trabalhos de Botelho (2004) e (2009) sobre a rede de construções *X-eiro*, veem-se algumas explicações sobre a possibilidade de, na sufixação, a base poder comprimir todo um evento, de forma que a análise composicional nunca dará conta da complexidade do significado de algumas instanciações. São os casos das já mencionadas palavras *mochileiro* e *sacoleira*, em que as bases *mochila* e *sacola*, no processo de derivação, comprimem todo um processo cognitivo que, somente uma argumentação, com base na experiência sociocultural e cotidiana (dos brasileiros, nesse contexto), pode dar conta. Tavares dos Santos (2009) e Carmo (2009), respectivamente, refletiram sobre esses mesmos aspectos nas construções *X-nte* e *X-ista*.

Fora do contexto da sufixação, Santos Lopes (2016, no prelo) observa, em algumas palavras prefixadas do PA, que essas

se destacam pela força dessa capacidade de compressão semântica dos prefixos, de tal modo que uma simples palavra, formada por um item

prefixal associado a uma base léxica, compacta em si uma espécie de micronarrativa, que é mais completa e específica que a paráfrase em geral apontada para a dita formação. O prefixo *com-* serve muito bem para exemplificar essa hipótese. Ao se verificar a etimologia e o percurso diacrônico do verbo *concordar*, constata-se que é fruto de um processo parassintético *lato sensu* (*cum-* + *cord(is)* + vogal temática verbal + morfemas flexivos verbais), apresentando o significado de ‘pôr-se ou estar de acordo’. Esse significado mais geral e mais abstrato parece originar-se, metonímica ou metaforicamente, da micronarrativa original (etimológica) que a formação parece ter contido: ‘ter o coração com o outro; estar com o coração lado a lado do outro; pôr o coração próximo ao do outro’. (SANTOS LOPES, 2016)

Em face do exposto, Santos Lopes (2016) observa que, mesmo nas formações em que, sincronicamente, o prefixo não possa ser depreendido e, nesse sentido, parecer semanticamente opaco, a pesquisa diacrônica pode ajudar a construir uma micronarrativa (ou da cena comprimida). O autor exemplifica com *derrubar*, ‘deixar ou fazer cair’, que tem como étimo o latim medieval lusitano ‘*diripāre*, de *de-* + *-rip(a)-* (‘ribanceira, margens’) + *-āre*’, uma vez tomando como norte o conhecimento etimológico, pode-se propor uma micronarrativa de base mais concreta, decorrente da experiência de ‘lançar ribanceira abaixo’. Outros casos explicados por Santos Lopes (2016) aparecem no Quadro 29 abaixo.

VOCÁBULO	ETIMOLOGIA	MICRONARRATIVA ¹⁰⁰	PARÁFRASE ¹⁰¹
<i>enveja</i>	Do lat. <i>īnvidīa</i> < <i>īnvidus</i> , -a, -um < <i>īnvidēre</i>	‘olhar insistente para algo ou alguém; maus olhares para algo ou alguém’	‘desgosto provocado pela felicidade ou prosperidade alheia ou vontade irrefreável de possui-los’
<i>escaeceu</i>	Do lat. <i>*excadescere</i> , frequ. de <i>excadēre</i>	‘cair para fora (da memória)’	‘perder a lembrança de algo; deixar de pensar em algo’
<i>enpeecer</i>	Do lat. <i>*impediscēre</i> , incoativo de <i>impedīre</i> < <i>in-</i> + <i>pēs</i> , <i>pēdis</i>	‘não deixar andar com os seus pés’	‘dificultar ou tornar impraticável determinada ação’
<i>obediēte</i>	Do lat. <i>*obediscēre</i> , incoativo de <i>obedīre</i> (<i>ob-</i> + <i>audīre</i>),	‘que põe os ouvidos a escutar outrem que fala ou instrui’	‘que se submete à vontade de outrem’
<i>posfaça</i>	Do lat. <i>*postfaciare</i> < lat. <i>post faciem</i>	‘estar atrás da face’	‘injuriar, caluniar, dizer mal de alguém’

¹⁰⁰ “As principais características dos sentidos próprios às micronarrativas ou compressões de significado/cena são a concretude, a especificidade e a *primitividade* (caráter etimológico).” (SANTOS LOPES, 2016)

¹⁰¹ “Ou seja, o sentido do vocábulo na sincronia e no documento analisados” (SANTOS LOPES, 2016).

<i>resurreycõ</i>	Do lat. <i>ressurrēctiõ</i> , -õnis < lat. <i>resurgēre</i> < <i>subrigēre</i> < <i>sub-</i> + <i>-regēre</i>	‘ato de mostrar-se novamente, conduzindo (-se) de baixo para cima’	‘retorno da morte à vida’
<i>substãça</i>	Do lat. <i>substantia</i> , - <i>ae</i> < <i>substāre</i> < <i>sub-</i> + <i>-stāre</i>	‘o que está por debaixo de’	‘natureza’
<i>trabalhey</i>	Do lat. vulg. <i>*trīpālīāre</i> , derivado de <i>trīpālīum</i> ,	‘torturar com instrumento de tortura composto de três paus’	‘empenhar forças físicas ou cognitivas para executar algo’

Quadro 29: Micronarrativas prefixais em algumas formações do PA (SANTOS LOPES, 2016)

Compreende-se, assim, com Botelho (2004, 2009) e Santos Lopes (2016) “que os processos de formação lexical são, de fato, compressões de diferentes ‘historinhas’” (BOTELHO, 2004, p.99), e que certas instanciações têm sua motivação semântica engendrada em contextos mais concretos relacionados à experiência corpórea (mente corporificada) podendo, em estágios posteriores, assumir sentidos mais gerais em percursos de extensão metafóricos e/ou metonímicos.

Partindo, assim, dessa reflexão, foram selecionadas, dos *corpora*, algumas construções, 15 *X-ārīu* e 20 *X-eir-*, que parecem ter sido originadas em contextos específicos, quer da experiência física quer de experiências sócio-culturais demarcadas, que merecem ser explicitados em micronarrativas, tendo com isso o objetivo de verificar certas regularidades nos cursos percorridos pela polissemia. Entretanto, ressalva-se que nem sempre será a etimologia que será tomada como norte, sobretudo no caso das palavras do latim. Daí, as ‘historinhas’ que aqui se contam envolvem, em alguns casos, a pista etimológica, mas não só isso: leva-se em conta também um conjunto de aspectos sociais, culturais e sociocognitivos que interessa à LC, mas que o modelo boojiano, até onde se viu, ainda não conseguiu contemplar. No Quadro 30, sejam mostradas as palavras *X-ārīu* selecionadas.

CÓDIGO	VOCÁBULO	SIGNIFICADO DO VOCÁBULO	BASE	SIGNIFICADO DA BASE
LL004	<i>admissārīus</i>	garanhão; reprodutor; homem lascivo	<i>Admissum</i>	má ação; crime
LL020	<i>aquārīus</i>	escravo que vai à água, aguadeiro.	<i>Aqua</i>	água
LL023	<i>argentārīus</i>	banqueiro; cambista;	<i>argēntum</i>	Moeda de prata, prata cunhada,

		cobrador.		riqueza.
LL104	<i>januārius</i>	de janeiro (calendas de janeiro).	<i>Janus</i>	Jano, divindade das portas de passagem.
LL116	<i>linguārium</i>	multa por ter falado demais.	<i>Lingua</i>	língua, a língua (órgão) fala, palavra, linguagem.
LL119	<i>macellārius</i>	negociante de comestíveis, carnicheiro.	<i>Macellum</i>	mercado em que se vende carne e/ou peixe.
LL126	<i>mensārius</i>	banqueiro, cambista.	<i>Mensa</i>	mesa, mesa de jantar; mesa do banqueiro.
LL159	<i>pappārium</i>	alimento das crianças	<i>Pāpa</i>	palavra com que as crianças designam a alimentação
LL179	<i>quasillāria</i>	fiandeira.	<i>Quasillum</i>	cestinho, cesto de pôr a lã.
LL189	<i>salārius</i>	negociante de carne ou peixe salgado.	<i>Sāl</i>	sal.
LL216	<i>usurārius</i>	usurário.	<i>Ūsura</i>	uso de uma coisa, gozo, faculdade de usar,
LL217	<i>utrārius</i>	aguadeiro, o que traz água.	<i>Uter</i>	odre (para líquidos).
LL219	<i>valetudinārium</i>	casa de saúde.	<i>Valētūdō</i>	doença, mau estado de saúde.
LL229	<i>vicāria</i>	substituta.	<i>Vicis</i>	lugar ocupado por alguém
LL246	<i>vulnerārius</i>	cirurgião.	<i>Vulnus</i>	ferida, golpe

Quadro 30: Palavras *X-āriū* selecionadas para análises de micronarrativas

Se feita uma análise composicional sobre a palavra *admissārius* (LL004), o significado do *output* seria ‘aquele que comete uma má ação’ ou ‘aquele que comete um crime’. O significado atestado em Faria (1994) aponta para um ‘homem lascivo, garanhão’, o que não estaria de acordo com uma análise em que o todo seria a soma das partes, reinvidicando, portanto, uma contextualização sócio-histórica em torno dos hábitos para melhor compreender que cenário essa derivação está comprimindo.

No livro *Luxúria: como ela mudou a história do mundo*, Horta (2015) comenta a visão que se tinha dos pecados capitais na Antiguidade Clássica, reportando à cena da obra *A divina comédia* em que Dante e Virgílio descem os nove círculos do inferno e encontram os antigos sábios, considerados, entre os pecadores, os mais inocentes. Segundo o autor, Dante entendia que os pecados capitais não eram os mais graves e essa visão estava de acordo com a tradição

católica, que entendia que *vaidade, avareza, gula, preguiça, inveja, ira e luxúria* não podiam ser concebidas simplifadamente por atos ou pensamentos específicos, como acontecia com a *heresia, a violência, a fraude a traição*. Com isso, Horta (2015) explica que os pecados capitais não eram caracterizados pela gravidade, nem eram concebidos como atos ou pensamentos maus. Ou seja, esses pecados mais se caracterizavam pela capacidade de indução a outros pecados mais graves, sendo por isso ‘a cabeça dos pecados’. Em se tratando de luxúria, o autor explica que essa não deve ser

traduzida em atos sexuais específicos – como “fornicação” e “sodomia”. Ela é mais bem-definida como a inclinação a ceder aos desejos do nosso corpo. E, ao ceder aos desejos da carne, acabamos ultrapassando a barreira do que a tradição cristã considera pecado.

A ideia de que a luxúria é um pecado surgiu em momento muito específico do Cristianismo, e teve consequências importantes na forma como as pessoas se relacionam no Ocidente. A história do Ocidente, por sua vez, também acabou modificando bastante o que consideramos luxúria e a importância que lhe damos. (HORTA, 2015, p.9)

Em face do exposto, considerando todo o poder do Cristianismo, um dos principais difusores da língua latina inclusive (PIEL, 1989; FUNARI, 2015), pode-se entender que *admissārius* (LL004) comprime uma categorização de perspectiva cristã em que o homem lascivo é concebido como praticante de uma má ação decorrente da predisposição luxuriosa que todo ser humano, em tese, traz consigo.

A micronarrativa de *aquārīus* (LL020: escravo que vai à água, aguadeiro.) está intimamente relacionada à de *utrārīus* (LL217: aguadeiro, o que traz água), sendo sinônimos, segundo os verbetes de Faria (1994). Lembre-se aqui dos exemplos dados por Castro da Silva (2012), reproduzido no Capítulo 2, com o intuito de explicar sobre ajuste focal nas construções morfológicas. O autor mencionou que *carcereiro* e *prisioneiro*, embora tenham bases sinônimas – *cárcere* e *prisão* -, designam referentes distintos e isso advém do fato de que, mesmo que *cárcere* e *prisão* remetam a uma mesma cena, as construções *X-eir-*, nesses casos, perfilam a cena de formas diferentes. Um processo analogicamente inverso é visto com *aquārīus* e *utrārīus*, pois, embora com bases diferentes, as construções apontam para o mesmo referente. Em *aquārīus*, a base é *aqua* (água) e, em *utrārīus*, tem-se *uter* (odre: recipiente feito de pele de animal para transportar líquidos), como base. Note-se que, em uma formação, toma-se o líquido transportado como base, ao passo que a outra toma o recipiente, daí o ajuste focal é compreendido por uma metonímia CONTINENTE/CONTEÚDO, em que *aquārīus* parte do conteúdo e *utrārīus* do continente.

Uma relação similar acontece entre *argentāriūs* (LL023: banqueiro, cambista, cobrador) e *mensāriūs* (LL126: banqueiro, cambista), em que as duas construções, conforme definição de Faria (1994), remetem à figura do banqueiro. Em *A dictionary of Greek and Roman Antiquities*, Smith (1875) explica que a diferença entre um e outro está no fato de o *mensāriūs* designar os banqueiros nomeados pelo Estado, ao passo que o *argentāriūs* podia também atuar em contexto privado. Havia, certamente, algumas diferenças entre as designações, porém, as funções de banqueiros, comerciantes de moeda, agentes de leilão, entre outras, eram desempenhadas pelos dois. Assim, valendo-se dos aspectos similares, pode-se entender que, do ponto de vista cognitivo no processo derivativo, *argentāriūs* e *mensāriūs* se diferenciam por uma questão de ajuste focal, tendo *argentāriūs* destacado um dos objetos em que se atua, a prata/moedas de prata, e *mensāriūs* optado pelo lugar em que se trabalha. Destaque-se, ainda, que há um processo metonímico na base de *argentāriūs*, uma vez que a moeda é tomada pelo produto de que é feita, *argēntum* ‘prata’. Em suma, mesa e moedas, nesse caso, são participantes que estão em uma relação de contiguidade na cena do exercício do *banqueiro*.

Em *januāriūs* (LL104), o adjetivo remete ao deus romano *Jano*, tomado como base, significando de *janeiro* (calendas de janeiro). *Calendas* designava o primeiro dia de cada mês no calendário romano e o adjetivo *januāriūs*, mais tarde, passou a designar o mês de janeiro, primeiro mês do ano. A tomada de *Jano* como base não é aleatória nesse caso, pois esse deus, segundo Santo Agostinho, no livro *A cidade de Deus*, tinha “poder sobre todos os começos e é por isso que está certo que lhe atribuem os preliminares da concepção” (SANTO AGOSTINHO, 1996, p.612). Assim a concepção de *januāriūs* como o primeiro mês do calendário que se estende até os dias de hoje advém da concepção do deus *Jano* como aquele que exerce poder sobre o início.

A construção *linguārĭum* (LL126) toma como base *lingua* que, pelo que se observa, já apresentava a mesma polissemia que existe hoje, significando tanto o sistema de expressão e comunicação como o órgão situado na boca. O significado dessa construção *X-ārĭu* diz respeito a uma multa cobrada por quem falava demais, logo o conceito de *língua* está comprimindo o *ato de fala*. Para bem antes das reflexões saussurianas dicotomizantes de *langue* e *parole*, a hipótese etimológica popular¹⁰² do dito *O gato comeu sua língua* remonta à antiga Assíria, então província de Roma, onde teria havido o costume de cortar as línguas dos

¹⁰² Essa hipótese foi vista em vários sites sobre origens de ditos populares. Um deles foi: < http://literalmente-literalmente.blogspot.com.br/2012/10/literalpedia_9.html>. Acesso em: 18 mar 2016.

inimigos e dá-la aos gatos. Assim, a concepção da importância do órgão *língua* para a materialização da fala e, muito provavelmente, esse conhecimento deve ter ido para a construção *linguārĭum*, a ideia de excesso do uso da língua para proferir a fala.

Os fatos linguageiros ajudam também a contar a micronarrativa de *pappārĭum* (LL159). Na hipótese inatista do processo de aquisição da linguagem, diz-se que “consoantes plosivas e nasais são os primeiros segmentos consonantais a serem adquiridos pelas crianças com desenvolvimento fonológico normal, estando ambas adquiridas antes dos 2 anos de idade” (FERRANTE, BORSEL & PEREIRA, 2008, p. 452). Isso seria de caráter universal. Assim, a consoante /p/, nas línguas que dispunham desse som, é um dos primeiros a serem adquiridos pelas crianças, e produções sonoras como *pāpa* são usadas para designar muitas coisas, inclusive a comida. Justamente essa produção fonológica do contexto infantil que serve de base para *pappārĭum*, que designa ‘alimento para as crianças’, o que sugere que houve um processo metonímico na construção.

Outros casos de metonímia são observados em *macellārĭus* (LL119), *salārĭus* (LL189) e *quasillārĭa* (LL179). Em *macellārĭus* (vendedor de comestíveis; carnicheiro), toma-se como base o lugar onde o agente trabalha, nesse caso, o *macĕllum* (mercado em que se vende carne e/ou peixe). Note-se que o significado é equivalente ao que, hoje, se entende como *açougueiro*, uma construção cuja formação apresenta o mesmo processo de compressão, ou seja, foca-se o lugar onde se trabalha para designar o agente.

Para referir a um mesmo tipo de comerciante, havia também o *salārĭus* (negociante de carne ou peixe salgado), que capta outra cena, pois toma como base a palavra *sāl* (sal). Uma via interpretativa dessa construção diz respeito à cultura culinária da época dos romanos, que, segundo Kurlansky (2003), herdaram dos celtas o hábito de conservar as carnes no sal. Daí, designar o vendedor de carne e peixe salgado a partir do sal comprime todo esse processo. Note-se também que há uma compressão metonímica em que *sal* passa a assumir o significado do todo, a *carne salgada*.

A construção *quasillārĭa* merece um destaque no *corpus*, pois foi uma das poucas designações de profissões no feminino. Sabe-se, a partir de Cardoso (2006), que o trabalho feminino em Roma era bastante limitado e atividades de fiação e tecelagem eram recorrentemente associadas à figura da mulher. Conta a autora que foi, com esses afazeres, “que as romanas de todas as épocas, qualquer que fosse sua idade e suas condições sociais, encontraram uma forma de ocupar-se, realizando um trabalho importante, dignificante e útil e desenvolvendo sua capacidade criativa e estética” (CARDOSO, 2006, p.92). Essa citação explica o porquê de serem tão raras no *corpus* as designações femininas de profissão. Em se

tratando de *quasillārīa*, nota-se que a palavra toma como base *quasīllum* (cestinho de pôr a lâ), indicando um processo metonímico similar ao que se destacou com *utrārīus*, tendo, no caso de *quasillārīa*, o continente (cesto) servido de base para designar um agente que atua mais precisamente sobre o conteúdo (lã).

Dentro de um mesmo campo associativo, estão as construções *valetudinārīum* (LL219) e *vulnerārīus* (LL246). Em *valetudinārīum*, designa-se uma casa de saúde. Segundo Villatoro (2014), esse termo era usado para designar os primeiros hospitais romanos que se situavam dentro dos grandes acampamentos militares e se destinavam a cuidar dos feridos de guerra. Esses hospitais se caracterizavam pela sua modernidade, com um grande contingente de ambulâncias (carros guiados por animais) para transportar os enfermos. Tendo a configuração do *valetudinārīum* servido de base para a criação do sistema de atenção médica dos Reis Católicos da Península Ibérica, pode-se dizer que houve uma extensão do conceito e, na história da palavra, o caráter prático da constituição desses hospitais romanos é que aparece na derivação, que tem como *input valētūdō* (doença, mau estado de saúde).

A construção *vulnerārīus*, por outro lado, designa o cirurgião romano, a partir de *vulnus*, que significa ferida. Sabe-se, com base em Smith (1875) que a palavra *cirurgia* é oriunda do grego *χειρουργία*, com o sentido de ‘aquele que cura a ferida por meio das mãos’. Segundo o autor, o conceito de cirurgia romana, herdado da Grécia Antiga, ficou quase que, inteiramente, ligado à ideia de tratar feridas, sendo justamente essa a cena que se resume na derivação.

Por último, tem-se *vicārīa* (LL229), palavra usada para designar a ‘substituta’. O *input* dessa construção é *vicis* ‘lugar ocupado por alguém’. Sabe-se que *vicis* é o genitivo de *vix*, que originou a palavra *vez* em português. Tanto em português quanto em latim, o conceito de *vez* é, a princípio, um conceito do tempo. Entretanto, em *vicārīa*, entende-se que há uma metáfora do tipo TEMPO/ESPAÇO (LAKOFF & JOHNSON, 1980) e a figura da *substituta* pode ser entendida como ‘a pessoa que toma a vez, que ocupa a vez de alguém’, sugerindo que um conceito do tempo tenha sido tomado em termos de espaço.

No que toca ao PA, as palavras *X-eir-* selecionadas para terem suas micronarrativas discutidas estão apresentadas no Quadro 31, a seguir.

CÓDIGO	VOCÁBULO	ETIMOLOGIA	SIGNIFICADO DO VOCÁBULO
PA018	arteira	PA: arte+eira	Que é astuto ou ardiloso
PA035	braceiro	PA: braço+eiro	Que tem força ou agilidade nos braços; quem trabalha com os braços
PA038	cabeceyra	PA: cabeça+eira	Chefe, caudilho / Parte da cama onde se repousa a cabeça

PA048	carneçeiro	PA: carniça+eiro	Açougueiro; Que faz grande matança e ataca para matar.
PA053	çaquiteyro	PA: saquito + eiro	O que tem ao seu cargo providenciar o pão para a mesa real
PA054	carneiro	Do latim ? <i>carnāriu</i>	Mamífero reduzido à domesticidade como gado lanígero
PA065	céeyro	PA: ceia + eiro	Trabalhador que tinha como pagamento cear na casa do patrão.
PA074	chameira	PA: chama+eiro	Quem leva o pão para o forno e levava-o cozido para casa
PA090	cordeyro	Do latim tardio <i>cordārius</i>	Filhote mais novo da ovelha
PA105	dereitoreira	PA: direitura+eiro	Que pratica direitura; probidade
PA161	husureyro	Do latim: <i>usurārius</i>	Aquele que empresta dinheiro a juros;
PA164	janeiras	Do lat. <i>januārius</i>	Cantigas que se cantam no primeiro dia do ano
PA166	jornaleyro	PA: jornal + eiro	Trabalhador que trabalha por jornada; diarista.
PA192	maneyra	Do lat. <i>manuāria</i>	Modo, estilo.
PA203	merceeiros	PA: mercê+eiro	O indivíduo a quem se dava pensão ou casa.
PA264	praceiro	PA: praça + eiro	Boa-praça; Agradável.
PA285	romeyros	PA: Roma+eiro	Aquele que faz peregrinação
PA294	semdeiro	PA: senda+eiro	Cavalo que não serve para a guerra.
PA324	tortyceyros	Do cast. <i>torticero</i>	Aquele que é injusto, incorreto;
PA345	vozeira	PA: voz + eira	Pessoa que advoga, intercessora.

Quadro 31: Palavras *X-eir-* selecionadas para análises de micronarrativas

As palavras listadas no Quadro 31, em sua maioria, são criações do PA, entretanto as suas micronarrativas, muitas vezes, se relacionam a tempos anteriores. Em *arteiro* (PA018), por exemplo, não se denomina ‘aquele que trabalha com arte; artista’, mas uma ‘pessoa esperta, artilosa, astuta’. Se tomado o étimo da palavra *arte*, o latim *ars*, observa-se, com base em Faria (1994), que, assim como em português, podia designar não só ofício ou profissão, mas também ‘maneira de ser ou de proceder (natural ou adquirida, boa ou má)’ ou ‘habilidade’. Sincronicamente, pode-se pensar que a base *arte* é tomada metaforicamente pela semelhança de ‘conhecimento’, afinal a pessoa *arteira* seria possuidora de conhecimentos das situações para tomar as vantagens para si. Diacronicamente, à maneira como se apresenta no dicionário de Ernesto Faria, esse conhecimento específico é posterior, logo *arteiro* estaria tomando como base o significado mais antigo.

As construções *braceiro* (PA035), *cabeceyra* (PA038) e *maneyra* (PA162) tomam como base partes do corpo. Em *braceiro*, toma-se, metonimicamente, o *braço* para designar a pessoa forte, e isso decorre da compreensão, que se mantém até hoje, de que a evidência da força está concentrada nos braços. Perceba-se que a suposição de que um homem com braços musculosos seja forte vem daí.

Já em *cabeceyra* (PA038: chefe, caudilho; parte da cama onde se repousa a cabeça), as micronarrativas podem ser explicadas pela polissemia do item lexical *cabeça*, tomado como base. Soledade (2005) propôs uma teia sêmica, aqui apresentada na Figura 58.

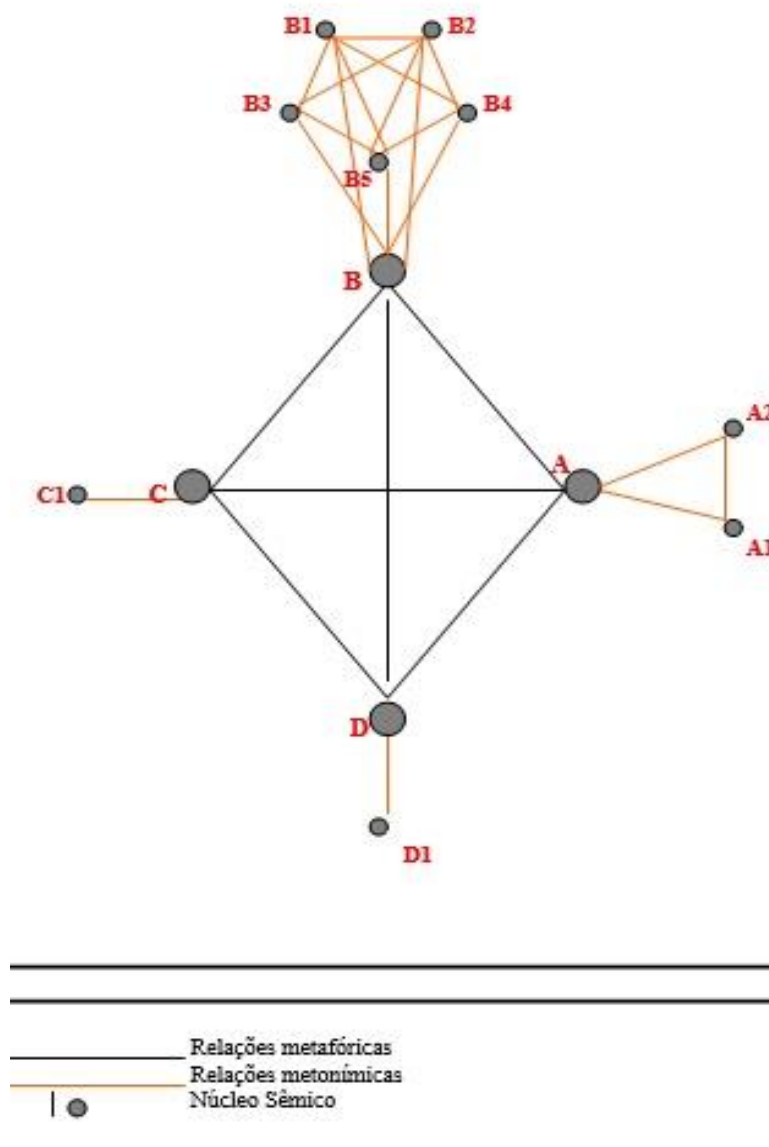


Figura 58: Teia sêmica do item lexical ‘cabeça’ (SOLEDADA, 2005, p. 127)

No entendimento de Soledade (2005, p.125), *cabeça* pode ter os seguintes significados nucleares: (A) “extremidade superior do corpo humano” (Ex: “Fazer um raio-x da *cabeça*”); (B) “a sede da razão, do raciocínio” (Ex: Ela não tem *cabeça* para matemática”); (C) “nome comum a certas extremidades (arredondadas)” (Ex: a *cabeça* do fêmur) e (D) “elemento principal” (o capítulo de desenvolvimento é a *cabeça* da tese). Há, segundo a autora (p.126), significados que decorrem de extensões sobretudo metonímicas dos significados nucleares.

São os casos de: (A1) “a parte da cabeça coberta pelo couro cabeludo” (Ex: Vou lavar a *cabeça*); (B1) “juízo, prudência, tino” (Ex: Não fará loucuras: tem *cabeça*); (B2) “a sede da memória, das lembranças, do pensamento” (Ex: O incidente de ontem não me sai da *cabeça*); (B3) “a sede das sensações” (Ex: A minha *cabeça* está mais leve depois que resolvi o problema); (B4) “elucubração, imaginação” (Ex: Você inventa é coisa, que *cabeça* essa sua); (B5) “pessoa muito inteligente e/ou culta (Ex: Ele é uma das maiores *cabeças* do Brasil); (C1) “extremidade mais dilatada de um objeto” (Ex: Tem que bater o martelo na *cabeça* do prego); e (D1) chefe, líder (Ex: Ele foi a *cabeça* da revolução). Com base nessa descrição, *cabeceyra*, com o significado descrito como *chefe, caudilho* está ligado ao significado (D1), destacado por Soledade; por sua vez, o sentido de *parte da cama em que se repousa a cabeça* estaria relacionado ao sentido (C).

Maneira tem como étimo *manuārīa*, adjetivo relativo à mão (*mānus*, em latim). Sabe-se que as mãos cumprem um papel fundamental na forma como o homem experimenta o mundo em que está inserido. Basta lembrar que as categorias da Pré-história ‘idade da pedra lascada’, ‘idade da pedra polida’, ‘idade do ferro’ e ‘idade do bronze’ se estabelecem pela capacidade de o homem **manejar** esses materiais, ou ainda, lembrar as expressões cotidianas, como *Me dê uma mão aqui*, metonímia que destaca a mão como uma parte essencial para as ações humanas. Essa compreensão parece estar presente na extensão do adjetivo latino *manuārīa* para a ideia de ‘forma de fazer’ que aparece em *maneira*. Destaque-se ainda a existência da expressão *ad meam manum redii*, que significava *modo de escrever* ou *estilo*, sugerindo uma possível generalização das ações, passando de ‘modo de escrever’ para ‘modo de fazer’.

A construção *carneçeiro* (PA048) designava o ofício do açougueiro, aquele que matava o animal para vender a carne. Esse significado, embora menos usual, ainda se mantém na língua contemporânea, basta ver a existência das chamadas *carnicerias*. O interessante da micronarrativa dessa construção é a foco dado ao ato de matar os animais, isso permite estender o significado da palavra de ‘aquele que mata os animais, com o intuito de vender a carne’ para ‘aquele que promove matanças de qualquer pessoa; sanguinário’, passando de uma noção mais designadora para uma noção mais qualificadora. Observe-se que aqui também o agente é formado a partir do enfoque no produto que ele comercializa, sendo *carniça* entendida como o *animal que sofreu carnagem/ o animal morto para servir de alimento*.

Os casos de *çaquiteiros* (PA053) e *chameira* (PA074) são similares aos casos do latim, como *quasillārīa* e *utrārīus*, pois também envolvem a relação metonímica do tipo

CONTINENTE/CONTEÚDO. Há, no caso de *çaquiteiro*, a designação do entregador de pão com base no continente (*saquito*). Isso decorre da experiência diária de colocar o pão no saco e é essa cena que está comprimida no processo de formação dessa palavra. Por outro lado, em *chameira*, a designação da mulher que leva o pão ao forno, baseia-se na *chama* contida no forno, focando-se no conteúdo, não no continente.

As construções *carneiro* (PA054), *cordeyro* (PA090) e *semdeiro* (PA294) designam nomes, espécies ou raças de animais, advindos de processos de metonímia em que o adjetivo que acompanhava o nome da espécie acaba por assumir o todo: ‘*agnus carnarius* > *carneiro*; **agnus chordarius* > *cordeiro*; *cavalo sendeiro* > *sendeiro*. Como outros subesquemas também podem ter se originado desse processo metonímico em que o qualificador assume o lugar do substantivo que acompanha, é de bom tom destacar a possibilidade de um falante no período arcaico abstrair um subesquema em *X-eir-* para designação de animais, contudo, isso parece não ter acontecido uma vez que não existe produtividade desse significado para formas em *-eiro* na história da língua portuguesa.

Cada uma dessas designações apresentam micronarrativas diferentes. Em se tratando de *carneiro*, Cunha (2007) dá como étimo a forma hipotética do latim vulgar *carnārīu*. Assim, o animal foi designado, focando a utilidade da sua carne como alimento. Provavelmente advindo do adjetivo relacional *carnārīus*, o significado passou a designar esse animal que possuía uma carne propícia para a alimentação humana, em oposição àquele que era útil para a reprodução com as ovelhas (VIARO, 2011b). Esse segundo era designado como *arīes*.

O animal *cordeiro*, por sua vez, tem como étimo o latim tardio *cordarius*, cuja base é o adjetivo *cordus*, que significava ‘nascido depois do tempo’ (CUNHA, 2007). Essa mesma base dará formas como *acordar e recordar*, que também apresentam uma noção relacionada ao tempo. Em se tratando de *cordeiro*, a designação do filhote mais novo da ovelha parece decorrer de uma extensão metonímica.

A construção *semdeiro* (PA294) é usada para designar o cavalo que não serve para a guerra, ou por ser pequeno ou por estar velho. Ainda assim, o *semdeiro* servia para o transporte de cargas, considerada a sua robustez. A base da construção é *senda*, o caminho estreito usado pelos pedestres e/ou pelo gado de tamanho pequeno, segundo Houaiss & Villar (2001). Assim, o *input* está comprimindo a ideia do cavalo que percorre a senda, esse caminho mais curto, suportado pelas suas condições físicas.

A cena comprimida pela forma derivada *céeyro* (PA065) já está quase que completamente explicitada pelo significado atestado: ‘trabalhador que tinha como pagamento

cear na casa do patrão’. Uma metonímia do tipo PRODUTO/PROCESSO talvez seja possível de captar essa cena, pois, na formação, foca-se no que o trabalhador recebe como pagamento e não exatamente no que ele faz ou na forma como ele atua ou ainda no local onde atua. É um mecanismo similar ao que acontece com *jornaleyro* (PA166: aquele que recebe por jornada), mas, nesse caso, o foco está no tempo em que o trabalhador é pago. Ainda nessa mesma seara, destaque-se a palavra *merceiros* (PA203), o ‘indivíduo a quem se dava pensão ou casa’, o foco da cena está na dependência do agente beneficiário da mercê, ‘a recompensa por algum trabalho ou serviço’, nesse caso, a hospedagem.

A compreensão do lado direito como algo correto aparece em *dereitoreira* (PA105). Helena de Oliveira (1987) explica a história dessa concepção, partindo de uma das teorias mais difundidas e aceitas: a ideia de que os primeiros habitantes do Hemisfério Norte eram adoradores do Sol, que, lá, parece se mover em sentido horário, para a direita. Na sequência, a autora, menciona os budistas, que seguem sempre à direita, ao saírem para meditar. Para os muçulmanos, Deus tem duas mãos direitas. No Antigo Testamento bíblico, conta-se que Eva se originou da costela esquerda de Adão, o que gerou o entendimento cristão do lado esquerdo como o lado do pecado. Na Idade Média, a mão esquerda é concebida como a mão da sujeira. Enfim, muitas são as vias interpretativas para explicar a concepção do lado direito como o lado correto, e uma dessas deve ter sido comprimida na formação de *dereitoreira*. Essas concepções orientacionais aparecem também em *torticeyros* (PA324), que designa algo incorreto, injusto, partindo da concepção de que a postura torta foge do normal/ideal e deve ser evitada.

A construção *husureyro* (PA161) designa um agiota e tem como étimo a forma latina *usurārius* (LL216), que tem como base *ūsūra*, cujo significado em latim é ‘uso de uma coisa, gozo, faculdade de usar’, mas significa também ‘lucro tirado do dinheiro empestado’ (FARIA, 1994). Assim, em *husureyro*, tem-se o agente se formando sobre uma base que enfoca o produto (lucro, ganho) ou o meio para se chegar ao produto (juros). Em português atual, *usurário* pode ser compreendido como ‘quem é avarento, mesquinho, quem tem apego excessivo ao dinheiro, aos bens materiais; que é provido de avareza, mesquinha, sovinice’ (HOUAISS & VILLAR, 2001), sendo que esse significado se origina de uma extensão metafórica do antigo *husureyro*, uma vez que o agiota, por emprestar dinheiro a juros acaba por admitir uma leitura de um apego excessivo ao dinheiro.

A história de *janeiras* (PA164) está intimamente ligada a *januārius* (LL104) e designam as cantigas que eram entoadas nos dias de ano-novo, marcado pelo início do mês de

janeiro. Essa característica passa por um processo metonímia, de *cantigas janeiras* > *janeiras*.

Em *praceiro* (PA264), a cena comprimida é a de socialização, entendendo o ambiente da *praça* (base da palavra) como um espaço propício para tal evento. Assim, aquele que poderia, em tese, ser entendido como ‘aquele que frequenta a praça’ é concebido como uma pessoa agradável, boa praça, de fácil socialização. É, portanto, focando o local/espço de socialização que se constrói o agente que habitualmente o frequenta.

Os *romeyros* (PA285) designam os peregrinadores, mas a sua cena inicial é a das peregrinações romanas, dando a entender que os *romeyros* eram aqueles que iam para Roma, *input* dessa formação. O significado se estende para a peregrinação em geral, e é esse que se mantém na concepção atual tanto de *romeiro* como de *romaria*.

Por fim, *vozeira* (PA345) caracteriza a ‘pessoa que advoga, intercessora’, focando no instrumento da voz para designar o agente. A voz é o instrumento que aparece na formação de *advogado*, cujo étimo *advocatus* que também foca na importância da voz enquanto recurso de argumentação. Não, raramente, no *corpus*, verifica-se que *vozeira* ~ *vozeiro* ~ *vozeyro* ~ *uozeyro* designa a profissão de advogado.

Desse breve conjunto de micronarrativas pode-se perceber que existe um recorrente acionamento de certos recursos que sugerem a possível existência de padrões de focalização, por exemplo, na formação de agentes, parece ser recorrente o enfoque sobre o local onde se pratica a ação (*mensāriūs, macellāriūs*), ou sobre o produto da ação (*aquārīūs, argentariūs*), ou ainda sobre o recipiente que contém o objeto envolvido na ação (*quasillārīa, utrārīūs, çaquiteiros*). Esses casos levam à reflexão de que é preciso ainda aprofundar as pesquisas acerca da contribuição dos *inputs* para os conjuntos de instanciações de esquemas e subesquemas.

Diante de tudo que foi exposto, a análise aqui empreendida ratifica as críticas de Gonçalves & Almeida (2013), Simões Neto & Soledade (2015) e Soledade (2016a) ao modelo de Booij, destacando importância de a representação esquemática considerar, de maneira mais ampla, as relações polissêmicas, sejam advindas de metonímia, sejam de metáfora. Além disso, dado o caráter generalista da teoria que Booij, certamente, herda da tradição gerativista que o norteia, tem impossibilitado a apresentação das histórias individuais de cada palavra, como se fez aqui e como fizeram Botelho (2004, 2009), Carmo (2009), Tavares Santos (2009) e Santos Lopes (2016). Acrescenta-se ainda a necessidade de a MC estabelecer melhores conexões com outras formulações teóricas da LC, que tem como princípio teórico a não

separação entre o conhecimento linguístico e o conhecimento enciclopédico, meio pelo qual, pôde-se aqui supor o significado de muitas construções morfológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que aqui se apresentou teve como foco a polissemia histórica das construções *X-eir-*, abordando-a, desde o contexto da forma etimológica latina *X-ariu*, até os primeiros séculos da língua portuguesa, o chamado português arcaico. Embora o português contemporâneo não estivesse no escopo de investigação, o fato de a maioria dos trabalhos sobre o sufixo refletir sobre a língua portuguesa sincrônica fez com que, ocasionalmente, tenha se chegado a alguns dados dessa fase da língua, configurando um percurso histórico bastante amplo dessa construção.

Elegeu-se, como aporte teórico-metodológico, o modelo da Morfologia Construcional, da forma como proposta por Booij (2010, 2012, 2013, 2015), pois esse, por estar ligado a algumas agendas da Linguística Cognitiva, tem dado maior relevância aos aspectos semânticos na formação de palavras. Entretanto, por esse ser um trabalho da Morfologia Histórica *stricto sensu* que investiga períodos mais recuados da língua, viram-se eventuais problemas nessas formulações, tendo essas sido discutidas por meio de críticas.

Com a análise empreendida, viu-se que os subsquemas depreendidos das construções *X-eir-* do português arcaico, na maioria das vezes, já encontram correlatos nas formações *X-ariu-* no latim, o que confirma a necessidade de compreender a língua como um fenômeno histórico. Em relação a esses significados, chegou-se à esquematização disponibilizada no Quadro 32, onde o preenchimento com a cor cinza indica a presença do subsquema.

		LÍNGUA LATINA	PORTUGUÊS ARCAICO
ESQUEMAS	SUBESQUEMAS		
QUALIDADE	Qualidade relativa		
	Qualidade ressaltada		
AGENTE			
	Agente profissional		
	Agente habitual		
	Agente circunstancial		
	Agente beneficiário		
	Agente vegetal		
OBJETO	Utensílio		
	Uso pessoal		

	Máquina		
	Recipiente		
LOCATIVO	Lugar onde se faz		
	Lugar onde há		
QUANTIDADE	Noção coletiva		
	Unidade de medida/quantia		
	Excesso		
ANOMALIA			

Quadro 32: Esquemas e subesquemas na língua latina e no português arcaico

O significado de agente profissional, tomado como prototípico em alguns trabalhos revisados, se mostrou bastante produtivo nos dados, tanto do PA quanto do latim, sendo, provavelmente, esse que gera a maioria dos outros significados encontrados, por meio de processos metafóricos e metonímicos. Não se pode deixar de lembrar, no entanto, que esse significado se gerou de um processo metonímico do esquema de qualidade, ainda na língua latina, por sua vez se observa que esse mesmo processo justifica a existência de outros esquemas, o que faz sugerir que, mesmo o esquema de qualidade já não sendo o prototípico das construções *X-eir-* em língua portuguesa, é preciso considerar a sua relevância histórica.

Como se viu, ao longo do trabalho, o modelo boojiano ainda não lançou mão de uma melhor forma de representar as relações de significado que se estabelecem entre os esquemas e os subesquemas. Além disso, o caráter generalista do modelo tem deixado escapar as particularidades de cada palavra, fator que aqui se considerou relevante, sendo tratado por meio de micronarrativas que remetem à sócio-história dos falantes da língua portuguesa e ajudam a descrever uma Morfologia Histórica *stricto sensu* de orientação sócio-histórica.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. A cidade de Deus (Livro de I a VIII). Tradução de J. Dias Pereira. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de; GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro - propostas e problemas. *XX Encontro Nacional da APL (Associação Portuguesa de Lingüística)*, 2005. Lisboa: Colibri Artes Gráficas. v. 20. p. 1-12. Disponível em: < <http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/72520-3.pdf>>. Acesso em 08 mar de 2016.

ALMEIDA, Maria Lucia; et al. Breve introdução à Linguística Cognitiva. In: ALMEIDA, Maria Lucia; et al (orgs.). *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica*. Rio de Janeiro: Publit, 2010, p. 15-50.

ALMEIDA, Maria Lúcia; GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. Aplicação da construction grammar à morfologia: o caso das formas X-eiro. *Lingüística (PPGL/UFRJ)*, v. 2, p. 229-242. 2006.

ALVARO, Patrícia Teles. Até: de preposição a operador escalar. In: ALMEIDA, Maria Lucia et alii. (Orgs) *Linguística Cognitiva em Foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

ANDERSON, Stephen Robert. Where's morphology. *Linguistic Inquiry*, v. 13, p. 571-612, 1982.

ARONOFF, Mark. Morfologia: uma entrevista com Mark Aronoff. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. *ReVEL*, vol. 7, n. 12, 2009.

ARONOFF, Mark. *Word formation in generative grammar*. Cambridge: Mit Press, 1976.

BASÍLIO, Margarida. Re-estudo de agentivos. *Comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1981.

BASÍLIO, Margarida. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. In: *Linguística*, v.05, n.02, pp.01-14, dez. 2010.

BASÍLIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BASÍLIO, Margarida. O fator semântico na fluidez substantivo/adjetivo em português. IN: HEYE, Jürgen (Org.). *Flores verbais*. Rio de Janeiro: 34/Nova Fronteira, 1995, p. 177-192.

BASÍLIO, Margarida. O papel da metonímia na morfologia lexical. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 9, pp. 99-117, 2011.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BATORÉO, Hanna; CASADINHO, Margarida. Botar ou não botar... eis a questão. Produtividade lexical do verbo espacial ‘botar’ no Português Europeu (PE) e no Português do Brasil (PB) na ótica da Linguística Cognitiva. In: ALMEIDA, Maria Lucia; *et alii* (Orgs). *Linguística Cognitiva em Foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

BAUER, Laurie. *English word-formation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt and Company, 1933.

BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOOIJ, Geert. Form and meaning in morphology: the case of Dutch ‘agent nouns’ *Linguistics*, n. 24, p. 503-517, 1986.

BOOIJ, Geert. Inheritance and motivation in Construction Morphology. In: GISBORNE, Nikolas; HIPPISEY, Andrew (Eds). *Defaults in morphological theory*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p.1-29 [to appear]. Disponível em: <<https://geertbooij.files.wordpress.com/2014/02/booi-j-2015-inheritance-issues-in-construction-morphology-feb-2014.pdf>>. Acesso em: 18 jan 2016.

BOOIJ, Geert. Morphology in Construction Grammar. In: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme. (Eds). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 255- 273.

BOTELHO, Laura Silva. *Construções agentivas em X-eiro, uma rede metafórica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2004.

BOTELHO, Laura Silva. Uma abordagem sociocognitiva das construções agentivas em X-eiro. In: MIRANDA, N. S.; SALOMÃO, M. M. (Orgs). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 178-201.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Problemas de linguística descritiva*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

CAMPOS, Lucas Santos. O desenvolvimento do prefixo *não*. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes; SOLEDADE, Juliana. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.247-271.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao latim*. São Paulo: Ática, 1997.

CARDOSO, Zélia de Almeida. O artesanato em Roma e os textos antigos: fiandeiras e tecelãs. *Calíope*, 14, 2006, Rio de Janeiro, pp. 92-109.

CARMO, Crysna Bonjardim da Silva. A configuração da rede de construções agentivas denominais *X-ista*. In: MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Maria Margarida Martins. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.202-228.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática Histórica* (para o colegial e vestibulares). 7. ed. São Paulo: Ática, 1971.

CASTRO DA SILVA, Caio César. *A parassíntese em português: as relações entre cultura, léxico e frequência na linguística cognitiva*. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CHOMSKY, Noam. Estruturas sintáticas. Tradução de Gabriel de Avilla Othero e Sergio de Moura Menuzzi. Petrópolis: Vozes, 2015 [1957].

CHOMSKY, Noam. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R.A.; ROSENBAUM, P.S (eds). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham: Ginn&Co, 1970.

CINTRA, Luís Felipe Lindley. *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres, Usagre*. Contribuições para o estudo do leonês antigo e do galego-português do séc. XIII. Lisboa: C.E.F., 1959.

CORBIN, Danielle. Associativité et stratification dans la représentation des mots construits. In: DRESSLER, W.U; et al. *Contemporary morphology*. New York: Mouton de Gruyter. 1990. p.43-59.

CORBIN, Danielle. *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 1987.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

CROFT, William; CRUSE, Alan. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CUESTA, Pilar Vázquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1980, pp. 172-190.

DRESSLER, Wolfgang U. Explanation in Natural Morphology, illustrated with comparative and agent-noun formation. *Linguistics*, 24 (1): 519-548.

ELSON, Benjamin; PICKETT, Velma. *Introdução à Morfologia e à Sintaxe*. Tradução de Aryon Rodrigues e outros. Petrópolis: Vozes, 1973.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística Histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. 6. ed. 6 tir. Revisão de Ruth Junqueira de Faria. Rio de Janeiro: FAE, 1994.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. Conceptual blending, form and meaning. *Recherches en communication*, n. 19, p. 57-86, 2003.

FERRANTE, Carla; VAN BORSEL, John; PEREIRA, Mônica Medeiros de Britto. Aquisição fonológica de crianças de classe sócio econômica alta. *Rev. CEFAC*[online]. 2008, vol.10, n.4, pp.452-460. ISSN 1982-0216. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-18462008000400005>.

FILLMORE, Charles. The Contribution of Linguistics to Language Understanding. In: BOCAZ, A. (ed.). *Proceedings of the First Symposium on Cognition, Language and Culture*. Universidad de Chile, 1990, pp. 109-128.

FILLMORE, Charles; KAY, Paul. *Grammatical Constructions and Linguistic Generalization: the What's X doing Y? construction*. Unpublished Manuscript, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FREGE, Gootlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GIANASTACIO, Vanderlei. A origem do sufixo –ismo: da língua grega à latina e desta à portuguesa. In: VIARO, Mário Eduardo. (Org). *Morfologia Histórica*. São Paulo: Cortez Editora, p. 220-242.

GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York/San Francisco/London: Academic Press, 1979.

GOLDBERG, Adele Eva. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele Eva. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOMES, Carlos. A comunidade galega em Lisboa. *Blogue do Minho*. Publicado em: 02 de jan 2016. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/portugal/resenhas/59533-a-comunidade-galega-em-lisboa.html>. Acesso em: 17 mar 2016.

GONÇALVES Carlos Alexandre Victório; YACOVENCO, Lilian Coutinho; COSTA, Raquel Romankevicius. Condições de produtividade e condições de produção: uma análise das formas X-eiro no português do Brasil. *Alfa*, 42, 1998, pp 33-62.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório; ALMEIDA, Maria Lucia. Morfologia Construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa*. São Paulo, 58 (1), 2013. p. 165-193.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Formações X-eiro no português do Brasil: um estudo sobre produtividade lexical. *Expressão*, Teresina, 6 (1), 1996. pp. 7-21.

GRANT, Michael; KITZINGER, Rachel (Eds). Roman Education and Rethoric. In. *Civilization of the Ancient Mediterranean: Greece and Rome*. 3 v. New York: Scribner's, 1988.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 227-246, 2006.

HALLE, Morris. Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry*, vol. 4, nº 1, p. 3-16, 1973.

HEINE, Bernd; *et al.* From cognition to grammar. Evidence from African languages. In: *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991, pp. 150-187.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HELENA DE OLIVEIRA, Lúcia. Canhotos: essa sofrida gente de esquerda. Superinteressante, edição nº 2, 1987. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/canhotos-essa-sofrida-gente-de-esquerda>>. Acesso em: 19 fev de 2016.

HORTA, Maurício. *Luxúria: como ela mudou a história do mundo*. São Paulo: Leya Brasil, 2015.

HUDSON, Richard. *Language networks. The new word grammar* Oxford: Oxford University Press, 2007.

HUDSON, Richard. *Language networks: The new word grammar* Oxford: Oxford University Press, 2007.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras... In: COSTA RIBEIRO, Silvana Soares; BORBA COSTA, Sônia Bastos; MARCELINO CARDOSO, Suzana Alice. (Orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 41-59.

IVO CASTRO (ed.). *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel*. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1988.

JACKENDOFF, Ray. Morphological and semantic regularities in the lexicon. *Language*, vol. 51, nº 3, p. 639-671, 1975.

JACKENDOFF, Ray. *The architecture of the language faculty*. Cambridge Mass.: MIT Press, 1997.

JACKENDOFF, Ray. What is the human language faculty? Two views. *Language*, n. 87, 2011, p. 586-624.

JOSEPH, Brian D. Diachronic Morphology. In: SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold M. *The Handbook of Morphology*. Oxford/UK, Malden/MA: Blackwell Publishers, 1998. pp. 351-73.

KATAMBA, Francis. *Morphology*. Houndmills: The Macmillan Press, 1993.

KURLANSKY, Mark. *Salt: a world history*. London: Penguin Books, 2003.

LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago, IL: Chicago University Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002 [1980].

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, Ronald Wayne. *Foundations of Cognitive Grammar*. Stanford: University Press, 1987.

LENZ, Paula. Semântica cognitiva. In: FERRAREZI JR., Celso; BASSO, Renato. (Orgs). *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 31-56.

LOBATO, Lúcia. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LONGO, Giovanna. *Ensino de latim: problemas lingüísticos e uso de dicionário*. 2006. 105p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

MAIA, Clarinda Azevedo. *História do galego-português; estado lingüístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI* (com referência ao galego moderno). Coimbra: I.N.I.C., 1986.

MANDELBLIT, Nili. *Grammatical Blending: creative and schematic aspects in sentence processing and translation*. San Diego: University of Califórnia, 1997. (tese de doutorado)

MARINHO, Marco Antônio Ferreira. *Do latim ao português: percurso histórico dos sufixos –dor e –nte*. 2009. 210 f. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARINHO, Marco Antonio Ferreira. *Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil*. 2004. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. A mudança lingüística. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 57-71.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da lingüística histórica: “ouvir o inaudível”*. São Paulo: Parábola, 2008a.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. IN-CM, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. *DELTA*. São Paulo, n. 4, p. 85-114, 1988.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo/Salvador: Contexto/EDUFBA, 1991.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo/Salvador: Contexto/EDUFBA, 1994.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: uma aproximação – Léxico e morfologia* (Vol. 1). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008b.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Orientações atuais da Linguística Histórica brasileira. *DELTA*. São Paulo, vol. 15, número especial, p. 147-166, 1999.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MIRANDA, Neusa Salim. *Gramática das Construções da constituição do léxico*. In. II Conferência de Linguística e Cognição, UFJF, abril de 2004.

MIRANDA, Neusa Salim. Projeto de pesquisa CNPq: *A Gramática das construções na constituição do léxico*, UFJF, 2003.

MOREIRA DE OLIVEIRA, Josane. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. 254 f. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Mauro José Rocha do. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1969.

ORNELLAS E CASTRO, Inês de. Discursos e rituais na mesa romana: luxo, moralismo e equívocos. In: SOARES, Carmen; DIAS, Paula Barata (coords). *Contributos para a história da alimentação na antiguidade*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 69-79.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística Histórica. In: PFEIFFER, Cláudia; NUNES, José Horta. (Orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem: Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.

PEIRSMAN, Yves; GEERAERTS, Dirk. *Metonymy as a prototypical category*. 2006

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PIEL, Joseph-Maria. Origens e estruturação histórica do léxico português. In: *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: IN;CM, 1989. p. 9-17.

PIZZORNO, Daniele. A. *Polissemia da construção x-eiro: uma abordagem cognitivista*. 2010. 115p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PLAG, Ingo. *Morphological productivity: Structural constraints in English derivation*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.

PLAG, Ingo. Syntactic category information and the semantics of derivational morphological rules. *Folia Linguistica*, n 38, p. 193-225, 2004.

PLAG, Ingo. *Word-formation in English*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

PRUDÊNCIO, Sandra. *Derivação e oralidade em falantes de Salvador*. 2001. 220 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RIBEIRO, Ilza Maria de. Aquisição e mudança linguística: a proposta de Lightfoot. *Revista Internacional de Lisboa*, Lisboa, v. 11, p. 124-136, 1994.

RIO-TORTO, Graça Maria. *Morfologia derivacional: Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora, 1998.

RIO-TORTO, Graça Maria. Mudança genolexical: teoria e realidade. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, v.3, 2008, pp. 223-240.

ROCHA, Luiz Carlos Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

RODRIGUES, Alexandra Soares. Introdução. In: RIO-TORTO; Graça Maria et al (Orgs). *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 29-116.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. *Construções no Português do Brasil: integração conceptual na sintaxe e no léxico*. Projeto Integrado de Pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, 2003.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. *O processo cognitivo da mesclagem na análise linguística do discurso*. Projeto Integrado de Pesquisa. Juiz de Fora: UFJF/UERJ/UFRJ, 1999. (mimeo).

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia lexical*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTANA DOS SANTOS, Elisângela. *A polissemia do verbo “tomar” ao longo da história da língua portuguesa: um estudo à luz da linguística cognitiva*. 2011. 292 f. Tese de Doutorado em Letras, área de Linguística Histórica. Universidade Federal da Bahia.

SANTANA, Davi de Oliveira. *Prefixos derivados de preposição em textos de Língua Portuguesa do século XVII até a contemporaneidade*. 2007. 212 f. Tese de Doutorado em Letras, área de Linguística Histórica. Universidade Federal da Bahia.

SANTOS LOPES, Mailson dos. *A prefixação na primeira fase do português arcaico: descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV*. 2013. 943p. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS LOPES, Mailson. Um olhar semanticocêntrico sobre a prefixação em um documento português do século XIV. In: DOMINGUES ALMEIDA, Aurelina Ariadne; SANTANA DOS SANTOS, Elisângela. *Livro do I CISCOG – Congresso Ibero-americano de Semântica Cognitiva*. 2016. [no prelo].

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2012 [1916].

SCALISE, Sergio; GUEVARA, Emiliano. The lexicalist approach to Word-formation and the notion of the Lexicon. In STEKAUER, Pavol; LIEBER, Rochelle. (Eds). *Handbook of Morphology*. Dordrecht: Springer, 2005, p. 147-187.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

SILVA NETO, Serafim da. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

SIMÕES NETO, Nival Almeida; SOLEDADE, Juliana. O morfema –eir– no português contemporâneo. *Linguística y Literatura*, v. 1, n. 65, pp. 87-111, mar.2014.

SIMÕES NETO, Nival Almeida; SOLEDADE, Juliana. Um enfoque da Morfologia Construcional sobre as formações X-ário no português arcaico. *Pontos de interrogação*, v. 4, n. 2, 2015, p. 143-171.

SMITH, William. *A dictionary of Greek and Roman Antiquities*. London: John Murray, 1875.

SOARES DA SILVA, Augusto. *A Semântica de Deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.

SOARES DA SILVA, Augusto. Léxico, cognição e contexto: saliência, conceptualização situada e evidência quantitativa. In: DOMINGUES ALMEIDA, Aurelina Ariadne; SANTANA DOS SANTOS, Elisângela; SOLEDADE, Juliana. *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 185-216.

SOARES DA SILVA, Augusto. Polissemia e contexto: o problema duro da diferenciação de sentidos. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 5, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2010, pp. 353-367.

SOLEDADE, Juliana. *Aspectos morfolexicais do português arcaico: sufixação nos séculos XIII e XIV*. 2001. 2 v. 400 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOLEDADE, Juliana. De pecadores a sabedores: agentes de -dor no Livro das Aves. In: DOMINGUES ALMEIDA, Aurelina Ariadne; SANTOS LOPES, Mailson. *Livro em homenagem aos 50 anos da edição do Livro das Aves*. 2016b. [no prelo].

SOLEDADE, Juliana. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [[X – EIR]_N] no português arcaico. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, número especial, 2013. p. 83-111.

SOLEDADE, Juliana. Por uma abordagem cognitiva da morfologia: revisando a morfologia construcional. In: DOMINGUES ALMEIDA, Aurelina Ariadne; SANTANA DOS SANTOS, Elisângela. *Livro do I CISCOCG – Congresso Ibero-americano de Semântica Cognitiva*. 2016a. [no prelo].

SOLEDADE, Juliana. *Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. 2005. 575 f. Tese de Doutorado em Letras, área de Linguística Histórica. Universidade Federal da Bahia. 2 tomos.

SOLEDADE, Juliana. *Um panorama dos estudos morfológicos: modelos teórico-analíticos e suas aplicações*. Minicurso oferecido pela autora entre os dias 16 e 17 de junho de 2015. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2015.

SOLEDADE, Juliana; SANTOS LOPES, Mailson dos. Uma proposta de revisão do conceito de morfema. In: DOMINGUES ALMEIDA, Aurelina Ariadne; SANTANA DOS SANTOS, Elisângela; SOLEDADE, Juliana. *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 429-461.

SOUZA, Mariana Pereira de. *Formações X-ário no português do Brasil: um estudo sobre a produtividade lexical*. 2006. 100f. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

SWEETSER, Eve. Compositionality and blending: semantic composition in a cognitively realistic framework. In: REDEKER, Gisela; JANSSEN, Theo. (Eds). *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope and Methodology*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999, pp. 129-162.

TAVARES DA SILVA, João Carlos. O papel da metonímia nas formações X-eiro(a). *Veredas*, v. 18, n. 2, p. 82-101, 2014.

TAVARES SANTOS, Ana Maria. A rede de construções agentivas deverbais *X-nte*: estudante, governante, hidratante, absorvente. In: MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Maria Margarida Martins. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.229-257.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TURNER, Mark. *The literary mind*. New York: Oxford University Press, 1996.

VALENZUELA, Javier; IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; HILFERTY, Joseph. La Semántica Cognitiva. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide; VALENZUELA, Javier (Eds). *Lingüística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos, 2012, p.34-60.

VALLE, Rosalvo do. Mattoso Câmara e a história da língua portuguesa. *Confluência*, Rio de Janeiro, n 29/30, 2005, p. 67-73.

VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

VIARO, Mário Eduardo. *A derivação sufixal do português: elementos para uma investigação semântico-histórica*. 2011b. 220 f. Tese de Livre-docência para o Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, área de Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo.

VIARO, Mário Eduardo. A especialização do sufixo latino –arium. In: MARÇALO, Maria João; et al (Eds). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora, 2010b, p. 22-42.

VIARO, Mário Eduardo. A formação do significado agentivo de -eiro. In: *XVI Congreso Internacional de la ALFAL, Alcalá de Henares - Actas del XVI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2011a, p.2671-2679.

VIARO, Mário Eduardo. A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico. In: LOBO, Tânia; et al. *ROSAE: Linguística Histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 275-292.

VIARO, Mário Eduardo. A sufixação nas cantigas de Santa Maria. Comunicação ao IX Congresso Brasileiro de língua portuguesa – IP . 2002. São Paulo: PUCSP. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/maeviaro.html>.

VIARO, Mário Eduardo. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos derivacionais eiro/eira na Língua Portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, G; et al. (Eds.).

Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: Fonologia, Morfologia, Sintaxe. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2007, pp. 45-84.

VIARO, Mário Eduardo. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. *Estudos lingüísticos*, n.XXXV, p.1443-1452, 2006.

VIARO, Mário Eduardo. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de lingüística galega*, n.02, p.173-190, 2010a.

VIARO, Mário Eduardo; FERREIRA, Michael; GUIMARÃES FILHO, Zwinglio. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, Mário Eduardo (Org.). *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez Editora, 2014, p. 58-105.

VIEIRA DOS SANTOS, Antônia. *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (sécs. XIII-XVI)*. 2009. 190 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VILLATORO, Manuel. Sangre y pilum: el instrumental que usaron los cirujanos de las legiones romanas en España. *ABC – Historia militar de España*. Publicado em 02 out 2014. Disponível em: < <http://www.abc.es/historia-militar/20140630/abci-cirujano-romano-espana-exposicion-201406251807.html>>. Acesso em: 14 mar 2016.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG; Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno, com revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

REFERÊNCIAS LEXICOGRÁFICAS

AULETE, Caldas. *iDicionário Aulete*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. Disponível em: < <http://aulete.uol.com.br/>>. Acesso em: 03 mar 2016.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

CARVALHO DA SILVA, Joaquim. *Dicionário da língua portuguesa medieval*. 2 ed – revista e ampliada. Londrina: EDUEL, 2009.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1980. 6 vol.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Dicionário etimológico do português arcaico*. Salvador: Edufba, 2013. 536p.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Pequeno Vocabulário do Português Arcaico*. Brasília: Editora UnB, 2014. 520p.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Horizonte/Confluência, 1957.

MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza*: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

MOREIRA, Zenóbia Carvalho. *Dicionário da língua portuguesa arcaica*. Natal: EDUFRN. 2005. 574p.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto*: natural da Provincia de Goyaz. Typographia de Silva: 1832.

SEOANE, Ernesto González; GRANJA, María Álvarez de la; AGRELO, Ana Isabel Boullón. *Diccionario de diccionarios do galego medieval*. Santiago de Compostela: Instituto de língua galega da Universidade de Santiago de Compostela, 2006-2012. Disponível em: <http://sli.uvigo.es/DDGM/>. Acesso em: 03 mar 2016.

VIDEIRA LOPES, Graça Videira; PEDRO FERREIRA, Manuel; et al. *Cantigas Medievais Galego Portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, (2011-). Disponível em: <<http://cantigas.fcsh.unl.pt>>. Acesso em 03 mar 2016.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. 2ed – revista, correcta e copiosamente adicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. Lisboa: A.J. Fernandes Lopes, 1865.

REFERÊNCIAS DOS *CORPORA*

BREA, Mercedes (coord.). *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro. 1986. Edição digitalizada in Base de Datos en liña da Lírica Profana Galego-Portuguesa do Centro Ramón Piñeiro, www.cirp.es.

BROCARD, Maria Teresa (ed.). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Dissertação de Doutoramento. Lisboa: F.C.S.H., 1994, pp. 333-693. Edição digitalizada cedida pela editora.

CABRERA, Deolinda Rodrigues. (rev.). *Tradução quatrocentista da vida de S. Teotónio*. Grafia actualizada. Edição digitalizada cedida por José Barbosa Machado.

CALADO, Adelino de Almeida (ed.). *Corte enperial*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2000. Edição digitalizada cedida pelo editor.

CALADO, Adelino de Almeida, Vigo, ed. (no prelo). Edição digitalizada cedida pelo editor.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.). *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: INCM, 1951.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto (leitura crítica, data, redacção e comentário linguístico). *Boletim de Filologia*, 1990, vol. XXXI, pp. 21-77. (Texto crítico pp. 37-41).

COHEN, Rip (ed.). *500 Cantigas de Amigo*. Porto: Campo das Letras, 2003. Edição digitalizada cedida pelo editor.

CRISPIM, Maria de Lourdes. Versão paradiplomática, digitalizada, a ceder pela editora, 1995.

DIAS, João J. Alves (ed.). *Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV*. Lisboa: N.I.C, 1990-1992. Edição digitalizada cedida pelo editor.

DUARTE, Luiz Fagundes. *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*. Dissertação de Mestrado. FLUL, 198, pp. 68-295.

FERREIRA, José Azevedo. *Alphonse X, Primeyra Partida*. Braga: INIC, 1980, pp. 3-580. Edição digitalizada cedida pelo editor.

FERREIRA, José de Azevedo (ed.) *.Summa de los Neuve Tiempos de los Pleitos. Édition et étude d'une variation sur un thème*. Paris, Klincksieck, 1986, pp. 151-169.

FERREIRA, José de Azevedo (ed.). *Afonso X, Foro Real*, Lisboa, I.N.I.C., 1987, pp. 125-309.

GARVÃO, Maria Helena (ed.). *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, 1992, pp. 65-99. Edição digitalizada cedida pela editora.

GUERREIRO, M. V. & E. B. NUNES (eds.). *Carta a el-rey dom Manuel sobre o achamento do Brasil*. Lisboa: I.N.C.M, 1974.

IVO CASTRO *et alii* (eds.). *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alc. cclxvi / antt 2274). Lisboa, INIC, 1985, pp. 16-52; 59-83.

JESUS DA COSTA, Pe. Avelino. Os mais Antigos Documentos Escritos em Português. *Revista Portuguesa de História*, 1979, n. 17, pp. 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo).

LOPES, David (ed.). *Chronica dos Reis de Bisnaga*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*, Porto; Livraria Civilização Editora, 1945, vol. I (segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Edição digitalizada cedida por José Barbosa Machado.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João Primeiro*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1949. Edição digitalizada cedida por José Barbosa Machado.

MACCHI, Giuliano (ed.). Fernão Lopes: *Cronica de D. Fernando*. Lisboa: INCM, 1995. Edição digitalizada cedida por José Barbosa Machado.

MACHADO, José Barbosa (ed.). *Tratado de Confissom*. Vol I (Chaves, 1489), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2003. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

MARTINS, Mário (ed.). *Penitencial de Martim Pérez*. 1957. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

MACHADO, José Barbosa ; VERCIAL, Clemente Sánchez de. (eds). *Sacramental*, Minho, Pena Perfeita. Edição digitalizada cedida pelo editor.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português*. Coimbra, 1986, INIC, pp. 19-295.

MALER, Bertil (ed.). *Orto do Esposo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956.

MARTINS, Ana Maria (Ed.). *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. 2000. Edição digitalizada cedida pela editora.

MARTINS, Ana Maria. (ed.). *Clíticos na História do Português - Apêndice Documental*, vol. 2, Dissertação de Doutoramento. Lisboa, 1994. Edição digitalizada cedida pela editora.

MATTOSO, José. *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: INCM, 1983. Edição digitalizada.

METTMAN, Walter (ed.). Afonso X, o Sábio (s. XIII) *Cantigas de Santa Maria*, Vigo, Ediciones Xerais de Galicia, AS, 1981. Edição digitalizada cedida por Xavier Varela, director do Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega.

NASCIMENTO, Aires Augusto (ed.). *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: Colibri, 1998, pp. 273-286. Edição digitalizada cedida por José Barbosa Machado

NUNES, Irene Freire. *A Demanda do Santo Graal*. Versão revista e digitalizada com base na edição publicada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1995, cedida pela editora.

PARKINSON, Stephen (ed.). *Arquivo de Textos Notariais em Português Antigo*, Oxford. Edição digitalizada cedida pelo editor.

PERES, Damião (ed.). Fernão Lopes: *Crónica de D. Pedro I*, Porto, Livraria Civilização. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.

PIEL, Joseph (ed. crit.). *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Bertrand, 1944. Edição digitalizada, revista por João Dionísio e cedida pelos revisores.

PIEL, Joseph (ed.). *Leal Conselheiro*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1942. Edição digitalizada, revista por João Dionísio e Sandra Alvarez e cedida pelos revisores.

RODRIGUES, Maria Celeste Matias. *Dos Costumes de Santarém*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: FLUL, 1992, pp. 160-251. Edição digitalizada cedida pela editora.

SANTANA NETO, João António (ed.). *Duas Leituras do Tratado Ascético-Místico Castelo Perigoso*, Dissertação de Doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 1997. Edição revista por Irene Nunes e cedida pelo editor. Cf. se esta é a edição que está no CD do Barbosa Machado

SILVA, Elsa Branco da (ed.). *O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz*. Lisboa: Colibri, 1981. Edição digitalizada cedida pela editora

TAVANI, Giuseppe (ed.). *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Colibri, 1999.

VIDEIRA LOPES, Graça. *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. 2002. Edição digitalizada cedida pela editora.